



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLII — Nº 31

TERÇA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 1987

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Humberto Lucena, Presidente, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO Nº 50, DE 1987

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Chopinzinho, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 4.256.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e seis mil cruzados).**

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Chopinzinho, Estado do Paraná, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 4.256.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e seis mil cruzados), junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., este na qualidade de agente financeiro da operação, destinada à execução de obras de pavimentação asfáltica, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.  
Senado Federal, 28 de maio de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Humberto Lucena, Presidente, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO Nº 51, DE 1987

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 22.900,06 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.**

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela de nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 22.900,06 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de guias e sarjetas, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.  
Senado Federal, 28 de maio de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

**EXPEDIENTE**  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

PASSOS PÔRTO  
Diretor-Geral do Senado Federal  
AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor Executivo  
LUIZ CARLOS DE BASTOS  
Diretor Administrativo  
JOSECLER GOMES MOREIRA  
Diretor Industrial  
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA  
Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**  
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

Semestral .....	Cz\$ 264,00
Despesa c/ postagem .....	Cz\$ 66,00
(Via Terrestre)	330,00
<b>TOTAL</b>	
Exemplar Avulso .....	Cz\$ 2,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente, nos termos do art. 52, item 30, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº 52, DE 1987**

**Rerratifica a Resolução nº 397, de 1986.**

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 240.000,00 (duzentos e quarenta mil) Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, esta na qualidade de agente financeiro da operação, destinada a promover a execução integrada de obras referentes aos projetos específicos de sistema viário, esgoto fluvial, iluminação pública, educação e cultura e serviço social, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de maio de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente, nos termos do artigo 52, item 30, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº 53, DE 1987**

**Rerratifica a Resolução nº 346, de 1986.**

Art. 1º O artigo 1º da Resolução nº 346, de 5 de dezembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Gandu, Estado da Bahia, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 203.114,00 (duzentas e três mil, cento e quatorze) Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A, este na qualidade de agente financeiro da operação, destinada à implementação do Programa de Complementação Urbana, através de Projetos CUIRA, no Município.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de maio de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

## SUMÁRIO

**1 — ATA DA 30ª SESSÃO, EM 1º DE JUNHO DE 1987****1.1 — ABERTURA****1.2 — EXPEDIENTE****1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República**

Nº 90, 91 e 93/87 (nºs 145, 146 e 147/87, na origem), restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados.

Nº 94/87 (nº 149/87, na origem), de agradecimento de comunicações.

*Submetendo à deliberação do Senado a escolha de nome indicado para função cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:*

Nº 92/87 (nº 148/87, na origem), referente à escolha do Senhor Enaldo Camaz de Magalhães, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.

**1.2.2 — Ofício**

Nº 231/87, do Presidente do Tribunal Federal de Recursos, solicitando a retirada para reexame do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 1986. Deferido.

**1.2.3 — Leitura de Projeto**

Projeto de Lei do Senado nº 17/87-Complementar, de autoria do Senador Odacir Soares, que autoriza os empregados a utilizar o saldo do programa PIS-PASEP para a aquisição de casa própria.

**1.2.4 — Discursos do Expediente**

**SENADOR JAMIL HADDAD**, como Líder — Trabalhos da Comissão Especial do Senado destinados a examinar a questão da dívida externa brasileira.

**SENADOR IRAPUAN COSTA JÚNIOR** — Os trabalhos desenvolvidos na Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado e Regime do Subsolo.

**SENADOR CARLOS ALBERTO**, como Líder — Comportamento e ação do PMDB junto ao Governo.

**SENADOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**, como Líder — Esclarecimentos sobre o assunto objeto do pronunciamento do Sr. Jamil Haddad. Observações de S. Exª concernentes ao discurso do orador que o antecedeu na tribuna.

**SENADOR CARLOS CHIARELLI**, como Líder — Comentários alusivos ao discurso do Sr. Carlos Alberto. Trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial do Senado da dívida externa brasileira.

**SENADOR JAMIL HADDAD**, pela ordem — Reuniões da comissão da dívida externa brasileira.

**1.3 — ORDEM DO DIA**

— Projeto de Resolução nº 16/87, que altera a Resolução nº 1/87, do Senado Federal, que estabelece normas de elaboração Legislativa durante o período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte. **Aprovado** nos termos do Substitutivo, após parecer proferido pelo Senador Alfredo Campos, tendo usado da palavra os Senadores Hugo Napoleão, Virgílio Távora, Itamar Franco, Jamil Haddad e Antônio Farias.

— Redação final do Projeto de Resolução nº 16/87. **Aprovada**. À promulgação.

— Projeto de Resolução nº 42/87, que autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a ratificar a alienação de terras de que trata processo INCRA/PF Corumbá nº 763/75, de interesse do Senhor Horácio Sabino Coimbra. **Votação adiada** por falta de **quorum**, após usarem da palavra os Senadores Maurício Corrêa, José Ignácio Ferreira, José Richa e Cid Sabóia de Carvalho.

— Mensagem nº 439/86 (nº 606/86, na origem), relativa a proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 15.455,00 OTN. **Apreciação adiada** por falta de **quorum**.

— Mensagem nº 491/86 (nº 698/86, na origem), relativa a proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Capanema, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor correspondente a Cz\$ 4.256.000,00 (quatro milhões duzentos e cinquenta e seis mil cruzados). **Apreciação adiada** por falta de **quorum**.

— Mensagem nº 515/86 (nº 760/86, na origem), relativa a proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Anastácio, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 9.117,74 OTN. **Apreciação adiada** por falta de **quorum**.

— Ofício nº S/9 (nº 230/87, na origem), relativo a proposta para que seja ratificada a Resolução nº 335/86, que autorizou a Prefeitura Municipal de Umuarama, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor correspondente a 502.056 UPC. **Apreciação adiada** por falta de **quorum**.

— Mensagem nº 337/86 (nº 468/86, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o governo do Estado de Rondônia a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 150.000,00 OTN, para os fins que especifica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum**, dependendo da votação do Requerimento nº 72/87.

**1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia**

**SENADOR MANUÉTO DE LAVOR** — Redescoberto da censura no País.

**SENADOR OLAVO PIRES** — Atual crise econômico-financeira do País.

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Home-nagens prestadas pela Brazilian-American Chamber of Commerce, Inc. aos Srs. Ozires Silva e Paul F. Orefice, Presidente da Petrobrás e da Dow Chemical Company, respectivamente.

**SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG** — Sistema de governo.

**SENADOR JUTAHY MAGALHÃES** — Política de desenvolvimento urbano.

**SENADOR MAURO BENEVIDES** — Defesa da localização da refinaria de petróleo no Ceará.

**SENADOR LOUREMBERG NUNES ROCHA** — Solidariedade à Campanha Nacional Pró-Isonomia Salarial dos Servidores da SICAM.

**SENADOR MARCO MACIEL** — Discurso de posse na Presidência do Partido da Frente Liberal.

**SENADOR ALBANO FRANCO** — Racionamento de energia elétrica imposto ao Nordeste e a adoção de medidas para propiciar à Região a auto-suficiência energética.

**SENADOR NELSON WEDEKIN** — Caminho do diálogo e do entendimento para solução do movimento reivindicatório dos servidores públicos catarinenses.

**SENADOR JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — Antecipação do horário de funcionamento dos serviços bancários em Vitória. Movimento popular de protesto contra a intensiva remarcação dos preços nos produtos alimentares, no Espírito Santo. Preservação dos parques florestais. Realização, em Vitória, do Seminário "Saúde e Previdência no Campo".

**1.3.2 — Comunicação da Presidência**

Convocação de sessão extraordinária a realizar-se quarta-feira, dia 3, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

**1.4 — ENCERRAMENTO****2 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

— Nºs 138 e 139/87

**3 — ATOS DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO**

— Nºs 8 e 9/87

**4 — PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**

— Nº 17/87.

**5 — SECRETARIA GERAL DA MESA**

— Resenha das matérias apreciadas de 1º a 31 de maio

**6 — ATA DE COMISSÃO****7 — MESA DIRETORA****8 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS**

# Ata da 30ª Sessão, em 1º de junho de 1987

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Senadores José Ignácio Ferreira, Jutahy Magalhães,

Odacir Soares e Meira Filho.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos De'Carli — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Edison Lobão — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Virgílio Távora — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Raimundo Lira — Marco Maciel — Antonio Farias — Mansueto de Lavor — Guilherme Palmeira — Divaldo Suruagy — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — João Calmon — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irupuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Lourenberg Nunes Rocha — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — José Richa — Dirceu Carneiro — Nelson Weckin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol.

**O SR. PRESIDENTE** (José Ignácio Ferreira) — A lista de presença acusa o comparecimento de 59 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário irá proceder a leitura do Expediente.

É lido o seguinte

## EXPEDIENTE

### MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de Projetos de Lei sancionados:

Nº 90/87 (nº 145/87, na origem), de 28 de maio do corrente ano, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1987 (nº 83/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a transferência e movimentação dos servidores da Administração Federal direta e das autarquias federais.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.605, de 28 de maio de 1987.)

Nº 91/87 (nº 146/87, na origem), de 28 de maio do corrente ano, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1987 (nº 7.133/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor

Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a adquirir imóvel, nas condições que especifica, e dá outras providências.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.606, de 28 de maio de 1987.)

Nº 93/87 (nº 147/87, na origem), de 28 de maio do corrente ano, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1987 (nº 61/87, na Casa de origem), que faculta às Comissões Executivas Nacionais dos Partidos Políticos decidir sobre a realização de convenções e dá outras providências.

(Projeto que se transformou na Lei nº 7.607, de 28 de maio de 1987.)

De agradecimento de comunicações:

Nº 94/87, (nº 149/87, na origem), de 29 de maio do corrente ano, referente à aprovação das matérias constantes das Mensagens da Presidência da República nºs 613, 733, 765, 72, 756, 742, 736, 448, 552, 559, 701, 758, 562, 746, 425, 565 e 731, de 1986.

**MENSAGEM — DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, SUBMETENDO À DELIBERAÇÃO DO SENADO A ESCOLHA DE NOME INDICADO PARA FUNÇÃO CUJO PROVIMENTO DEPENDE DE SUA PRÉVIA QUIESCÊNCIA:**

## MENSAGEM

Nº 92, de 1987

(Nº 148/87, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o artigo 42º (item III) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Enaldo Camaz de Magalhães, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh, nos termos dos artigos 56 e 58 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, baixado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986.

2. Os méritos do Ministro Enaldo Camaz de Magalhães, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de maio de 1987. — **JOSÉ SARNEY.**

## INFORMAÇÃO

### CURRICULUM VITAE:

Ministro ENALDO CAMAZ DE MAGALHÃES. Rio de Janeiro/RJ, 11 de dezembro de 1927.

Filho de Henrique de Magalhães e Lucinda Camaz Magalhães.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr. Bacharel em Ciências Econômicas, UEG.

Curso Superior de Guerra, ESG.

Certificado de conclusão do Curso de Fundamentos de Computadores para Executivos (IBM).

Curso de Atualização da Escola Superior de Guerra.

Curso de Colégio Interamericano de Defesa, Washington.

Cônsul de Terceira Classe, 30 de janeiro de 1957. Segundo-Secretário, merecimento, 21 de outubro de 1961.

Primeiro-Secretário, antigüidade 30 de abril de 1969.

Conselheiro, merecimento, 1º de janeiro de 1973. Ministro de Segunda Classe, merecimento, 21 de junho de 1979.

Assistente do Chefe da Divisão de Comunicações, 1957.

Assistente do Chefe da Divisão Comercial, 1958/60.

Assistente do Chefe da Divisão Econômica da América, 1961.

Assistente do Chefe da Divisão da OEA, 1962/63. Subchefe da Divisão de Transportes e Comunicações, 1972/74.

Na Secretaria de Estado, 1978/79.

Havana, Segundo-Secretário, 1963/64.

Havana, Encarregado de Negócios, 1963 e 1964.

Nova York, ONU, Segundo-Secretário 1964/67.

Moscou, Segundo-Secretário, 1967/69.

Moscou, Primeiro-Secretário, 1969/71.

Ottawa, Conselheiro, 1974/78.

Ottawa, Encarregado de Negócios, 1974, 1975 e 1976.

Antuérpia, Cônsul-Geral, 1980/86.

Dhaka, Ministro-Conselheiro, 1986/87.

II Festival Nacional de Banana, Santos, 1959 (representante do MRE).

II Reunião Plenária da Comissão Mista Brasil-Paraguai, Rio de Janeiro, 1961 (membro).

Grupo de Trabalho sobre o Comércio com o Paraguai, 1961 (representante do MRE).

Grupo de Trabalho sobre Fertilizantes, Ministério da Agricultura, 1961 (representante do MRE).

Reunião da Comissão Mista Permanente Brasil-Uruguai-Montevidéu, 1961 (membro da sessão brasileira).

Missão do Brasil às solenidades do Sesquicentenário da Independência do Paraguai, Assunção, 1961 (membro).

Primeiras Reuniões Ordinárias do CIES, Washington, 1962 (membro).

Primeiras Reuniões Anuais do CIES, México, 1962 (membro).

Comissão Organizadora da VII Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para a FAO, Rio de Janeiro, 1962 (membro).

XIX Sessão da Assembléia Geral da ONU, Nova York, 1964 (membro).

I Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento, Nova York, 1965 (membro).

XIII Sessão do Conselho Administrativo do Fundo Especial, Nova York, 1965 (delegado suplente).

Conferência Plenipotenciária sobre Tráfego Comercial de Países sem Litoral, Nova York, 1965 (delegado suplente).

Comitê de Tungstênio da ONU, Nova York, 1965 (delegado).

VI Sessão do Comitê de Desenvolvimento Industrial, Nova York, 1966 (delegado suplente).

Conferência da ONU sobre Cacau, Nova York, 1966 (membro).

Reunião da Organização Internacional de Estandarização, Moscou, 1967 (representante do MRE).

I Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial, Nova York, 1967 (delegado suplente).

Exposição Internacional de Calçados (OBIV 69), Moscou, 1969 (diretor).

Negociações Marítimas, Moscou, 1970 (membro).

Sessão Especial do Subcomitê Jurídico da OACI, Washington, 1972 (chefe).

Reunião de Consulta Aeronáutica, Brasil-Espanha, Madrid, 1972 (delegado).

Reunião de Consulta Aeronáutica, Brasil-Portugal, Lisboa, 1972 (delegado).

Reunião de Consulta Aeronáutica, Brasil-Peru, Lima, 1972 (delegado).

Reunião do Cernai, 1972/1974 (representante do MRE).

XX Período de Sessões do Comitê Jurídico da OACI para a adoção de medidas para a repressão do apoderamento ilícito de aeronaves, Montreal, 1973 (delegado).

Conferência para o estabelecimento da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil, México, 1973 (delegado).

Reunião de Consultas Aeronáuticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha, Rio de Janeiro, 1973 (delegado).

Negociações Aeronáuticas com autoridades venezuelanas, Rio de Janeiro, 1973 (delegado).

Negociações Aeronáuticas entre o Brasil e Israel, Rio de Janeiro, 1973 (delegado).

O Ministro Enaldo Camaz de Magalhães se encontra nesta data no exercício de suas funções de Ministro-Conselheiro na Embaixada do Brasil em Dhaka.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em de de 1986. — Marco César Meira Naslauskys, Chefe do Departamento do Pessoal.

(À Comissão de Relações Exteriores.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Ignácio Ferreira)

— O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Of. nº 231/GP

Brasília, 21 de maio de 1987.

Senhor Senador:

Solicito a Vossa Excelência a retirada do Projeto de Lei do Senado Federal nº 254, de 1986, oriundo deste Tribunal, Mensagem nº 2, de 1986, tendo em vista um reexame da matéria.

Colho a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração. — Ministro **Lauro Leitão**, Presidente do Tribunal Federal de Recursos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Ignácio Ferreira) — A Presidência defere a solicitação. O Projeto de Lei do Senado nº 254/86 vai ao arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Ignácio Ferreira) — Sobre a Mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, de 1987 — Complementar

**Autoriza os empregados a utilizar o saldo do Programa PIS — PASEP para aquisição de casa própria.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, fica acrescido do seguinte § 4º:

§ 4º O titular de caderneta do Programa PIS — PASEP poderá dispor do seu saldo parcial ou total, para aquisição ou construção de casa própria.

Art. 2º O Poder Executivo expedirá regulamentação à presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificação

A alteração ora proposta vem ao encontro dos anseios de milhares de partícipes do Programa PIS/PASEP, cuja finalidade social se completará com a permissão para o saque, nas hipóteses de aquisição ou de construção de casa própria.

O sentido humanitário da Proposição, pois, salta aos olhos e dispensa elos.

Vemos, assim, de suma utilidade a reformulação da Lei Complementar nº 26, de 1975, no particular.

Sala das Sessões, 1º de junho de 1987. — **Oda-  
cir Soares.**

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 26,

DE 11 DE SETEMBRO DE 1975

**Altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).**

Art. 4º As importâncias creditadas nas contas individuais dos participantes do PIS — PASEP são inalienáveis, impenhoráveis e, ressaltado o

disposto nos parágrafos deste artigo, indisponíveis por seus titulares.

§ 1º Ocorrendo casamento, aposentadoria, transferência para a reserva remunerada, reforma ou invalidez do titular da conta individual, poderá ele receber o respectivo saldo, o qual, no caso de morte, será pago a seus dependentes, de acordo com a legislação da Previdência Social e com a legislação específica de servidores civis e militares ou, na falta daqueles, aos sucessores do titular, nos termos da lei civil.

§ 2º Será facultada, no final de cada exercício financeiro posterior ao da abertura da conta individual, a retirada das parcelas correspondentes aos créditos de que tratam as alíneas "b" e "c" do artigo. 3º

§ 3º Aos participantes cadastrados há pelo menos 5 (cinco) anos e que percebam salário mensal igual ou inferior a 5 (cinco) vezes o respectivo salário mínimo regional, será facultada, ao final de cada exercício financeiro, retirada complementar que permita perfazer valor igual ao do salário mínimo regional mensal vigente, respeitadas as disponibilidades de suas contas individuais.

**O SR. PRESIDENTE** (José Ignácio Ferreira) — O projeto lido vai à publicação.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad, como Líder do PSB.

**O SR. JAMIL HADDAD** (PSB — RJ. Como Líder.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Fui surpreendido, sábado, no Rio de Janeiro — lá compareci para um seminário da juventude socialista — ao ler na **Tribuna da Imprensa**, em letras garrafais, na primeira página:

"Senado Investiga A Dívida Externa."

### DEVASSA NO BANCO CENTRAL

A Comissão Especial do Senado que investiga a dívida externa começa na segunda-feira uma ampla auditoria no Banco Central. Além de procurar respostas para 23 itens sobre endividamento, como a origem de cada débito e quanto o País de fato deve, a Comissão vai apurar a diferença de US\$ 1 bilhão relativa à balança comercial do ano passado. Segundo o Senador Carlos Chiarelli, será a primeira vez que se promoverá o inventário da dívida externa brasileira. Os trabalhos da Comissão do Senado deverão durar entre 15 e 20 dias.

Página 8

Esta é a chamada da primeira página. E a matéria, na página 8, com uma bonita fotografia do nobre Senador Carlos Chiarelli, diz que a Comissão da Dívida Externa se reuniu e decidiu entregar essa auditoria a dois nobres membros da Comissão: o Senador Virgílio Távora e o Senador Rônan Tito.

Sr. Presidente, a razão da minha estranheza se deve ao fato de que sou membro da Comissão, não deixei de comparecer a qualquer reunião, desde que tenha sido convocado. E, estranhamente, havendo sido convocado para uma reunião no gabinete do Líder Carlos Chiarelli, telefonei para aquele gabinete e fui informado de que a reunião havia sido transferida. Vim a saber, pelo

nobre Senador Virgílio Távora, que no dia imediato telefonou para o gabinete do Presidente da Comissão, Carlos Chiarelli, e perguntou quando seria a nova reunião da Comissão e S. Ex<sup>a</sup> lhe declarou: "Estamos reunidos agora", o que fez com que o Senador Virgílio Távora comparecesse ao gabinete do Senador Carlos Chiarelli, onde foi, então tomada a deliberação, no sentido de que os dois mencionados Senadores comparecessem ao Banco Central para fazer um levantamento a respeito da dívida externa brasileira.

Quero também, deixar bem claro, que havia eu deixado, na última reunião da Comissão a que compareci com o nobre Relator, Senador Fernando Henrique Cardoso uma série de quesitos a serem respondidos pela direção do Banco Central.

**O Sr. Virgílio Távora** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JAMIL HADDAD** — Com muito prazer, ouço V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Virgílio Távora** — Eminente Senador, de início é para corroborar em gênero, número e grau com o que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo quanto aos fatos acontecidos. Realmente V. Ex<sup>a</sup> e eu fomos convocados para uma reunião no gabinete do eminente Líder do PFL. Lamentavelmente essa reunião não se realizou por razões das mais diversas. Parece-nos que era dia em que se reunia a Executiva do PFL, para depois levarem aquele caloroso apoio a Sua Excelência o Senhor Presidente da República. No dia seguinte, como medida preliminar, telefonei ao Sr. Líder Carlos Chiarelli indagando — ele Presidente que era da Comissão — quando a mesma Comissão iria se reunir de novo, já que era assente entre os Membros da Comissão que deveria haver algumas sessões, não públicas, mas privadas, em que ficassem assentados — assim nos disseram — os pontos básicos do que esta Comissão deveria pedir ao Executivo. Muito bem. O atendimento ao telefone foi feito gentilmente pelo próprio Líder do PFL, que disse: "Não, nós estamos reunidos aqui". Foi a razão a que lá nos dirigíssemos. Mas queremos esclarecer a V. Ex<sup>a</sup> que na reunião, óbvio, a inteligência do Senador Carlos Chiarelli sempre funcionando, "vamos examinar as contas do BACEN", aliás, seguindo mais ou menos esse roteiro a que V. Ex<sup>a</sup> está se referindo, por uma Subcomissão constituída por um representante da Oposição e um representante do Governo, o Vice-Presidente e o Relator adjunto — por o Senador Ronan Tito, nosso colega, haver sido designado pelo Relator, Fernando Henrique Cardoso, naturalmente assoberbado por trabalhos, como Relator auxiliar. Tomamos conhecimento do encontro dos dois ilustres representantes da Maioria Senadores Carlos Chiarelli e Fernando Henrique Cardoso com o Sr. Ministro da Fazenda, com o Sr. Presidente do BACEN, pelos jornais, não pelo jornal que V. Ex<sup>a</sup> está lendo, que traz resumidamente o assunto, mas em um outro, se não me engano, *Folha de S. Paulo*. Não nos recordamos bem, porque temos a notícia há dois ou três dias, quando soubemos que já tinham entabulado negociações necessárias com essas duas autoridades. Hoje, pela manhã, procuramos os Senadores Ronan Tito e Fernando Henrique Cardoso, para nos certificarmos destas novas infor-

mações e desse início de nosso trabalho junto ao Banco Central, hoje segunda-feira, do qual não tínhamos conhecimento. Só isso.

**O SR. JAMIL HADDAD** — Nobre Senador Virgílio Távora, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> é por demais esclarecedor da situação real que atravessa a Comissão que investiga a dívida externa brasileira. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que houve uma reunião desse tipo, logo no início dos trabalhos — para a qual também não fui convocado — quando foi tomada uma decisão de procurar o Presidente da República para conversar com ele sobre a constituição da Comissão para apurar a dívida externa.

Sr. Presidente, o Senado tem, de acordo com o seu Regimento, dentre suas atribuições, a de constituir comissões especiais, Comissões Parlamentares de Inquérito, autonomamente. É um dos deveres do Senado; na realidade, constituir com autonomia comissões para esclarecer determinados fatos que ocorrem na vida do nosso País.

Achei esquisito, estranho a fotografia da Comissão junto ao Senhor Presidente da República, e o Senhor Presidente dizendo que daria toda a ajuda para que a Comissão pudesse chegar a um resultado concreto a respeito da dívida externa brasileira. Foi a primeira atitude da Comissão que me deixou, na realidade, perplexo e me fez ir ao encontro do seu Presidente e manifestar a minha revolta. Talvez eu seja um elemento pernicioso à Comissão, porque sou convocado quando não há reunião e quando há, não sou convocado. Acho que a Nação e o povo brasileiro esperam que esta Comissão não tenha sido constituída para dar prestígio na imprensa escrita, falada e televisada, a qualquer um dos Srs. Senadores; a Nação espera, na realidade, que a Comissão aja com independência, honestidade e que possa entregar à população brasileira o resultado de uma apuração franca, honesta, que não seja toldada, que não seja uma apuração fraudulenta.

Quero deixar bem claro que os membros que compõem essa Comissão são elementos de alto gabarito, contra os quais não tenho absolutamente nada de ordem pessoal em termos de dúvidas; quanto as suas condutas. Agora, sob o aspecto político, existem, talvez, algumas pessoas interessadas apenas no jogo de cena e o nobre Senador Virgílio Távora e o Vice-Presidente da Comissão têm-se empenhado com perguntas que causam da parte das pessoas que são inquiridas até uma certa irritação em razão de querer ir ao fundo do poço, de querer a verdade. Na realidade, estou aqui para denunciar se essa Comissão não cumprir o papel para o qual foi designada. É o que espera, também, a população brasileira.

**O Sr. Virgílio Távora** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JAMIL HADDAD** — Ouço o Senador Virgílio Távora.

**O Sr. Virgílio Távora** — Eminente Senador, lamentavelmente aqui não estão presentes nem o Sr. Presidente, nem o Relator da Comissão. Mas queremos dizer a V. Ex<sup>a</sup>, pois alguns pontos devem ficar bem claros, porque quem está ouvindo V. Ex<sup>a</sup> assim falar tem a impressão de ter a Comissão, agido em completa dissonância. Ainda bem que V. Ex<sup>a</sup> fez uma ressalva, não temos feito outra coisa que procurar chegar à verdade. E agora o Senado que fique atento ao que vamos dizer.

e que ia ser objeto de um discurso, mas, agora, o faremos. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que o ex-Ministro Funaro foi à nossa Comissão. Sessão aberta, S. Ex<sup>a</sup> se indignou bastante quando dúvidas foram colocadas sobre os números da reserva cambial, das nossas divisas, à época em que foi decretada a moratória, e dúvidas, também, quanto ao Balanço Comercial do ano passado. Então, dissemos a S. Ex<sup>a</sup> que estava depondo aqui para o Senado, que seria na sessão secreta, para não prejudicar os interesses do País que iríamos discutir a questão. E na sessão secreta, V. Ex<sup>a</sup> deve estar lembrado: "Ministro, queremos muito bem ao País porque senão teríamos dito de público que as reservas estavam estimadas como o Balanço Comercial de 86, com 1 bilhão a mais nas estimativas oficiais que não respondiam à verdade. Vê V. Ex<sup>a</sup>, e é preciso que os nobres membros do Senado que aqui estejam presentes fiquem cientes de que há esses desajustes, digamos, dentro da Comissão, mas que a Comissão, por intermédio da maioria dos seus membros, tem procurado averiguar aquilo que seja a verdade. Era essa a intenção que queríamos fazer no discurso de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. JAMIL HADDAD** — Nobre Senador Virgílio Távora, mais uma vez V. Ex<sup>a</sup> coloca, no pronunciamento que faço, subsídios de extrema utilidade.

Há um outro fato que me causou estranheza, e também a V. Ex<sup>a</sup> Segundo noticiário de jornal, porque estamos na base do "saber por ouvir dizer", ou por noticiário da imprensa, o nobre Presidente, Senador Carlos Chiarelli — e é pena que S. Ex<sup>a</sup> não esteja presente, fico contristado, porque não sou de fazer críticas pelas costas, quando faço gosto que a pessoa esteja presente, inclusive para me refutar — o nobre Presidente e o Relator, Senador Fernando Henrique Cardoso, estiveram, em nome da Comissão, com o Sr. Ministro da Fazenda e com o Presidente do Banco Central, e os membros da Comissão continuam sem saber do fato, sem saber do que houve, sem saber qual foi a reunião que tomou tal deliberação no sentido de que S. Ex<sup>a</sup> comparecessem representando a Comissão. São fatos estranhos, e quero deixar bem claro, não coloco como sendo de interesses escusos, interesses de não apurar em profundidade. Mas tais fatos estranhos têm ocorrido, parecendo-me muito ligados a problemas de ordem de projeção político-pessoal. Existe algo de podre no Reino da Dinamarca.

**O Sr. Mauro Benevides** — Nobre Senador Jamil Haddad, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JAMIL HADDAD** — Antes terei a maior satisfação em ouvir o nobre Senador João Menezes, que já havia solicitado um aparte. Logo após, ouvirei V. Ex<sup>a</sup>, com muita satisfação.

**O Sr. João Menezes** — Eminente Senador, estou escutando e verifico que V. Ex<sup>a</sup> coloca sempre o Senador Carlos Chiarelli como homem de grande capacidade, um grande lutador, um patriota e procura fazer-lhe também algumas restrições na parte política. Não vejo por que. Por outro lado, V. Ex<sup>a</sup> fala que, convocado para a reunião, ela não se realizou. Deve estar havendo algum mal-entendido aí, porque nenhum membro da Comissão iria dispensar a presença de V. Ex<sup>a</sup>. A presença de V. Ex<sup>a</sup> é muito útil, e todos estão

interessados em que V. Ex<sup>a</sup> compareça. Quem sabe, não foi em um fim de semana, quando convocaram a reunião, e V. Ex<sup>a</sup> não se encontrava em Brasília por qualquer circunstância, tenha, por exemplo, viajado para o Rio de Janeiro ou o convite não chegou a V. Ex<sup>a</sup>. Pode ser que tenha acontecido qualquer coisa assim. Mas não pode haver nada de pessoal do Líder Carlos Chiarelli, que tem o maior apreço por V. Ex<sup>a</sup>, é um dos entusiastas dessa Comissão, como também, todos nós conhecemos o que tem feito em matéria econômica, em matéria financeira, procurando marcar sua posição aqui no Senado. E assim será nessa Comissão, que é da mais alta importância. Tenho certeza que V. Ex<sup>a</sup> não está atribuindo qualquer ato de menos, digamos, respeitoso, menos congressual a si próprio porque faz parte da Comissão. Fique certo de que não irão tomar nenhuma deliberação sem a sua presença. O que pode acontecer é que estejam tomando dados aqui e acolá para trazerem à Comissão a fim de serem discutidos, como V. Ex<sup>a</sup> pode trazer também, não está obrigado a buscar um dado e convidar toda a Comissão para apanhá-lo. Isto poderá acontecer, é só uma hipótese. O que quero ressaltar aqui é que o nobre Senador Carlos Chiarelli tem o maior apreço por V. Ex<sup>a</sup> e seria incapaz de fazer qualquer ato que prejudicasse a indispensável presença de V. Ex<sup>a</sup> na Comissão.

**O SR. JAMIL HADDAD** — Nobre Senador João Menezes, quero deixar bem claro que não tenho nada em termos pessoais contra o nobre Senador Carlos Chiarelli. Pelo contrário, é uma pessoa com quem me relaciono muito bem. Quando ocorreu a minha não convocação à Comissão que deliberou sobre a ida ao Presidente da República, considere como, talvez, uma falta de informação. Mas, o que está ocorrendo são coincidências coincidentes. Houve o segundo fato e, na realidade, houve o terceiro que foi a ida dos nobres presidente e relator ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco Central.

Então, estou aqui, neste momento, fazendo um alerta, porque acho que a Nação espera muito desta Comissão, porque a Nação procura se aprofundar nos dados sobre a dívida externa. A Nação não conhecia nada desta dívida externa e a verdade é que o que ocorre hoje neste País, e ocorre já há algum tempo é sempre maquinado. Agora mesmo no jornal, nós vemos: "Balança Comercial foi Maquinada", diz Salek, que dizer quer, então, nós temos um bilhão a mais colocado como saldo da balança comercial em 1986.

**O Sr. Mauro Benevides** — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte, nobre Senador.

**O SR. JAMIL HADDAD** — É justamente o que o Senador Virgílio Távora declarava que havia uma diferença de um bilhão. E o bilhão apareceu. Ouço, com muita satisfação, o nobre Senador Mauro Benevides.

**O Sr. Mauro Benevides** — Nobre Senador Jamil Haddad, eu gostaria naturalmente de utilizar argumentos semelhantes aqueles que foram agora mesmo mencionados pelo nobre Líder João Menezes no que tange ao Senador Carlos Chiarelli. E digo a V. Ex<sup>a</sup> que o Senador Fernando Henrique Cardoso, também referido por V. Ex<sup>a</sup> no seu pronunciamento na tarde de hoje, jamais cometeria, em relação ao Líder do PSB nesta Ca-

sa, aquele gesto de desconsideração excluindo-o de um contato da maior relevância para a elucidação de um fato de extrema gravidade para a vida brasileira. Mas não seria simplesmente para fazer justiça neste caso, esclarecendo o episódio ao Senador Fernando Henrique Cardoso. É apenas para chamar a atenção de V. Ex<sup>a</sup> e da Casa, já que agora outro fato se adiciona àquela justificativa inicial para a construção de uma CPI, relacionada com a apuração da dívida externa. O meu desejo é chamar a atenção de V. Ex<sup>a</sup> para um instrumento de que dispõe esta Casa e que independeria da formalização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para que todos esses fatos fossem apreciados por parte do Senado Federal. Nós dispomos de uma Comissão que, por preceituação legal, funciona independentemente daquela resolução que se votou recentemente nesta Casa, a Comissão de Controle e Fiscalização do Senado. Poderia V. Ex<sup>a</sup> perfeitamente, ou qualquer Senador, através desse órgão técnico, buscar os esclarecimentos que se tornam indispensáveis, diante da veiculação de notícias como esta relacionada com a maquiagem da balança cambial do País. Veja V. Ex<sup>a</sup> que todos esses fatos, agora apurados por uma CPI específica, quem sabe, poderiam também ser apurados e, permanentemente, no curso de toda a Sessão Legislativa, por esta Comissão de Controle e Fiscalização. E, com isso, o Senado disporia de um instrumento eficaz que, nas mãos dos Senadores, seria, sem dúvida, de extrema valia para resguardar o interesse público. Daí o meu desejo de apartear-lo neste momento, para realçar a importância dessa Comissão, sem ter sido, até hoje, inexplicavelmente, aquela preeminência da estrutura regimental da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Ignácio Ferreira) — A Presidência solicita do prezado Senador Jamil Haddad que conclua seu pronunciamento, uma vez que o seu tempo já ultrapassou em 5 minutos.

**O SR. JAMIL HADDAD** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, deixei bem claro no meu pronunciamento e pelo Relator dessa Comissão. Mas o andar da carruagem não está me satisfazendo. Não sou homem de guardar as coisas, quando acho que elas não estão correndo, até vamos usar uma linguagem, neste momento, muito debatida e muito discutida "ela não está andando nos trilhos". Faz-nos lembrar a Norte-Sul, apenas é a linguagem do momento. Recordo-me de que o Senador Meira Filho, que se encontra à Mesa, presidindo a sessão, fez um requerimento de informações ao Banco Central, a respeito do montante da dívida externa e ouviu do Chefe do Gabinete do ex-Presidente do Banco Central a informação de que haveria necessidade de cerca de 6 meses, para poder fornecer o dado real sobre a dívida externa do Brasil. Como Sr. Presidente, os nobres Senadores Virgílio Távora e Ronan Tito irão ao Banco Central e têm um prazo, segundo informações jornalísticas, de 20 dias para fazer esta auditoria no Banco Central, talvez venham de lá com a informação que haverá necessidade de mais 5 meses e 10 dias, para que possam na realidade, conseguir do Banco Central os dados referentes à dívida externa.

**O Sr. Virgílio Távora** — Antes de V. Ex<sup>a</sup> terminar, permita-nos, aduzir, de que este prazo aí dado nos jornais é um atentado até à nossa inteligência, se o aceitássemos. É um fato. Se a Comissão, pela maioria dos seus membros, já que V. Ex<sup>a</sup> não esteve presente, decidiu que o Vice-Presidente e o Relator adjunto fossem ao Banco Central fazer essas diligências acompanhados de assessores, etc., quer ou não quer a diligência? Se quer, não pode haver esta limitação de tempo, já que nós sabemos — e desde aquela época tinha sido posta em dúvida por um dos membros da Comissão, os dados oficiais que não pode ser feita da noite para o dia. É a informação que temos para dar a V. Ex<sup>a</sup>. Não aceitamos limitação de tempo, pois não somos crianças.

**O SR. JAMIL HADDAD** — Espero na realidade que, como essa informação foi dada pelo Chefe de Gabinete do antigo Presidente do Banco Central, que o atual Presidente fomença esses dados ao nobre Senador Virgílio Távora e ao Senador Ronan Tito, dentro do prazo estipulado, para que seja feita essa auditoria. E espero, também, que o atual Presidente, Sr. Fernando Milliet de Oliveira, receba os membros da Comissão com um sorriso aberto, como devem ser recebidos os Srs. Senadores, membros de uma Comissão da Casa. Não sejam os mesmos recebidos, como foi recebida a delegação do Estado do Espírito Santo, composta de Senadores e vários Deputados Federais do Espírito Santo, que haviam marcado uma audiência com S. Ex<sup>a</sup> e que lá foram tratados como estranhos e pessoas que não merecessem o respeito e a consideração do Presidente do Órgão subordinado, na realidade é a ser fiscalizado pelo Senado da República.

**O SR. PRESIDENTE** (José Ignácio Ferreira) — A Presidência pondera a V. Ex<sup>a</sup> que seu tempo há muito esgotou-se.

**O SR. JAMIL HADDAD** — Diante da advertência de V. Ex<sup>a</sup>, como sou fiel cumpridor do Regimento, encerro a minha fala.

*Durante o discurso do Sr. Jamil Haddad, o Sr. José Ignácio Ferreira, 1<sup>o</sup> Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Meira Filho.*

*Durante o discurso do Sr. Jamil Haddad, o Sr. Meira Filho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Ignácio Ferreira, 1<sup>o</sup> Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Ignácio Ferreira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Irapuan Costa Júnior.

**O SR. IRAPUAN COSTA JÚNIOR** — (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Permito-me prestar breve depoimento nesta Casa sobre o ocorrido em minha Subcomissão da Assembléia Nacional Constituinte (a de Princípios Gerais, Intervenção do Estado e Regime do Subsolo) em vista da polêmica que se instalou com a aprovação de seu anteprojeto. Faço-o em primeiro lugar por ser esta Casa um subconjunto da própria Constituinte e, em segundo, por sentir que muitos aqui não se encontram totalmente ou foram erroneamente esclarecidos, como é o caso do Presidente Humberto Lucena — e aproveito a ocasião para reafirmar por S. Ex<sup>a</sup> minha admiração, meu respeito e minha amizade.

Tivemos naquela subcomissão, como de resto em quase todas as outras, um relator escolhido ideologicamente pelo Líder de meu Partido na Constituinte, relator que agindo independentemente e algumas vezes até prepotentemente sem a tolerância e a conciliação tão brasileira, viria a produzir um anteprojeto seu, não da subcomissão, exageradamente estatizante nem de centro-esquerda, mas de esquerda mesmo, esquecido de que sendo o povo brasileiro, de centro, assim o é a Assembléia Nacional Constituinte que o representa e, via de regra, cada uma das subcomissões.

O resultado não poderia ser outro, Sr. Presidente: o anteprojeto foi democraticamente esmagado pela subcomissão por dois terços de seus votos (e até por mais, em vários momentos) em que pese as ofensas que se tentou perpetrar e as pressões de pessoas estranhas à subcomissão, que ali foram levadas por extremistas, com o propósito de intimidação. Derrotados, batidos os extremistas buscam agora as meias verdades e, às vezes, as completas mentiras para ampliar a campanha de pressão — pois sem pressão onde vão chegar? Minúsculos nos votos não poderiam ser maioria na Constituinte e isto os desespera. Mas as pressões não nos intimidam pois intimidar-se não pode quem tem, como respaldo, os desejos de um povo e a consciência da face que deve ter uma Constituição democrática.

Errou o Líder do meu Partido no seu critério de escolha — não se escolhem homens numa Casa de representação popular (a mais importante delas) para funções importantes ao arripio da própria representatividade.

Escolhesse S. Ex.<sup>a</sup> não os ideologicamente mais à esquerda mas os mais representativos e não teríamos tantos problemas e esse início de cisão que depõe contra todos nós, independentemente até de nossa participação nos episódios. Não teríamos fatos desagradáveis como os que tivemos na Subcomissão da Reforma Agrária (onde, diga-se de passagem, o relator, que é de meu partido, nem titular é, mas suplente, de escassa representatividade portanto) Fosse na minha subcomissão o relator escolhido pela representatividade, pelos n.ºs de brasileiros que votaram, e seria ele o Deputado Luiz Viana Neto (ou outro, do mesmo partido e do mesmo Estado do relator, apenas com uma votação bem mais expressiva) e tenho certeza de que não haveria a intolerância que caracterizou os trabalhos.

Não haveria a ignorância das propostas apresentadas praticamente **in totum**.

Não haveria um anteprojeto repudiado pela grande maioria da subcomissão.

Haveria acatamento de emendas (o relator acabou, de 327, apenas 13 emendas em parte, aquelas que não alteravam a essência de seu relatório).

Haveria, ao final, um projeto melhor, pois temos que reconhecer, a bem da verdade, que o projeto final que confeccionamos deixa a desejar como ajuntamento de partes que é, padecendo às vezes da falta de burilamento e conexão.

Mas é bom que se diga. Não importando os chavões extremistas que se ouvem pelos corredores desta Casa, e bem melhor que o do Relator, para quem, por exemplo, todo o potencial de energia (incluídos aí canaviais, florestas, etc.) deve pertencer à União. Para quem também todas as coleções de águas (incluídos aí os açudes, as

barragens e talvez até as piscinas dos clubes) devem pertencer à União.

Parece-nos até ter se inspirado S. Ex.<sup>a</sup> no art. 11 da Constituição da União Soviética que diz:

"São propriedades exclusivas do Estado: a terra, o subsolo, as águas e as florestas."

Isto para citar apenas um exemplo, sem entrar em outros pontos, como distribuição de gás liquefeito, refino de petróleo, transporte de derivados, etc.

Este é o depoimento, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Passaremos às fases seguintes deste trabalho constituinte com o espírito democrático e conciliador que deve presidir as ações dos homens responsáveis. Vamos dialogar até com os que não têm diálogo na busca da Constituição democrática que o povo brasileiro espera, mas sem intimidação e sem fraqueza, como não poderia deixar de ser.

Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (José Ignácio Ferreira) — A Presidência concede a palavra ao nobre Senador Carlos Alberto, como Líder do PTB.

**O SR. CARLOS ALBERTO** (PTB — RN. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há um consenso, em toda Nação, em torno da constatação de que o País marcha, velozmente, para um dos mais dramáticos impasses de sua história. Dois anos após a instalação de um regime civil, voltamos a nos defrontar, em escala consideravelmente mais ampla, com todos os elementos da crise que resultou no fim do regime militar.

A economia do País, segundo economistas da direita e da esquerda, está esgarçada pelo vavêrem dos pacotes, pela falta de credibilidade dos condutores da área econômica e, o que é mais grave pela ausência de um programa para o País com um mínimo de nitidez e coerência doutrinárias.

No campo político, assistimos a uma cena insólita: o Partido que detém o poder, o PMDB, deflagra, através de uma de suas muitas facções, uma campanha nacional por eleições diretas e propõe a redução do mandato do Presidente da República — que, por sinal, é Presidente de honra do partido e filiado a seus quadros. Por trás dessa aparente contradição, meia-dúzia de candidaturas presidenciais do PMDB movimentam-se yelozmente, encenando um falso rompimento com o Presidente. Falso porque, se de um lado sugerem contrariedade e indignação com os rumos que o Presidente estaria dando à administração, de outro continuam donos dos principais cargos da administração pública — justamente aqueles incumbidos de definir as políticas a serem adotadas.

No campo social, desnecessário entrar em detalhes. O Presidente da República tem em mãos recente relatório, intitulado: "Brasil, Ano 2.000", de autoria do eminente professor Hélio Jaguaribe, que radiografa, com números atualizados, o quadro de miséria do Brasil. Dos 135 milhões de brasileiros, a metade está excluída do processo de produção e consumo — sendo que 40 milhões vivem no que se convencionou chamar de "miséria absoluta", ou seja, quase duas Argentinias de miseráveis.

A crise que aí está não surgiu do dia para a noite. Tem sua origem na falta de um projeto global para a sociedade brasileira. O regime pós-64 modernizou o País e finçou as fundações do Brasilano 2.000. Há, incontestavelmente, méritos nessas conquistas operadas por aquele governo. Há, contudo, uma enorme dívida; a exclusão, desse processo, da maioria dos brasileiros. Falava-se, até há um certo tempo, que antes de dividir o bolo, era necessário que ele crescesse.

Pois bem: o regime do PMDB não apenas não dividiu o bolo com a massa, como simplesmente liquidou com o bolo. Se antes, éramos um País rico, povoado de pobres por todos os lados, hoje o quadro é bem diverso: somos um país pobre, cercado de miseráveis por todos os lados.

O PMDB, ao longo de sucessivas campanhas eleitorais e em sua atuação neste Parlamento, sempre sustentou a ideia de um programa que, sem abrir mãos das conquistas obtidas no regime pós-64 — e que tornaram o País a oitava economia do mundo —, resgataria sua população pobre. Com essa retórica, o PMDB ganhou eleições, cresceu e transformou-se no principal partido do País, dono das maiores bancadas na Câmara e Senado, titular de 22 governos estaduais, de numerosas prefeituras, da maioria dos ministérios e da própria Presidência da República.

O êxito inicial do Plano Cruzado parecia a confirmação dessas promessas. Foi, de fato, uma boa idéia — atropelada pela cupidiz eleitoral do partido, que não permitiu ajustes na economia em tempo hábil e acabou praticando um verdadeiro estelionato eleitoral.

E é justamente esse estelionato que está na origem do quadro de ingovernabilidade que aí está. Jamais, como no Plano Cruzado, a população brasileira acreditou tanto em seus homens públicos. Mobilizou-se, exerceu sua cidadania em altos padrões de civildade, admitiu sacrifícios pessoais, entregou, enfim, um cheque em branco nas mãos do Governo. E o cheque, como se veria adiante, seria devolvido sem fundos.

A decepção oriunda desse episódio — e constatada cinco dias após as eleições de novembro passado, com o Cruzado II —, está na base de revolta que hoje se percebe na sociedade brasileira.

E o Presidente Sarney é a grande vítima de todo esse processo. É a vítima de seu próprio partido, que jamais lhe devotou lealdade. Senão, vejamos: o Plano Cruzado foi elaborado pelos chamados "economistas do PMDB", talentosos rapazes recrutados nas universidades paulistas e cariocas. O Plano parecia consistente, embora sua edição exigisse coragem política. Ao Presidente Sarney não faltou coragem, que obteve resposta imediata da população. Ao PMDB, porém, faltou coragem para promover os inadiáveis e amargos ajustes no Plano.

O êxito inicial do empreendimento, sem precedentes em matéria de ato de Governo, foi faturado integralmente pelo PMDB. Seu parceiro na Aliança Democrática, o PFL, foi inteiramente excluído das comemorações do Cruzado e, em consequência, não colheu dividendos eleitorais.

Os que acompanharam a última campanha eleitoral em todo o País recordam-se, seguramente, que dois personagens foram o tema central dos discursos nos palanques peemedebistas: o Presidente Sarney e o suposto pai do Cruzado,

Dílson Funaro. Em torno deles, girou a campanha do PMDB — que, para impedir maiores sobressaltos, proibiu o presidente de promover os ajustes que o quadro econômico reclamava (entre eles, o descongelamento dos preços). A isso, chama-se estelionato eleitoral. Serviu-se ao eleitor a idéia de que os problemas econômicos do País estavam definitivamente saneados. E, como é óbvio, não estavam. O PMDB apenas jogava a cinza do cigarro para debaixo do tapete.

Superado o episódio eleitoral, mergulhou o País rapidamente na realidade plantada, por detrás das cortinas, pela administração econômica do PMDB.

O Presidente Sarney foi surpreendido pelos acontecimentos. Em mais de uma ocasião — e, numa delas, em encontro com os dirigentes sindicais —, confessou-se “enganado” pela área econômica. Como não é economista, não dispunha dos meios para questionar as afirmações otimistas que lhe eram formuladas pela assessoria peemedebista, de olho na generosidade das urnas.

A crise que aí está — ou por outra, a ingovernabilidade dessa crise — é resultado dessa gigantesca farsa eleitoral. E o que faz então o PMDB? Simplesmente finge nada ter a ver com o problema, passa a despejar sobre o Presidente Sarney toda a responsabilidade pelo desastrado quadro econômico e, ao invés de lhe oferecer solidariedade, passa a pedir “Diretas-já”.

**O Sr. Nelson Wedekin** — V. Ex<sup>a</sup> vai permitir o aparte, nobre Senador, ou vai terminar o seu discurso primeiro?

**O SR. CARLOS ALBERTO** — Eu darei o aparte dentro de mais alguns instantes; deverei prolongar um pouco mais, até que V. Ex<sup>a</sup> possa alcançar...

**O Sr. Nelson Wedekin** — Já alcancei, Ex<sup>a</sup>

**O SR. CARLOS ALBERTO** — Mas quero que alcance mais longe.

**O Sr. Nelson Wedekin** — A profundidade de seu discurso já nos fez, a todos, alcançar.

**O SR. CARLOS ALBERTO** — A inflação está descontrolada, então o PMDB tem que pedir “Diretas, já”. V. Ex<sup>a</sup> tem o aparte.

**O Sr. Nelson Wedekin** — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> para dizer, em primeiro lugar, que o seu discurso contém uma série muito numerosa, muito extensa, de equívocos a respeito do papel exercido pelo meu Partido, o PMDB. Em primeiro lugar, é grosseiro equívoco dizer que o meu Partido está a pedir “Diretas, já” neste momento. Se V. Ex<sup>a</sup> afirmasse que um ou outro Senador, um ou outro Deputado, uma ou outra Liderança do meu Partido estivesse a pedir “Diretas, já”, acho, até, que poderíamos concordar. Na verdade, o PMDB, como Partido, em momento algum se definiu a favor de “Diretas, já”, porque o máximo que pode estar acontecendo são posições como a minha, que defendo eleições em 15 de novembro de 1988. Mas não era exatamente sobre isto que gostaria de falar. Acontece que em uma das intervenções que V. Ex<sup>a</sup> fez, V. Ex<sup>a</sup> coloca o PMDB como uma espécie de culpado por todos os males que ocorrem neste País. V. Ex<sup>a</sup> salva, por exemplo, o outro Partido da Aliança Democrática, o PFL. V. Ex<sup>a</sup>, também, livra a responsabilidade do Presidente

da República para concluir, de uma forma absolutamente aleatória e arbitrária, que todos os males existentes neste País, neste momento, são de responsabilidade do meu partido. E alude a algo que é colocado com muita frequência, não apenas por V. Ex<sup>a</sup>, que chamam de estelionato eleitoral. Eu queria dizer a V. Ex<sup>a</sup> que este é um dos grandes equívocos em que incorrem os partidos que não gostam, que não têm apreço pelo PMDB. O PMDB ganhou a eleição em 1986, verdade, sim, que em parte pelo êxito do Plano Cruzado, verdade, sim, em parte pelos êxitos do governo da Nova República e do Presidente Sarney como um todo, mas certamente não é verdade que nós somente ganhamos por isto. Tanto assim que o PFL, que é o outro Partido da Aliança Democrática, deveria ter feito, por exemplo, 12 governadores e que nós também tivéssemos feito 12. O certo é que o PMDB ganhou a eleição pelo papel que teve ao longo do regime autoritário neste País. Isto é extraordinariamente comum em todos os países que vivem um novo momento de liberdade como viveu o nosso País, isto é, o partido que fez a resistência democrática, o partido que era a principal força política de Oposição ao regime sempre sai vitorioso, é comum que saia vitorioso nos momentos de liberdade. Mas o que eu quero dizer, Ex<sup>a</sup>, apenas para terminar agradecendo pelo aparte o que há de errado, de equívocado no seu discurso, o que há de exagerado, é dizer que o PMDB é responsável por tudo isto que aí está, quando V. Ex<sup>a</sup> sabe que muitos dos problemas que hoje estamos vivendo são decorrência daquilo que muitos não gostam de falar: os vinte anos de regime autoritário, desnacionalizante, concentrador de renda, um regime, enfim, que mais males fez do que bem a este País. Muito obrigado.

**O SR. CARLOS ALBERTO** — Meu caro Senador, quando eu aqui coloco em primeiro plano o PMDB, eu o coloco porque me parece que, se não me falha a memória, a área econômica do Governo tem o comando do PMDB; é o PMDB que controla a área econômica e a política econômica do Governo do Presidente José Sarney. E foi o próprio PMDB que foi para as ruas com uma retórica que empolgou as massas, que levantou as multidões e que galvanizou votos para eleger vinte e dois governadores. Mas foi esse mesmo PMDB, que era sócio do Poder, que ganhava eleições porque tinha o comando da política econômica, que, depois, sócio do Poder, não queria ser sócio da crise, e a crise aí está. E o PMDB não é sócio desta crise. É preciso que se chegue a esta Nação e se diga: se o PMDB ontem tomou posição para levantar as massas e para conquistar uma vitória nas urnas com o voto do povo, se ele era sócio de um Poder que estava fazendo com que o povo aplaudisse o Governo, que ele venha também, hoje, a se associar a esta crise que aí está. Mas ele foge da crise. E foge como, Sr. Senador?

Um segmento do seu Partido foge, foge, e querendo usar o mesmo proselitismo, a mesma retórica demagógica, ele foge dizendo: “se a inflação está alta, “diretas já”; se há problemas neste País, “diretas já”. É preciso assumir. Se esse Partido tem ônus, tem bônus, ele precisa também pagar o bônus. Ele é o Governo e ele tem que assumir o Governo, tem que ser chamado à responsa-

bilidade; não pode, sim, é um partido que está no Poder, ganhando as benesses do Poder e mamando nas tetas do Poder, estar criticando toda a hora e todo instante o Poder, fugindo com vergonha de um resultado positivo que teve nas urnas em 15 de novembro que passou, quando elegeu 22 Srs. Governadores e a Maioria deste Senado.

Esse é o Partido que está no Poder, mas tem vergonha de dizer que está no Poder, porque ele está tão-somente servindo-se do poder e com vergonha de assumir a crise.

**O Sr. Nelson Wedekin** — V. Ex<sup>a</sup> está falando de todo o PMDB, ou está falando de um ou outro Senador ou Deputado? Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> fosse muito claro, porque no primeiro momento do seu discurso V. Ex<sup>a</sup> falou do PMDB como um todo. O PMDB é um Partido suficientemente democrático, V. Ex<sup>a</sup> sabe disto e não mantém posições fechadas. Há divergências internas no PMDB, V. Ex<sup>a</sup> sabe.

**O SR. CARLOS ALBERTO** — Acho que V. Ex<sup>a</sup> talvez não tenha ouvido...

**O Sr. Nelson Wedekin** — É necessário que V. Ex<sup>a</sup> precise a sua crítica, V. Ex<sup>a</sup> não pode falar do PMDB como um todo, V. Ex<sup>a</sup> não pode nos acusar a todos aqui, por exemplo, de ter vergonha de pertencer ao Poder, V. Ex<sup>a</sup> não pode dizer que nós não assumimos os ônus porque muitos de nós aqui assumimos os ônus, e às vezes, Senador, nenhum dos ônus a que V. Ex<sup>a</sup> se refere. V. Ex<sup>a</sup> está muito mal-informado a respeito da situação interna do PMDB. O que V. Ex<sup>a</sup> não pode dizer, porque é equívocado, porque é errado, é que todo o PMDB tem essa posição a que V. Ex<sup>a</sup> se refere: não é correto, não é verdadeiro, é equívocado, insisto nisso.

**O SR. CARLOS ALBERTO** — Tenho a impressão que V. Ex<sup>a</sup> não estava atento ao meu discurso, porque na primeira página do meu discurso, eu dizia, vou repetir para V. Ex<sup>a</sup>: “no campo político, assistimos a uma cena insólita; o partido que detém o Poder, o PMDB, deflagra, através de uma de suas muitas facções” — veja lá, Senador.

**O Sr. Nelson Wedekin** — Lamento Senador, em vários momentos V. Ex<sup>a</sup> se referiu ao PMDB como um todo. Nesta parte do seu discurso, realmente, V. Ex<sup>a</sup> faz referência a uma das facções. Mas em quase todo o seu discurso, o que V. Ex<sup>a</sup> quer passar é que o PMDB, como um todo, é o responsável por todos os problemas que existem neste País; o PMDB, como um todo, não defende o Governo; o PMDB, como um todo, quer “Diretas-já”, e são equívocos na sua formulação.

**O SR. CARLOS ALBERTO** — V. Ex<sup>a</sup> quer “Diretas-já” quando?

**O Sr. Nelson Wedekin** — Quero em 15 de novembro de 1988. Qual é o problema?

**O SR. CARLOS ALBERTO** — Então, V. Ex<sup>a</sup> contraria a posição do Partido de V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Nelson Wedekin** — Não, de modo algum; ao contrário, acho que a posição de defender diretas em 15-11-88 é a verdadeira posição.

**O SR. CARLOS ALBERTO** — V. Ex<sup>a</sup> não pertence ao PMDB do Presidente?

**O Sr. Nelson Wedekin** — O PMDB, V. Ex<sup>a</sup> deve saber, não pertence a ninguém em particular, nem sequer ao Presidente da República.

**O SR. CARLOS ALBERTO** — A tese do Presidente da República...

**O Sr. Nelson Wedekin** — O PMDB é um partido grande, é um partido nacional, um partido em que as várias facções têm o direito, como eu tenho, de defender eleições em 15 de novembro de 1988.

**O SR. CARLOS ALBERTO** — Então V. Ex<sup>a</sup> pertence àquela facção que não está satisfeita com o Presidente José Sarney.

**O Sr. Nelson Wedekin** — Defendo eleições em 15 de novembro de 1988, só isso.

**O SR. CARLOS ALBERTO** — Então V. Ex<sup>a</sup> está naquela: se a inflação está descontrolada, "Diretas-já".

**O Sr. Nelson Wedekin** — "Diretas-já" são diretas já; diretas em 15 de novembro de 1988, é outra data...

**O Sr. Chagas Rodrigues** — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (José Ignácio Ferreira) — A Presidência pondera ao nobre orador que seu tempo se encontra esgotado.

**O SR. CARLOS ALBERTO** — Vou tentar terminar meu discurso, Sr. Presidente, pedindo a gentileza de V. Ex<sup>a</sup>...

**O Sr. Chagas Rodrigues** — Permitiria V. Ex<sup>a</sup> um rápido aparte?

**O SR. CARLOS ALBERTO** — Vindo do Piauí, aí é que vou permitir, porque vem da minha região, do Nordeste sofredor; permitirei dentro de um minuto.

"O galinho salarial transformou-se numa metralhadora giratória contra patrões e empregados?" "Diretas-já!"

As taxas de juros estão na estratosfera, inviabilizando o capitalismo brasileiro? "Diretas-já!"

Esta é uma monumental farsa que o maior partido do ocidente busca agora servir à população.

A esquizofrenia das relações PMDB/Governo atingiu tais níveis que sequer o prazo de duração do mandato do Presidente, algo mais que elementar, o partido majoritário dignava-se a fixar.

O Presidente Sarney foi eleito com base na Constituição em vigor, que fixa em seis anos o mandato do Presidente e de seu vice. Foi, porém, eleito no bojo de uma ampla aliança política, que previa a mudança da ordem jurídica vigente. Nestes termos, o Presidente admitia rever o prazo de duração de seu mandato.

Fez mais: como democrata, transferiu aos partidos que o apóiam a tarefa de decidir a questão. Só que tal não ocorreu: o PMDB — o majoritário dos partidos da Aliança — transformou a questão do mandato em instrumento de chantagem política, cujo objetivo era conservar o Presidente sob um sádico controle, adiando sempre aquela decisão:

O Presidente, no entanto, reagiu. Foi à TV declarar a todo o País que, embora a Constituição lhe faculte um mandato de seis anos, abria mão, em nome do processo de transição, de um ano desse mandato.

Com isso, o Presidente obteve alguns trunfos preciosos:

1º) Pôs fim a uma indefinição que o impedia de governar e o enfraquecia perante os credores externos;

2º) Restabeleceu o princípio da autoridade, sem o qual não se governa coisa alguma;

3º) Obrigou o PMDB a promover a sua "hora da verdade". Isto é, quem, no Partido, está efetivamente com o Presidente e quem está contra. O Presidente quer reencensar os seus adeptos, certo de que as perdas que terá no PMDB serão amplamente compensadas pelas novas adesões nos demais Partidos.

Sirvo-me de um editorial do **Jornal do Brasil**, de 11 de maio último — mas cujo teor já foi objeto de editoriais de todos os grandes jornais da imprensa brasileira —, para ilustrar melhor o comportamento ambíguo do PMDB. Diz trecho desse editorial:

"A crise de confiança em que a sociedade brasileira mergulhou decorre não apenas da frieza dos números e das taxas de juros, mas fundamentalmente de um rarefeito ambiente político, em que o partido majoritário, o PMDB, assumiu a mais dúbia e descompromissada atitude jamais vista por este País em períodos democráticos. A máquina assumiu todas as vantagens e mordomias do poder, sem se comprometer com qualquer estratégia estabilizadora, pois não quer pagar o preço da austeridade."

**O Sr. Chagas Rodrigues** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Carlos Alberto?

**O SR. CARLOS ALBERTO** — Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Chagas Rodrigues** — Nobre Senador Carlos Alberto, realmente V. Ex<sup>a</sup> vê a realidade política nacional sob o prisma de um partido pequeno, como é o de V. Ex<sup>a</sup>. As vitórias do PMDB não vieram somente de 1986. Em 1985 elegemos os prefeitos de quase todas as capitais do País. Essas vitórias vêm de longe. Eu admiro V. Ex<sup>a</sup>, sua inteligência, sua mocidade, mas me surpreendo, porque o comum em qualquer parlamento, típico de um sistema parlamentarista, ou de um congresso em regime presidencial, é o orador crítico ou elogiar o Governo. Não sei se V. Ex<sup>a</sup> está apoiando o Governo. O que sei é que o partido de V. Ex<sup>a</sup> tem facções que o apóiam, e outras que estão contra o Presidente da República. Mas, o que me surpreende mesmo é V. Ex<sup>a</sup> fazer um discurso contra um partido, o PMDB, quando sabe que estamos numa fase de transição. O PMDB apóia o Governo, mas sabemos que o candidato que o PMDB indicou para a Presidência da República teve um fim trágico. Apoiamos o eminente Senador José Sarney, que era candidato a Vice-Presidente. E Sua Excelência está numa fase de transição; não faz um Governo nem do PMDB e nem do PFL. O Presidente tem uma posição que todos respeitamos. De modo que V. Ex<sup>a</sup> está sendo injusto com o nosso partido. E seria bom que nos esclarecesse qual é a posição do seu partido? Se o PTB apóia o Governo ou se é um partido de oposição? E se V. Ex<sup>a</sup> está ou não de acordo com o seu Partido, para que nós possamos ter uma visão mais clara do quadro político?

**O SR. PRESIDENTE** (José Ignácio Ferreira) — A Presidência pondera ao nobre orador que

conclua o seu discurso, uma vez que já ultrapassou em oito minutos.

**O SR. CARLOS ALBERTO** — Vou encerrar, Sr. Presidente.

V. Ex<sup>a</sup> pede definição da posição do meu partido, mas, talvez, eu tenha de ser futurologista sobre o seu partido, porque saber a posição do seu partido está muito difícil. E V. Ex<sup>a</sup>, então, pede a definição do meu...

**O Sr. Chagas Rodrigues** — A nossa posição é clara: o nosso partido apóia o Presidente da República, mas não é responsável totalmente, porque é um Governo que tem o apoio de vários partidos, inclusive, ao que parece, o partido de V. Ex<sup>a</sup> também quer apoiar, o que é um direito!

**O SR. CARLOS ALBERTO** — Claro, o apoio do Partido de V. Ex<sup>a</sup> é dos mais significativos, e quer tirar mais dois anos... Este é um grande apoio!

**O Sr. Chagas Rodrigues** — Esta é uma tese de Direito Constitucional. O período de seis anos não resultou sequer de emenda votada pelo Congresso Nacional. Resultou de uma emenda constitucional imposta pelo ditador Geisel. O período de seis anos não representa a vontade do povo nem a vontade da Constituição.

**O SR. CARLOS ALBERTO** — E V. Ex<sup>a</sup> jurou aquela mesma Constituição.

**O Sr. Chagas Rodrigues** — Jurei sob reservas.

**O SR. CARLOS ALBERTO** — Como o Presidente Sarney jurou.

**O Sr. Chagas Rodrigues** — Nós não temos Constituição: nós temos uma Carta Constitucional imposta por uma ditadura que está morrendo, mas que ainda não morreu.

**O SR. PRESIDENTE** (José Ignácio Ferreira, Fazendo soar a campanha.) — A Presidência solicita ao nobre Senador aparteante que não faça discurso paralelo.

**O SR. CARLOS ALBERTO** — Só que o Presidente, meu caro Senador, jurou a Constituição. Não vamos discutir aquilo que não há como discutir, pois Sua Excelência jurou a Constituição.

Para encerrar, Sr. Presidente, porque o nobre Senador do PMDB está preocupado em saber qual a minha posição. Eu sou Líder de mim mesmo, eu sou Líder do PTB.

A verdade, Sr. Presidente, é que eu estou aqui vivendo o momento de turbulência e querendo saber a que caminhos o PMDB quer levar a todos nós? Por isto vim à tribuna do Senado Federal para fazer este discurso, quem sabe, possamos amanhã ter algumas respostas aqui a cerca de programa de ação do Governo, aliás do PMDB, junto ao Governo. Sr. Presidente, concluindo, ainda dentro do editorial do **Jornal do Brasil** eu diria o seguinte:

O editorial aborda também a questão que mencionei há pouco, sobre as pressões que impediram que a economia recebesse os inadiáveis ajustes. E vai adiante, ao advertir contra a repetição dessa distorção sobre o novo Ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

Leio novo trecho do mesmo editorial, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Não é palavra minha, não é a palavra do editorial do **Jornal do Brasil**.

Eu estou lendo aqui o editorial do **Jornal do Brasil**; depois V. Ex.<sup>a</sup> não vá me apartear porque em verdade, terá que apartear o editorialista do **Jornal do Brasil**:

"Para restaurar a credibilidade, é preciso que os Ministérios da Fazenda e do Planejamento se entendam em torno das metas factíveis de crescimento da economia e rejeitem o populismo implícito nas propostas simplistas de distribuição de renda via salários, antes que a renda real cresça via investimentos e aumento de produção. O Ministro da Fazenda, um homem sério e de competência comprovada, precisa ficar a salvo das pressões palacianas e do PMDB para forçarem soluções milagrosas e indolores. Do jeito que o País se encontra, não há espaço para soluções indolores. O PMDB, na medida que empurrar pela goela do País plataformas populistas, irá se distanciando cada vez mais das exigências do momento histórico que vivemos. Esse Partido pode, na verdade, entrar para os Anais da nossa vida democrática como a legenda que empurrou o Brasil para a hiperinflação e um caos econômico de resgate cada vez mais doloroso e difícil."

Este é um trecho do editorial do **Jornal do Brasil**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Ignácio Ferreira)

— A Presidência volta a solicitar ao ilustre Senador Carlos Alberto que conclua o seu pronunciamento.

**O SR. CARLOS ALBERTO** — Vou concluir, Sr. Presidente.

São palavras de um eminente e imparcial órgão de nossa imprensa, não de um político apaixonado. E que podem ser resumidas numa única frase-apelo aos peemedebistas: desçam dos palanques! Está na hora de assumir não apenas os ônus, mas os ônus inerentes aos governantes!

É impossível, num País em crise e com sua economia destroçada, governar de cima dos palanques; querer corrigir distorções sem contrariar ninguém. F como diz o velho chavão: não se faz orem sem quebrar os ovos.

Não é, porém, apenas da volúpia do aplauso que padece o PMDB. O Partido é composto por facções ideologicamente diversas e, até, excluídas. Há facções que defendem os cânones da economia de mercado e condenam a intervenção do estado na economia. A essa facção, por exemplo, pertence o eminente Deputado Cardoso Alves. Há outras que defendem justamente o contrário: a manutenção da intervenção estatal no processo econômico, a pretexto de evitar a desnacionalização de nossa economia. A essa facção estatizante, por sua vez, pertence o nobre Senador Severo Gomes.

Há, ainda, setores do partido que reagem à reforma agrária e outros simplesmente incumbidos no Executivo de comandá-la. O resultado é simples: não há reforma agrária.

É justamente esse o receio que, como político, tenho do comportamento contraditório do PMDB: sendo um partido sem nitidez doutrinária, formado por facções que em comum têm apenas a sedução do poder, transmite ao País esse sentimento de confusão, sonogando-lhe saídas para os numerosos problemas que o atormentam.

Não estou aqui afirmando que da pluralidade não possa surgir um projeto consensual para a sociedade. Afirmando, isto sim, que esse caminho não está sendo buscado.

O Presidente José Sarney tem reiterado, exaustivamente, que é necessário buscar-se um pacto social para que o País supere pacificamente o presente quadro de dificuldades. Na primeira vez em que o Presidente formulou essa proposta, a crise era menos aguda. Ela foi reiterada ao tempo de sucesso do Plano Cruzado. E foi novamente repetida há dias.

Não apenas o Senhor Presidente tentou, por seu lado, dar consequência prática à ideia. Primeiramente, enviou como emissário do Executivo o Ministro do Trabalho, que conversou com empregados e patrões. A seguir, foi pessoalmente conversar com esses dois segmentos. Faltou-lhe, no entanto, respaldo político. O pacto social, num regime democrático e de partidos, só funcionará se intermediado pelos partidos. E o PMDB não quis se envolver numa empreitada em que, ao invés de clichês eleitorais, teria que propor medidas concretas, que certamente iriam contrariar ambas as partes.

Falta ao Partido majoritário a coragem de enfrentar as vaías. Numerosas vezes, o interesse público tem como pano de fundo a incompreensão e os apupos. Muitas vezes, os aplausos refletem equívocos — e aí basta lembrar os "bons tempos" do Cruzado. Os aplausos daquela época são as vaías de hoje.

Não sendo, pois, o PMDB capaz, apesar de amplamente majoritário, de operar um pacto com a sociedade, nem por isso deve desistir o Presidente Sarney de alcançar esse propósito.

Deve, sem excluir os partidos que o apóiam, convocar todas as forças políticas — em princípio, sem qualquer exclusão — para um pacto nos moldes do célebre Pacto de Moncloa, da Espanha. Esse pacto determinaria a cota de sacrifício que cada segmento da sociedade estaria disposto a dar e fixaria o prazo para a sucessão presidencial. Não basta a Constituinte, de cima para baixo, tratar do tema. A sociedade está inquieta e quer providências urgentes, que produzam efeitos imediatos, bem antes da promulgação da futura Carta Magna.

O comando de todo esse processo, como é óbvio, deve caber ao chefe da Nação. E deve começar imediatamente a articulação de uma nova política para este País. Trata-se de iniciativa suprapartidária, de absoluto interesse público. O que está em jogo não é o Governo do PMDB e do PFL. É o próprio destino do País, mergulhado na maior crise de toda sua história.

O momento é de união nacional. E, nesses termos, temos o dever de trocar o partidarismo pelo patriotismo. Insistir no contrário é tráfegar na contramão do bom senso.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. CARLOS ALBERTO EM SEU DISCURSO.)

#### O PREÇO DA INFLAÇÃO

A economia brasileira caiu em febre alta inflacionária. Acelerada por uma crise de confiança que varre desde as prateleiras dos supermercados — para onde os consumidores correram tentando estocar o que estivesse à mão — até as bolsas de valores, onde os índices das ações passaram pelos solavancos da mais selvagem montanha-russa dos últimos vinte anos.

O detonador da crise foi uma operação tecnicamente correta, comandada pelo Banco Central, mas politicamente desastrosa, puxando as taxas de juros no **overnight** do por letras do BC da média de 28,27 por cento para 38,70 por cento entre a quarta e quinta-feira. Como as letras do Banco Central terminaram se transformando no grande indicador oficial da inflação (e da correção monetária de volta à economia brasileira com outro figurino) cedo as contas foram feitas e o desastre ficou evidente: a inflação oficialmente reconhecida pelo Governo pulou de 17,2 por cento para 19,5 por cento ao mês. Projetados para doze meses, esses índices significam uma inflação de 748 por cento.

A crise de confiança em que a sociedade mergulhou decorre não apenas da frieza dos números e das taxas de juros, mas fundamentalmente de um rarefeito ambiente político, em que o partido majoritário, o PMDB, assumiu a mais dúbia e descompromissada atitude jamais vista por este País em períodos democráticos. A máquina assumiu todas as vantagens e mordomias do poder, sem se comprometer com qualquer estratégia estabilizadora, pois não quer pagar o preço da austeridade.

A crise de confiança decorre, mais que isso, da crescente polarização ideológica e da politização das decisões econômicas, com vastos segmentos do partido majoritário pressionando para aumentar a estatização da economia, já esmagada pelos déficits públicos, o empreguismo nos Estados, pilhas de subsídios, tarifas desordenadas e brutal ineficiência de empresas estatais.

Ficamos, deploravelmente, esmagados entre um Brasil arcaico e um Brasil com uma economia ágil, capaz de responder com rapidez na agricultura, no comércio, na indústria, nos setores financeiros mais delicados, desde que a isso estimulada dentro das margens da estabilidade e da liberdade imprescindíveis a qualquer atividade produtiva. O fruto da convivência e do choque violento entre o velho e o novo, num arco que vai desde o apodrecimento das lideranças fisiológicas até os interesses mascarados dos sócios do poder, é a desordem a que assistimos nos mercados o desinvestimento e a ameaça de hiperinflação.

Correm em paralelo hoje, neste País, a coerência e a incoerência. Os mecanismos que têm uma melhor base técnica, como os do Banco Central, são capazes, ainda que agindo em espaços que poderiam ser evitados, como ocorreu com o **overnight** na semana passada, de adotar uma estratégia com um mínimo de lógica. O preço do dinheiro sobe porque a inflação sobe, e não para aumentar imediatamente o lucro do sistema financeiro. O que pode estar errado na prática atual é ter-se transformado um instrumento de política monetária, como a colocação de letras do Banco Central, num balizador que dispara em todas as direções sinalizando a alta geral

dos preços. Eis aí um subproduto da desmoralização dos índices e da herança de descontroles que a administração anterior deixou para a atual na área econômica.

Corrigir tudo isso não é fácil, e irá requerer coesão e consistência nacionais. A primeira verdade que precisa ser entendida para descartar as propostas estatizantes é que a economia brasileira não é uma economia frágil e vulnerável, a despeito de todos os seus problemas. O setor privado está aparelhado e pode articular suas propostas e alternativas para a administração, ocupando os espaços que um caótico setor público vai deixando vazio. Bastaria, para conter o bloco estatizante, lembrar que o País colheu uma safra graças ao esforço do agricultor privado, mas estamos ameaçados de perder os grãos pela ineficiência dos armazéns do Estado, a falta de estradas, de silos, de portos, de infra-estrutura e até mesmo do suporte financeiro promovido e devido pela administração federal. É preciso insistir na reabertura da nossa economia para o exterior, admitindo que podemos ter uma nação estável e com preços sob controle, o que até países menores e mais cheios de limitações, como a Bolívia e o Uruguai, estão conseguindo.

Precisamos entender que o Brasil não pode fugir a um entendimento com o Fundo Monetário Internacional e com os seus credores no exterior, para desbloquear não só os créditos, mas ainda os investimentos externos indispensáveis à retomada de taxas mais altas de crescimento do produto bruto.

Para restaurar a credibilidade é preciso que os Ministérios da Fazenda e do Planejamento se entendam em torno de metas factíveis de crescimento da economia, e rejeitem o populismo implícito nas propostas simplistas de distribuição de renda via salários, antes que a renda real cresça via investimentos e aumento da produção. O Ministro da Fazenda, um homem sério e de competência comprovada, precisa ficar a salvo das pressões palacianas e do PMDB para forçarem soluções milagrosas e indolores. Do jeito que o País se encontra, não há espaço para soluções indolores. O PMDB, na medida que empurrar pela goela do País plataformas populistas, irá se distanciando cada vez mais das exigências do momento histórico que vivemos. Esse partido pode, na verdade, entrar para os anais da nossa vida democrática como a legenda que empurrou o Brasil para a hiperinflação e um caos econômico de resgate cada vez mais doloroso e difícil.

#### O SR. PRESIDENTE (José Ignacio Ferreira)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, como Líder do PMDB.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** (PMDB — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Como de hábito serei breve na utilização do meu tempo de Liderança, mas queria, em primeiro lugar, embora não estando presente quando o Senador Jamil Haddad aqui se referiu à questão da Comissão da Dívida Externa, explicar a este Senado e brevemente, porque certamente o Se-

nador Carlos Chiarelli o fará de uma maneira mais aprofundada, de que da parte da Liderança, da parte da Presidência da Comissão e da parte do Relator da Comissão não houve nenhuma intenção de excluir quem quer que seja, da reunião havida no Senado, na semana passada. Quero dizer, também, que quanto à afirmação de que tivemos com o Ministro Bresser Pereira não procede, simplesmente o Presidente Carlos Chiarelli pediu-me que entregasse ao Ministro um ofício pedindo esclarecimentos que foram aprovados pela Comissão da Dívida Externa. E nossa visita ao Presidente do Banco Central foi uma visita eminentemente operacional para permitir que agora os Senadores Ronan Tito e Virgílio Távora se encarreguem juntamente com os assessores da Comissão, de um contrato mais permanente com o corpo técnico do Senado, para que possamos obter as informações pertinentes e que são do interesse da Nação.

São estes os esclarecimentos sobre esta matéria que queria trazer ao Senado, especialmente ao nobre Senador Jamil Haddad pelo respeito que me merece. Queria, também, dizer que não aparteei o nobre orador Líder do PTB, porque preferi ouvir atentamente as palavras de S. Ex<sup>a</sup> a respeito da conjuntura atual. E quero registrar a alegria do Governo de receber mais uma adesão, a do PTB, pela voz do seu Líder aqui presente — defesa mais contundente do Presidente da República fica difícil fazer.

De modo que, como Líder do PMDB e, portanto, membro da Aliança Democrática, agradeço o empenho com que o Líder do PTB defendeu o Governo do Presidente José Sarney.

Quanto à condenação dos segmentos do meu Partido, o Senador Nelson Wedekin já expôs, em linhas gerais, qual a posição do PMDB nesta matéria que não está tomada com relação ao que diz respeito à forma de regime e duração de mandato, porque o PMDB é um Partido que, realmente, abriga correntes as mais variadas e pontos de vista que são divergentes.

— Também queria esclarecer a esta Casa que a divergência de opiniões a respeito da forma de Governo e da duração do mandato do Presidente da República não deve, não pode, e jamais constituiu um obstáculo para que o PMDB sustentasse as posições do Governo, dentro de uma concepção que tem o PMDB de que uma coisa é o Governo e outra coisa o Partido, porque no momento em que deixássemos de sustentar o Governo teríamos que ter a hombridade de explicar à Nação que assim o fazíamos. Como não o fizemos, sustentamos o Governo, mas não nos confundimos com ele. Vindos como estamos, vindos todos de uma tradição autoritária, custa à opinião pública entender essa distinção entre Partido e Governo.

Durante muitos anos fui, em São Paulo, enquanto era Governador o Sr. Franco Montoro, Presidente do Partido, e insisti muito nessa diferenciação entre Partido e Governo. O Partido sustenta o Governo, mas o Governo independe do Partido para tomar uma série de decisões política e administrativa e ao Partido se reserva o direito de, dentro dos ânimos apropriados, de fazer as críticas necessárias, porque quando existe a fusão entre o aparelho de Estado e o político marchamos para o regime autoritário e este regime não é do agrado do PMDB. É por isso que, muitas

vezes, a opinião fica confundida diante de posições do PMDB que são posições que, precisamente, resguardam essa compreensão do mecanismo democrático que deve, ao mesmo tempo, obrigar o Partido a sustentar o Governo e não fazê-lo um mero braço do Governo, um mero instrumento do Governo. Se assim o fosse, o Partido deixaria de cumprir a função de relé, de ponte entre a sociedade e o Governo, para permitir até mesmo correções de rumo no Governo. Nada disso deverá ser feito sem a devida consideração ao Governo e ao Presidente da República, que a merece por parte de todos nós e continuará merecendo.

Com relação à política econômica e especialmente à questão do Plano Cruzado, os Srs. Senadores do PMDB que me antecederam já explicaram suficientemente qual é a nossa posição. Sem estarmos aqui a jogar todo o peso das dificuldades do presente no passado — o que não seria correto, pois uma parte das dificuldades tem uma contribuição inegável dos homens da nova República, nossa e minha — eu assumo, na medida em que tenho responsabilidade; é verdade, também, que herdamos uma situação difícil e estamos mergulhados nela.

Não creio que o resultado eleitoral de novembro tivesse sido a consequência direta do Plano Cruzado. Não fui mal votado na eleição passada e, em nenhum momento, fiz apelo à questão do Plano Cruzado. Por uma questão de política interna de São Paulo, quem mais fez esse apelo foi o candidato a Governador. Os paulistas me honraram com mais votos do que ao próprio Governador. Isso mostra que o apoio ao PMDB veio de várias raízes, de várias fontes, entre as quais inegavelmente o Plano Cruzado, que beneficiou a todo o Brasil. Não há dúvida alguma de que houve um aumento quase que de euforia nacional, a partir da decretação do Plano Cruzado, porque ele surtiu efeitos que, infelizmente, não puderam ser sustentados posteriormente.

**O Sr. Virgílio Távora** — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte?

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Pois não, eminente Senador.

**O Sr. Virgílio Távora** — Está evidente que V. Ex<sup>a</sup> é possuidor de uma inteligência indiscutível: de uma coragem não menor. A uma altura dessas ainda tem o destemor cívico, naturalmente escudado por muito cérebro, de dizer das excelências desse Plano Cruzado que, vamos falar claro, desmontou a economia brasileira — e V. Ex<sup>a</sup>, como estudioso de Economia, não pode ignorar isto, sem embargo de pequenos benefícios colaterais que ele teve, porque benefícios reais, o que ele apresentou foi isso, é demais. Outro dia, em um programa de televisão, na terra de V. Ex<sup>a</sup>, apertado por eminentes representantes do seu Partido, apelei para os telespectadores que seriam juízes. Estão hoje melhores ou piores, em condições de vida, do que antes da decretação do Plano Cruzado? Brilhante é a defesa que V. Ex<sup>a</sup> faz dos pontos de vista de seu Partido. Brilhante ainda mais é o argumento de que aquela euforia do Cruzado não tenha contribuído, de uma maneira tão decisiva, para essa vitória inegável que teve seu Partido. Mas por mais bem colocadas que sejam suas palavras, a que se referem? Aos benefícios do

Plano Cruzado? Com toda franqueza, é preciso criar outra teoria econômica para justificá-lo.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, mas V. Ex<sup>a</sup> notará que me referi ao Plano Cruzado e não à administração dele, a partir de certo momento. E quero dizer, dizer ao Senado...

**O SR. Virgílio Távora** — Eminente Senador, o Plano não é só idéia — o Plano é sua concepção, é sua execução, é seu acompanhamento.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Perfeito. Peço que V. Ex<sup>a</sup> me permita terminar a resposta. O Senado se recordará — ou alguns dos Srs. Senadores que estiveram presentes quando o Sr. Ministro Dilson Funaro foi ouvido por uma Comissão do Senado e eu estava presente — e, naquela época, creio que eu era Líder do Congresso, uma função espinhosa, vazia — mas tive a oportunidade de apartear o Sr. Ministro Dilson Funaro para dizer a S. Ex<sup>a</sup> que eu me rejubilava pelo fato de, ali, estar afirmando que o congelamento duraria, no máximo, 90 dias. E eu, então, congratulei-me com S. Ex<sup>a</sup> porque eu entendia, como entendo, que a medida não poderia ter sido prolongada. Infelizmente, o Sr. Ministro Dilson Funaro, depois, mudou de posição. Quero só esclarecer que essa mudança de posição se deu por pressão nossa.

**O SR. Virgílio Távora** — Eminente Senador, V. Ex<sup>a</sup> está contando uma novidade para esta Casa — desculpe falar com toda a urbanidade — é que, justamente, não foi a pressão do PMDB que determinou o prosseguimento do congelamento.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Eu não encontro nenhum documento — e li com atenção, ainda recentemente, o que se publicou no *Jornal do Brasil*, que é uma matéria relevante para os que acompanham a vida política brasileira...

**O SR. Virgílio Távora** — E que, até agora, não teve a contradição que sempre nós solicitamos daqui desta Casa, como esclarecimento com muita clareza...

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Eu a li com muita atenção e conheço o autor que trabalhou comigo e, posteriormente, foi Assessor do Sr. Ministro João Sayad e V. Ex<sup>a</sup> verá, na leitura daquele texto, texto crítico, de que não há em nenhum momento qualquer indício de que o PMDB, enquanto Partido, ou alguma grande liderança do PMDB, tenha sido responsável pela extensão do Plano Cruzado no primeiro semestre do ano passado. Asseguro-lhe que a minha palavra há de estar registrada nos Anais da Casa, foi clara a esse respeito.

**O Sr. Virgílio Távora** — Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, permita-nos interromper V. Ex<sup>a</sup> (Assentimento do orador) — Vamos fazer o jogo mais limpo possível. Uma coisa é o pensamento de V. Ex<sup>a</sup>, um pensamento que conhecemos, apesar de adversários somos amigos, conhecemo-nos bastante. Outra coisa é o pensamento de quem aparteia V. Ex<sup>a</sup>, dito publicamente em nome do seu Partido num programa que foi tão criticado por afirmar a verdade. E ou-

tras — com toda sinceridade — são as declarações dadas por várias e eminentes personalidades do Governo que, hoje, dominam este País. Porque foi justamente a pressão política que naturalmente vão dizer, escusas, que não o levou a bom termo. Mas, pela primeira vez, rejubilamo-nos aqui de ver o homem que foi o delegado maior do Governo no Congresso e que agora é o intérprete da vontade ou da expressão do pensamento do seu Partido afirmar, em termos categóricos, de que não foi o seu Partido o definidor dessa teimosia — porque só podia ser teimosia — de sustentar um congelamento irracional sob o ponto de vista do tempo em que se prolongou.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Como V. Ex<sup>a</sup> notou, iniciei aqui as minhas palavras fazendo uma distinção entre a posição do partido e a posição do Governo. E essa tradição é brasileira: a de que o Governo toma decisões. É minha convicção não sei se será do meu Partido, de que um dos problemas que nós atravessamos nessa transição democrática é precisamente, o fato de que nós não fomos capazes — digo nós todos, não só o PMDB — de remodelar o Estado e que todos os mecanismos de tomada de decisão, que prevaleciam no regime autoritário, mecanismos, não as pessoas nem as intenções, se mantêm sem modificação maior. Então por causa deste mesmo processo a autonomia relativa do aparelho do Estado, inclusive da burocracia, da tecnocracia, é de tal monta que dificilmente a liderança política tem condições de no momento oportuno, alterar os processos de decisão do Governo.

**O Sr. Virgílio Távora** — Quando não quer, porque quando quer, veta Governador de Estado para Ministro.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Mesmo quando deseja. Essa questão do Governador do Estado do Ceará não foi vetada por ninguém. Essa matéria já está suficientemente esclarecida. Não foi vetada por ninguém. Aqui não está presente, neste momento, o Presidente do Senado Federal, mas eu já dei o meu testemunho pessoal ao Senado de que eu e o Presidente nos dirigimos ao Presidente da República para saber se havia nomeado ou não, na certeza de que não do Presidente do Senado, a minha, na convicção de que tinha sido nomeado o Governador do Ceará, Ministro da Fazenda; e não fomos lá para vetar. Simplesmente quando lá estivemos...

**O Sr. Virgílio Távora** — V. Ex<sup>a</sup> tem estatura moral para não fazer uma coisa dessa.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Exatamente, nem me caberia. Mas quando lá chegamos nos informamos de que o próprio Governador do Ceará havia chegado à conclusão de que não lhe convinha o Ministério, por razões que não cabe, agora, rememorar. E o Presidente da República nos afirmou, e eu afirmei isso à Nação, que havia feito apenas uma sondagem. Portanto, o veto foi como a Batalha de Itararé; não houve. Houve muita repercussão na imprensa, mas não houve o veto efetivo. Não quero negar que o PMDB e o PFL — somos companheiros nisso — temos responsabilidades diretas e indicação de Ministros, além talvez do conveniente para

o próprio bem da República, para o funcionamento saudável da República. Sou daqueles — sabe V. Ex<sup>a</sup> e sabem os Senadores — que não uso das minhas prerrogativas para tentar encurralar quem quer que seja, muito menos o Presidente da República, que não deve ser submetido a esse tipo de pressão.

Mas no plano administrativo, no plano das decisões de governo, o País inteiro sabe que o próprio Senado, o próprio Congresso Nacional, a própria Câmara dos Deputados, não dispõem de mecanismos mínimos de acompanhamento das decisões. Frequentemente somos surpreendidos, como ainda há pouco fomos — e V. Ex<sup>a</sup>, melhor prevenido do que eu, sabia até que havia qualquer coisa que não ia muito bem nas contas da CACEX, e nós não tínhamos a mínima idéia.

Isso não ocorre assim porque o Presidente da República tenha vontade de impor seus designios. Não é isso. Nem ocorre assim porque não tenhamos empenho em conhecer os processos. Isso ocorre porque não completamos a transição política e não estabelecemos práticas realmente democráticas de relacionamento entre o Executivo e o Legislativo e entre os Partidos e o Governo; prática essa que não há de ser confundida, como muitos confundem, com uma ditadura de Partidos ou como um Congresso que extrapola sua função de fiscalização, para imiscuir-se no dia-a-dia da administração. Não se trata disso. Falta esse esforço nosso.

Li e reli, nesse fim de semana, uma série de documentos da Constituinte e continuamos todos sem saber quais vão ser as competências específicas. Cria-se um sistema, parece-me, com chifre em cabeça de cavalo, esse sistema misto, que não é misto de nada, é um misto indigesto, mas seja parlamentarista, seja presidencialista, não são reformadas as atribuições do Presidente da República nem as específicas do Congresso Nacional.

Enquanto não houver, com muita precisão, a criação de novos mecanismos e mecanismos democráticos para controlar as decisões, todos vamos estar, o tempo todo, podendo tirar o corpo, como alguns querem e o fazem — não quero nem o faço, mas alguns vão sempre poder tirar o corpo — e dizer não sei, não fui informado. Efetivamente, na condução da política econômica, até hoje, sabemos muito pouca coisa. Repito, não estou aqui para acusar ninguém, o que me parece uma posição menor, estou aqui para fazer uma análise da situação, de como se processa. Apesar do que aconteceu em julho do ano passado, V. Ex<sup>a</sup>, que é um observador atento da economia brasileira, sabe que houve uma desavença no selo do Governo; na reunião de Carajás havia mais de uma posição, e o País não digo, porque seria pretensioso da minha parte, os que me conhecem de mais perto sabem de que lado eu estava, — e sabem independentemente de posições pessoais, até porque sou amigo de todos que estavam no Governo, naquela época, amigo direto e até alguns são amigos diletos meus —, eu não estava de acordo e alguns Ministros também não estavam de acordo com uma série de medidas tomadas, foi um conjunto de desacertos — não tenho porque esconder a minha opinião — que nos legou o Cruzado II, já no desespero. E esse Cruzado II, aí sim, foi o responsável por esse pasmo da Nação, pasmo no qual todos caímos.

Viram V. Ex<sup>s</sup>, quando aqui esteve o Ministro Dilson Funaro, e o Senador Roberto Campos fez sua intervenção, com a ironia que o caracteriza, e tive que subir à tribuna como Líder, para ajudar a defesa do Ministro Funaro; e o Senador Roberto Campos sabe com que tortuosidade tive de fazer aquela defesa, de maneira que fosse correta para a minha consciência, que não deixasse a impressão de que eu estava abonando, aquilo que o Senador Roberto Campos sabe que eu não estava de acordo, mas, ao mesmo tempo, não deixando de prestar a minha solidariedade partidária ao Governo da República, ao qual eu tinha, naquele momento, obrigação de defender?

**O Sr. Virgílio Távora** — Eminentíssimo Senador, permite V. Ex<sup>a</sup> mais um aparte, se não me considero insistente.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — A insistência de V. Ex<sup>a</sup> é sempre boa, porque nos obriga a expor mais o pensamento.

**O Sr. Virgílio Távora** — Acredito que isto daí, sem estar dando regras ao Partido de V. Ex<sup>a</sup>, há muito tempo devia ser dito, em letra de fôrma, à opinião pública, porque o que nós víamos era justamente o Ministro Funaro apoiado em sua política cem por cento pelo Presidente do Partido de V. Ex<sup>a</sup> — e dizia representar a opinião evoluída da sua agremiação partidária — mas ainda, o que víamos, sem leite derramado, sem aqui chorar, é que justamente, numa ocasião excelente como aquela, quando alguma crítica era formulada, as maiores defesas que víamos ao que estava, então, se procedendo partiam, eminentíssimo Senador, não de V. Ex<sup>a</sup>, cuja opinião, por sermos amigos, sabíamos e, hoje, de público, aqui, V. Ex<sup>a</sup> deixa as coisas em pratos limpos, mas a maioria das vozes autorizadas do Partido de V. Ex<sup>a</sup> endossavam em gênero, em número, em grau o que estava sendo...

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Mas sabe V. Ex<sup>a</sup> porque a imprensa noticiou, que nas reuniões da Executiva do PMDB não houve opinião unânime, e que, em certos momentos, foi necessário até mesmo não trazer à Executiva documentos, porque alguns dirigentes do PMDB não estavam de acordo, entre os quais eu.

**O Sr. Virgílio Távora** — Mas era uma minoria dentro da Executiva, tanto que a Executiva sempre deu o maior apoio possível à política do Ministro Funaro.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — É possível que até tivesse sido, e não quero também iludir ninguém, e aqui comecei dizendo que me pareceu que o Plano Cruzado foi um esforço meritório. Vi de perto o esforço do Ministro Dilson Funaro, em várias circunstâncias, tentar estratégias alternativas para o desenvolvimento do Brasil, e não quero, agora que ele não é mais Ministro, dar a impressão de que o estou criticando. Não quero criticá-lo agora, quero apenas dizer que, em defesa do PMDB e diante das ponderações críticas do Senador Carlos Alberto, o que ocorreu nas eleições foi também fruto de uma política que atendeu a amplas camadas da população.

As conseqüências dessa política alguns antevíamos, e nem todos, por antevê-las, estavam de

acordo com o curso que continuavam tendo, como se nenhuma medida pudesse ser tomada para contornar dificuldades. O resultado das eleições foi legítimo. Na medida em que o PMDB acertou um conjunto de políticas, as pessoas por elas beneficiadas votaram no PMDB. Não é só isso que explica a vitória do PMDB.

E mais — é minha opinião pessoal também — se tivéssemos mudado o curso das coisas em julho, e com mais ênfase mais adiante, não alteraria o resultado eleitoral. Não alteraria o resultado eleitoral, porque o resultado já estava mais ou menos inscrito na ordem das coisas.

**O Sr. Virgílio Távora** — Permita-me apenas dizer que isso daí era um conceito meramente opinativo. O ilustre aliado de V. Ex<sup>a</sup> teria tido muito maior chance nas eleições do que teve.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Eu disse que era opinativo. É possível. Eu não acharia mau.

**O Sr. Virgílio Távora** — Conceitos opinativos.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Eu não acharia mau, pois V. Ex<sup>a</sup> sabem que sou, realmente, um democrata e, se algum outro partido tivesse sido beneficiado, e se houvesse um resultado que não fosse tão esmagadoramente favorável ao PMDB, isso não me abalaria. Eu não acho que a democracia dependa da existência de um partido quase hegemônico.

**O Sr. Virgílio Távora** — Talvez até melhorasse bastante.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Talvez até permitisse um jogo mais aberto. Só quero deixar bem claro tudo isto aqui, e naturalmente, ouvindo a tosse do meu cô-Líder, que freqüentemente é meu Líder, não quero ir mais longe nessa análise e explicar as razões pelas quais, apesar de alguma alteração na ordem econômica, tenho certeza que os resultados seriam muito favoráveis para o PMDB.

Enfim, para terminar, porque gosto de obedecer ao Regimento, queria apenas dizer ao Senador Carlos Alberto que ouvi com atenção o que S. Ex<sup>a</sup> disse, a minha resposta é uma demonstração dessa atenção, e que, em nome do Governo, fico muito feliz de ver mais um adepto, mas, em nome do PMDB, quero ver as coisas repostas às suas corretas perspectivas, e dizer aos companheiros do Partido que podemos continuar, com toda tranqüilidade, cozinhando nossas diferenças, porque será delas, será a partir do acordo entre nós e depois com os outros Partidos que vamos construir, realmente, um caminho que possibilitará o Brasil sair do impasse atual, que é econômico e é político.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

*Durante o discurso do Sr. Fernando Henrique Cardoso, o Sr. José Ignácio Ferreira, 1<sup>o</sup> Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jutahy Magalhães, 1<sup>o</sup> Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Chiarelli, como Líder do PFL.

**O SR. CARLOS CHIARELLI** (PFL — RS. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem

revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Preliminarmente, não poderia deixar de fazer um registro sobre a manifestação central desta tarde no Senado, através da palavra vigorosa do Líder do PTB, Senador Carlos Alberto. No que tange à sua demonstração reiterada de solidariedade ao Governo do Presidente José Sarney não me surpreende, posto que tantas vezes já o tem feito. Evidentemente, mais nos estimula e mais nos faz tê-lo permanentemente na guarda dos princípios básicos do processo da transição democrática.

Com relação à análise que S. Ex<sup>a</sup> fez sobre a postura do PMDB, suas dificuldades internas, as suas diretrizes econômicas, evidentemente não me atreverei a intrometer-me, até porque se trata de uma crítica do Líder do PTB dirigida ao PMDB, e apenas ouvi, registrei, anotei, procurei com a máxima atenção entender a sua manifestação e, certamente, levarei na devida conta.

Nestê momento, Sr. Presidente, fundamentalmente ocupo a tribuna, para, em decorrência de, presidir a Comissão Especial da Casa sobre a dívida externa, recordar algumas medidas que por essa Comissão estão sendo tomadas, medidas que têm sido resultado da decisão da Comissão como um todo, decisões que têm sido feitas no decurso de reuniões devidamente convocadas e que, ultimamente, nos levaram a um contato, por delegação da própria Comissão, de mim, como Presidente, e do Senador Fernando Henrique Cardoso, como Relator, com o Presidente do Banco Central, a quem entregámos um rol de perguntas, indagações e quesitos, destinadas as perguntas e destinado esse rol a tentar obter, para o País, as informações que o País não tem: quem deve, a quem se deve, quanto se deve, desde quando se deve, por que se deve e o que se fez com o recurso decorrente daquilo que hoje constitui a dívida externa. Por determinação da Presidência, em razão de ato tomado a nível de Comissão, credenciamos inicialmente os Senadores Ronan Tito e Virgílio Távora, para que, no Banco Central, dentro das instalações dessa entidade, acompanhados, por assessores credenciados, e juntamente com Diretores e técnicos do Banco Central designados pelo Presidente da instituição, evidentemente aberta esta tarefa a todos os Senadores que desejarem fazer pessoalmente esse acompanhamento, para que S. Ex<sup>s</sup> possam colher os dados referentes à época das indagações relacionadas e a tantas outras que surgirem no decurso dessa prospeção.

É bom salientar que nessas 43 perguntas, se não me falha a memória, há um rol significativo que se origina de pedidos e de propostas do Senador Virgílio Távora e do Sr. Senador Líder do PSD. Ainda hoje, desdobrando esta tarefa e dando continuidade a esta missão e à decisão de ir buscar as informações necessárias para que a Comissão possa atuar com maior profundidade e com maior presteza, posto esperamos as respostas do Banco Central desse inventário, dessa contabilidade da dívida externa que hoje não existe no País, para um prazo de 15 a 20 dias, ainda hoje estamos encaminhando, em nome da comissão, ao Sr. Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, em mãos do nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, na condição de Relator, e porque terá S. Ex<sup>a</sup> um

encontro pessoal com o Ministro, um segundo expediente, que visa a obter a série completa de dados, referentes aos últimos 24 meses, do montante real das importações e das exportações brasileiras, inclusive com a checagem referente à CACEX e à Secretaria da Receita Federal, para que se verifique, de maneira clara, se há desníveis entre ambos, desde quando, em que ocasião e em que montante, a fim de que, com essas informações, e as demais que já estão arroladas e encaminhadas, possamos trabalhar com uma dose de segurança e confiabilidade e mais razoável, para que não tenhamos apenas uma comissão, teórica e formalmente, buscando aspectos artificiais sobre a dívida externa, e sim para que tenhamos uma Comissão que trate realmente de conhecer, com profundidade problema de tamanha magnitude e, em conhecendo a dimensão do mesmo, busque encontrar alternativas e soluções.

Finalmente, Sr. Presidente, ainda com relação a essa Comissão, informo à Casa que em mãos do Sr. Ministro da Agricultura, se encontra o relatório confidencial, encaminhado pela comissão, de intervenção na COTRISA — Cooperativa Tríticola de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, Cooperativa essa que manteve relações comerciais de financiamento, créditos e negócios internacionais com o Citibank, justamente o maior credor brasileiro, e que, submetida a uma intervenção e a uma auditoria por técnicos do Banco Central, do BNCC, do Banco do Brasil e do Ministério da Agricultura, essas contas e esses números dessa relação com essa entidade financeira internacional, à luz de informações, sobretudo de entidades sindicais, cooperativas e outros órgãos, teriam indícios de irregularidades, envolvendo parcela da ordem de 28 milhões de dólares.

Por força dessas denúncias, e para que não nos manifestemos sobre elas sem conhecer os detalhes, requisitamos à comissão interventora nos fornecesse a auditoria e o relatório, que, na próxima quarta-feira, reservado e preservado o caráter sigiloso, nos serão entregues para exame da comissão, a fim de que também ela possa conhecer, na plenitude, esse aspecto e esse lado desse outro ingrediente da composição da dívida externa.

Era o que me cabia informar, Sr. Presidente, à Casa aos integrantes da Comissão Especial da Dívida Externa, que também fazem parte da Casa.

**O Sr. Jamil Haddad** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Jamil Haddad.

**O SR. JAMIL HADDAD** (PSB — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quero pedir ao nobre Presidente da Comissão, Carlos Chiarelli, verifique o que vem ocorrendo, na realidade, a respeito da convocação das reuniões da Comissão.

Fui informado por S. Ex<sup>a</sup> de que haveria uma reunião no seu gabinete na semana próxima passada; depois fui informado de que a reunião não se havia realizado, em razão de um compromisso anterior que S. Ex<sup>a</sup> tinha com a Bancada do PFL; soube, posteriormente, que se havia reunido a Comissão no dia imediato, no Gabinete do Líder

do PFL e Presidente da Comissão, Senador Carlos Chiarelli. S. Ex<sup>a</sup> o nobre Senador Virgílio Távora, também declarou que não havia recebido a comunicação, que havia telefonado para o Gabinete do Presidente e formulado uma pergunta a respeito da data em que se realizaria a nova reunião, tendo sido informado que naquele momento estava-se realizando uma reunião da Comissão.

De modo que peço a S. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães. Fazendo soar a campainha.) — Peço que V. Ex<sup>a</sup> conclua, nobre Senador.

**O SR. JAMIL HADDAD** — ... veja junto a Secretária da Comissão o que está acontecendo, no sentido de que não haja mais, por parte de Membros que fazem parte da Comissão, a necessidade de tomar ciência dos fatos por ouvir dizer, e que, na realidade, possam ser comunicações com antecedência sobre o dia e a hora da reunião da Comissão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Como não foi levantada nenhuma questão de ordem, a Mesa nada tem a responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente, passa-se a

## ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1<sup>o</sup> Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

### REQUERIMENTO Nº 81, DE 1987

Nos termos do art. 198, alínea d, do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 3, seja submetida ao Plenário em último lugar.

Sala das Sessões, 1<sup>o</sup> de junho de 1987. Senador **José Richa**.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Será feita a inversão.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — **Item 1:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 16, de 1987, de autoria do Senador Lourenberg Nunes Rocha, que altera a Resolução nº 1, de 1987, do Senado Federal, que estabelece normas de elaboração legislativa durante o período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte. (Dependendo de Parecer.)

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão ordinária de 11 de maio último, tendo sido a discussão adiada, a requerimento do Senador Fernando Henrique Cardoso, para a presente sessão.

Nos termos do art. 6<sup>o</sup> da Resolução nº 1/87, designo o nobre Senador Alfredo Campos para proferir parecer sobre o Projeto de Resolução nº 16/87.

**O SR. ALFREDO CAMPOS** (PMDB — MG. Para emitir parecer) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

De autoria do ilustre Senador Lourenberg Nunes Rocha, vem a Plenário do Senado, para parecer, o Projeto de Resolução em epígrafe, que tem por objetivo alterar a Resolução nº 1, de 1987, do Senado Federal, que estabelece normas de elaboração legislativa durante o período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

O Art. 11, da citada Resolução, é objeto de modificação, e diz:

"Art. 11. Os projetos de lei em curso e os que vierem a ser apresentados por parlamentares, durante o período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, ficarão sobrestados até a promulgação da nova Constituição, ressalvados os projetos de lei previstos no art. 42 da Constituição vigente."

A alteração proposta pelo presente Projeto acrescenta, *in fine*, do citado artigo, as palavras: "e aqueles que versem sobre assunto relevante e de inadiável interesse público, quando houver acordo das lideranças".

Com tal adendo, além dos projetos de lei relativos à competência privativa do Senado Federal, relacionada no art. 42 da Constituição atual, passariam a ser objeto de deliberação pelo Senado Federal, ainda, durante o período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte "aqueles que versem sobre assunto relevante e de inadiável interesse público, quando houver acordo das lideranças".

O nobre autor da proposição justifica a medida afirmando que, "não obstante deva-se reconhecer a necessidade da limitação operacional do Poder Legislativo durante a elaboração constitucional, resulta inquestionável que há matérias que devem ser dedicadas e votadas pelo Legislativo por envolverem assuntos cuja solução não pode aguardar longo período de tempo". Há assim, assuntos relevantes e de inadiável interesse público que não podem ficar sobrestados.

A propósito, o art. 84 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte estabelece que "a partir de 1<sup>o</sup> de março de 1987, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional adaptarão seus Regimentos Internos para compatibilizar a realização de suas sessões, em caráter extraordinário e para exame de matéria urgente ou de relevante interesse nacional, ao funcionamento prioritário da Assembléia Nacional Constituinte".

Claro transparece deste dispositivo que, quanto a prioridade que merecem os trabalhos constituintes, não se devem desamparar as matérias urgentes e de relevante interesse nacional.

Assim dispôs a Câmara dos Deputados, por seu turno, ao baixar o Ato da Mesa nº 1, de 1987, autorizando a deliberação sobre matéria urgente, entendendo-se como tal a que verse sobre assunto relevante e de inadiável interesse público.

Examinando detidamente o assunto, porém, parece-nos imprescindível proceder a algumas modificações no projeto original no sentido de precisar, com mais clareza, a origem dos projetos e quais as lideranças que tomam parte no processo. Entendemos que, à vista da situação excepcional que estamos vivendo, com o funcionamen-

to paralelo da Assembléia Nacional Constituinte, os projetos de matéria relevante e de inadiável interesse público que devam ser objeto de deliberação sejam os de iniciativa parlamentar e, as lideranças, as que representem dois terços da composição da Casa. Oportuno se nos parece, ainda, que, em respeito à vontade dos parlamentares, faculte-se também a que dois terços dos que compõem a Casa possam ter igual direito, independentemente dos líderes.

Por outra parte, a fim de adaptar o Regimento Interno do Senado à situação que presentemente vivemos, é necessário que nele se consolidem outras normas relativas à discussão e à votação das proposições em Plenário.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 16, de 1987, mediante a seguinte emenda substitutiva.

#### **Altera a Resolução nº 1, de 1987, do Senado Federal.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os artigos 6º, 7º e 11º da Resolução nº 1, de 10 de março de 1987, passam a ter a seguinte redação, incluindo-se ainda o artigo 12:

"Art. 6º As matérias incluídas em Ordem do Dia dependendo de parecer terão seus Relatores designados pelo Presidente, e seus pareceres proferidos oralmente em Plenário.

§ 1º Se a complexidade da matéria dificultar sua instrução em Plenário, a Mesa poderá conceder ao Relator prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º A matéria incluída em Ordem do Dia e dependente de parecer poderá ter sua apreciação adiada por, no máximo, 72 horas, por deliberação do Plenário, a requerimento de, no mínimo, 1/3 da composição da Casa ou de Líder que represente este número, ressalvados os casos de adiamento previstos no artigo 310 do Regimento Interno".

"Art. 7º Encerrada a discussão da proposição, com ou sem emenda, a votação da matéria far-se-á na sessão seguinte.

Parágrafo único. Encerrada a discussão da proposição com apresentação de emendas, em Plenário, o Relator designado proferirá o parecer sobre as mesmas imediatamente, podendo ser concedida, em virtude da complexidade da matéria, prazo não excedente a duas horas."

"Art. 11. Os projetos de lei em curso e os que vierem a ser apresentados por parlamentares, durante o período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, ficarão sobrestados até a promulgação da nova Constituição, ressalvados os projetos de lei previstos no art. 42 da Constituição vigente.

Parágrafo único. Os projetos de iniciativa parlamentar que versem sobre assunto relevante e de inadiável interesse público poderão ser incluídos em Ordem do Dia por solicitação escrita de dois terços da composição da Casa ou de Líderes que representem este número."

"Art. 12. Ficam reduzidos pela metade todos os prazos referentes ao uso da palavra, com exceção daqueles dispostos nos artigos 16 — XI e 419 "J"."

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### **Justificação**

A emenda objetiva propiciar uma oportunidade de negociação quando for identificado problema que deva merecer atenção antes da votação.

É o parecer e o substitutivo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — O parecer é favorável ao projeto, nos termos do substitutivo do Relator.

Passa-se à discussão do projeto e do substitutivo.

**O Sr. Hugo Napoleão** — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Napoleão, para discutir o projeto.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** (PFL — PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A proposta de alteração da Resolução nº 1, que estabeleceu as regras de funcionamento do Senado Federal para o período em que estiver a Constituinte elaborando o trabalho para o qual foi convocada, parece-me extremamente louvável, porque insere-se no contexto de viabilizar aquelas matérias de interesse ou de urgência, dando, naturalmente, maior segurança, maior estabilidade, maior vazão e maior importância aos membros desta Casa do Poder Legislativo.

Na realidade, tudo começou quando houve a discussão da tese da Constituinte soberana. Se assim entendemos deva prevalecer e já tivemos a oportunidade de alegar em discurso nesta Casa, não podemos evitar, não podemos obstruir que os parlamentares tenham direito e oportunidade de ver as matérias de iniciativa, de importância fundamental, tramitando no Senado Federal.

No entanto, um aspecto me parece sumamente importante, exatamente o espírito de abertura, quando se afirma que as decisões poderão ser tomadas mediante iniciativa de 2/3 desta Casa ou, então, dos líderes, no plural, porque, evidentemente, se se tratasse de apenas um líder ou de líder, só um partido, ou seja, o PMDB, teria condições de ver a matéria em tramitação. E, aí, quando o nobre Senador Alfredo Campos, ao relatar esta matéria, leu determinado artigo, afirmando que a 2/3 competiria a iniciativa ou, então, de líder que representasse esse número, cairíamos, exatamente, na indicação de apenas um líder, que seria o líder do PMDB; mas, depois, mais à frente — era o que eu ia dizer — no art. 11 S. Ex<sup>a</sup> esclareceu bem e deu um condimento mais democrático à iniciativa de valor do Senador Louremberg Nunes Rocha.

**O Sr. Virgílio Távora** — (PDS — CE) — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora, para discutir a matéria.

*O SR. VIRGÍLIO TÁVORA PRONUNCIADA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O Sr. Itamar Franco** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Com a palavra o Senador Itamar Franco, para discutir a matéria.

**O SR. ITAMAR FRANCO** (PL — MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na mesma linha de argumentação do Sr. Senador Virgílio Távora.

Durante a discussão da Resolução nº 1/87, nós também nos insurgimos contra a disposição que não permitiria aos Srs. Senadores apresentar projetos ou, apresentando-os, eles estariam sobrestados, enquanto durassem os trabalhos da Constituinte.

Lembramos, inclusive, Sr. Presidente, que era incrível que o Senado da República aprovasse, como aprovou, tal resolução, porque só através do Executivo, então, nós passaríamos a legislar neste País. E é o que tem acontecido até agora. Só os projetos oriundos do Executivo é que têm tramitação no Senado da República. E, Sr. Presidente, durante tantos anos, lutamos contra o arbítrio do Executivo em legislar, não só nas matérias de ordem financeira mas em qualquer campo da ordem institucional brasileira.

Eis, que se pretende, agora, com o art. 11º ou o art. 11 — como querem alguns — dar uma abertura, dizendo no seu Parágrafo único:

"Os projetos de iniciativa parlamentar que versem sobre assunto relevante, e de inadiável interesse público, poderão ser incluídos em Ordem do Dia por solicitação escrita de 2/3 ou de Líderes."

Ora, Sr. Presidente, é mais um cerceamento. Então, nós vamos sujeitar uma proposição de autoria de qualquer Senador para que 2/3 da Casa possa aprová-la, para que ela tenha curso, para que ela tenha andamento, ou, então, de Líderes que representem esses 2/3 do Senado da República. A mim me parece que tal abertura está longe de corresponder à ação do Parlamento, que precisa se fazer presente nesta Nova República, neste momento de desgoverno em que se encontra o País. Ainda hoje, assistimos ao pronunciamento do nobre Senador Líder do PTB, praticamente acusando o PMDB e deixando de fora o Senhor Presidente da República, como se Sua Excelência não fosse responsável pelos atos que se processam no nosso País.

Portanto, creio que o Senado da República não deveria aprovar o art. 11. Ao contrário, nós deveríamos exatamente permitir que os projetos de nossa autoria tivessem tramitação normal nesta Casa. E por que, Sr. Presidente? Porque senão, nós vamos continuar apenas através das lideranças de 2/3, ou da composição de 2/3 do Senado da República, não permitindo que os nossos projetos tenham tramitação nesta Casa. Um exemplo, Sr. Presidente: a lei do inquilinato, um projeto referente ao inquilinato; nós teremos que ter a anuência de 2/3 da composição da Casa, ou de líderes que representem esses 2/3, para que esse projeto tenha a sua tramitação normal. A não ser

que se queira dar, como se tem dado, exatamente ao Senhor Presidente da República o único a ter o direito de legislar neste País.

Razão pela qual, Sr. Presidente, vou votar contra esta emenda, contra esse substitutivo, não só em relação ao art. 11, mas também entendendo, particularmente nós da minoria, o art. 12, quando diz o seguinte:

"Ficam reduzidos pela metade todos os prazos referentes ao uso da palavra, com exceção daqueles expostos no art. 16/12, e 419-J"

Veja, Sr. Presidente, que quando as Lideranças da maioria nesta Casa pedirem um regime de urgência urgentíssima, nós teremos os nossos prazos reduzidos para apenas 5 minutos. É isso que os Srs. Senadores terão que atentar, apenas durante 5 minutos, já no regime de urgência urgentíssima, que é um regime draconiano, e que a maioria normalmente utiliza esse poder; porque através do PMDB e do Partido da Frente Liberal, eles poderão ter o regime de urgência urgentíssima, é claro que também não poderíamos concordar com o art. 12 deste projeto.

Sr. Presidente, V. Ex. já me avisa de que meu prazo está terminado, mas eu precisava fazer essas observações. Veja que isso ainda está em vigor e o meu prazo já está terminado. Imaginem a hora em que entrar em vigor. Na hora em que o Senador levantar e pedir a palavra, o Sr. Presidente já a cassou. Creio que o Senado da República deveria, ao contrário, revogar a Resolução nº 1/77.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — A Mesa esclarece ao Senador Itamar Franco que, neste período, quando há solicitações para entrar um projeto na Ordem do Dia, já é praticamente em regime de urgência. Portanto, não teríamos mais a divisão pela metade do regime, porque o projeto entra de imediato e o parecer é concedido oralmente, não havendo, então, necessidade de regime de urgência.

**O Sr. Jamil Haddad** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra a V. Ex., para discutir a matéria.

**O SR. JAMIL HADDAD** (PSB — RJ. Para discutir a matéria. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quando se discutia o Projeto de Resolução nº 1 do Senado Federal do corrente ano, eu alertava a Casa — e o passar do tempo demonstrou a justeza das nossas posições — que seria impossível a Casa não ter Comissões essenciais funcionando, como a Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Relações Exteriores, Comissão do Distrito Federal e outras, para que tivéssemos uma tramitação mais ou menos normal das mensagens e dos projetos em curso nesta Casa.

E, Sr. Presidente, considere uma verdadeira aberração, já que nós do Poder Legislativo sempre criticamos a castração dos poderes do Legislativo, nós mesmos estamos naquele momento retirando a nossa função de legisladores. Pois só poderiam tramitar, até que fosse aprovada a nova Carta Magna, mensagens do Poder Executivo.

Sr. Presidente, agora, o nobre Senador Lourenberg apresenta uma modificação, dentro daquela

resolução, mas como bem salientou o nobre Senador Itamar Franco, só terão condições de tramitar, se assim o desejarem, as proposições apoiadas pelo PMDB, que tem praticamente 2/3 do Senado, ou então proposições em que haja o PMDB sempre apoiando, sejam elas de outros Srs. Senadores.

Parece-me que isso diminui, veda, e na realidade é uma censura ao poder de legislar de qualquer um dos Srs. Senadores com assento nesta Casa.

Na época normal de funcionamento, qualquer um dos Srs. Senadores que apresente seus projetos, estes são colocados na Ordem do Dia, após irem às Comissões.

Sr. Presidente, agora, tomando ciência de que para que haja tramitação de projetos dos Srs. Senadores terá que haver o apoio de 2/3 dos Membros desta Casa, prefiro esta do que a situação anterior, na qual era proibida totalmente; mas quero deixar bem claro que continua a ser uma castração de nossos poderes de legisladores. Deixo bem clara esta posição nesta hora que voto favoravelmente, porque é melhor do que tínhamos, mas também continua a ser um processo de castração e de minimização do trabalho dos nobres Senadores com assento nesta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, (Muito bem! Palmas.)

**O Sr. Antônio Farias** — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Com a palavra o Senador Antonio Farias, para discutir a matéria.

**O SR. ANTONIO FARIAS** (PMB — PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Na mesma linha de posicionamento dos Senadores Itamar Franco e Jamil Haddad, quero também me pronunciar, dizendo que votarei favoravelmente ao substitutivo, mas achando que continuamos cassados por nós mesmos, porque não queremos nos dar, pelo menos, o poder e a iniciativa de apresentarmos projetos nesta Casa. As maiores devem aprovar ou rejeitar, mas devem conceder-nos, pelo menos, a iniciativa de discutir projetos e os problemas maiores da Nação brasileira.

Quero, aqui, deixar o meu posicionamento de que aprovarei o substitutivo por não ter uma alternativa mais democrática.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Em votação o substitutivo que tem preferência regimental.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Sobre a mesa, redação final da matéria elaborada pelo Relator Alfredo Campos, que será lida pelo Sr. 1.º Secretário.

É lida a seguinte

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16, de 1987

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 16, de 1987, que altera a Resolução nº 1, de 1987, do Senado Federal.

Sala das Sessões, 1º de junho de 1987. — **Alfredo Campos**, Relator.

### ANEXO AO PARECER

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 52, item 30, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1987

**Altera a Resolução nº 1, de 1987, do Senado Federal.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os artigos 6º, 7º e 11 da Resolução nº 1, de 10 de março de 1987, passam a ter a seguinte redação, incluindo-se ainda o artigo 12:

"Art. 6º As matérias incluídas em Ordem do Dia dependendo de parecer terão seus Relatores designados pelo Presidente e seus pareceres proferidos oralmente em Plenário.

§ 1º Se a complexidade da matéria dificultar sua instrução em Plenário, a Mesa poderá conceder ao Relator prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º A matéria incluída em Ordem do Dia e dependente de parecer poderá ter sua apreciação adiada por, no máximo, 72 horas, por deliberação do Plenário, a requerimento de, no mínimo, 1/3 da composição da Casa ou de Líder que represente este número, ressalvados os casos de adiamento previstos no artigo 310 do Regimento Interno."

"Art. 7º Encerrada a discussão da proposição, com ou sem emenda, a votação da matéria far-se-á na sessão seguinte.

Parágrafo único. Encerrada a discussão da proposição com apresentação de emendas em Plenário, o Relator designado proferirá o parecer sobre as mesmas imediatamente, podendo ser concedido, em virtude da complexidade da matéria, prazo não excedente a duas horas."

"Art. 11. Os Projetos de Lei em curso e os que vierem a ser apresentados por parlamentares, durante o período de funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte, ficarão sobrestados até a promulgação da nova Constituição, ressalvados os Projetos de Lei previstos no artigo 42 da Constituição vigente.

Parágrafo único. Os Projetos de iniciativa parlamentar que versem sobre assunto relevante e de inadiável interesse público poderão ser incluídos em Ordem do Dia por solicitação escrita de dois terços da composição da Casa ou de Líderes que representem este número."

"Art. 12. Ficam reduzidos pela metade, todos os prazos referentes ao uso da palavra, com exce-

ção daqueles dispostos nos artigos 16 — XII e 419 J.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria é dada como definitivamente aprovada, nos termos do Regimento.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — **Item 2:**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 1987, que autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a ratificar a alienação de terras de que trata processo INCRA/PF Corumbá nº 763/75, de interesse do Senhor Horácio Sabino Coimbra, tendo Parecer oral favorável, proferido em Plenário.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 71, de 1987, do Senador Leite Chaves, de adiamento da votação por 30 dias).

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

### REQUERIMENTO Nº 82, de 1987

Nos termos do art. 280 do Regimento Interno, requiro a retirada do Requerimento nº 71, de 1987, de minha autoria.

Sala das Sessões, 1º de junho de 1987. — **Leite Chaves.**

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — O requerimento lido é deferido pela Presidência. Em votação o projeto.

**O Sr. Maurício Corrêa** — Sr. Presidente, peça a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Corrêa, para encaminhar a votação.

**O SR. MAURÍCIO CORRÊA** — (PDT — DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Vários expedientes dessa natureza foram trazidos ao conhecimento do Senado e todos esses requerimentos foram adiados, inclusive, um do Pará que já está aqui há anos para ser votado. Conheço a opinião de vários Senadores com relação ao problema de alienação de terras. Trata-se, neste caso, da ratificação de alienação de 13.665,77 hectares situado no município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso.

Em razão disso, constrangedoramente, peço a V. Exª que determine a verificação dos Senadores presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Primeiro, é necessário haver a votação, para, posteriormente, V. Exª solicitar verificação.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Ignácio Ferreira.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** (PMDB — ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Lembro-me que na Comissão de Legislação Social, há 1 ano e meio ou 2 anos, eu pedi que este processo fosse baixado em diligência, para a adoção de algumas providências. E, agora, compulsando ligeiramente o processo, tive a oportunidade de examinar o que me parecia ter sido a remessa das peças dando conta do cumprimento daquela diligência que eu havia solicitado. Eu não tenho toda a situação assim de pronto na cabeça, inclusive porque o processo, minutos após ter ficado em meu poder, foi devolvido à Mesa, porque ele se encontrava em pauta, em segundo lugar. Mas a situação, parece-me, tem uma singularidade que é inquestionável. A Constituição de 1937 dispunha, no art. 155, que “nenhuma concessão de terra de área superior a 10 mil hectares deverá ser feita sem que, em cada caso, preceda a autorização do Conselho Federal”.

Muito bem. A Constituição que está a vigor, no seu art. 171, parágrafo único, dispõe: “salvo para a execução de planos de Reforma Agrária, não se fará sem prévia aprovação do Senado Federal, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 3 mil hectares”.

Sr. Presidente, anteriormente, em 1975, veio à luz uma Lei, que é o Decreto-lei nº 1.414, de 18 de agosto de 75, que dispõe sobre o processo de ratificação das concessões e alienação de terras devolutas na faixa de fronteira, e dá outras providências”. E lá no art. 7º, diz o decreto-lei: “No processo de ratificação de que trata o presente decreto-lei, serão observadas as limitações constitucionais vigentes”. O restante do texto não é importante — serão observadas as limitações constitucionais vigentes. Portanto, vigentes, no texto da Constituição que então estava em vigor, e continua até hoje. Posteriormente, seis anos depois, veio a Lei nº 6.925, de 19 de junho de 1981, que altera dispositivos no Decreto-lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975, e dá outras providências. Então, essa lei, no seu art. 2º, diz o seguinte: “o art. 7º do Decreto-lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

Parágrafo único: dependerá de prévia aprovação do Senado Federal a ratificação das alienações ou concessões de terras públicas com área superior às limitações constitucionais a que se refere este artigo.”

Então, Sr. Presidente, examinando o parecer do eminente Relator, o Senador José Richa, eu que tive pouco tempo de conversar com S. Exª agora, porque estava muito preso ao texto do seu parecer, e imediatamente emergiu o momento do encaminhamento de votação, então diz S. Exª, no seu parecer, que o empresário Horácio Sabino Coimbra, Presidente do Grupo Cacique, na qualidade de pessoa física, adquiriu essa área e já está de posse dela, já tendo título definitivo há mais de 25 anos. Nas mãos de Horácio Sabino Coimbra está há mais de 25 anos, que adquiriu de uma outra pessoa que já era a quarta a ter o título definitivo que se iniciou a 1937, portanto, há 50 anos.

S. Exª não informa o que significará ter o título definitivo se iniciado em 1937; então, fiquei em

dúvida, porque na verdade o título definitivo emerge em determinado momento, é ou não é, há um momento em que ele nasce.

Então, quatro antecessores do Sr. Horácio Coimbra, segundo a informação do Relator que estavam na posse dessa propriedade, não sei também se no todo de 13 mil hectares, mas, a verdade é que em 1937, diz S. Exª: se iniciou o título definitivo para os proprietários antecessores ao Sr. Horácio Coimbra e, depois, há mais ou menos 25 anos, para o Sr. Horácio Coimbra.

O que me parece, Sr. Presidente, claro, claríssimo, chegando a quase queimar os olhos de tão claro, é que há uma disposição constitucional que é a do art. 161, que hoje está a vigor.

Anteriormente, havia uma disposição constitucional, da Constituição de 1937, que inclusive exigia prévio parecer desse conselho a que ela se refere, Conselho Federal, para concessão de terras em áreas superiores a 10 mil hectares, hoje a Constituição fala em 3 mil hectares. Mas, a verdade, é que lá havia um pálio constitucional, agora há um pálio constitucional sob cujo pálio estamos todos nós, e sob cuja abóbada constitucional vieram a lume estas duas normas legais, que são o Decreto-lei nº 1.414, de agosto de 1975, e depois a Lei nº 6.925, de junho de 1981, que o alterou. Então há, portanto, disposições de norma hierarquicamente inferior ao texto constitucional, que não tem como alterar o texto constitucional. O texto constitucional é claríssimo, quando exige prévia aprovação do Senado Federal para essas alienações. Neste caso, não há prévia autorização do Senado Federal, não se cogita de obtê-la previamente porque a alienação já foi feita, e não há como se invocar essas duas normas que dispõem sobre a permissão, a que o Senado Federal autorize a ratificação de alienações já feitas, porque elas são normas legais, hierarquicamente colocadas abaixo da Constituição Federal. Não há como se pretender por vias de normas hierarquicamente inferiores à norma Constitucional que está a vigor, a irradiar os seus efeitos, não há como se pretender balizar, de outra forma que não aquela prevista na Constituição Federal em vigor, o comportamento do Senado Federal.

De maneira, Sr. Presidente, que coloco a questão quase que inicialmente em termos de investigação a quem tenha melhor examinado os autos do que eu. Examinei-os superficialmente agora. Anteriormente, fiz um exame um pouco mais profundo, porque dependia da obtenção de documentos que solicitei e que aparentemente se encontram agora nos autos. Mas a verdade é que necessito de alguma informação suplementar. O que me parece, em termos jurídicos, é que não há como se invocar, embora o eminente Relator o tenha feito, essas duas normas hierarquicamente inferiores à norma constitucional, como alteradoras das linhas constitucionais, porque elas não têm condição de o fazer, não têm nível hierárquico para alcançar o texto constitucional, que continua íntegro, não tocado por elas.

Sr. Presidente, coloco estas questões porque elas me parecem assunto de extrema gravidade, de importância muito grande, porque são 13 mil e poucos hectares que estarão sendo definitivamente alienados, porque não o foram ainda; o título existente ainda não se complementou com a autorização do Senado Federal. Estarão sendo,

13 mil e poucos hectares passados para a titularidade de domínio de um particular, com autorização do Senado Federal, dada, ao que me parece, ao arripio flagrante do texto da Constituição em vigor.

**O Sr. José Richa** — Peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra, ao nobre Senador José Richa, para encaminhar a votação.

**O SR. JOSÉ RICHÁ** (PMDB — PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Senador José Ignácio Ferreira tem toda a razão. Acontece que foi expedido um título definitivo, mas o foi por equívoco e, exatamente por isso, por se reconhecer o equívoco, 50 anos depois, é que estamos examinando a matéria para fazer valer o dispositivo constitucional que, claro, tem precedência sobre qualquer outra norma. Então, na verdade, o título definitivo foi expedido alguns dias depois de promulgada a Constituição de 1937. Não havia na Constituição anterior à de 1937, a obrigatoriedade de passar pela homologação do Senado autorizações de alienação de terras. Havia, até 10 mil hectares, se não me falha a memória, e na Constituição de 37 é que essas áreas passaram a ser obrigatoriamente homologadas pelo Senado, mas o título havia sido, por equívoco, exarado em definitivo, o título de domínio pleno dessa área. Depois da Constituição de 37, a de 46 manteve o dispositivo da autorização do Senado, a de 67 também, e estamos aqui, exatamente, para isso. Quando cito essas normas complementares no parecer — foi apenas para ilustrar a matéria, mas se essas normas tivessem, como alega S. Ex., o poder de passar por cima de um texto constitucional, não estaríamos aqui, exatamente, reunidos apreciando este item para dar autorização.

Parece-me que não há nenhum inconveniente, pelo contrário, para manter o dispositivo constitucional em plena vigência, intacto precisamos dar autorização. Agora, vamos ao mérito, por que não dar autorização a uma alienação já procedida há mais de 50 anos? Vamos inclusive criar um problema administrativo, porque quer me parecer que o título definitivo, se for inconstitucional ou não, a responsabilidade é do Poder público que o expediu.

Ora, foi o Mato Grosso que expediu o título definitivo, hoje com a divisão do Estado, há uns anos, o Mato Grosso do Sul é que ficou com esta responsabilidade.

Ora, não vejo razão nenhuma para o Senado perder tanto tempo discutindo uma matéria que trata apenas de reconhecer o óbvio, reconhecer um fato consumado. O proprietário em questão não tem, absolutamente, nenhuma responsabilidade da incúria do Poder Público, e o que estamos a fazer é exatamente dar essa autorização para cumprir um dispositivo constitucional.

Por esta razão é que, inclusive, invoquei à Mesa que tirasse esta matéria do rol das demais matérias que, todos os dias, praticamente em todas as sessões ordinárias do Senado, se aprecia, que é a de dar autorização para a alienação de terras. Esta não é uma matéria desse mesmo gênero. Aqui trata-se apenas de autorizar uma alienação já ocorrida há 50 anos.

Acho que eram estes os esclarecimentos que me cabia como relator fazer, neste instante.

**O Sr. Cid Sabóia de Carvalho** — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, para encaminhar a votação.

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** (PMDB — CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Estou prestando atenção a tudo que se tem discutido aqui a respeito desta matéria, e estamos diante, exatamente, daquele fenômeno muito estudado no Direito: a Lei e o tempo ou a lei no tempo. E isso é muito importante.

Na verdade, estamos diante de um ato jurídico que se consumou e a legislação veio se alterando sem que ele, no entanto, se consumasse de direito. Ele se consumou de fato, mas não de direito. Há de se verificar que não podemos ter o ato — e esse é o grande ponto para o qual chamo a atenção do Senador José Richa e do Senador José Ignácio Ferreira, que me antecederam — que não podemos ter o negócio como consumado — só após autorização do Senado. Não há, portanto, apenas o aspecto de ratificação, há um duplo aspecto no ato que o Senado poderá praticar nesta sessão: autorizar, ratificando. Não se trata de uma ratificação pura e simples, porque essa figura da ratificação nem existe constitucionalmente. Mas quem pode o mais pode o menos, ou seja, se o Senado pode autorizar, pode ratificar. Isso é uma evidência.

Há de se convir que, pelo lado histórico da questão, já se passaram todos aqueles prazos de decadência, de prescrição, inclusive o de prescrição aquisitiva, e muito embora não seja caso de usucapião, não seja o caso de aplicação dessas regras de decadência ou de prescrição para resolver o problema, sob o aspecto legal, são esses prazos, no entanto, de grande valor ético, no exame dessa questão, no exame moral da questão. Estamos examinando aquilo que, na verdade, já está consumado. Portanto, não há nenhuma infração ética, e nem podemos pôr em julgamento, aqui, aqueles que, participando desse ato, o fizeram há décadas. Seria retroceder no espaço e no tempo, e talvez isso não, seja possível nesta hora. A não autorizar essa operação, para que ela se tome de direito, um ato perfeitamente acabado; a não se autorizar há de se convir que o ato do Senado estará levando à declaração de nulidade e abrindo, também, algum espaço para o exame de anulabilidade. Nulidade no ato formal do Governo do Estado e anulabilidade em todas aquelas transações ocorridas entre as pessoas privadas que antecederam o interessado no processo, até este presente momento, exatamente a pessoa que solicita essa providência à Administração Pública e, conseqüentemente, ao Senado Federal.

Acho que a autorização deve ocorrer, porque é um fato consumado. Se isso lesionasse o País de algum modo, essa lesão já estaria consumada de modo irremediável. O meu processo parece impraticável. É apenas uma questão de autorização, de ratificar o que já ocorreu, os fatos consumados, e tornar tudo de direito perfeito e acabado, daqui para a frente.

Por isso, Sr. Presidente, encaminhando a votação, eu estou com o parecer do Relator, Senador José Richa, apenas discordando da figura de ratificação, porque acho que há mesmo é uma autorização, porque o ato não está perfeito, acabado e precisa dessa autorização para que, ao longo de 50 anos, esse ato jurídico tão extenso possa, afinal de contas, terminar. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O Sr. Maurício Corrêa** — Sr. Presidente, peço verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Será feita a verificação solicitada pelo nobre Senador Maurício Corrêa.

A Presidência vai suspender a sessão por 10 minutos, acionando as campanhas para chamada dos Srs. Senadores ao plenário.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 17:34 min, a sessão é reaberta às 17:38 min.)

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Esta reaberta a sessão.

Persistindo a falta de quorum, fica adiada a votação da matéria.

Igualmente, os demais itens da Ordem do Dia da presente sessão, constituída pelas Mensagens nºs 337, 439, 491 e 515/86; e Ofício nº S-9/87, ficam todos com a apreciação adiada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jutahy Magalhães) — Voltamos à lista de Oradores.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Mansueto de Lavoura.

*O SR. MANSUETO DE LAVOURA PRONUNCIARÁ DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

*Durante o discurso do Sr. Mansueto de Lavoura, o Sr. Jutahy Magalhães, 1º-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Odaírc Soares, 2º-Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Odaírc Soares) — A Mesa prorroga a sessão por mais 30 minutos, para usar da palavra o nobre Senador Olavo Pires.

Concedo a palavra ao nobre Senador Olavo Pires.

**O SR. OLAVO PIRES** (PMDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Nós, parlamentares, quando eleitos, assumimos com o povo que nos elegeu o solene compromisso de defendê-lo, defendendo sua economia, defendendo sua democracia, defendendo o regime, defendendo o Governo, defendendo, enfim, dos mais elementares aos mais importantes interesses dessa gente.

E, infelizmente, ante o quadro e a situação atual do País, chegamos à conclusão de que estamos falhando, porque a Nação encontra-se numa situação de total penúria, com o nosso povo totalmente sacrificado, excetuando-se apenas uma pequena parcela de privilegiados. E nós, parla-

mentares, ficamos como que imobilizados assistindo ao aprofundamento de uma das piores crises financeiras já vistas, sem tomarmos uma atitude, uma providência direta, objetiva, que possa contribuir para solucionar essa difícil situação que a todos aflige.

Fui eleito pelo valoroso povo de Rondônia e, em nome desse povo, quero lançar o meu mais veemente protesto a esta situação tão deplorável. O brasileiro, este povo crédulo, tolerante, paciente, ante este desfile de absurdos que têm acontecido no País, já não suporta mais! Não suporta a falta de uma definição na política econômica, não suporta a elevação da inflação que está crescendo a cada dia, como se fosse uma bola-de-neve. Não suporta a alta taxa de juros, não suporta a recessão, o desemprego, não suporta a onda de corrupção que vem desde a Velha República e continua na Nova, não suporta termos que exportar produtos de primeiríssima qualidade, que, dado a sua excepcional categoria, não estão ao alcance do brasileiro. Enquanto isso, continuamos importando arroz da Tailândia, carne dos EUA, França e Uruguai, milho da Argentina e EUA, todos poderes ou deteriorados, e ninguém é responsabilizado. A nossa agricultura e a nossa pecuária ainda existem graças a Deus e ao valor do peso moral dos nossos agricultores e pecuaristas.

Sr. Presidente e Srs. Senadores: a imprensa tem estampado o quadro catastrófico que estamos vivendo, as suas manchetes são as mais assustadoras e nós não apresentamos uma solução ou não exigimos do Governo Central e de seus Ministros, sejam eles do PMDB, do PFL, ou de qualquer outro partido, a solução que o povo espera.

O País caminha a passos largos para ingressar numa das piores recessões de sua história, e o Governo Central e os Ministros da área econômica continuam dizendo que a Nação não terá recessão, o que considero, até um desrespeito ao nosso povo, pois, com esta prática, tentam subestimar não só a nossa inteligência, como chega a ser até um desrespeito ao nosso sofrimento.

**O Sr. Mansueto de Lavor** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. OLAVO PIRES** — Concederei o aparte a V. Ex<sup>a</sup> dentro de alguns momentos.

Qual país, que convivendo com a nossa taxa de juros, com a média de 30% ao mês com a nossa inflação idêntica e com a captação desenfreada e absurda de dinheiro no mercado financeiro, **opem market, over-night** e caderneta de poupança, que atinge o patamar astronômico de 47% ao dia, consegue se livrar da recessão? Quando o Ministro Funaro tentava e o Ministro Bresser tenta enganar o povo dizendo que o País não irá com viver com a recessão, chego a admitir que no dicionário destes ministros, recessão tem outro significado.

A nossa dívida pública interna deve ser paga mas de outra maneira, por outros meios, e não com a captação de dinheiro no mercado financeiro, que é, na prática, o caminho mais curto e mais direto para a recessão que, continuando como está indo, levará o País além da recessão, para a depressão, depressão esta que, talvez, dada as suas proporções, aí seja tarde para a tomada de providências.

Concedo o aparte ao nobre Senador Mansueto de Lavor.

**O Sr. Mansueto de Lavor** — Senador Olavo Pires, ouço com a maior atenção o seu pronunciamento que, por sinal, vai na mesma linha do meu pronunciamento anterior, de uma análise da situação por que passa, no momento, o País, uma situação nada confortável; todos nós devemos procurar contribuir para superá-la, para que cheguemos o quanto antes a uma estabilidade para uma maior tranquilidade do nosso povo. Realmente, como bem analisa V. Ex<sup>a</sup>, há uma linguagem que é oficial e há outra que é a do povo, em geral, dos que sentem a situação. A linguagem oficial vem sempre carregada de um inexplicável otimismo diante desse quadro. Só houve uma exceção: ontem, num dos canais de televisão, vimos e ouvimos o Ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, declarar com todas as letras que a inflação estava incontrolável no momento. E se o próprio Ministro do Planejamento chega a fazer uma afirmação desse porte, de tanta gravidade, podemos saber que realmente a situação está muito grave. Dias antes atribuíram ao Presidente do Banco Central uma declaração de que a inflação chegaria a 30%; ele negou depois. Mas, como estamos vendo, as taxas dos juros e do **overnight** já ultrapassaram de muito os 20%, e até por uma tendência ascendente da inflação, como as coisas andam, sem um tratamento de choque, parece que dentro em breve teremos essa inflação de 30%. Acredito que o seu pronunciamento é mais uma contribuição a nós, que somos do Partido do PMDB, para que haja um alerta geral, um esforço geral, um plano geral, uma medida geral no sentido de que possamos superar esta crise. Aliás, a minha sugestão, já apresentada ao Líder Senador Mário Covas, da Constituinte, e ao próprio Presidente do PMDB, é que essa próxima convenção, que se for adiada deve ser somente por motivos técnicos, mas jamais cancelada, e que na convenção do PMDB se estabeleça uma equipe para elaborar um programa mínimo de Governo, que será apresentado ao Presidente José Sarney como condição **sine qua non** para o apoio do PMDB ao Governo. Isto significa que queremos apoiar o Governo, não porque tem este ou aquele Ministério, este ou aquele cargo, mas porque o Governo, através de um programa claro, definido, explícito, quer recuperar a economia do País. Obrigado pelo seu tempo, e acredito que seu pronunciamento é uma valiosa contribuição a todos aqueles que estão interessados na superação desta crise. Muito obrigado.

**O SR. OLAVO PIRES** — Agradeço ao nobre Senador Mansueto de Lavor pelo seu aparte brilhante, que veio, obviamente, enriquecer o meu pronunciamento. Concordo plenamente quando o Senador faz as suas colocações, no tocante a vários temas da nossa economia.

Continuando, esclareço ao Sr. Presidente e aos Srs. Senadores que tenho pelo Presidente José Sarney um grande respeito.

Apoiá-lo nessa transição é até nosso dever, mas vamos apoiá-lo no que é possível, porque apoiar esta política econômica é faltar com a nossa responsabilidade para com a Nação, é faltar com a responsabilidade para com a nossa gente e para conosco mesmos.

Reconheço que pela lógica, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não seria próprio a um médico, a um químico ou a um sacerdote resolver a nossa problemática econômica. As pessoas indicadas para alinharem nossa economia são os economistas. Mas que me perdoem os economistas brasileiros, chega de tanta teoria bonita e errada, chega de brincar com coisa séria, chega de incompetência, nós todos não aguentamos mais continuar fazendo o papel de cobaias neste imenso laboratório da Nação. Vamos praticar uma economia mais simples, menos sofisticada, que seja séria, responsável, que seja patriótica, nacionalista e competente. De nada vale a teoria de Harvard, quando a dura realidade do Norte e do Nordeste brasileiro é a fome mesmo!

O grande empresário, o médico, o pequeno ou micro, ou o micróbio, como disse um empresário aqui em Brasília, há pouco tempo, em uma reunião dos microempresários, o povo de um modo geral precisa de uma política econômica definida e estável, para programar sua empresa ou sua vida particular. E eu pergunto, quem pode se basear em nossa política econômica?

Há dias, estupefato, ouvi o Ministro Bresser Pereira dizer que iria fazer o possível para conseguir manter a inflação no patamar de 20%, diga-se de passagem, o humilhante e vergonhoso patamar de 20%; e que iria realinhar os preços. Ora, bastavam essas infelizes colocações do Sr. Ministro para provocar uma elevação da inflação acima da existente. Depois o governo, através da imprensa, atacou a classe empresarial dizendo que os empresários brasileiros eram oportunistas e não contribuíam para a solução dos problemas nacionais. Mas recentemente, o Sr. Milliet — Presidente do Banco Central —, em mais uma infelicidade, declarou pela imprensa que a inflação iria a 30%, o que a elevou de imediato para mais de 60%, fatos que prejudicaram mais ainda o povo e a Nação e ao nosso Ministro nada aconteceu! Enquanto isso acontece no Brasil, a Rússia demite a cúpula do seu mecanismo de defesa, apenas porque um inofensivo avião monomotor, trazendo a bordo um romântico casal de namorados da Alemanha, invade o espaço aéreo russo e pousa em plena Praça Vermelha. O Governo da União Soviética demitiu sumariamente o Ministro e abriu inquérito para apurar o fato, e tenho certeza, vai apurar mesmo!

Atentem bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se essa onda pega no Brasil!

**O Sr. Ruy Bacelar** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. OLAVO PIRES** — Concluindo, um minutinho, por favor. Vamos ter muitos Ministros demitidos no dia em que se apurar responsabilidades administrativas no Brasil. Vai sobrar muito emprego. Com muito prazer, ouço V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Ruy Bacelar** — Senador Olavo Pires, seu pronunciamento é muito importante nesta tarde, aqui em Brasília. V. Ex<sup>a</sup> faz um relato da situação econômica do País, diz claramente, explicitamente, que há uma concentração, que a situação do Nordeste e do Norte é difícil, que a situação do povo é difícil, que a situação do empresário é difícil e que não há uma política definida do Governo. Narra esse fato, acontecido na Rússia, da demissão do Ministro da Defesa e do Subministro, me parece. Entretanto, aqui no Brasil, al-

guns ministros fazem aquilo que bem querem e continuam mais ministros do que antes.

**O SR. OLAVO PIRES** — Aqui no Brasil, infelizmente, essa moda não pega.

**O Sr. Ruy Bacelar** — Assistimos, há pouco, o Ministro dos Transportes cometer uma aberração quanto à licitação da concorrência da Ferrovia Norte-Sul. E continua Ministro. O Presidente da Valec, que patrocinou essa concorrência, continua Presidente, e mais prestigiado ainda, e, agora, o nosso Presidente da República entra numa luta contra a corrupção. É louvável essa iniciativa do Presidente. Todos nós desejamos que a corrupção não exista no País, que o dinheiro do povo não pode ser desviado para ninguém. Entretanto, é preciso que o Presidente tome atitudes contra a situação do Ministério dos Transportes, contra a Valec, para que o povo possa ter confiabilidade no que o Presidente diz. Louvamos essa iniciativa do Presidente da República, todos nós aqui do Senado, todo o povo brasileiro apóia essa sua decisão. Agora é preciso que antes de mais nada o Presidente dê provas dessa sua vontade, não premiando aqueles que, de fato, não estão louvando o seu Governo. Por isso eu o parabenizo e acredito no País, acredito que o Ministro da Fazenda irá encontrar o rumo certo para que possamos ter um Brasil melhor e um povo mais feliz. Eu o parabenizo pelo seu grande pronunciamento.

**O SR. OLAVO PIRES** — Agradeço ao Senador Ruy Bacelar, pelo seu valoroso aparte. Em aditamento a esse aparte, eu quero dizer o seguinte: que eu sou um homem, respeitando as minhas modestas proporções, sou um homem também realizador, e admiro inclusive esse objetivo do Presidente Sarney em realizar uma obra de vulto, ou algumas obras de vulto que venham a atender às necessidades de nossa Nação.

Mas acho que chegou a hora também de dar um basta a este festival de absurdos, esse festival de corrupção que vem denegrindo a imagem do homem público, e o pior é que denigre mais a imagem nossa, dos parlamentares, como V. Ex<sup>ta</sup> são conhecedores desse desfile de absurdos que tem havido no País. O País tem sido achacado, quase que constantemente, e nada acontece com esse pessoal.

Vejam, por exemplo, o que mencionei aqui no meu pronunciamento, essa importação de gêneros alimentícios, isso eu considero um dos absurdos, uma atitude que vem agredir o brasileiro, que vem nos reduzir a zero à esquerda e vem dilapidar o nosso já enfraquecido e debilitado cruzado e agredir diretamente não só a nossa brasilidade, como a nossa pecuária, a nossa agricultura, a nossa nacionalidade, e o que acontece? Não acontece nada.

Então, chega-se à conclusão de que o Brasil é o País das impunidades. Com relação à ferrovia Norte-sul, que fui convidado e aceitei integrar a CPI, acho o seguinte: o Presidente Sarney deveria até construir esta ferrovia, mas não da maneira como está sendo feita. Ele poderia, por exemplo, se valer dos batalhões ferroviários. Ele poderia inclusive fazer um pool de batalhões. Poderia congregar os batalhões ferroviários, com os **backs**, e construir esta ferrovia. Ela custaria, tenho a certeza, para a Nação, 20 a 30% do que estaria custando através desta licitação que foi cancelada

há poucos dias. Ele poderia também, aproveitando esta sugestão que eu estou apresentando aqui em plenário, ou seja, reunir os **backs** dos batalhões ferroviários e recuperar a nossa ferrovia Madeira-Mamoré, em Rondônia, que é uma ferrovia de real importância para o nosso Estado, que é uma ferrovia histórica, que está hoje abandonada, jogada às traças. Ele poderia muito bem, usando esta minha sugestão, asfaltar o trecho que vai de Porto Velho a Rio Branco, no Acre, ligar estes dois Estados. Ligar Buabuná até Guajará-Mirim, que é também no meu Estado de Rondônia, regiões que na época do inverno, na época das chuvas, todo ano se repete aquela calamidade pública, aquela irresponsabilidade pública que nos dói, nos afeta, nos agride, vivemos isolados, ilhados do resto do País, em função da irresponsabilidade dos nossos homens públicos.

Concluindo, Sr. Presidente, adianto que sou particularmente contrário às greves, mas é necessário que entendamos que um povo decepcionado e insatisfeito busca nessas greves a tentativa de saída para seus problemas, e um povo que enfrenta a nossa política econômica, que enfrenta a nossa recessão, a nossa inflação que corrói o seu bolso, um povo que vê crescer a cada dia o fantasma da dificuldade e da fome, provocados pela alta taxa de juros, pela inflação e pela recessão, que, como já disse, continuando, passará a ser uma depressão, só pode apelar para greve. É óbvio, Sr. Presidente desta Casa, Srs. Senadores, Senhor Presidente da República, Sr. Presidente da Mesa, Senhores Ministros, que um povo satisfeito e que confia em seu governo não promove greves.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Soares) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No último dia 22 de maio, participei em Nova Iorque, do 18º jantar anual promovido pela Brazilian — American Chamber of Commerce, Inc. — com a finalidade de homenagear duas das mais dinâmicas e eminentes personalidades do Hemisfério, Ozires Silva, Presidente da PETROBRÁS — Petróleo Brasileiro S/A, e Paul F. Orefice, Presidente da Dow Chemical Company.

A homenagem consistiu, especificamente, na outorga do título de "Homem do Ano de 1987" (Man of the year Award) a esses dois administradores exponenciais que dignificam o empresariado brasileiro e norte-americano.

O mencionado jantar reuniu, nos salões do Plaza Hotel de Nova Iorque, cerca de 800 convidados especiais.

Convém esclarecer que os encontros anuais levados a efeito pela Câmara Brasileira-Norte-Americana de Comércio, à medida que os anos vão passando, crescem de importância, em virtude da imensa ressonância política e social, decorrente da participação, cada vez maior, dos mais expressivos segmentos do empresariado brasileiro e norte-americano.

Tendo participado de vários encontros, como convidado, nesta oportunidade representei tam-

bém o ilustre Presidente do Senado Federal, Senador Humberto Lucena.

O brilhantismo da reunião evidenciou mais uma vez o prestígio das duas personalidades enaltecidas pelo título de "Homem do Ano — 1987".

Os títulos "Man of the year/1987" foram entregues aos ilustres agraciados, durante solenidade presidida pelo Presidente da Brazilian-American Chamber of Commerce, Inc., Harry B. Heneberger Jr., depois de lidas as mensagens de congratulações dirigidas pelos Presidentes Ronald Reagan e José Sarney aos "Homens do Ano/1987", Paul F. Orefice, dos Estados Unidos, e Ozires Silva, do Brasil.

Coube ao ex-Ministro da Indústria e do Comércio, e atual Presidente do Banco Econômico do Brasil, Angelo Calmon de Sá, saudar o Chairman da Dow Chemical Company, Paul Orefice, e entregar-lhe o título, ao passo que o Presidente da PETROBRÁS, Ozires Silva, foi saudado pelo Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Harry Shlaudeman, que lhe entregou o diploma de "Man of the year/1987".

Seria demasiado longo enumerar todas as personalidades convidadas para o 18º encontro da Câmara Brasileiro-Norte Americana de Comércio. Desejaria destacar os que trabalharam para o êxito do evento: Harry Heneberger Jr. — Presidente da Câmara de Comércio, Vicente Bonnard, Lino Otto Bohn, Sérgio Pereira e Marcus Albuquerque Melo, bem como o ex-Ministro Angelo Calmon de Sá, Presidente do Banco Econômico, Luiz Eduardo Campello, Presidente da ELUMA, e Carlos Alberto Vieira, Presidente do Banco Safra, que se associaram, através de outras manifestações e eventos, à homenagem prestada a Ozires Silva.

Dentre as personalidades presentes o Embaixador do Brasil, nos Estados Unidos da América do Norte, Marcílio Marques Moreira; o Embaixador Harry Shlaudeman, dos Estados Unidos da América do Norte, no Brasil, Embaixador George Maciel, Embaixador do Brasil, na ONU; Doutores Paulo Belotti, Carlos Santana, Diretores da Petrobrás, Márcio Fortes, Presidente do BNDES, Eliseu Rezende, ex-Ministro dos Transportes, ex-Governador Paulo Maluf, Empresário Luiz Eduardo Campello; Hélio Smidt, Presidente da VARIG; Mário Bering, Presidente da Eletrobrás, Olavo Brumond, Conselheiro do Tribunal de Contas de São Paulo, Luiz Eulálio Vidigal, Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Empresários Flávio Musa de Freitas Guimarães, Ney Lima Figueiredo e muitas outras personalidades que foram do Brasil prestigiar o jantar do Homem do Ano em New York.

Finalmente, requeiro a incorporação ao texto destes suscintos comentários das Mensagens dos Presidentes José Sarney e Ronald Reagan e o discurso proferido pelo Presidente da Petrobrás, Ozires Silva, que pela sua extraordinária categoria e importância do seu conteúdo foi entusiasticamente aplaudido e obteve excepcional repercussão. (Muito bem! Palmas.)

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:*

Brasília, 19 de maio de 1987  
Senhor Presidente Vicente J. Bonnard,

Peço-lhe receber e transmitir aos demais Diretores e Membros da Câmara e do Comércio Brasil/

EUA os meus mais sinceros cumprimentos pela escolha do Engenheiro Ozires Silva para "Homem do Ano" de 1987.

Dificilmente poderia a Câmara ter feito escolha mais feliz, neste momento. Ozires Silva é, por todos os títulos, digno da láurea que vai receber no dia 22 de maio corrente.

Sua dedicação pessoal à causa pública é um exemplo vivo do que podem realizar a competência e o destemor. Ozires Silva e sua equipe fizeram a Embraer levantar voo e ir disputar e ganhar parcelas importantes e significativas do mercado internacional de aeronaves civis e militares.

Agora, "pilotando" a Petrobrás, saberá conquistar para a empresa novos e grandes espaços no mundo do petróleo.

Solicito-lhe também transmitir minhas congratulações ao Senhor Paul Oreffice pela honrosa e merecida distinção com que foi agraciado pela Câmara de Comércio Brasil/EUA.

Desejo, assim, associar-me à homenagem que lhes presta a Câmara de Comércio Brasil/EUA.

Cordialmente, **José Sarney**, — Presidente da República Federativa do Brasil.

THE WHITE HOUSE, Washington — May 18, 1987

It is a pleasure to congratulate Paul Oreffice and Ozires Silva on their selection as Men of the Year by the Brazilian-American Chamber of Commerce.

These awards are richly deserved. Both men have contributed substantially to the ties between the Brazilian and American business communities, ties that reflect America's warm relationship with Brazil and the Brazilian people. I am confident that the efforts of Paul Oreffice and Ozires Silva, along with those of the entire Chamber membership, will continue to strengthen and deepen our already important commercial relations, and will reinforce the bonds of understanding and mutual respect between the United States and Brazil.

God bless you. — **Ronald Reagan**.

#### DISCURSO DO PRESIDENTE OZIRES SILVA:

BRAZILIAN-AMERICAN  
CHAMBER OF COMMERCE, INC.

18<sup>th</sup> Annual Awards Dinner  
Plaza Hotel, New York City  
May 22, 1987

18<sup>o</sup> Jantar Anual  
Hotel Plaza, Nova Iorque  
22 de maio de 1987

No ano passado, nesta mesma época, aqui estive para aplaudir os Homens do Ano, Mr. Roger B. Smith e o meu amigo Luiz Eulálio Bueno Vidigal Filho.

Para mim, era uma noite diferente. Acabava de ser nomeado para dirigir a Petrobrás — Petróleo Brasileiro S.A. e começava a me conscientizar de que estava deixando uma organização — a Embraer —, sonho de infância, que presidia desde sua fundação, há 16 anos.

Compreendia o salto que estava dando, a partir de uma empresa, sem dúvida de sucesso, para uma gigantesca holding, com mais de 100 subsidi-

árias e coligadas no Brasil e no mundo, capaz de faturar cerca de US\$ 17 bilhões anuais e gerar mais de 60.000 empregos diretos.

Sabia que minha vida iria mudar, como de fato mudou. É esta mudança que me traz aqui, nesta noite, pelas generosas mãos da Brazilian-American Chamber of Commerce, que decidiu, com muita honra para mim, apontar-me como Homem do Ano, ao lado de Paul Oreffice, o que constitui um grande privilégio pessoal.

Neste ano de 1987, o mundo, cada vez mais capacitado pelo impressionante fenômeno da disseminação e processamento das informações, apresenta-se pressionado por disputas significativas, mais à base de discussões em torno de mesas e de pressões políticas do que nos campos de batalha, felizmente.

Se este clima de paz generalizada prevalecer (em que pese a existência de áreas em conflito), temos de nos congratular por isso, mas não podemos deixar de nos preocupar com os contrastes intensamente observados nesta espatifada Terra, cada vez menor para o animal-homem que a domina.

Muitos estudos e ensaios têm sido produzidos sobre o tema, com muito mais competência do que poderia eu aqui fazer.

Estes estudos, na maioria das vezes, criticam e poucas vezes produzem sugestões para a solução dos problemas, cada vez mais velozmente gerados.

Como fato, observa-se que só um punhado de países está se mostrando capaz de usufruir a revolução da inteligência. Esta segregação, causada pela insuficiência da maioria dos Estados em preparar seus cérebros e moldar suas sociedades, abre perspectivas que são, pelo menos, sombrias. Se, de um lado, o homem moderno tem todas as razões para se orgulhar do que conseguiu, em termos de progresso e de bem-estar material, tem também motivos para se preocupar com os desequilíbrios regionais que gerou.

Esses desequilíbrios criaram problemas, cuja listagem, numa tentativa de selecionar os de maior importância, entre muitos, ressalta:

- a disputa do poder militar entre as superpotências;
- os déficits de comércio;
- as dívidas internas e externas dos países;
- o protecionismo comercial;
- a pobreza endêmica da maioria da população da Terra.

Por trás da grande imensidão de dificuldades com que se debate a humanidade está a Economia, como ciência ou como técnica, mal-compreendida e, o que é pior, deformadamente utilizada.

É muito claro que enquanto uma política econômica é aplicada, possivelmente objetivando beneficiar a todos, uma outra beneficiaria apenas um grupo, em prejuízo dos demais. Por outro lado, é igualmente nítida a tendência persistente dos homens de verem somente os efeitos imediatos de determinada política os seus resultados em apenas um grupo particular. Para completar, somente precisaríamos dizer que cada grupo está preparado para discutir as correções que lhe afetam favoravelmente, dificilmente concordando com prejuízos pessoais em favor de outros grupos ou mesmo da coletividade.

Como coroamento destes pensamentos, extraio do notável livro de Barbara Tuchman, "A Marcha da Insensatez" (do original inglês "The March of Folly"), o seguinte trecho:

"Uma visão bitolada, levando a se auto-enganar, é fator que desempenha grande significado nos governos. Faz com que as decisões sejam apenas obedientes aos desejos e às aspirações pessoais, sem que o governante aja em acordo com os fatos."

Esta soma de idéias parece-me espelhar e caracterizar a raiz dos problemas, conflitos e contrastes que vivemos hoje.

Não desejando me alongar nesses conceitos, e tentando ser mais específico, aqui estamos nos Estados Unidos, sem dúvida a nação mais bem-sucedida da Terra — hoje enfrentando problemas sérios, como o déficit de comércio, cuja origem, sem dúvida, está no surgimento de competidores competentes fora das fronteiras norte-americanas. Não se pode esquecer que os Estados Unidos fizeram crescer sua indústria e comércio à custa de práticas protecionistas, que ensejaram a construção de um formidável império industrial, fortalecido pela II Guerra Mundial, que se encarregou de aniquilar a competição europeia e japonesa. Isto, dito desta maneira rude, pode parecer desmerecimento à inegável criatividade e competência do trabalhador povo americano. Efetivamente, não tenho esta intenção.

Hoje, com o ressurgimento dos competidores, cujas forças foram renovadas por investimentos recentes, portanto beneficiados pela moderna tecnologia, a competição bate às portas da grande nação americana, que reage bravamente, mas bastante perplexa, pois não pode compreender como "estrangeiros" estão sendo capazes de fabricar, a menores custos e melhor qualidade, produtos que anteriormente dominavam o mercado sob a expressão "Made in USA". É claro que neste clima sempre surgem aqueles que buscam nas barreiras comerciais promovidas pelos Governos a proteção que não conseguem dentro do sistema de livre mercado. Efetivamente, não tem sentido pagar mais caro por um produto feito nos Estados Unidos, quando seria mais barato importá-lo. Seria o mesmo que solicitar à maioria de americanos que sacrificasse seus empregos e suas possibilidades de progredir em benefício de um limitado grupo de pessoas.

Tudo isto é decorrência direta da sofisticação do pensamento humano, que leva a sociedade a uma posição no mínimo curiosa. Refiro-me à tendência crescente de se adjetivar a liberdade e de colocá-la a serviço de grupos e de interesses próprios, como se ela pudesse ser segmentada ou limitada. Fala-se alto e duramente em liberdade individual, mas se procura impor restrições às liberdades econômicas, de comércio, de empreender e de investir. Tudo isto sob o pretexto de beneficiar a comunidade. Esta tendência leva à insuficiência generalizada, bloqueando a necessidade permanente de se buscar aumentos significativos da eficiência do sistema.

Creio firmemente que, a longo prazo, não poderemos escapar da liberdade plena, na qual a única adjetivação aceitável seria o limite imposto pelo direito do próximo ou o de terceiros.

Neste edifício complexo da moderna sociedade humana ressaltam hoje, com clareza, as diferenças marcantes entre os países desenvolvidos e as outras nações do chamado Terceiro Mundo (LDC) que, com suas populações insuficientemente educadas e treinadas, chegaram atrasadas à revolução industrial e que nela buscam espaço para sua sobrevivência, seguindo padrões mínimos de dignidade.

Encontram-se elas hoje — entre as quais o Brasil — num círculo vicioso, que as mantém na incômoda posição de sociedades periféricas, de difícil possibilidade de ser rompido. E quais as causas disso? Certamente elas serão encontradas na própria história desses países.

Vejamos o Brasil, por exemplo. Começamos realmente a nos industrializar em 1960 — cerca de cem anos depois da Europa e mesmo dos Estados Unidos. O processo foi centrado em dois parâmetros básicos: o ingresso de capitais estrangeiros de risco e recursos de empréstimos. Naquela época, a exportação global brasileira era de US\$ 1,3 bilhão/ano e prevaleciam na pauta o café e produtos primariamente processados. O que aconteceu todos conhecem. Os produtos industrializados cresceram em preço, no mercado internacional, a uma taxa média de 4% ao ano, enquanto que as "commodities" e os primários, se não ficaram estagnados, tiveram seus preços de mercado reduzidos. Se o índice em 1960 era cem, para as exportações brasileiras, hoje é 330, enquanto as importações passaram também de cem para 420. Isto significa que o preço específico de nossas exportações perdeu quase 30% em relação às nossas necessidades de importações. É claro que estes números precisam ser entendidos como relativos, pois, submetidos a outros critérios de cálculo, darão resultados diferentes.

O que mais aconteceu no período? O petróleo subiu de US\$ 1,80 por barril para US\$ 37,00 e, apesar de ter apresentado substancial redução em 1986, o decréscimo sazonal não compensou as perdas históricas. O mesmo ocorreu com os juros que, de 5% ao ano, no início do período, chegaram a exceder os 20%. Tudo isto fez com que a famosa dívida externa brasileira chegasse hoje a mais de US\$ 110 bilhões.

Desejo acentuar e afirmar — e isto é muito importante — que a maioria da sociedade brasileira tem perfeita consciência sobre onde estes recursos foram aplicados. O País progrediu, as comunicações se modernizaram e as infra-estruturas energética e industrial se expandiram dramaticamente. Fabricamos aço, automóveis, aviões, navios e uma miríade de outros produtos crescentemente capazes de conquistar parcelas significativas do mercado interno e mesmo do externo. Mas, ao mesmo tempo, somos forçados a reconhecer que o custo do serviço atual dessa dívida, calculada aos juros correntes de mercado (hoje certamente cotados a níveis razoáveis), absorve grande da parcela receita brasileira de exportação.

Assim, em que pese a consciência nacional de que somos devedores e de que vamos pagar as quantias devidas, um equacionamento mais justo desse débito torna-se vital. A razão nos parece clara, pois, se o processo de desenvolvimento da nossa economia fosse interrompido, estaria sendo condenada a própria liquidez do país, cha-

ve-mestra da capacidade de honrar os débitos acumulados.

Por outro lado, aqui nos Estados Unidos já se reconhece que as exportações norte-americanas para os países em desenvolvimento (LDC) têm sido prejudicadas, não somente pela interferência governamental, mas também pela pequena disponibilidade de divisas desses próprios países, desviadas para cobrir o serviço de suas respectivas dívidas. Na maioria dos países latino-americanos a renda *per capita* caiu nos anos recentes. A "performance" dos Estados Unidos em suas exportações para o continente, de US\$ 5 bilhões de superávit, em 1981, caiu para US\$ 16 bilhões de déficit, em 84. Este é um preço alto para a indústria norte-americana, que vê seu mercado diminuir. O que é mais penoso observar é o tipo da reação nos Estados Unidos: a indústria passa a pressionar contra as medidas governamentais das LDC, que buscam disciplinar o dispêndio de dólares e as classificam de práticas protecionistas, colocando o USTR (United States Trade Representative) a abrir processos, os mais variados, amparados pela legislação dos Estados Unidos.

O problema é claro! Não se compra mais pela razão mais simples do mundo: o dinheiro é curto! E o pouco existente sai diretamente para o sistema financeiro internacional. Daí por que nos parece da maior importância a recente atitude do Japão, de buscar investir nos países com débitos elevados cerca de US\$ 30 bilhões, com o evidente objetivo de estimular suas respectivas capacidades de compra. O recentemente criado Subcomitê do Senado Americano sobre a Dívida (International Deb) colocou o dedo na ferida:

"Precisamos conceder ao Terceiro Mundo — uma redução nas taxas de juros e nos seus débitos, a fim de gerar empregos nos Estados Unidos".

Aliás, isto foi feito via Plano Marshall para a Europa, ao término da II Guerra Mundial, e com grande sucesso. Durante pelo menos 20 anos, após a guerra, a indústria norte-americana teve índices de prosperidade inéditos.

No caso atual, sabemos que o clima financeiro internacional é essencialmente diferente daquele que prevalecia na década de 40 e que é difícil explicar à opinião pública dos países credores porque se deve ajudar o Terceiro Mundo, enquanto essas mesmas nações se mostram relutantes para conceder financiamentos favorecidos para promover o desenvolvimento de atividades internas essenciais — agricultura, por exemplo.

Em que pese os obstáculos, é difícil a identificação de outras alternativas, pois, ao se manter o impasse atual, é forçoso admitir que se terá milhões, talvez bilhões de consumidores virtualmente à margem do mercado de consumo. Apesar de tudo, é muito provável que a introdução de fatores político-econômicos no equacionamento das dívidas externas dos países do Terceiro Mundo poderia alterar significativamente o quadro corrente, o qual, sem dúvida, experimentou retrocesso nos últimos cinco anos de discussões exclusivamente financeiras. E parece que não houve falta de empenho.

A pergunta lógica e conseqüente que se colocaria: o que a comunidade político-econômico-

financeira internacional poderia aspirar como contrapartida soberana a ser oferecida pelos países devedores? Sem dúvida, uma política econômica austera, um esforço para conter os déficits públicos e a prática de liberdade plena, tanto a nível individual como a nível das organizações, associações e empresas, e, sobretudo, de comércio e de investimento. Tudo isso sob um clima democrático, onde prevalecesse o espírito inovativo e empreendedor do cidadão sob as regras que o Estado possa estabelecer com amplitude para governar a vida da sociedade.

Minhas senhoras e meus senhores, prometi não me alongar e fico por aqui. Não sem antes agradecer de coração a honrosa atenção da Brazilian-American Chamber of Commerce, indicando-me para este título que espero honrar e merecer. Agradeço ao Governo norte-americano ter indicado para entrega do prêmio o Embaixador Harry Shlaudeman, o que dá ao mesmo um contorno de apreço e mostra o alto nível de relacionamento entre os nossos dois países.

Agradeço a presença das inúmeras autoridades e amigos dos dois países, que tomaram muito do seu precioso tempo para estar aqui conosco, nesta noite.

Peço-lhes permissão para compartilhar este galardão com minha família, aqui representada pela minha querida esposa, que, com paciência e dedicação, tem-me acompanhado nesta jornada, que me traz a New York nesta noite inesquecível.

Vocês são muito generosos.

Muito obrigado por tudo.

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Soares) — Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

**O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG** (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O primeiro round já superado da reforma constitucional, no excelente trabalho das Subcomissões, deixou, ainda, muitas matérias em aberto, como, por exemplo: a duração do atual mandato do Presidente da República será objeto das Disposições Finais e Transitórias, já concedidos cinco anos aos seus sucessores.

Abandonamos, assim, a tradição da primeira República, encerrada em 1930, desde que, após o interregno ditatorial de Vargas, a partir da Constituição de 1946, adotamos o mandato quinquenal.

Adotou-se, até agora, a constatação que se vinha fazendo há muito tempo: quatro é pouco, seis é demais.

Conhecendo a inclinação deste Plenário e a capacidade de aglutinação dos partidos que elegeram o Presidente José Sarney, não temos dúvida de que Sua Excelência comandará as comemorações do centenário da República, como outro nordestino dirigiu as comemorações do centenário da Independência.

Se, quanto a esse ponto, parece marchamos para uma solução pacífica, o mesmo não ocorre, no entanto, quanto à esdolta do sistema de Governo, proclamadas, aparentemente pela maioria, as excelências do parlamentarismo.

Reconhecemos que, na Primeira República, em quase todos os quadriênios presidenciais — com exceção daqueles de Campos Sales e Venceslau Braz — atravessamos sérias crises tanto financeiras como de segurança, bastando citar a Re-

volta da Armada, a Revolução do Contestado, o sacrifício cruento dos beatos de Antônio Conselheiro e as revoluções militares de 1922, 1924 e 1930.

Mas quem pode afirmar que não teria sido pior, se vivêssemos o parlamentarismo?

Os que defendem esse sistema se impressionam pela paz havida no Império, quando Caxias jugou revoltas populares em todo o País e tivemos de enfrentar uma guerra externa, que nos aviltou a moeda e degradou a economia.

Não foi o Parlamentarismo quem pacificou a política nacional, durante cinquenta e cinco anos, ou seja, a partir do Ato Adicional de 1834. Foi o uso consciencioso, por D. Pedro II, do famoso Poder Moderador, que confiava exclusivamente ao Imperador a condução da política nacional.

Graças ao exercício simultâneo dos poderes Executivo e Moderador, podia o soberano controlar os políticos eleitos e compor, ao seu talento, os gabinetes.

Além disso, havia um Senado vitalício, constituído de provetas figuras, heróis nacionais e "pais da pátria", que podiam ficar acima dos partidos por independerem, depois da escolha final do Imperador, do voto popular.

Tivemos, no Império, muita paz política e pouco desenvolvimento econômico, como nação primário-exportadora, governada, nas Províncias, pelos mais poderosos proprietários rurais, graças às monoculturas da cana-de-açúcar, do café, ou do cacau, em Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Essas oligarquias principais permaneceram, nos Estados, na primeira fase republicana, no tempo do **café com leite**, quando políticos mineiros e paulistas se revezavam na Presidência da República, sem chances para nordestinos, gaúchos e baianos.

Epitácio Pessoa, Café Filho, Castello Branco e José Sarney, além de quatro gaúchos, só chegaram à Presidência por circunstâncias aleatórias, na crista de uma revolução, como sucessores eventuais, ou por cisão da frente sulista.

Foi nesse regime republicano que iniciamos a industrialização, a partir da I Guerra Mundial, impulsionada pela segunda, incrementada a partir de 1950.

Argumentam os parlamentaristas que a República brasileira foi mal-nascida, porque copiou as instituições norte-americanas, que sustentam, hoje, a nação mais poderosa do mundo, sabendo usar o **impeachment** com a união do Judiciário e do Congresso, contra o Executivo.

Apesar de seis Constituições em cem anos — enquanto os Estados Unidos fizeram uma durar duzentos —, conservamos a unidade nacional, sem verificar-se, aqui, o quisto racial que a negritude representa na página de Lincoln e dos grandes pastores negros.

Nosso defeito não está nas instituições políticas — postas de lado as aventuras totalitárias — mas na falta de maturidade do nosso sincretismo racial, religioso, político e social.

Não se pode negar que o brasileiro médio tem singular estima pelos tiranos, como aconteceu com Floriano Peixoto, o "Marechal de Ferro", e Getúlio Vargas, o "Pai dos Pobres".

Muitos oligarcas nos Estados gozaram da simpatia popular, como o General Dantas Barreto,

em Pernambuco, J.J. Seabra, na Bahia, Graco Cardoso, em Sergipe, Antônio Carlos, em Minas Gerais. No Rio de Janeiro, em Santa Catarina, no Rio Grande do Norte, no Piauí, tivemos exemplos recentes dessa idolatria por certos "clãs" políticos, representantes de um nepotismo mitigado.

Mas o povo sempre votou nos candidatos que indicavam esses chefes e só neste último pleito é que vemos, nas duas Casas do Congresso, a juventude ingressar no Senado, muito menor o número de doutores na Câmara Federal.

Tivemos e teremos de agora em diante um Parlamento cada vez mais representativo, com produto final de quase um século de vida republicana e federativa.

O voto do analfabeto será o melhor instrumento dessa representatividade autêntica.

Aumentará o número dos parlamentares que não sabem colocar os pronomes nem se envergonham dos solecismos, mas conhecem, muito de perto, as legítimas aspirações populares.

Esse povo é presidencialista, como os professores, os juristas, a minoria intelectual e artística revela predominância parlamentarista, destemerosa de uma ditadura congressual, que não é menos perigosa do que uma ditadura presidencial.

Antes de encerrar estas considerações, queremos lembrar o fracasso do parlamentarismo republicano, que o povo repeliu num plebiscito, noventa por cento preferindo o presidencialismo.

Se isso aconteceu há vinte e cinco anos, o povo não mudou tanto, politicamente, em tão pouco tempo.

Sua inclinação quase racial pela figura do chefe supremo — seja o soba africano ou o tuchaua indígena — não se acomoda com a figura de um Presidente da República que reina mas não governa.

Dizem que Rui Barbosa se converteu ao parlamentarismo.

Mas se ele fosse vivo em 1962, também apostaria novamente, talvez inventando outra forma de governo híbrida, como se pretende fazer agora.

Queremos lembrar, no entanto, aos parlamentares larvados e aos presidencialistas concessivos, que, geralmente, os híbridos são estéreis.

E o que ocorre na biologia pode, também, acontecer na política.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Odaír Soares) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

#### REFORMA URBANA

"A aceitação passiva da inevitabilidade e a mera extrapolação linear de tendências, através de modelos e casuísticos controladores, a isso tem-se chamado reforma urbana."

A centralização estatal e a concentração de recursos e de poder decisório ao nível federal têm levado a questão urbana a um estrabismo deplorável. E falar em reforma urbana, a partir dessas condições, não sequer pode fazer sentido.

É preciso descartar esses conceitos restritos e passar a encarar a cidade, o espaço urbano,

em suas reais dimensões. Um conceito de espaço muito mais abrangente precisa ser compreendido e aplicado na compreensão do fenômeno urbano.

Em primeiro lugar, o espaço urbano é o espaço humano, onde moram hoje 1/3 da população brasileira. A cidade é a capital do Município, é o lugar central de recursos (equipamentos, serviços, importação, exportação,...). Ela interage com seu espaço rural, com sua área de influência, com outras cidades menores e maiores.

O espaço urbano é um espaço econômico, no sentido que lhe atribuem as mais modernas concepções do planejamento regional. Sob este enfoque, o espaço regional e o espaço nacional se estruturam, se organizam a partir de uma rede urbana nacional bem equilibrada.

Esta rede urbana, constituída pelas cidades (os nós da rede) e pelo sistema de vias (rodovias, ferrovias, hidrovias, aerovias e outros canais de interligação) são os macroelementos estruturadores do espaço nacional. É este espaço real, concreto, sobre o qual se devem debruçar os planejadores e administradores. Sem isso, estarão fazendo especulações vazias, tal como o fazem hoje os economistas-monetaristas e outros bacharéis em menor voga, que tentam interpretar (e pior ainda, tentam administrar) o espaço nacional a partir da visão restrita de suas reluzentes especializações e pós-graduações.

Na realidade, o planejamento regional e o planejamento nacional não são praticados no Brasil. Planeja-se a partir da justaposição de abordagens setoriais específicas (saúde, educação, segurança, transportes...) e, quando muito, aparecem alguns programas integrados de governo.

Quando se fala em desenvolvimento regional no Brasil, só se pensa nos problemas do Nordeste.

A escala regional é a escala adequada para o planejamento nacional. Nesta escala, os problemas e os potenciais das diversas regiões do País constituem grandes agregados. Com esses grandes agregados é possível trabalhar a escala nacional.

Os problemas urbanos que, a nível local não têm solução, quando enfocados sob o ponto de vista regional encontram fácil equacionamento. Por exemplo: qual a possibilidade que uma cidade tem de encerrar os problemas de imigração explosiva? Mesmo uma grande metrópole como São Paulo, assiste perplexa e passiva a avalanche de populações novas que todo ano chega. O que pode fazer um governo municipal, como é o caso, diante dos problemas estaduais e federais? É claro que um problema deste tipo, ao nível regional e ao nível nacional encontra solução.

Existe um verdadeiro conflito entre as esferas municipal, estadual e federal de governo. É impossível compatibilizar interesses não explícitos, e programas aleatórios, sem um referencial maior, sem, portanto, o planejamento regional e o planejamento nacional.

E nesse turbilhão de conflitos é o município e principalmente a cidade, o espaço urbano, que recebe a arrebentação das contradições. Desta forma, podemos ver a qualquer hora, em qualquer cidade brasileira, as fraturas expostas, oriundas dos desastres federais e estaduais. É na periferia urbana que se acumulam os desempregados; é dentro do tecido urbano que se manifestam as pessoas marginalizadas por um sistema econô-

mico perverso: marginais da economia, párias da sociedade; é nas terras urbanas que se manifesta da forma mais voraz a especulação imobiliária, imbatível porque acobertada por dispositivos bem claros da Constituição federal.

Em síntese: a cidade espelha a organização nacional. As nossas cidades, ao mesmo tempo gigantescas (muitas delas), estão perplexas, ora ufanistas, ora apavoradas, algumas crianças perdidas, outras, velhas desenganadas, todas, entretanto, muito amadas e queridas, espelham com uma triste fidelidade o nosso Brasil.

Falar, portanto, em reforma urbana, sem tocar no planejamento nacional e no planejamento regional é incurrir no velho erro de querer combater os problemas pelos seus efeitos.

A reforma urbana necessária virá naturalmente, a bordo de qualquer nave que traga a modernização do planejamento e da administração do Brasil.

## HABITAÇÃO

O conceito de habitação, em suas raízes históricas, tem uma acepção de abrigo. O homem pré-histórico habitava cavernas, isto é, sua habitação em quase nada excedia a função abrigo. Passava o dia todo ao ar livre, e só se recolhia para dormir, protegido dos animais predadores e das intempéries. Mais tarde, o homem adquire hábitos sedentários, organiza-se em tribos e famílias e a sua habitação se torna um pouco mais complexa: agora os alimentos já são preparados em casa, há uma incipiente divisão do trabalho, armazenam-se os excedentes da caça. A permanência da casa/abrigo é maior.

Desde que a família foi constituída e passou a célula básica da organização social, a habitação, agora no conceito de casa, residência ou lar, é a base física sobre a qual se assenta esta organização. Este tipo de organização social alcança nossos dias. Em sociedades mais desenvolvidas, onde a moderna divisão do trabalho produziu especializações muito diversificadas, parece haver um refluxo da casa, do lar, para o conceito estrito de habitação, sendo as demais funções familiares assumidas pela sociedade (Estado), esvaziando a família das obrigações com seus membros (educação, saúde, alimentação, infância, velhice...).

Tais experiências, entretanto, são recentes, estão em fase de desenvolvimento e se restringem a segmentos muito restritos da humanidade.

Predomina fortemente no Brasil, por exemplo, a habitação como lugar básico da família, onde se educam as crianças na primeira idade, onde ficam os dependentes inválidos ou aposentados, representando uma instância última e freqüentemente única de segurança para o indivíduo. No nosso meio rural, a habitação confunde-se muito com o esquema de produção. Convivem, no mesmo espaço, patrão, empregados, animais e coisas de produção agrícola.

De qualquer forma, em nosso meio, a habitação confunde-se com a organização social e econômica da família. A habitação é a base da formação e do desenvolvimento da família, e conseqüentemente, da sociedade.

No Brasil, principalmente a partir do advento do BNH, produziu-se uma involução no conceito de habitação, voltando-se à pré-histórica concepção de habitação como abrigo. E não é por outra

razão que o País está povoado de "conjuntos habitacionais," verdadeiros depósitos humanos, que são esses conjuntos populares, construídos a partir da miopia institucional.

Mas não se restringem somente aos conjuntos habitacionais do BNH estas condições de subabitação. Mesmo as moradias construídas a partir da iniciativa privada, atendendo à demanda das classes com renda superior a 5 (cinco) salários mínimos, apresentam condições bastante precárias.

A escassez e os elevados preços de habitação fazem com que verdadeiras miniaturas residenciais alojem famílias numerosas, como é o caso de certos apartamentos, em que a área "per capita" não alcança 4 metros quadrados. Para que se tenha uma idéia, numa casa modesta e tradicional, esta área alcança 30 metros quadrados.

Não é difícil imaginar os desdobramentos negativos dessas limitações: a desagregação familiar, as neuroses, as doenças respiratórias e cardíacas. Os prejuízos sociais acumulam-se pela desagregação da família; a baixa produtividade nas escolas pela falta de formação psicossomática adequada da criança; a carência de mão-de-obra especializada, com seus reflexos na economia nacional; a marginalidade social, conseqüência da marginalidade econômica e mais um sem-fim de desdobramentos sócio-econômicos negativos.

A reversão desse processo só poderá se dar pela compatibilização dos modelos habitacionais com nossos hábitos culturais familiares. É preciso levar em conta a construção de uma sociedade justa e uma visão consciente de economia.

O transporte coletivo é, provavelmente, o único setor urbano que atende a totalidade da demanda. Toda cidade brasileira, a partir de um certo porte (aproximadamente 50.000 habitantes), já começa a viabilizar o surgimento de ônibus coletivos. Pode-se mesmo afirmar que, na medida do necessário, o transporte coletivo aparece.

Normalmente, empresas particulares, a partir de concessão de Prefeitura Municipal, exploram linhas com trajetos mais ou menos coerentes com a demanda, desde a existência de apenas um veículo até a operacionalização de imensas frotas que atendem a milhões de usuários por dia.

Desta forma, sobre transporte coletivo, pode-se discutir a qualidade ou o preço do existente, mas, ao contrário dos outros serviços urbanos (água, esgoto, educação, saúde...), sempre carentes de recursos e atendendo somente a frações da demanda, o transporte coletivo viabiliza-se de alguma forma e sempre.

O transporte coletivo, modernamente chamado de transporte de massa é, tanto ao nível intra-urbano como interurbano, um dos setores mais dinâmicos e estratégicos da cidade. É ele que materializa o acesso das imensas massas ao trabalho, aos equipamentos urbanos de educação, saúde, lazer etc. É o transporte de massa que acena com a substituição progressiva do transporte individual (automóvel), salvando a cidade do congestionamento, da poluição (do ar, sonora, visual) e promete trazer a cidade de volta à escala do homem.

Parece lícito conjecturar que, se o Governo subsidiasse cem por cento o transporte de massa e retirasse da malha urbana os veículos individuais, poderia viabilizar totalmente um paraíso urbano: com a plena liberdade de ir e vir; sem poluição; com redução substancial no sistema viário; com

a criação de um meio ambiente seguro e até com a multiplicação de pistas e autódromos, onde o homem poderia cavalgar seus instintos sobre os mais modernos bólidos.

## SEGURANÇA

Em nosso entendimento, a segurança deve ser tomada na acepção ampla de bem-estar do indivíduo e da comunidade. Devemos distanciar-nos cada vez mais da acepção restrita de segurança como defesa do homem contra o próprio homem. Abolir, pelo menos no plano teórico, o conceito policiaisco de segurança, deixando-o somente para análises restritas de desvio de personalidade e comportamento social.

Ao nível urbano, por exemplo, a segurança tem muito a ver com um sistema viário racional (tráfego e trânsito racionalizados, equipamentos eletrônicos de controle), tem a ver com o código de edificações (estabilidade das construções, aeração, insolação, circulação vertical...), tem a ver com o zoneamento e uso do solo (distanciamento de equipamentos poluentes, proteção de mananciais hídricos, confinamento de atividades de risco etc.).

O controle do crescimento urbano, submetendo o desenvolvimento da cidade principalmente aos interesses da comunidade que nela habita, é fator indispensável de segurança.

Do ponto de vista econômico, a oportunidade de trabalho, seja no emprego ou como empresário, a estabilidade das instituições e das oportunidades de trabalho são fatores de segurança. Por outro lado, a competição acirrada e o consumismo, molas mestras do desenvolvimento capitalista, têm sido causa de insegurança social e individual, sendo necessária, no mínimo, uma revisão de conceitos e de procedimentos nesse setor.

Do ponto de vista social, a garantia de acesso às oportunidades de educação, saúde e lazer, bem como o livre exercício da fé, das artes, do esporte, através de mecanismos de organização e desenvolvimento do espírito comunitário, parece ser a única forma de investir a médio e longo prazos na segurança física dos indivíduos.

## SANEAMENTO

Consideraremos o saneamento como tecnicamente se conceitua o saneamento básico no espaço urbano: abastecimento de água potável e o esgoto sanitário para as cidades.

O abastecimento de água compreende a identificação e preservação dos mananciais hídricos, a captação, o tratamento e a distribuição domiciliar de água potável. Atualmente, este conjunto constitui um sistema, operado por companhias estaduais, ao nível de cada município.

Em pequenas cidades, o sistema é simplificado, a partir da identificação de mananciais elevados, com aceitável grau de pureza da água, permitindo assim um abastecimento satisfatório sem adução e sem tratamento. Naturalmente, esses sistemas alternativos deverão ceder lugar a novos sistemas, a partir do crescimento da cidade.

A adoção desses sistemas alternativos simplificados tem permitido estender o abastecimento de água a mais de 3 mil municípios, atendendo cerca de 85% da população urbana no Brasil. No meio rural, o abastecimento de água também

encontra fácil solução, uma vez que predominam as habitações localizadas junto a mananciais aceitáveis e a construção de poços (cisternas, cacimbas) domésticos é bastante viável.

Com referência aos sistemas de esgotos sanitários, entretanto, as soluções técnicas existentes só têm encontrado viabilização nos grandes centros urbanos. Mesmo assim são soluções parciais, uma vez que a maior parte dos esgotos urbanos são lançados aos rios "in natura", sem qualquer tratamento prévio, criando problemas ecológicos de suma gravidade para os rios e o litoral.

Sem soluções alternativas e com elevados custos de implantação, o sistema de esgotos sanitários tem consumido recursos elevadíssimos do poder público, com pouca eficácia em benefícios à população. Basta refletir sobre dados que apontam um gasto de cerca de 5 bilhões de dólares em 15 anos de ação do Planasa, sem conseguir, entretanto, acompanhar sequer o crescimento da demanda, permanecendo um déficit de cerca de 80% da população urbana do Brasil sem acesso aos benefícios do esgoto sanitário.

Acreditamos que a iniciativa privada teria condições e criatividade suficientes para encarar o problema de esgotos sanitários na maioria das nossas cidades de médio e grande porte.

A devolução aos municípios da competência para administrar o saneamento básico e a adoção de concessões às empresas privadas para explorar esses serviços, tal como se faz com o transporte urbano atualmente, poderia viabilizar economicamente grande parte, senão a totalidade dos sistemas necessários para as cidades brasileiras.

## O PROCESSO URBANO

Modernamente, o emprego é o parâmetro básico do urbanismo. É a partir da oferta e localização do emprego que se podem condicionar de forma racional os demais setores urbanos (habitação, educação...).

É a partir do emprego que se organiza a cidade e o governo.

Sem a oferta de emprego, para que população iremos dimensionar a cidade?

Felizes já foram as nossas cidades históricas, em que, primeiro, se definia uma vocação econômica (mineração, pecuária, agricultura), depois e aos poucos a cidade se equipava para dar suporte à sua envolvimento econômica. Pelo menos enquanto durava o ciclo econômico que as originaram, essas cidades não conheciam o desemprego. Possuíam uma identidade muito clara e uma personalidade definida.

A cidade era assim um suporte para uma atividade econômica regional. Era um meio, não um fim. Era um centro exportador e importador. Era rica, generosa e convivia nas mais completa harmonia com sua área de influência.

A partir da industrialização brasileira, feita através de um processo predominantemente alheio aos reais interesses nacionais, a cidade vai transformando-se num entreposto do imperialismo interno e externo. E agora estamos diante de uma geração bastarda de cidades no Brasil. São as cidades que nascem num determinado lugar, obedecendo impulsos de lugares completamente remotos. São pontas de tentáculos gigantesco e desumanos.

Essa geração de cidades pouco ou quase nada tem a ver com o seu contexto regional. São agentes fortemente indutores de um "processo de desenvolvimento". Crescem, aumentam de tamanho. Mas, quanto mais se distanciam de suas realidades regionais, são artefatos urbanos.

É de tal forma complexo o universo urbano, que os planejadores e os administradores deixam-se levar pelos aspectos setoriais. Enganam-se ao aprofundarem-se em aspectos setoriais isolados (iluminação pública, saneamento, transporte coletivo, pavimentação). E a cidade é povoada também de especialistas que se embrenham por sendas estreitas das abordagens setoriais e se deixam levar pelo resto de suas vidas em aprofundamentos altamente técnicos e específicos.

E quanto mais técnicas e quanto mais específicas as abordagens, tanto mais distantes da compreensão do processo global que envolve o universo urbano. E quanto mais distantes desta compreensão, tanto mais impotentes são os homens para controlar o processo urbano. Assistem perplexos o inexorável processo de crescimento da cidade. Sucumbem, assim, todos os esforços de controle urbano diante de forças altamente dinâmicas, as maiores delas situadas fora da cidade, às vezes a milhares de quilômetros de distância.

## O PLANEJAMENTO URBANO E O PLANEJAMENTO REGIONAL

Para analisar a cidade deve-se partir de suas áreas de influência, do espaço rural em que está inserida, verificando quais são os problemas mais sentidos pelas populações, quais são os potenciais, as riquezas e a vocação econômica dessas áreas; verificando os valores culturais que se destacam; verificando os elementos da organização social capazes de estruturar uma comunidade ou comunidades de interesses e de preferências; verificando as características homogêneas do solo, do clima, da vegetação. Quando assim procedermos, estamos encarando o espaço urbano regional. Se não, para que população iremos conceber a cidade? Como localizar nesse espaço as pessoas desempregadas, sem aptidão para o trabalho, sem renda? Como admitir a marginalidade econômica e a marginalidade social num espaço que se pretende organizado?

## A QUESTÃO URBANA X A QUESTÃO RURAL: DUAS FACES DA MESMA MOEDA

Os bóias-frias ilustram, através de um doloroso paradoxo, esta situação: eles são expulsos do campo, onde a economia rural não consegue cumprir os direitos consignados pelo governo ao trabalhador (leis trabalhistas, Estatuto da Terra etc.) e, ao mesmo tempo, teme o crescimento de um passivo insuperável.

Paradoxalmente, portanto, o trabalhador rural é expulso do campo exatamente pela ameaça que representa a empresa rural os seus direitos. Direitos que, muito antes de o beneficiarem, o prejudicaram.

No lugar do homem do campo, entrou a máquina ou entrou o gado. Tanto a máquina quanto o gado dispensam a mão-de-obra.

Ocorre também que a organização econômica do meio rural (setor primário) não acompanhou o ritmo de crescimento dos setores secundário e terciário. Há, por sinal, fortes indícios de que o setor primário sustentou o dinamismo dos setores secundário e terciário, essencialmente urbanos, às custas de sua própria estagnação.

Isolada, descapitalizada, atrasada, desorganizada, a empresa rural só pode remunerar as horas trabalhadas pelo bóia-fria e, mesmo assim, a preços aviltados. Tem sido esta a fórmula da competitividade da nossa empresa agrícola.

Como pensar que esta economia rural poderia sustentar uma sociedade desenvolvida, oferecendo oportunidades locais de habitação, saúde, educação e lazer?

No nosso caso, somente com investimentos governamentais. E o governo fez pouco. E o pouco que fez, fez de forma errada.

Em busca da maximização dos impactos populistas e a partir de um sistema centralizador de recursos e poderes, o governo concentrou seus investimentos nos espaços urbanos das grandes cidades.

Inaugurou-se assim o ciclo desenfreado da migração rural-urbana, ou melhor, migração rural-cidade grande.

As cidades passaram a receber abruptamente populações adultas, verdadeiras avalanches de famílias já constituídas, com um perfil de demanda (equipamentos, serviços, empregos) que nada tem a ver com um processo natural de desenvolvimento.

Em qualquer processo urbano natural, o crescimento da população, essencialmente vegetativo, dá tempo para planejar e acumular os recursos necessários e dá tempo para executar as obras necessárias para atender ao incremento da demanda.

Tempo, recursos, equipamentos: a carência é total em nossas grandes cidades. Os governos municipais, perplexos, são arrastados a reboque dos problemas que se acumulam. A deterioração da qualidade de vida, dos recursos naturais e dos esforços administrativos são evidentes, gritantes, alarmadores.

Assim, com as cidades grandes em decadência e com as cidades pequenas mal encaminhadas, o Brasil carece de um modelo de desenvolvimento urbano capaz de conduzir esse processo.

Mas, as nossas cidades nada mais são do que o reflexo do processo de planejamento e administração do País: casuístico, parcial, descontínuo, descontrolado, ilusionista...

E o que temos a lamentar parece ser bem mais do que a perda de nossas cidades. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Soares) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

... A comunidade cearense tem-se movimentado, através de seus mais importantes segmentos, com o objetivo de assegurar a localização, em nosso Estado, da projetada refinaria de petróleo,

de que cogita — já há algum tempo — o Governo Federal.

Nos plenários da Assembléa Nacional Constituinte, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o tema tem sido exaustivamente debatido pela nossa representação política, sequiosa de uma urgente definição por parte dos órgãos técnicos incumbidos de apreciar a oportuna reivindicação.

É certo que outras unidades federativas, por seu turno, empenham-se, de idêntica forma, para obter aquele portentoso empreendimento, capaz de contribuir significativamente para a aceleração do desenvolvimento regional.

Na última terça-feira, em nome de Senadores e Deputados Federais do Ceará, fiz chegar ao Presidente José Sarney — numa audiência de que participou também o ilustre Governador Tasso Jereissati — uma exposição de motivos, na qual foram alinhadas as razões pelas quais defendemos aquela iniciativa, sediando-a em nossa capital.

Gerou-se, assim, uma inusitada expectativa em torno da deliberação governamental, dando lugar a que entidades de classe se dirigissem, através de ofícios e telex, ao primeiro mandatário do País, estimulando-o a acolher o nosso pleito, sem maiores proteções.

A imprensa de Fortaleza, em bem fundamentados Editoriais, tem sintonizado com a magna pretensão, conforme se infere do que foi publicado, sexta-feira, pelo jornal **O Povo**, à página 6:

#### "REFINARIA POR MERECEMENTO

Ganha novo impulso a campanha pela refinaria de petróleo no Ceará. Governo do Estado, Universidade Federal e entidades de classe movimentam-se, mais uma vez, ante o presságio de que estaria prestes uma definição do Planalto sobre a localização dessa nova unidade da Petrobrás, projetada para o Nordeste.

Na UFC, o Reitor José Anchieta, o pró-Reitor de Extensão, Marcondes Rosa, e o Assessor para Ciência e Tecnologia, Sílvio Roberto Barreto, enviaram mensagens ao Presidente José Sarney e ao Ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, onde se referem a estudos técnicos recentemente concluídos pela Petrobrás, reconhecendo que o Ceará apresenta as condições mais propícias, e pedem gestões no sentido de que eles recomendem a instalação da refinaria em nosso Estado.

A Universidade procura envolver toda a classe política e empresarial do Estado nessa luta, certa de que os benefícios se farão sentir não somente sobre a economia cearense, mais também na área social. No momento, a UFC prepara um encontro de técnicos da Petrobrás com deputados, vereadores e os empresários reunidos na Federação das Indústrias e Clube dos Diretores Lojistas, visando a uma ampla discussão em torno dos aspectos técnicos e sociais da implantação daquele complexo petroquímico.

Em Brasília, o encaminhamento do pleito também foi positivo esta semana e revelou

o quanto a idéia é aglutinadora. Em presença do Governador Tasso Jereissati, fez entrega ao Presidente Sarney de um documento subscrito por todos os representantes do Ceará na Constituinte, reivindicando para nós a refinaria.

O que se destaca em toda essa campanha é que os argumentos dos cearenses são os mais técnicos e isentos possíveis. Colocam-se sobre a mesa raciocínios indiscutíveis, como aqueles enumerados pelo Governador Jereissati: Quem tem petróleo é o Ceará, ao lado do Rio Grande do Norte. Somos um grande centro consumidor mas, ao mesmo tempo, estamos distanciados da Bahia, onde funciona a única refinaria nordestina. Somos ainda muito bem posicionados para abastecer os Estados do Norte.

Estão esperançosas as lideranças cearenses de que a localização da refinaria seja definida por critérios racionais. Argumentos do tipo "quero porque quero" não devem pesar no momento da decisão. Da mesma forma, considera-se impossível que um empreendimento de tal monta tenha seu destino traçado a partir de interesses políticos circunstanciais. Ninguém acredita, por exemplo, no sucesso de barganhas. Mesmo porque não se entrega uma refinaria como prêmio de consolação pela perda de um Ministério, ou em troca do apoio de uma bancada estadual.

A refinaria virá porque as coordenadas de todos os critérios técnicos se cruzam sobre o mapa do Ceará. E virá em boa hora, tendo em vista que o nosso Estado necessita de um empreendimento como aquele para superar o marasmo atual. No Nordeste, as atividades industriais já se concentram de forma muito ampla em Pernambuco. Agora, pode o Governo lançar mão de sua nova unidade de refino para dinamizar este setor em outro Estado. É necessário, é urgente, descentralizar o desenvolvimento, para que o Brasil possa apagar a impressão que hoje deixa de um incrível arquipélago, onde as ilhas de riqueza e fausto se alternam acintosamente com as de pobreza extrema."

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A arregimentação de todas as correntes de pensamento do Estado em torno da **Refinaria de Petróleo** assume, a cada momento, contornos os mais gratificantes, alcançando a população do interior, igualmente indentificada com tão justa e nobre causa.

Convicto estou de que, ao ensejo da esperada decisão presidencial, o Ceará será privilegiado com a escolha, recebendo, desta forma, um vigoroso incentivo para impulsionar o seu crescimento econômico.

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Soares) — Concedo a palavra ao nobre Senador Louremberg Nunes Rocha.

**O SR. LOUREMBERG NUNES ROCHA** (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores: Digníssimos Pares!

Ocupo esta tribuna no afã de, hoje, prestar a minha solidariedade à Campanha Nacional Pró-Isonomia Salarial dos servidores da SUCAM, campanha esta com vistas à equiparação com a Fundação SESP aprovada em Assembléa Geral realizada em Salvador, com a presença das associações filiadas, entre os dias 30-4 a 2-5-87.

Assim como nesta fase de nova roupagem constitucional, a sociedade brasileira para novos arrebóis, via de todos os seus segmentos, procurando se atualizar e se ajustar em cada setor de seus anseios e necessidades, também os reclamos de equidade e justiça partem de todas as classes e direções.

É o que assistimos nesta questão salarial, em que a Federação Nacional das Associações dos Servidores da SUCAM — FENASES, em aglutinando suas federadas, realizou aquele encontro para discutir a defasagem dos salários da classe.

Aqueles abnegados servidores, em face dos reajustes salariais estavam com percentuais abaixo da inflação real, em épocas desencontradas, irmanam-se coesos e decididos a alcançar o apoio de todos nós para a regularização ou justa reposição salarial, o que, sem dúvida, enxotará o espectro de miserabilidade que já ronda o lar de cada servidor daquela prejudicada classe.

Por amostragem da tese de insuficiência salarial, basta dizer que em março próximo passado, o servidor/SUCAM que se encontrava na referência NM-03, percebia um salário de Cz\$ 1.202,31 (hum mil, duzentos e dois cruzados e trinta e um centavos), sendo que o salário mínimo era de Cz\$ 1.368,00 (hum mil, trezentos e sessenta e oito cruzados). Nota-se aí, portanto, a evidente desvantagem.

Naquela ocasião, confessaram-se perplexos os servidores não entendendo o porquê da injustiça quando, na verdade, a Fundação Serviços Saúde Pública — Fundação SESP e Superintendência da Campanha de Saúde Pública apresentam cargos, funções e empregos com atividades iguais ou correlatas e que na prática são confirmadas, mediante documentos ilustrativos, e são regidos pelos mesmos regimentos Jurídicos — tanto a SUCAM como a Fundação SESP.

Ora, o art. 1º do Decreto nº 67.561, de 12-11-70, publicado no DO de 13-11-70 e o art. 5º e 451 da CLT dispõem sobre o princípio igualitário dos salários, bem como o princípio da isonomia é matéria de todas as Constituições hodiernas, sem se invocar a opulência preceitual da Carta dos Direitos Humanos da ONU.

Naquele encontro foram apresentadas duas tabelas para melhor visualização da discrepância salarial abordada: uma estabelecendo paralelo entre SUCAM e Fundação SESP; e outra refletindo a real necessidade dos servidores da SUCAM. (Cópias respectivas anexas.)

Srs. Congressistas, é justo que voltemos nossa atenção e interesse ao brado daquela laboriosa classe, ou seja, mais de 40.000 (quarenta mil) servidores do Ministério da Saúde à espera de que seja imediatamente cumprido o Decreto nº 67.561 de 1970, calçado abundante e inofensivamente pelo espírito constitucional da isonomia salarial.

Conclamo, pois, o apoio de todos os meus colegas de Congresso a esta reivindicação justa e por demais equânime.

Obrigado!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOUREMBERG NUNES ROCHA EM SEU DISCURSO:**

ENCONTRO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DOS SERVIDORES DA SUCAM — FENASES E SUAS FILIAÇÕES EM SALVADOR — BA. ENTRE OS DIAS 30-4 A 2-5-1987.

**CAMPANHA DE SALÁRIO**

CAMPANHA NACIONAL PRÓ-ISONOMIA SALARIAL COM VISTAS A EQUIPARAÇÃO COM A FUNDAÇÃO SESP. APROVADA EM ASSEMBLÉIA GERAL REALIZADA EM SALVADOR COM A PRESENÇA DAS ASSOCIAÇÕES FILIADAS ENTRE OS DIAS 30-4 A 2-5-1987.

Nos dias 30 de abril, e 1º e 2 de maio de 1987, realizou-se em Salvador-BA, na sede provisória da Federação Nacional das Associações dos Servidores da SUCAM — FENASES, um encontro de Presidente e Representantes das Associações dos Servidores da SUCAM sob a coordenação do Sr. Presidente da FENASES, Sr. Francisco Batista dos Santos. O presente encontro fez-se necessário para que fosse discutido a "Questão Salarial" de todos os servidores da SUCAM que se encontram com seus respectivos salários defasados.

Em virtude dos reajustes salariais virem com percentuais abaixo da inflação real, em épocas descontraçadas, resolvemos tomar uma posição frente a situação em que nos encontramos, como "servidores públicos", sendo que a situação vigente precisa ser estudada e refletida pelas autoridades competentes.

Assim sendo, gostaríamos que olhasse de perto o servidor público da SUCAM, pois se encontra desmotivado pelo mísero salário que percebe nos seus vencimentos.

Como exemplo, temos: em março próximo passado, o servidor que se encontrava na referência NM-03, percebia um salário de Cz\$ 1.202,31 (hum mil, duzentos e dois cruzados e trinta e hum centavos), sendo que o salário mínimo era de Cz\$ 1.368,00 (hum mil e trezentos e sessenta e oito cruzados).

Diante do exposto acima, esclarecemos os pontos primordiais que justificarão nossas reivindicações. Levando-se em consideração de que a Fundação Serviços Saúde Pública — Fundação SESP e Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, apresentam cargos, funções e empregos com atividades iguais ou correlatas e que na prática são confirmados, mediante documentação exposta, através dos mesmos Regimentos Jurídicos, não entendemos porque acontecem diferenciação com relação a desigualdade salarial

das Tabelas de ambos os órgãos (SUCAM e Fundação SESP).

Considerando-se que o artigo 1º do Decreto nº 67.561, de 12-11-70, publicado no **Diário Oficial** de 13-11-70 e artigo 5º e 451 da CLT que rezam o princípio igualitário dos salários, enfatizamos que a equidade do salário e preceitos universalmente aceitos, constando na Carta dos Direitos Humanos — Organização das Nações Unidas (ONU).

Outrossim, esclarecemos que recentemente foi instituída a nova tabela da F. SESP, com autorização para alterar o Plano de Cargos e Salários, objetivando estabelecer a nova Tabela Salarial, aprovada conforme Resolução nº PRE-036, de 9 de fevereiro de 1987.

Justificando o motivo de nossa reivindicação, voltamos a afirmar que a situação em que se encontra os servidores da SUCAM é agravante e que perdura desde tempos passados.

A presente reivindicação não invalida aquelas que já foram enviadas através da FENASES e suas filiais. Continuamos esperando uma resposta das reivindicações por já terem sido estudadas anteriormente, não foram retomadas neste encontro.

Para melhor visualização da discrepância salarial entre duas Instituições (SUCAM e F. SESP), segue anexas duas tabelas: a primeira estabelecendo paralelo entre SUCAM e F. SESP, a segunda tabela referenciada e elaborada neste encontro que reflete a real necessidade dos servidores da SUCAM.

Portanto, esperamos dentro de um prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de entrega do mesmo, isto para que tenhamos uma resposta de fato, que venha atender nossas necessidades.

Mediante documento, nós, Presidentes das Associações filiadas e Presidente da FENASES, representando mais de 40.000 (quarenta mil) servidores do Ministério da Saúde, solicitamos o generoso apoio no sentido de observar através das tabelas anexas de cargos entre os servidores da F. SESP e da SUCAM. Com espírito de justiça que seja determinado o imediato cumprimento do Decreto nº 67.561 de 1970 em concordância com o que é sagrado pela Lei das Leis — de acordo com o princípio de isonomia salarial que é outorgado na atual Carta Magna do País.

Confiantes, esperamos e contamos com vosso pronunciamento. — **Francisco Batista dos Santos**, Presidente da FENASES — Associações filiadas: Associação dos Servidores da SUCAM-RN. — Associação dos Servidores da SUCAM-AL. — Associação dos Servidores da SUCAM-GO. — Associação dos Servidores da SUCAM-SE. — Associação dos Servidores da SUCAM-PE. — Associação dos Servidores da SUCAM-MG. — Associação dos Servidores da SUCAM-ES. — Associação

dos Servidores da SUCAM-PA. — Associação dos Servidores da SUCAM-CE. — Associação dos Servidores da SUCAM-MS. — Associação dos Servidores da SUCAM-RO. — Associação dos Servidores da SUCAM-RS. — Associação dos Servidores da SUCAM-MA. — Associação dos Servidores da SUCAM-BA. — Associação dos servidores da SUCAM-MT. — Associação dos Servidores da SUCAM—Montes Claros-MG. — Associação dos Servidores da SUCAM. — Uberaba — MG. Salvador, 2 de maio de 1987.

TABELA REFERENCIADA E ELABORADA NO ENCONTRO DA FENASES E SUAS FILIADAS NO PERÍODO DE 30-4- A 2-5-87.

NM (Nível Médio)	NS (Nível Superior)
NM-03 = 10.944,00	NS-05 = 20.520,00
NM-04 = 11.491,20	NS-06 = 21.546,00
NM-05 = 12.065,76	NS-07 = 22.623,30
NM-06 = 12.669,05	NS-08 = 23.754,47
NM-07 = 13.302,50	NS-09 = 26.942,19
NM-08 = 13.967,63	NS-10 = 26.189,30
NM-09 = 14.666,01	NS-11 = 27.496,77
NM-10 = 15.399,31	NS-12 = 28.873,71
NM-11 = 16.169,28	NS-13 = 30.317,40
NM-12 = 16.977,74	NS-14 = 31.833,27
NM-13 = 17.826,63	NS-15 = 33.424,93
NM-14 = 18.717,96	NS-16 = 35.096,18
NM-15 = 19.653,86	NS-17 = 36.850,99
NM-16 = 20.636,55	NS-18 = 38.693,54
NM-17 = 21.668,38	NS-19 = 40.628,22
NM-18 = 22.751,80	NS-20 = 42.659,63
NM-19 = 23.889,39	NS-21 = 44.792,61
NM-20 = 25.083,86	NS-22 = 47.032,24
NM-21 = 26.338,05	NS-23 = 49.383,85
NM-22 = 27.654,95	NS-24 = 51.853,04
NM-23 = 29.037,70	NS-25 = 54.445,69
NM-24 = 30.489,59	
NM-25 = 32.014,07	
NM-26 = 33.614,77	
NM-27 = 35.295,51	
NM-28 = 37.060,29	
NM-29 = 38.913,30	
NM-30 = 40.858,97	
NM-31 = 42.901,92	
NM-32 = 45.047,02	

## PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS

SUCAM		FSESP			
GRUPOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS E FUNÇÕES	SALÁRIOS	CARGOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS E FUNÇÕES	SALÁRIOS
<b>PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA</b>					
	Pesquisador	3.236,59	Pesquisador Titular-A		19.641,79
	Pesquisador Assistente				
<b>ARTESANATO</b>					
<b>ARTÍFICE DE ESTRUT. DE OBRAS E METAL.</b>					
	Contra-Mestre		Artífice-B		3.715,42
	Artífice	1.349,13			
<b>ARTÍFICE DE MECÂNICA</b>					
	Mestre	2.328,99	Mestre-B		7.562,95
	Contra-Mestre	1.792,33	Mestre-A		5.977,11
	Artífice especializado	1.587,61	Artífice Especializado-B		4.723,80
	Artífice	1.349,13	Artífice-B		3.715,42
<b>ARTÍF. DE ELETR. E COMUNICAÇÕES</b>					
	Artífice				
<b>ARTÍF. DE MARCENARIA E CARPINTARIA</b>					
	Contra-Mestre	1.792,33	Mestre-A		5.977,11
<b>ARTÍF. DE ARTES GRÁFICAS</b>					
	Artífice especializado				
	Artífice				
<b>AUXILIAR DE ARTÍFICE</b>					
	Aux. de Artífice	1.202,31	Artífice-A		2.853,06
<b>SERVIÇOS AUXILIARES</b>					
	Agente Administrativo	1.792,33	Assistente de Administração-A		7.562,95
	Datilógrafo	1.543,99	Auxiliar de Administração-A		4.723,80
	Educador em Saúde de Nível Médio	1.792,33	Assistente de Administração-A		7.562,95
<b>OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR</b>					
	Médico de Saúde Pública	5.525,58	Médico-A		16.449,69
	Administrador	3.236,59	Administrador-A		13.776,36
	Téc. de Assuntos Educacionais	3.236,59	Pedagogo-A		13.776,36
	* Contador	3.236,59	Contador-A		13.776,36
	Farmacêutico	3.236,59	Farmacêutico Bioquímico-A		13.776,36
	Téc. em Comunicação Social	3.236,59	Comunicador Social-A		13.776,36
	* Biólogo	3.236,59	Enfermeiro-A		13.776,36
	* Enfermeiro	3.236,59	Enfermeiro-A		13.776,36
	* Sociólogo	3.236,59	Enfermeiro-A		13.776,36
<b>OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO</b>					
	Agente de Saúde Pública	1.202,31	Visitador Sanitário		4.723,80
	Técnico de Laboratório	2.566,17	Técnico de Laboratório-B		9.569,55
	Laboratorista	1.792,33	Técnico de Laboratório-A		7.562,95
	Auxiliar de Laboratório	1.202,31	Laboratorista-A		4.723,80
	Aux. Operac. de Serv. Diversos	1.202,31	Aux. de Serviços Gerais-A		3.715,42
	Desenhista	1.792,33	Téc. de Artes Gráficas-A		7.562,95
	Técnico de Cartografia	1.792,33	Téc. de Artes Gráficas-A		7.562,95
	Técnico de Contabilidade	1.792,33	Técnico de Contabilidade-A		7.562,95
	Agente de Vigilância	1.543,99	Vigia-B		3.715,42
<b>SERV. DE TRANSP. OFICIAL E PORTARIA</b>					
	Motorista Oficial	1.345,13	Motorista-B		4.723,80
	Agente de Portaria	1.202,31	Agente de Portaria-B		3.715,42
<b>SAÚDE PÚBLICA</b>					
<b>A) SANITARISTA</b>					
	Assistência Social	3.236,59	Sanitarista-A		23.453,32
	Agronomia	3.236,59	Sanitarista-A		23.453,32
	Estatística	3.236,59	Sanitarista-A		23.453,32
	Farmácia	3.236,59	Sanitarista-A		23.453,32
	(Análises Clínicas e Toxicológica e Bioquímica)				
	Médico	3.236,59	Sanitarista-A		23.453,32
	Pedagogia	3.236,59	Sanitarista-A		23.453,32

## PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS

SUCAM		FSESP			
GRUPOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS E FUNÇÕES	SALÁRIOS	CARGOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS E FUNÇÕES	SALÁRIOS
B) AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA					
	Inspetor-Geral	1.202,31	Inspetor de Saneamento-B		9.569,55
	Inspetor de Endemias	1.202,31	Inspetor de Saneamento-A		7.562,95
	Chefe de Turma	1.202,31	Visitador Sanitário-B		5.977,11
	Guarda	1.202,31	Visitador Sanitário-A		4.723,80

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Soares) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Para conhecimento da casa, passo à leitura de meu discurso de posse na presidência do Partido de Frente Liberal:

Convocado à missão de conduzir o Partido da Frente Liberal em tão grave e importante momento da vida brasileira, aceito o desafio consciente de que a existência de partidos sólidos e atuantes é indispensável à consolidação da nossa experiência democrática, e que a militância partidária é o mais relevante dos deveres do homem público.

Aos que percebem as inquietações dos dias que vivemos, recordo que a frente liberal nasceu do sentimento dos que fizeram as aspirações do País acima de todos os demais interesses — e é com essa disposição que pretendo, com o inestimável auxílio de todos os companheiros, presidir o PFL.

Mais do que agregar interesses e do que disputar o poder, os partidos políticos têm a tarefa de operar com competência e racionalidade os conflitos da sociedade democrática. Como instituição imprescindível à administração dos antagonismos dentro do estado, o partido deve ser a convergência possível dentro da diversidade e do pluralismo que marcam o moderno liberalismo.

A sociedade complexa que somos hoje, num país da expressão do Brasil, exige das agremiações políticas uma atividade constante e mobilização permanente, única forma de assegurar os laços de identidade que podem evitar o divórcio entre o poder político e a Nação. Se fomos capazes de entender essa realidade, no crucial momento em que instituímos a aliança democrática, a mais ampla das ligações do Brasil contemporâneo, não temos por que não persistir na busca desse ideal, sobre o qual repousa o êxito do processo de transição democrática entregue à responsabilidade dos políticos.

Neste momento, portanto, dirijo-me, sem qualquer restrição, a todos os integrantes de todas as legendas partidárias, na certeza de que as divergências — políticas ou doutrinárias — não devem obstruir as convergências em torno das quais temos que consolidar o processo democrático.

Sabemos todos que concordamos com alguns princípios vitais que devem orientar nossa conduta e na busca dos quais podemos somar em vez de dividir esforços. Se em alguns casos pode-

mos divergir nos meios, isso não nos deve impedir de concordar com os fins.

Graças aos compromissos que constituem a aliança democrática, a que não faltou o apoio de muitos partidos, consumamos a transição pacífica do poder político da Nação e avançamos substancialmente no plano da restauração do estado de direito e da democracia. A classe política, que demonstrou lucidez, maturidade, capacidade de entendimento e poder de negociação em benefício do País, não tem por que viver em torno de divergências, se pode buscar o entendimento em torno de convergências.

As crises políticas brasileiras foram sempre vencidas pelo diálogo, sem o qual não se avança politicamente na direção de todo e qualquer objetivo. Não basta, portanto, que tenhamos a democracia. É preciso saber exercê-la, calcada em princípios éticos, em todos os instantes.

A classe política brasileira, que foi capaz de mudar, sob o signo da esperança que renasceu com Tancredo Neves, os rumos do País, sem rupturas, sem agravos entre as classes sociais, sem qualquer forma de violência, tem, por isso mesmo, insuperáveis compromissos com a consolidação das novas bases do Estado brasileiro — objetivo maior da Assembleia Nacional Constituinte — e com a busca de instituições democráticas, estáveis e ágeis, instituições sociais, justas e igualitárias e instituições econômicas modernas e competitivas.

Não se pode, assim, depois de tantas conquistas e tantos e significativos avanços no caminho democrático, negar os créditos a que, por tais vitórias, faz jus o Presidente José Sarney. Em nenhum gesto ou ato seu se pode apontar, em seu governo, uma palavra que não seja de reafirmação de nossos compromissos que ele, com dignidade, transformou em compromissos pessoais como Chefe de Estado e como homem público, como estadista e como cidadão. Considero, por isso, que não há divergência que justifique deixar de reconhecer esse mérito, que, sem dúvida, lhe garante, desde logo, um lugar na história política deste País.

Companheiros do partido da frente liberal: nós temos árdua missão a cumprir! Reassumo a presidência do partido consciente dos claros objetivos a atingir, com vistas a estruturá-lo definitivamente, mobilizá-lo em caráter permanente e empolgar a Nação com base na expressão dos nossos quadros, na flama dos nossos objetivos e na força do nosso programa.

O liberalismo, que tem tão fundas raízes na alma brasileira, redefine-se, agora na semântica dos novos tempos, como uma proposta que bus-

ca assegurar a todos liberdade e igualdade — objetivos maiores de uma sociedade verdadeiramente democrática. O que pretendemos é a liberdade como fundamento, a igualdade como fim e a participação como meio.

Não posso deixar de agradecer a dedicação, o empenho e a permanente atenção com que em todos os momentos de nossa curta, mas já densa trajetória política, contamos com os conselhos e o auxílio de nosso presidente de honra — o eminente Ministro Aureliano Chaves, permanente inspirador de nossa orientação. Manifesto, de igual forma, o meu reconhecimento a outros companheiros que, no Ministério do Presidente Sarney, têm sido fiéis e autorizados intérpretes das diretrizes partidárias — Jorge Bornhausen, Antônio Carlos Magalhães, Olavo Setúbal, Paulo Lustosa, Abreu Sodré e Joaquim Francisco.

Externo também aos presidentes que me antecederam os agradecimentos — que sei de todos os companheiros — pela forma segura com que conduziram o partido, conciliando, com descortino e espírito público, as naturais divergências da vida política. Ao Ministro Jorge Bornhausen, ao Senador Guilherme Palmeira e ao Deputado Maurício Campos, posso assegurar que, ao retornar à Presidência do Partido, vou persistir nos esforços que todos envidaram para fazer do PFL, mais do que um Partido Político, uma instituição respeitada, pela altivez e coerência de atitudes e pela ampla participação em suas decisões.

Aos companheiros da Comissão Executiva — a quem devo, de modo especial, tão desvanecedora convocação — e do Diretório Nacional, aos correligionários dos Órgãos Regionais e Municipais e todas as unidades da federação, aos Líderes e Bancadas Parlamentares, e aos Membros do Instituto Tancredo Neves, a todos enfim, peço, não apenas constante colaboração e aconselhamento, mas, por antecipação, tolerância para com as falhas que involuntariamente cometer.

Pretendo — e Deus há de me inspirar coerente com os princípios que têm caracterizado minha vida política, manter, mais do que um fecundo, permanente e íntimo relacionamento com as instâncias partidárias, um dinâmico intercâmbio com todos os companheiros, ouvindo sugestões e críticas, que são indispensáveis à vitalidade de um partido que é democrático por formação, pluralista por opção e liberal por convicção.

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Soares) — Concedo a palavra ao nobre Senador Albano Franco.

**O SR. ALBANO FRANCO** (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ocupo esta tribuna para tratar de uma questão que considero de suma importância para o País e, particularmente, para o Nordeste. Trata-se do racionamento de energia elétrica imposto à Região, como forma de compensar as dificuldades de geração de eletricidade, sobretudo pelo complexo de Paulo Afonso, tendo em vista o baixo nível de acumulação de água como consequência da prolongada estiagem nas cabeceiras do rio São Francisco.

Este racionamento, estabelecido em 15%, pela comissão instituída para este fim, vem provocando a redução das atividades industriais nesta mesma proporção e, com isto, causando sérios prejuízos à economia nordestina.

Sabemos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o Nordeste, Região pobre e depauperada, deve crescer mais que à média nacional a fim de elevar com maior rapidez os padrões sociais e econômicos de seus habitantes, hoje, com uma população próxima aos 40 milhões de pessoas e uma renda "per capita" inferior a US\$ 700 dólares, o Nordeste, excetuando-se o México, é, demograficamente, mais populoso que qualquer outro país latino-americano e, face às suas precárias condições sócio-econômicas, é, seguramente, a Região que exibe os mais baixos níveis de vida de todo hemisfério ocidental.

Portanto, é fundamental que o crescimento econômico do Nordeste seja não apenas assegurado, mas principalmente estimulado, de forma que o produto regional se elasteça as taxas mais elevadas que o PIB do País como um todo. E para que isto aconteça, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é decisivo que o setor industrial, pólo dinâmico da economia nordestina, mantenha um ritmo de expansão compatível com as necessidades de crescimento da região.

Desta forma, o racionamento de energia elétrica que atualmente penaliza a produção industrial da Região, além de se constituir num forte obstáculo ao desenvolvimento, poderá vir a se constituir em fator de recessão econômica, podendo ocasionar desemprego com trágicas consequências sociais.

O Nordeste não pode ser mais preterido nas suas aspirações desenvolvimentistas. Região economicamente viável, que tem demonstrado sobejamente a sua capacidade de responder e corresponder aos estímulos públicos e privados, o Nordeste tem efetivamente concorrido para o desenvolvimento nacional, sobretudo para o progresso das regiões mais prósperas, através da exportação de capitais, da transferência de divisas dos saldos comerciais de sua balança superavitária e da exploração dos seus imensos recursos minerais, destacando-se o petróleo, gás natural, potássio, sal gema, cobre e tantos outros minerais estratégicos.

Mas, em que pese esta importante participação no processo de desenvolvimento nacional, o Nordeste não tem recebido um tratamento compensatório e diferenciado da União que lhe permita acelerar o seu crescimento econômico. Ocorre exatamente o contrário. A Região vem se ressentindo dos investimentos infra-estruturais necessários à sua expansão econômica, valendo neste ensejo destacar o estrangulamento que já se veri-

fica no setor energético, principalmente quanto à geração de eletricidade.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, independentemente da baixa vazão do rio São Francisco, o Nordeste iria padecer, em futuro próximo, da escassez de energia pois, que, a capacidade atualmente instalada do sistema Chesf, em torno de 3.800 megawatts, ficará insuficiente para atender ao consumo regional comprometendo, desta forma, a industrialização e o progresso nordestino.

Urge, portanto, a curtíssimo prazo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o Governo, através do Ministério das Minas e Energia, promova a elevação da capacidade geracional de energia intensificando a construção da Hidrelétrica de Itaparica, na Bahia, de forma a assegurar, no próximo ano, o funcionamento de pelo menos duas das quatro turbinas de 250 megawatts cada uma.

É também fundamental que sejam instaladas a nona e a décima turbinas de Tucuruí, cada uma com 330 megawatts, a fim de que o fornecimento a empresa Alumar, grande consumidora de alta tensão, seja feito unicamente pela Eletronorte, deixando a Chesf de transmitir 290 megawatts a esta multinacional do alumínio.

Ainda como providência de curto prazo é igualmente importante a construção da segunda linha de transmissão de 500 quilowatts, de Tucuruí a Presidente Dutra e a Sobradinho e a Paulo Afonso, permitindo que a Eletronorte aumente a potência transmitida à Chesf de 300 megawatts para 750 megawatts.

Finalmente, como providência de médio prazo, concluir a construção da hidrelétrica de Xingó, no rio São Francisco, entre Alagoas e Sergipe.

As citadas providências, Sr. Presidente, Srs. Senadores, proporcionarão ao Nordeste a auto-suficiência energética por um razoável período de tempo, afastando o racionamento, ao tempo em que propiciará a indispensável oferta de eletricidade necessária ao desenvolvimento regional.

Por último, apelo para o honrado e digno Ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, no sentido de providenciar a execução das obras mencionadas, sob pena de comprometer irremediavelmente o futuro do Nordeste.

Muito obrigado. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Soares) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

**O SR. NELSON WEDEKIN** (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Estado de Santa Catarina, o Governo do PMDB e a sociedade catarinense vivem momentos de extremas dificuldades e de geral perplexidade.

O Governador Pedro Ivo Campos assumiu a administração estadual com a força e o respaldo de uma vitória incontestável nas urnas. Mal passados 70 dias, sofre o novo Governo e o PMDB inegável desgaste junto à opinião pública.

O que aconteceu? Como pode um governo assumir cercado de todas as esperanças e depois se esfalçar diante dos olhos da sociedade, ver seu prestígio declinar em ritmo alucinante?

A primeira razão está na dimensão das dificuldades econômicas, financeiras e administrativas do Estado. Que a herança deixada pelos governos anteriores não seria de flores, era de se esperar. Mas não era de se esperar que a administração

estadual fosse recebida pelo novo governo como se um furacão tivesse varrido a terra catarinense.

A ARENA, o PDS, sempre reproduziram o discurso da competência, nas suas campanhas. Quando se vê o resultado de tantos anos de governo, chega-se à conclusão elementar de que a tal capacidade administrativa de Bornhausen, Amin, etc. se constituíram na mais grosseira das farsas.

O Sr. Amin foi mais longe: deu aos servidores da administração direta e indireta, e no final de seu governo, todas as vantagens possíveis de serem suportadas pelas finanças públicas, mas também as impossíveis.

Nenhum governador foi tão generoso com o seu pessoal, mas toda a conta foi remetida para o governo seguinte, o de Pedro Ivo, para pagamento.

Armou o Sr. Amin incontáveis bombas de efeito retardado, que agora explodem no interior do novo governo, em todos os setores.

Há uma segunda razão, na atual crise catarinense, que é o exacerbação das demandas populares, principalmente dos servidores públicos.

Os servidores catarinenses, durante longos anos, foram oprimidos por governos autoritários. Nunca puderam fazer ouvir sua voz, nem prevalecer seus direitos.

Aproveitam agora, no clima de amplas liberdades que vigora, para sintonizar e ajustar no tempo as suas demandas. É uma espécie de recuperação do tempo perdido. Daí a intensidade do movimento, a sua força, o seu poder de aglutinação.

Para eles, o patrão é o Governo, e não importa que partido esteja governando, ou quem seja o governador, ou se este tem culpa e responsabilidade na situação. Não lhes convence o argumento de que não foi o atual governo o responsável pelo caos financeiro e administrativo do Estado.

É importante também ressaltar que o PMDB sempre estimulou, no seu discurso e na sua prática, os movimentos dos funcionários públicos e sempre apoiou as suas reivindicações.

E mais importante ainda é que o PMDB, ao apoiar os servidores nos seus movimentos anteriores, fixava uma conduta, e um ponto de sua política. A vitória do PMDB em Florianópolis em 85 e 86 está em grande parte ligada ao posicionamento partidário face aos movimentos do funcionalismo.

É absolutamente normal que o funcionalismo, pois, esperasse do PMDB um comportamento coerente com o discurso e prática anteriores do partido, quando na oposição.

E não é desprezível o ponto em que os servidores reclamem o gatilho salarial, que é uma lei do PMDB, que o PMDB usou largamente na campanha eleitoral.

E aqui entra uma terceira razão: o PMDB, logo nos seus primeiros dias de governo, sem ter sequer constituído inteiramente a nova estrutura de poder, sem preparo adequado, sem experiência anterior, teve que enfrentar uma prova; um batismo de fogo, no qual encaminhou extremamente mal a sua posição.

Ao caminho do diálogo e do entendimento, preferiu um confronto para o qual decididamente, não estava preparado nem estruturado, e que era (é) um caminho de incontáveis incoerências.

Tentar explicar o caminho escolhido pelo PMDB é tentar explicar o inexplicável. A greve é ilegal? Ora, mas o PMDB sempre recusou o conceito de ilegalidade das greves, arguindo a sua legitimidade. É ilegal? Mesmo admitindo a suposta ilegalidade, esquecendo o discurso anterior, se impõe outra pergunta: e é legal não pagar o gatilho?

E pior de tudo: a experiência mostra, à evidência, que em movimento de rua não se põe a polícia, a menos que se queira a perturbação da ordem. É elementar: as manifestações de rua são, na grande regra, ordeiras, pacíficas, e totalmente compatíveis com o regime democrático.

Quando se põe a polícia, não se deseja a manifestação ordeira, mas se supõem conflitos e turbulências inevitáveis. Colocar a polícia na rua, para reprimir manifestantes, é mais do que autoritário, ineficaz e complicador.

Tanto isto é verdade que no dia em que o aparato policial nas ruas e nas praças de Florianópolis era o mais ostensivo, se sucederam incidentes. Quando a polícia se retirou ou diminuiu sua presença, tudo foi calmo e tranqüilo.

Quero reconhecer, em outras palavras, que uma das razões da crise hoje existente em SC, é da responsabilidade do meu partido, e do governo que ajudei a eleger.

E pelo menos nesta terceira razão, é perfeitamente possível divisar novas alternativas de conduta do governo.

Estou convencido de que se, desde o começo, o governo do meu partido preferisse o caminho da dissuasão pelo argumento, maior seria o contingente de funcionários que seriam capazes de compreender as razões governamentais — que são verdadeiras.

Sim, porque é verdadeiro que o Estado não dispõe de recursos para pagar a folha, até mesmo sem gatilho. Há uma contradição que precisa ser superada: o governo não tem dinheiro, e o funcionalismo tem direito ao gatilho. Não sei qual a forma de resolvê-la, mas sei que o confronto é a forma de não resolvê-la e agravá-la e radicalizá-la.

Sou solidário com o governo que ajudei a eleger, com o meu governador Pedro Ivo, mas sou igualmente solidário com o funcionalismo estadual. E esta não é uma postura hábil de quem não quer tomar posição. É o sentimento real que tenho face ao problema.

Por isso, só vejo um caminho, que é abrir negociações, num clima de respeito comum e recíproco, que leve a uma fórmula capaz de superar o impasse. E a iniciativa tem que ser do governo estadual. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Soares) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Ignácio Ferreira.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** (PMDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com a antecipação do horário de funcionamento dos serviços bancários das 11:30 horas para as 10 horas — por força de lei há dias sancionada pelo Prefeito Hermes Laranja no interesse da comunidade —, cerca de 1.400 oportunidades de emprego poderão abrir-se no setor bancário de Vitória, capital espírito-santense.

Este é o cálculo feito pelo Sindicato dos Bancários do Espírito Santo, onde se demonstra que

o quantitativo dessas novas oportunidades correspondentes a 20 por cento do total de bancários hoje em atividade no Estado.

Isto demonstra o acerto da medida adotada pelo Prefeito de Vitória com apoio da Câmara Municipal e justifica a solidariedade imediatamente conquistada pela categoria dos bancários, com ampla receptividade da população.

No entanto, os bancários do Espírito Santo, que desejam que as demais municipalidades do Estado adotem legislação idêntica, temem a reação dos empresários do setor, os quais estão recorrendo ao Judiciário contra lei recém-adotada e ameaçam os funcionários com o aumento de sua carga horária de trabalho, a fim de não contratarem outros trabalhadores.

Aliás, a reação dos banqueiros, segundo indicação feita pelo segundo-secretário do Sindicato, Robson Neves, já é fato concreto, através das agências dos bancos Francês e Brasileiro, Bemge, Mercantil de São Paulo e Bandeirantes, todos desprestigiando a jornada de seis horas diárias, exigindo de seus funcionários o cumprimento de horas extras, sem o pagamento correspondente.

Tais irregularidades já são do conhecimento da Delegacia Regional do Trabalho, órgão do qual os bancários esperam uma ação mais objetiva para que os bancos sejam impedidos de explorar a força de trabalho de seus funcionários, sob ameaças de desemprego.

Senhor Presidente, não mais existem motivos nem justificativas para que a classe patronal do setor financeiro se mantenha irreduzível quanto à extensão dos horários de funcionamento de suas instituições. Com o desabamento do Plano Cruzado e a volta dos altos juros cobrados pelo mercado financeiro, o que se está praticando no setor é a injustiça social contra os trabalhadores e também contra os interesses das comunidades.

Entendo, pois, ser chegado o momento de o Governo — através do Ministério do Trabalho, do Ministério da Fazenda e dos seus demais órgãos relacionados com a questão — adotar providências saneadoras para a crise artificialmente recrudescida no setor financeiro do País, onde a voracidade em busca dos lucros contribui para agravar, visivelmente, as questões sociais hoje observadas em todo o País.

Muito obrigado.

Fonte: AG, 18 de maio de 1987

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a exasperação no mercado interno, que praticamente inviabiliza a participação dos consumidores no processo econômico, já está se refletindo nos setores de comercialização mais organizados, aos quais a retração nas vendas em face dos preços insuportáveis impõe perplexidade e insegurança.

O fenômeno não surpreende. Se o consumidor perde o poder de compra, é óbvio que a venda das mercadorias se traduz em prejuízo para o comércio. Daí em diante, como em efeito cascata, passa a atingir a indústria e o setor primário, sem deixar de alcançar os interesses do poder público, cuja sustentação defende de crescentes volumes de tributação.

Instala-se, então, o círculo vicioso da interdependência, estabelecendo-se a espiral inflacioná-

ria — razão em si mesma de todas as questões sócio-econômicas e políticas que caracterizam o momento de crise nacional.

E a partir daí o prejuízo é de todos, indistintamente.

Sr. Presidente, levanto nestas expressões de conceito genérico a oportunidade de expor ao Senado Federal um fato ainda inédito no campo da economia interna do País no Espírito Santo, consumidores e comerciantes já estão se unindo no combate às pressões altistas dos preços praticados nas áreas primária e secundária.

Refletindo em torno do movimento estabelecido pelas Associações das Donas-de-Casa e dos Consumidores do Espírito Santo, que deliberaram suspender as compras para o abastecimento familiar a partir do último fim de semana como protesto à intensiva remarcação dos preços nos produtos alimentares, os supermercadistas resolveram aderir à mobilização.

Adotando diretriz posta em prática pela Acaps — Associação Capixaba de Supermercados, os membros dessa entidade passaram a apoiar as donas-de-casa e os consumidores em geral, decidindo boicotar os produtos sujeitos a majorações constantes, além de oferecerem a cada final de semana, uma cesta básica de alimentos a preços mais baixos.

A população, Senhores Senadores, não mais acredita na possibilidade de que sua atuação fiscalizadora possa contribuir para a manutenção dos preços no varejo, e, em face disto, não acredita na eficácia da campanha de orientação da Sunab para que todos exijam as notas fiscais de suas compras.

Segundo a disposição consensual estabelecida entre as associações de consumidores e a entidade dos supermercadistas, ficou acertado que estes deixarão de adquirir os produtos que são constantemente remarcados e divulgados, nas tabelas, a data em que forem fixados os preços, a fim de que as associações comunitárias possam exercer maior controle sobre os preços.

Ao trazer ao conhecimento desta Casa fato tão singular espero não apenas estar oferecendo meu apoio à iniciativa, mas também, e principalmente, que frutifique em todo o território nacional. A organização popular, neste como em casos semelhantes, pode ser mais eficiente do que a ação governamental.

Fonte: AG, 20 de maio de 1987

Sr. Presidente, Srs. Senadores, diversos parques florestais do País estão na iminência de serem fechados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em face da absoluta falta de recursos humanos para a guarda, fiscalização e preservação das reservas naturais. O primeiro parque nacional do gênero a ser fechado é o da serra da Canastra (MG), gerando um grave clima de preocupações entre as comunidades preservacionistas, principalmente no Espírito Santo e em Minas Gerais, que já vivem momentos de expectativa quanto ao possível fechamento do parque do Caparaó, na divisa dos dois Estados.

O Parque Nacional do Caparaó, embora tenha sido um dos primeiros a serem institucionalizados pelo Governo, até hoje está envolto por problemas fundiários, uma vez que grande parte de sua área

continua ocupada por particulares — isto é, nem mesmo os limites da reserva foram estabelecidos pelo órgão.

Enquanto a pregação das comunidades de preservacionistas faz aumentar na população o desejo de visitar e percorrer as reservas naturais, o IBDF amplia as restrições aos turistas e demais visitantes das reservas. Medidas dessa natureza já foram postas em prática em Caparaó desde a última Semana Santa, quando centenas de pessoas não conseguiram autorização do órgão para visitar as reservas locais. Tal procedimento, de acordo com declarações feitas à imprensa capitaneada pelo Diretor-Geral do Parque Nacional do Caparaó, José Olímpio Vargas, deverá ser doravante posta em prática durante os feriados de duração prolongada, pelos fins de semana e ao longo das férias escolares, notadamente nos meses de junho e julho, época mais apropriada para a subida ao Pico da Bandeira.

Repercutindo em Minas e insatisfação dos ecologistas, uma representante da Associação Mineira de Defesa do Ambiente, Maria Dulce Ricas, criticou o IBDF por ter "relegado sempre a segundo plano a conservação do meio ambiente, utilizando a maior parte de suas verbas em custos administrativos e em projetos de reflorestamento, ao mesmo tempo em que toda a sua receita operacional é transferida para sua sede, em Brasília".

"Se os parques nacionais não estão sendo utilizados como instrumentos de educação ambiental", observa ela com acerto, "e se o IBDF não consegue transmitir aos seus freqüentadores a necessidade de criação e de preservação desses parques, nós realmente não vemos motivo para que continuem abertos."

De outro lado, ante as circunstâncias negativas, o engenheiro florestal Marco Aurélio, funcionário da regional do IBDF em Minas, procura justificar as restrições do IBDF com a "necessidade de garantir a integridade das áreas e para alertar as autoridades sobre o grave problema da falta de pessoal nas delegacias do órgão". No parque do Caparaó, por exemplo, a maioria dos funcionários destinados à guarda e manutenção dos recursos naturais, já de si em número insuficiente para a tarefa (só ali há necessidade de contratação de 1.200 guardas), percebe apenas o salário mínimo.

Sr. Presidente,

A preservação de nossas reservas florestais, por via de ações objetivas de manutenção, e de fiscalização, inclusive com vistas ao desenvolvimento de um trabalho adequado à educação ambiental da sociedade, não pode ser simplesmente uma ficção.

Além dos dois parques já por mim citados, haverá no País outras reservas naturais sob as mesmas dificuldades. Como é o caso, por exemplo, dos parques de Rio Doce e de Itaipoca, onde freqüentemente são feitas queimadas, gravíssima ameaça às florestas naturais.

Uma tal situação não pode ser acalentada pelo mau desempenho ou pelo desinteresse das autoridades federais responsáveis por tão valioso patrimônio. Devo acrescentar, por senso de oportunidade, que o mesmo não acontece com relação às reservas estaduais, onde as comunidades dedicadas à preservação dos recursos naturais são mais ouvidas pelos administradores públicos, com os quais podem dialogar, o que não ocorre

em relação às autoridades federais aqui sediadas e, portanto, muito distanciadas das comunidades a nível regional e/ou municipal.

Muito obrigado.

Fonte: AG — Estado, 4 de maio de 1987

Sr. Presidente, Srs. Senadores, os trabalhadores rurais devem ter acesso a todos os benefícios atualmente concedidos pela Previdência Social (inclusive assistência médica e hospitalar) aos trabalhadores urbanos. Eis o ponto de convergência a que chegaram lideranças patronais e trabalhistas do setor das atividades rurais e representantes dos órgãos previdenciários, durante o Seminário "Saúde e Previdência no Campo", realizado na última segunda-feira em Vitória (ES), sob os auspícios da Rede Gazeta de Comunicações, e das Federações da Agricultura e dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo.

O evento, promovido com o sentido de "evidenciar as discrepâncias existentes entre o atendimento médico para os trabalhadores e empresários do setor urbano e os da área rural", segundo o Diretor Executivo da Rede Gazeta de Comunicações, Carlos Fernando Lindenberg Filho, demonstrou que atualmente o meio urbano conta com cerca de 23 benefícios e vantagens em relação aos agentes produtivos do meio rural.

Rara manifestação de consenso entre acontecimentos do gênero, o referido Seminário poderá, em suas conclusões, ser de singular valia para o desempenho da Assembléia Nacional Constituinte, quanto à abordagem do próximo texto constitucional sobre os direitos da cidadania e deveres do Estado e as questões sociais embutidas nas relações da produção e do trabalho.

O Seminário "Saúde e Previdência no Campo" contou com a participação de expressivas figuras do setor rural, como o Presidente da Federação da Agricultura do Espírito Santo, Pedro Burnier, e o Presidente do Sindicato Rural de Juiz de Fora e membro do Conselho Superior do Ministério da Previdência Social como representante da Confederação Nacional da Agricultura, Francisco da Cruz Frederico, o Superintendente Regional do INPS e o Superintendente Regional do INPS, Nilton Gomes de Oliveira e Alcides Pereira da Silva, estes últimos representando, respectivamente, os Presidentes do Inamps, Hélio Cordeiro, e do INPS, Ney Gebran Pereira.

Das exposições, análises e manifestações observadas durante o evento, todas pronunciadas com forte espírito crítico, sem perda de moderação e responsabilidade, surgiram apontamentos segundo os quais há flagrantes desníveis no tratamento da Previdência Social para com a área urbana em relação à área rural, em desfavor da segunda:

— na aposentadoria, onde o trabalhador rural só recebe o benefício por velhice, e não por tempo de serviço;

— quanto ao auxílio-doença, não concedido ao homem do campo;

— na prestação de assistência médica, cuja cobertura financeira oferecida pela Previdência é insuficiente;

— na excessiva burocracia dos órgãos da Previdência que há cerca de 40 anos atrasa as conquistas do trabalhador rural, inclusive por desconhecimento da realidade social do setor;

— na necessidade de melhoria dos programas de Ações Integradas de Saúde, cuja eficiência dificilmente será alcançada em face das dificuldades econômico-financeiras dos Estados e dos Municípios; e

— nas notórias carências dos próprios órgãos previdenciários, incapacitados pela falta de recursos humanos, materiais e financeiros, de atenderem às necessidades dos trabalhadores rurais no campo da assistência médica e dos benefícios previdenciários.

Senhor Presidente, a sociedade brasileira — e isto ficou claramente demonstrado no evento, pela discussão dos problemas previdenciários e de saúde no campo — está consciente de que grande parte de dos problemas que enfrenta pode ser alcançada na justiça social.

Isto significa que ela está atenta quando em relação ao nosso desempenho como Constituintes. Tanto assim que não nos tem faltado com sua participação — o que nós impõe o severo compromisso de não faltar às suas esperanças.

Muito obrigado.

Fonte: A Gazeta, 19 de maio de 1987

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Soares) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, antes porém, convoco os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária a realizar-se quarta-feira próxima, às 18 horas e 30 minutos, com a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 1987, que autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a ratificar a alienação de terras de que trata o Processo Inca/PF Corumbá nº 763/75, de interesse do Senhor Horácio Sabino Coimbra, tendo

PARECER ORAL FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

2

Mensagem nº 337, de 1987 (nº 468/86, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado de Rondônia a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 150.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, para os fins que especifica. (Dependendo de parecer.)

(Dependendo da votação do Requerimento nº 72, de 1987, do Senador Odacir Soares, de adiamento da apreciação da mensagem por 28 dias.)

3

Mensagem nº 439, de 1986 (nº 606/86, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 15.455,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

(Dependendo de parecer.)

4

Mensagem nº 491, de 1986 (nº 698/86, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Capanema, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor correspondente a Cz\$ 4.256.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e seis mil cruzados). (Dependendo de parecer.)

5

Mensagem nº 515, de 1986 (nº 760/86, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Anastácio, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 9.117,74 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

(Dependendo de parecer.)

6

Ofício nº S/9, de 1987 (nº 230/87, na origem), relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 335, de 1986, que autorizou a Prefeitura Municipal de Umuarama, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor correspondente a 502.056 UPC.

(Dependendo de parecer.)

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 33, de 1987 (nº 828/86, na origem), de 24 de dezembro de 1986, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Jayme Villa-Lobos, Ministro de Segunda Classe, na carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República gabonesa.

8

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 51, de 1987 (nº 81/87, na origem), de 17 de março do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Moacyr Moreira Martins Ferreira, Ministro de Segunda Classe, da carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Coreia.

**O SR. PRESIDENTE** (Odacir Soares) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 50 minutos.)

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 138, de 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973, e revigorada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1983, e de acordo com o disposto na

Resolução nº 130, de 1980, e tendo em vista o que consta no Processo nº 009095/87-0, resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, do Senhor José Antonio Mansur para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 1º de fevereiro de 1987, com lotação e exercício no Gabinete do Primeiro-Vice-Presidente.

Senado Federal, 28 de maio de 1987. — **Humberto Lucena**, Presidente.

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 139, de 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta no Processo nº 009485/87-2, resolve designar Rogério Costa Rodrigues, Técnico Legislativo, Classe "Especial", Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de Diretor da Subsecretaria de Análise, Código SF-DAS-101.4, no período de 31 de maio a 16 de junho de 1987, no impedimento do titular.

Senado Federal, 28 de maio de 1987. **Humberto Lucena**, Presidente.

#### ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO Nº 8, de 1987

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, resolve:

Art. 1º A lotação dos gabinetes dos líderes e vice-líderes de partidos políticos, dos presidentes das comissões permanentes e dos gabinetes dos senadores, fica aumentada em 1 (um) claro, a ser preenchido por servidor ocupante de cargo ou emprego de Inspetor de Segurança Legislativa, Agente de Segurança Legislativa ou Guarda de Segurança.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se o Ato nº 5, de 1987, do Primeiro-Secretário e demais disposições em contrário.

Senado Federal, 28 de maio de 1987. — **Jutahy Magalhães**, Primeiro-Secretário.

#### ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO Nº 9, de 1987

**Institui Grupo de Trabalho para implantar a Central de Produção de Vídeo — CPV, do Senado Federal.**

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e à vista do que foi deliberado pela Comissão na Diretora 7ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de junho de 1986, resolve:

Art. 1º É instituído Grupo de Trabalho, integrado pelos servidores citados no § 2º para, no prazo de 90 dias, apresentar estudo conclusivo com projeto de implantação da Central de Produção de Vídeo do Senado Federal — CPV, indican-

do cronograma para funcionamento do órgão em 3 (três) fases, ao longo de 3 (três) anos.

§ 1º A Central de Produção de Vídeo será vinculada à Comissão Diretora e supervisionada pelo Primeiro-Secretário.

§ 2º O Grupo de Trabalho de que trata este artigo é constituído pelos seguintes servidores:

- a) diretor da Secretária de Divulgação e de Relações Públicas, na condição de presidente;
- b) representante do Primeiro-Secretário;
- c) representante da Diretoria Geral;
- d) representante da Subsecretaria Técnica de Operações e Manutenção Eletrônica — SUSTEL, na condição de secretário-executivo;
- e) representante da Consultoria Geral;
- f) presidente do Comitê de Imprensa.

Art. 2º O Grupo de Trabalho, findo o prazo de que trata o art. 1º, encaminhará ao Primeiro-Secretário relatório cujas conclusões serão submetidas à Comissão Diretora para decisão sobre a implementação do projeto e início imediato das atividades da Central.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de maio de 1987. — **Jutahy Magalhães**, Primeiro-Secretário.

#### PORTARIA Nº 017, de 1987

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições e de acordo com o que dispõe o artigo 215 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, resolve designar os servidores José Evandro Carneiro Godin, Djalma Pereira da Costa e Arnaldo Vieira da Silva para, sob a presidência do primeiro, constituírem uma comissão especial incumbida de estudar a implantação da Comissão Interna de Prevenção de Acidente — CIPA, no Senado Federal.

Senado Federal, 28 de maio de 1987. — **José Passos Porto**, Diretor-Geral.

#### SECRETARIA GERAL DA MESA

(Resenha das matérias apreciadas de 1º a 31 de maio de 1987 — artigo 298, II, do Regimento Interno.)

#### Projetos aprovados e enviados à sanção

— Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1987 (nº 78/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre gratificação a ser concedida a engenheiros agrônomos e dá outras providências.

Sessão: 8-5-87 (extraordinária)

— Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1987 (nº 82/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera a redação do art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências.

Sessão: 8-5-87 (extraordinária)

— Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1987 (nº 79/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera dispositivo da Lei nº 7.194, de 11 de junho de 1984, que autoriza a inclusão de recurso da União e dá outras providências.

Sessão: 8-5-87 (extraordinária)

Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1987-DF, que dispõe sobre o aproveitamento de funcionários, em cargos da carreira policial civil do Distrito Federal, e dá outras providências.

Sessão: 13-5-87 (extraordinária)

— Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1987 (nº 124/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de Cz\$ 380.393.034.000,00 (trezentos e oitenta bilhões, trezentos e noventa e três milhões e trinta e quatro mil cruzados) e dá outras providências.

Sessão: 15-5-87 (extraordinária)

— Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1987 (nº 83/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a transferência e movimentação dos servidores da administração federal direta e das autarquias federais.

Sessão: 15-5-87 (extraordinária)

— Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1987 (nº 61/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que faculta às comissões executivas nacionais dos partidos políticos decidir sobre a realização de convenções e dá outras providências.

Sessão: 15-5-87 (extraordinária)

— Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1987 (nº 60/87, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a atualização de benefícios da Previdência Social, e dá outras providências.

Sessão: 15-5-87 (extraordinária)

— Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1987 (nº 7.133/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a adquirir imóvel nas condições que especifica, e dá outras providências.

Sessão: 20-5-87 (extraordinária)

#### **Projetos aprovados e enviados à promulgação**

— Projeto de Resolução nº 32, de 1987, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 409.754,86 Obrigações do Tesouro Nacional.

Sessão: 4-5-87

— Projeto de Resolução nº 33, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 8.512.000,00 (oito milhões, quinhentos e doze mil cruzados).

Sessão: 4-5-87

— Projeto de Resolução nº 34, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 3.721.576,00 (três milhões, setecentos e vinte e um mil, quinhentos e setenta e seis cruzados).

Sessão: 4-5-87

— Projeto de Resolução nº 35, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor correspondente a Cz\$ 8.512.000,00 (oito milhões, quinhentos e doze mil cruzados).

Sessão: 4-5-87

— Projeto de Resolução nº 36, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 280.996,80 Obrigações do Tesouro Nacional.

Sessão: 4-5-87

— Projeto de Resolução nº 37, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Arapongas, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 8.512.000,00 (oito milhões, quinhentos e doze mil cruzados).

Sessão: 6-5-87 (extraordinária)

— Projeto de Resolução nº 38, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 152.916,76 Obrigações do Tesouro Nacional.

Sessão: 6-5-87

— Projeto de Resolução nº 39, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados a 103.322,63 Obrigações do Tesouro Nacional.

Sessão: 7-5-87 (extraordinária)

— Projeto de Resolução nº 40, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Mourão, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 8.512.000,00 (oito milhões, quinhentos e doze mil cruzados).

Sessão: 7-5-87 (extraordinária)

— Projeto de Resolução nº 41, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Adamantina, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 33.363,76 Obrigações do Tesouro Nacional.

Sessão: 7-5-87 (extraordinária)

— Projeto de Resolução nº 43, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 8.512.000,00 (oito milhões, quinhentos e doze mil cruzados).

Sessão: 13-5-87 (extraordinária)

— Projeto de Resolução nº 44, de 1987, que autoriza o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 72.161,00 Obrigações do Tesouro Nacional.

Sessão: 13-5-87 (extraordinária)

— Projeto de Resolução nº 45, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 44.230,77 Obrigações do Tesouro Nacional.

Sessão: 13-5-87 (extraordinária)

— Projeto de Resolução nº 46, de 1987, que retifica a Resolução nº 19, de 1987, que autorizou a Prefeitura Municipal de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 25.536.000,00 (vinte e cinco milhões, quinhentos e trinta e seis mil cruzados).

Sessão: 13-5-87 (extraordinária)

— Projeto de Resolução nº 47, de 1987, que retifica a Resolução nº 319, de 1986, que autorizou a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito

no valor de Cz\$ 31.920.000,00 (trinta e um milhões, novecentos e vinte mil cruzados).

Sessão: 13-5-87 (extraordinária)

— Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1987 (nº 2/87, na Casa de origem), que autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País no período compreendido entre maio de 1987 e fevereiro de 1988.

Sessão: 14-5-87 (extraordinária)

— Projeto de Resolução nº 48, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Sergipe, Estado de Sergipe, a contratar operação no valor correspondente, em cruzados, a 23.528,43 Obrigações do Tesouro Nacional.

Sessão: 20-5-87 (extraordinária)

— Projeto de Resolução nº 49, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Palmas, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 3.721.576,00 (três milhões, setecentos e vinte e um mil, quinhentos e setenta e seis cruzados).

Sessão: 20-5-87 (extraordinária)

— Projeto de Resolução nº 50, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Mauá, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 180.677,83 Obrigações do Tesouro Nacional.

Sessão: 20-5-87 (extraordinária)

— Projeto de Resolução nº 51, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 7.443.152,00 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e dois cruzados).

Sessão: 20-5-87 (extraordinária)

— Projeto de Resolução nº 52, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Chopinzinho, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 4.256.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e seis mil cruzados).

Sessão: 25-5-87

— Projeto de Resolução nº 53, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 22.900,06 Obrigações do Tesouro Nacional.

Sessão: 27-5-87 (extraordinária)

— Projeto de Resolução nº 54, de 1987, que retifica a Resolução nº 397, de 1986, que autorizou a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 25.536.000,00 (vinte e cinco milhões, quinhentos e trinta e seis mil cruzados).

Sessão: 27-5-87 (extraordinária)

— Projeto de Resolução nº 55, de 1987, que retifica a Resolução nº 346, de 1986, que autorizou a Prefeitura Municipal de Gandu, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 21.611.285,00 (vinte e um milhões, seiscentos e onze mil, duzentos e oitenta e cinco cruzados).

Sessão: 27-5-87 (extraordinária)

#### **Projeto aprovado e enviado à Câmara dos Deputados**

— Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1985, de autoria da Comissão Diretora, que altera a estrutura da categoria funcional de Bibliotecário, do

Grupo-Outras Atividades de Nível Superior, do Quadro Permanente do Senado Federal, e dá outras providências.

Sessão: 13-5-87 (extraordinária)

#### Proposições retiradas e encaminhadas ao arquivo

— Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1987-DF, que altera a legislação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana do Distrito Federal, constante do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, e dá outras providências.

Sessão: 7-5-87 (extraordinária)

— Mensagem nº 45, de 1987 (nº 42/87, na origem), de 27 de fevereiro do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Rubens Ricupero, Ministro de Primeira Classe, da carreira de diplomata, para exercer a função de Embaixador Chefe da Delegação do Brasil para o Desarmamento e os Direitos Humanos.

Sessão: 18-5-87

#### Mensagens aprovadas relativas à escolha de autoridades

— Mensagem nº 37, de 1987 (nº 22/87, na origem), de 28 de janeiro do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Aloisio Mares Dias Gornide, Ministro de Segunda Classe, da carreira de diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.

Sessão: 27-5-87 (extraordinária)

— Mensagem nº 40, de 1987 (nº 26/87, na origem), de 29 de janeiro do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Cláudio Garcia de Souza, Ministro de Primeira Classe, da carreira de diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Confederação Helvética.

Sessão: 27-5-87 (extraordinária)

— Mensagem nº 50, de 1987 (nº 60/87, na origem), de 17 de março do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Fernando Silva Alves, Ministro de Segunda Classe, da carreira de diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago.

Sessão: 27-5-87 (extraordinária)

— Mensagem nº 56, de 1987 (nº 70/87, na origem), de 31 de março do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Asdrubal Pinto de Ulysséa, Ministro de Primeira Classe, da carreira de diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

Sessão: 27-5-87 (extraordinária)

— Mensagem nº 80, de 1987 (nº 123/87, na origem), de 12 de maio do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Marcos Castrioto de Azambuja, Ministro de Primeira Classe, da carreira de diplomata, para exercer a função de Embaixador Chefe da Delegação do Brasil para

o Desarmamento e os Direitos Humanos, com sede em Genebra.

Sessão: 27-5-87 (extraordinária)

— Mensagem nº 81, de 1987 (nº 125/87, na origem), de 12 de maio do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Rubens Ricupero, Ministro de Primeira Classe, da carreira de diplomata, para exercer a função de Embaixador junto à Delegação Permanente do Brasil em Genebra.

Sessão: 27-5-87 (extraordinária)

#### Requerimentos aprovados

— Requerimento nº 50, de 1987, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos regimentais, informações junto ao Poder Executivo, através do Ministério da Irrigação, a fim de instruir a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 1986.

Sessão: 6-5-87 (extraordinária)

— Requerimento nº 66, de 1987, de autoria do Senadores Carlos Chiarelli e Fernando Henrique Cardoso, solicitando, nos termos do art. 418, inciso I, do Regimento Interno, a convocação do Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Dr. José Reinaldo Carneiro Tavares, a fim de, perante o Plenário do Senado Federal, prestar esclarecimentos relativos àquela Pasta.

Sessão: 13-5-87 (extraordinária)

— Requerimento nº 13, de 1987, de autoria do Senador Saldanha Derzi, solicitando, nos termos do art. 239, item I, letra B, do Regimento Interno, ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), através do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, informações acerca de notícia veiculada pelo **Jornal do Brasil**, edição de 16 de março de 1987, relativa à pretensão de ressarcimento da construtora Andrade Gutierrez e à posição do INCRA.

Sessão: 14-5-87 (extraordinária)

— Requerimento nº 31, de 1987, de autoria do Senador José Ignácio Ferreira, solicitando informações ao Ministério da Saúde sobre a liberação para consumo do público dos sucos Jandaia, Marabá e outros.

Sessão: 14-5-87 (extraordinária)

— Requerimento nº 49, de 1987, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos regimentais, informações junto ao Poder Executivo, através do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, a fim de instruir a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1984.

Sessão: 14-5-87 (extraordinária)

— Requerimento nº 45, de 1987, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarmamento do Projeto de Resolução nº 17, de 1985, de sua autoria, que dispõe sobre o uso da palavra, e dá outras providências.

Sessão: 25-5-87

— Requerimento nº 73, de 1987, de autoria do Senador Irapuan Costa Júnior e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, a criação de Comissão Especial, composta de 7 (sete) membros, para no prazo de 90 (noventa) dias levantar o grau de estatização da economia

brasileira e a participação das empresas estatais no endividamento externo e interno do País.

Sessão: 25-5-87

## SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

### COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

#### 3ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de abril de 1987

Às dezenove horas do dia vinte e oito de abril de mil novecentos e oitenta e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Meira Filho, Presidente, Alexandre Costa, Iram Saraiva, Saldanha Derzi, Pompeu de Souza, Chagas Rodrigues, Maurício Corrêa e Mauro Benevides, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão do Distrito Federal.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Albano Franco, Edison Lobão e Mauro Borges.

Comparecem, também, os Senhores Deputados Francisco Carneiro, Augusto Carvalho, Márcia Kubitschek e Maria de Lourdes Abadia.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Meira Filho, declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Mauro Benevides, que emite parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1987 — DF, "altera a legislação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana do Distrito Federal, constante do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1986, e dá outras providências", de autoria do Poder Executivo, colocado em discussão, o Senhor Presidente no direito que lhe concede o Regimento Interno do Senado Federal, pede vista do projeto.

Dando continuidade, o Senhor Presidente, Senador Meira Filho, convida o Secretário de Serviços Públicos do Distrito Federal, Dr. José Roberto Arruda e o Diretor-Executivo da EBTU, Dr. Antônio Augusto Rubel Rebelo, para fazerem parte da Mesa e iniciar os debates sobre os aumentos das tarifas de ônibus, no Distrito Federal.

Preliminarmente, o Secretário de Serviços Públicos, Dr. José Roberto Arruda, usa da palavra para expor os fatos sob a ótica governamental; mediante a colocação, o Senador Maurício Corrêa solicita ao Senhor Presidente, que se convide para os próximos debates os Senhores Presidente do Sindicato dos Empregados das Empresas de Transportes Coletivos e Urbanos do Distrito Federal e o Presidente do Sindicato da Categoria Patronal, sugestão plenamente aceita pelo Senhor Presidente.

Em seguida o Sr. Presidente concede a palavra ao Diretor-Executivo da EBTU, Dr. Antônio Augusto Rubel Rebelo, para expor os fatos como representante da área federal, resultando três itens para discussão: **Estatização das Empresas, Caixa-Único**, e utilização do **Vale Transporte**, usando da palavra os Senhores Deputados Augusto Carvalho, Francisco Carneiro e Maria de Lourdes Abadia, e os Senhores empresários Wagner Canhedo (Viplan), Eder Augusto Pinheiro (Alvorada), Laurindo Souza (Pioneira), representantes dos usuários, Sr. Pedro Celso — Presidente

do Sindicato dos Rodoviários de Brasília, Sr. Cícero Pereira Neto — Presidente da Associação dos Usuários de Transportes Coletivos no Distrito Federal e Sr. Mariano Aguiar (CBTBC), cujos pronunciamentos são publicados na íntegra, em anexo a esta Ata, por determinação do Senhor Presidente.

Para terminar o Senhor Presidente usou da palavra se comprometendo a solicitar uma audiência ao Presidente José Sámei, juntamente com a bancada do Distrito Federal, para pedir a **Institucionalização do Vale Transporte obrigatório**, solicitando ao Secretário de Serviços Públicos que coloque as conclusões chegadas ao final do debate e seus compromissos com a Comissão e demais presentes, que são: melhoria da qualidade do transporte, diminuição do preço da passagem, defesa ao subsídio, licitação pública para entrada de novas empresas, melhores patamares salariais para os rodoviários, ônibus eletrificados e metrô de superfície e reunião com rodoviários, urgente, para discussão das reivindicações da categoria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Kleber Alcoforado Lacerda, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — **Meira Filho**.

Anexo à Ata da 3ª Reunião Ordinária da Comissão do Distrito Federal, realizada em 28 de abril de 1987, referente aos pronunciamentos dos Senhores Senadores Meira Filho, Maurício Corrêa e os Deputados Augusto Carvalho, Francisco Carneiro, Maria de Lourdes Abadia, o Senhor Secretário de Serviços Públicos do Distrito Federal, Dr. José Roberto Arruda, Dr. Antônio Augusto Rubel Rebelo, Diretor-Executivo da EBTU, os Senhores Empresários Wagner Canhedo (Viplan), Eder Augusto Pinheiro (Alvorada), Laurindo Souza (Pioneira), Sr. Pedro Celso — Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Brasília, Sr. Cícero Pereira Neto — Presidente da Associação dos Usuários de Transportes Coletivos no Distrito Federal e Sr. Mariano de Aguiar (CBTBC), feitos durante a reunião, que se publica devidamente autorizado pelo Senhor Presidente.

Presidente: Senador **Meira Filho**

Vice-Presidente: Senador **Edison Lobão**

Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Declaro abertos os nossos trabalhos.

Primeiramente, temos o projeto de lei do Senado, que altera a legislação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana do Distrito Federal, constante do Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, e dá outras providências.

Em virtude da ausência do Relator, a Comissão, dentro do que lhe dá direito o Regimento Interno, pede vistas do referido projeto.

Vamos dar seqüência aos nossos trabalhos e passar, logo de imediato, à segunda parte, em que vamos ter aqui debates sobre os aumentos de passagens no Distrito Federal, com a presença do Secretário de Serviços Públicos, o Dr. José Roberto Arruda, e técnicos envolvidos no assunto.

Gostaria de chamar, para fazer parte da Mesa, o Dr. José Roberto Arruda, já mencionado aqui, Secretário de Serviços Públicos do Distrito Federal, e o Dr. Antônio Augusto Rubel Rebelo, Diretor

Executivo da EBTU. Gostaríamos também que o Dr. Antônio fizesse parte da Mesa.

Estamos diante de uma realidade que é de todos nós, a realidade da maior crise econômica acontecida em nosso País, e não há como se tapar o sol desta realidade. É, por assim dizer, um sol bastante quente, quente de greves, quente de pedidos de aumentos, tanto de preços quanto de salários, só que com uma diferença. No que diz respeito ao aumento de preços, as providências têm que ser para já, para ontem. Quando se trata de aumento de salário, aí a coisa emperra de tal modo que é preciso que venha uma greve. Acho que isso pode ser até um defeito da sociedade brasileira, em todos os seus segmentos. É evidente que estamos em tempos novos, e haverá, sem dúvida, e está havendo, uma necessidade de corrigirmos essas nossas próprias falhas. A Comissão do Distrito Federal, hoje, premiada pelas circunstâncias de um aumento de passagem de ônibus, achou por bem convidar o Secretário de Serviços Públicos, o Dr. José Roberto Arruda, que vai, preliminarmente, expor, para os que aqui comparecem e honram esta Comissão, os problemas que dizem respeito ao assunto que vamos tratar agora.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Exmº Sr. Senador Meira Filho, Presidente da Comissão do Distrito Federal; Srs. Membros da Comissão do Distrito Federal; Srs. Senadores; Srs. Deputados; demais autoridades aqui presentes; Srs. empresários do transporte urbano de Brasília aqui representados por sua associação; Sr. representante da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, EBTU, através de cujo órgão o Governo do Distrito Federal tem recebido uma sensível colaboração do Governo Federal, nesta área; Srs. rodoviários do Sindicato dos Rodoviários de Brasília, aqui representados pelo Sr. Pedro Celso, Isaias, Edson, Malaquias, Ferreira e tantos outros; meu prezado antecessor na Secretaria de Serviços Públicos, Dr. Carlos Murilo Felício dos Santos; meus companheiros de Secretaria; Técnicos; Srs. representantes da sociedade de Brasília.

Em primeiro lugar, em meu nome e em nome do Governo do Distrito Federal, deixo agradecer a honra deste convite e a oportunidade de um debate como este. A nossa presença nesta Comissão e o dinamismo e abertura que esta Comissão dá neste momento ao trato dos problemas da sociedade brasileira e, principalmente, aos problemas da Capital da República refletem o momento de liberdade, esperança e democracia que vive este País. Sr. Presidente do PMDB do Distrito Federal, Dr. Milton Seligma, que me honra neste momento com a sua presença aqui neste local, e que tem acompanhado o esforço do Governo do Distrito Federal e da Secretaria de Serviços Públicos em tentar solucionar os problemas de transporte urbano.

Eu desejo, neste momento que me concede o Senador Meira Filho, dar uma rápida visão dos problemas do transporte urbano de Brasília para, depois, me colocar à disposição de V. Exª para a parte que julgo mais importante, que é a de responder perguntas e de participar deste debate em torno de problema tão importante para a sociedade de Brasília.

Antes de mais nada, gostaria de declarar aqui, desde já, que como membro da sociedade de Brasília, que sou, eu tenho, neste momento, que

declarar a minha humildade e o pequeno tamanho da minha estrutura governamental ao nível inclusive de idéias, para resolver problemas tão grandes e tão graves por que passa a sociedade brasileira. O problema do transporte urbano em Brasília tem três características básicas que tornam mais grave e mais problemático que o transporte urbano das grandes capitais brasileiras, já também bastante grave. A primeira característica importante que eu gostaria de destacar a todos é o problema da distribuição geográfica do Distrito Federal. Como todos sabem, as cidades satélites estão distante do Plano Piloto, de até 60 km, como é o caso de Brazlândia. E isso dificulta o transporte urbano, porque muitas das vezes ele adquire, apesar de transporte urbano, tendo que ter tarifas de transporte urbano, características de transporte interurbano. Um exemplo que eu cito bastante frequentemente desta primeira característica é o fato da minha mãe, por exemplo, que mora em Itajubá, e que para ir a Santa Rita do Sapucaí, que fica distante 30 km, ela vai um vez por ano, e depois de consultar o médico e tomar aquele comprimidinho para não enjoar no ônibus. Aqui em Brasília, o cidadão que mora em Brazlândia tem que vir ao Plano Piloto e voltar todo dia para trabalhar e, portanto, sobreviver.

A segunda característica é que entre Brazlândia e o Plano Piloto, ou entre Taguatinta e o Plano Piloto, ou entre Gama e o Plano Piloto, não há renovação de passageiros. Por que isso é ruim? Ora, se você toma um ônibus em Belo Horizonte, na Floresta, e vai até o Centro, e se na Floresta entram 100 passageiros, e se chegam 100 passageiros na Praça Sete, entre a Floresta e a Praça Sete subiram e desceram outros 300. Então, este percurso da Floresta à Praça Sete, de aproximadamente 5km, 500 pessoas pagaram passagem. E o custo dessa viagem de 5km será rateado, teoricamente, por 500 pessoas, apesar de terem entrado apenas 100, e ter chegado apenas 100, porque toda esquina de Belo Horizonte sobe gente e desce gente. Ocorre que em Brasília, se entram 200 passageiros no Gama, tem que chegar 200 passageiros no Plano Piloto, porque neste percurso não há renovação de passageiros, e não havendo renovação de passageiros, obviamente, o preço de viagem fica mais caro. Essa é a segunda característica que dificulta o equacionamento do transporte em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Estamos recebendo, honrosamente, a participação do ilustre Senador Mauro Benevides.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Já citei duas características que dificultam o transporte em Brasília: a distância das cidades satélites e a falta de renovação de passageiros. Mas há uma terceira característica da maior dificuldade, que é a concentração de demanda nos horários de pico. No Distrito Federal, as pessoas que vivem nas cidades satélites e trabalham no Plano Piloto têm que sair das cidades satélites e vir para o Plano Piloto de manhã e voltar à tarde, todas no mesmo horário. Então, se eu tenho 1.500 ônibus para fazer esse transporte de manhã — cidades satélites — Plano Piloto — e à tarde — Plano Piloto — cidades satélites — no meio dia, eu não tenho demanda suficiente para fazer com que essa frota fique sendo usada, porque, obviamente, onera o investimento, porque ele é usado em poucas horas do dia. Essas são as três características

básicas que diferenciam o transporte urbano de Brasília de outras cidades e que o torna problemático.

O Governo do Distrito Federal assumiu esse problema de transporte como uma de suas prioridades. Vamos fazer um rápido raciocínio — eu vou fazer uma inversão de raciocínio para verificar como é que estaria o transporte de Brasília, se não tivéssemos implantado o caixa único, se não tivéssemos entrado com subsídio, com a auditoria nas empresas e com a concorrência pública para entrada de novas empresas no sistema, cuja primeira proposta foi aberta hoje pela manhã. Muito bem. A passagem em Brasília, historicamente, sempre foi o dobro do preço da passagem em São Paulo. Só para V. Ex<sup>as</sup> terem uma idéia, à época em que a passagem em Brasília teve o menor valor em relação à passagem de São Paulo, foi em novembro de 1985 — a passagem em São Paulo custava 1 mil e 500 cruzeiros, na época, hoje, 1 cruzado e 50 centavos, e em Brasília, 2 cruzados e 30 centavos. Mas, por que a passagem, em Brasília, historicamente, foi sempre o dobro da de São Paulo? Porque o IPK — Índice Passageiros/Quilômetros de Brasília — é a metade da de São Paulo.

Enquanto esse índice em Brasília mal atinge a 2, em São Paulo esse índice é superior a 4. Então, como índice passageiros/quilômetros de São Paulo é 4, a passagem era 1 cruzado e 50 centavos — como o índice passageiro/quilômetro em Brasília era 2, a passagem era 2 cruzados e 30 centavos — sempre mais ou menos nessa proporção. A passagem em São Paulo, hoje está em 5 cruzados e deverá ser aumentada, no dia 1º, para Cr\$ 7,50 cruzados. Se não tivéssemos o subsídio em Brasília, fazendo a mesma regra de três invertida, a passagem de ônibus de Brasília deveria custar 15 cruzados. E foi assim ao longo dos anos. Sempre que havia a alta da gasolina ou havia o aumento de salários dos rodoviários, havia aumento de passagens e sempre as passagens de Brasília são absurdamente caras. O Governo instituiu o caixa-único e entrou com o subsídio. O que aconteceu com isto? Em novembro de 1985, um trabalhador de salário mínimo no Distrito Federal gastava 31% da sua renda só com transporte. A partir do momento em que o Governo do Distrito Federal congelou as passagens por 16 meses nos 11 meses de vigência do Plano Cruzado — por 16 meses — e, não só este custo com o transporte reduziu de 31% do salário mínimo para 14,6% do salário mínimo. Mas, como o Governo do Distrito Federal conseguiu congelar as passagens em Brasília por 16 meses, se a remuneração das empresas que operam o transporte não ficaram congeladas nesse período? Resposta: o Governo usou subsídios. Mas o Governo pode usar subsídios, repassando recursos seus para os empresários apenas porque os empresários dizem que o seu custo é mais alto do que recebem nas passagens? Resposta: não. Então, tinha que se fazer alguma coisa e, o que se fez? Fez-se auditoria nas empresas de ônibus. O Governo do Distrito Federal, a partir do instante que implantou o caixa-único, a partir do instante em que o caixa-único entrou em funcionamento — em 13 de junho de 1986 — S. Ex<sup>a</sup> contratou a BRACKEL — Auditores, uma empresa especializada em auditoria na área de transporte, entrou em todas as empresas de transporte

de Brasília, inclusive na do Governo e foi verificar quanto era o custo real para que essas empresas operassem e, resumindo, simplificando o que aconteceu, é que nós passamos, a partir de 13 de junho, a remunerar as empresas de transportes a valores inferiores aos que, ao longo do tempo, elas eram remuneradas pelas passagens. Fizemos, inclusive, um levantamento, feito pelo então Superintendente da TCB, General José Antônio de Alencastro e Silva, homem com mais de 20 anos de experiência na administração pública, e, inclusive, conhecido internacionalmente pela sua capacidade administrativa, que demonstra que as empresas de transporte de Brasília, nesse período de 10 anos analisados, tiveram ganhos superiores aos aumentos da inflação e aos aumentos dos salários dos rodoviários. Mas, a partir do instante em que o caixa-único foi implantado, cumpria ao Governo pagar tão-somente os valores levantados pela auditoria. O primeiro valor pago em 13 de junho de 1986 — que era 4 cruzados e 88 centavos por quilômetro — era o valor que as empresas reclamaram ser inferior ao seu custo e nós implantamos, então, a auditoria. Quando chegou em 1º de novembro, essa auditoria verificou que neste segundo semestre de vigência do Plano Cruzado, efetivamente, alguns insumos que geravam o custo de transporte haviam sido aumentados, como era o caso, inclusive, do combustível e o caso das peças de automóvel. Então, fez com que o custo/quilômetro, a partir de 1º de novembro, fosse reajustado de acordo com o valor da auditoria, mas não aumentou a passagem — lançou mão do subsídio que é, justamente o dinheiro do IPVA que é a antiga TRU. A TRU é o imposto que pagamos, os que temos automóvel. Esse imposto da TRU gera ao Governo do Distrito Federal — deve gerar este ano — uma quantia total da ordem de 245 milhões de cruzados. Então, nós pegamos esses 245 milhões de cruzados e passamos, divididos por 12 meses, a subsidiar a passagem, de tal sorte que, naquela época, a passagem era Cr\$ 2,30 e teria que subir para Cr\$ 4,00, não subiu — esperou até 1º de março, fazendo com que o sistema fosse subsidiado. Isto significa, em 1º de março, que o sistema de transporte coletivo do Distrito Federal custa, neste momento, 100 milhões de cruzados/mês, mas a receita das passagens gera apenas 60 milhões/mês. Os outros 40 milhões de cruzados/mês estão sendo subsidiados pelo Governo.

Aqui, eu quero fazer um parêntese, com a permissão dos Senhores, para dizer o seguinte: eu, particularmente, sou contra o subsídio no serviço público — sou contra o subsídio na energia elétrica, sou contra o subsídio na água, sou contra o subsídio no telefone. Eu penso que todas as tarifas de serviço público devem ser tarifas reais, de tal sorte que o País possa reinvestir nesses serviços públicos e prestar um bom serviço à população. É a única forma, na minha visão, do serviço público manter um certo nível de eficiência. Mas eu faço uma exceção nessa regra geral. Eu penso que o transporte urbano das grandes cidades tem que ser subsidiado, porque o transporte urbano é o único desses serviços públicos usado apenas pela população mais pobre. E, se nós tivéssemos que praticar tarifas reais para o transporte urbano, o preço dessas tarifas será absolutamente incompatível com a qualidade de vida da população. A população não terá condições de

pagar passagem, e isto é para todas as grandes cidades brasileiras, sem exceção.

Continuando o raciocínio, nesse período em que as passagens em Brasília ficaram congeladas, além do custo quilômetro que as empresas recebem não ficarem congeladas, também não puderam ficar congeladas, também não puderam ficar congelados os salários dos rodoviários. Eles tiveram aumento. Primeiro, tiveram aumento em 1º de outubro e 1º de novembro do ano passado, porque era a data-base, de acordo com a categoria, e, naquela oportunidade, como resultado do acordo coletivo, tiveram um aumento. O segundo aumento, que é um aumento indireto, é que os rodoviários de Brasília tinham um regime de trabalho que eu, particularmente, considero desumano e usei a expressão pública de famigerado intervalo, porque julgo que era a exploração do capital, o capital explorando o homem, e que era o seguinte: o motorista levantava às 4 horas da manhã, ia para a empresa de ônibus, trabalhava das 5 da manhã até às 9 horas, depois o cartão dele era encerrado. Se a empresa precisasse dele às 11 da manhã, ele trabalhava mais das 11 ao meio-dia, o cartão era encerrado outra vez e, se a empresa precisasse dele às 5 horas da tarde, ele voltava a trabalhar das 5 horas da tarde até às 9 horas da noite e chegava em casa às 11 horas da noite. Isto significava, em resumo, o seguinte: que ele saía de casa às 4 da manhã, voltava à meia-noite, trabalhava das 5 horas até às 11 horas, mas só recebia 8 horas de trabalho e as duas de intervalo de almoço remunerado. Então, o Governo do Distrito Federal concluiu que deveria terminar com esse intervalo e, a partir do momento em que terminou com esse intervalo, os rodoviários tiveram um grande ganho, porque passaram, como todos os trabalhadores e como rege a CLT, a trabalhar 8 horas por dia com duas horas de intervalo e, eventualmente, duas horas extras, como prevê a legislação. Mas, é claro que isto custou dinheiro para os empresários, para as empresas de ônibus, porque tiveram que contratar, só por causa do fim do intervalo, aproximadamente mil motoristas e, com a contratação desses mil motoristas, inclusive não havia motoristas suficientes no Distrito Federal e algumas empresas, como é o caso específico, se não me falha a memória, da Pioneira ou da Alvorada, não sei bem ao certo, mas creio que da viplan, a viplan mandou, um ônibus seu buscar motoristas em Sergipe, se não me falha a memória, ou em Maceió, trazendo, inclusive, alguns motoristas de Maceió, porque não havia, na época, o suficiente em Brasília para aquele aumento de mil motoristas.

Agora, abrindo um parêntese nisto tudo, por que foi importante o Governo exigir a contratação de mais mil motoristas? Primeiro, porque era desumano; segundo, porque mais mil motoristas no sistema geravam, a partir do momento em que o motorista tinha o seu descanso, como previa a CLT, uma prestação do serviço melhor. Mas acontece que isto custou dinheiro para as empresas. E, a partir do momento em que custou para as empresas, refletiu diretamente no custo/quilômetro. E como refletiu no custo/quilômetro, o Governo passou, a partir do resultado da auditoria, a pagar esse custo/quilômetro. Um outro parêntese é que, com o caixa único, as empresas que antes eram remuneradas exatamente pelo preço da passagem, hoje já não o são mais. São remuneradas pelos quilômetros que percorrem. E aqui

é importante explicar isto. Antigamente, no sistema anterior, se o ônibus saía de um ponto "A" e vinha a um ponto "B", e trazia 300 passageiros nesse percurso, essas 300 passagens eram pagas na roleta e esse dinheiro da roleta era do empresário, independente se vinham 30 ou 300. A partir da instalação do caixa único, não é mais assim. Se desse ponto "A" a um ponto "B" há uma distância de 10 quilômetros, ele, o empresário, recebe pelos 10 quilômetros que percorreu, ou seja, 10 vezes o custo/quilômetro. Independentemente se neste percurso houve 30 ou 300 passageiros.

Agora um detalhe importante, por um sistema de computação que implantamos na TCB, essa viagem é fiscalizada e os Srs. empresários só recebem essa viagem, se saírem no horário certo, se chegarem no horário certo e se pararem nos pontos certos.

Aqui abro outro parêntesis; uma grande reclamação dos empresários, que também procede. Eles não tinham habitualidade com este sistema fiscalizado e tiveram que adaptar o sistema operacional, das suas empresas para funcionarem bem. E não conseguiram, ainda há falhas de horário, ainda há ônibus que não param nos pontos de ônibus. E o que que isto gera? Multas. Há uma só empresa no Distrito Federal, hoje, que tem quase 20 milhões de cruzados de diminuição da sua receita, em função do computador ter mostrado essas falhas, ou seja, não saiu ou não chegou no horário certo ou não preencheu os formulários corretamente, para provar esse cumprimento de horário, de acordo com a exigência computacional.

Mas, o que aconteceu em seguida? Veio o 1º de março, a economia brasileira começou a descongelar, e o Governo do Distrito Federal fez o primeiro reajuste tarifário. Aí, para V. Exª terem uma idéia, a tarifa de Brasília foi para 4 cruzados e a de São Paulo para 5 cruzados. Nós que, historicamente, tínhamos o dobro da tarifa de São Paulo e portanto, já em 1º de março, a tarifa real de Brasília deveria custar 10 cruzados, passou a custar 4 cruzados, e a de São Paulo passou a custar 5 cruzados. Continuamos a subsidiar o sistema, só que ainda em 1º de março, ou antes, no mês de fevereiro, o Sindicato dos Rodoviários nos procurou, através do seu Presidente Pedro Celso, dizendo que não era mais possível que um rodoviário de Brasília ganhasse menos que um rodoviário de São Paulo. E ele pedia, num documento oficial ao Governo, que o salário do rodoviário de Brasília fosse igualado ao rodoviário de São Paulo e que isso fosse feito, a partir do dia 9 de fevereiro deste ano. Negociamos com o Sindicato dos Rodoviários, apesar de não ser data base e chegamos à conclusão óbvia que o estômago do rodoviário de Brasília é do mesmo tamanho do rodoviário de São Paulo. E se queremos prestar um bom serviço de transporte em Brasília, seria preciso remunerá-lo bem. E fizemos um acordo, agora, em 1º de março, há apenas 50 dias, igualando os salários do motorista de Brasília ao do motorista de São Paulo. O motorista de São Paulo, naquela oportunidade, ganhava 5 mil 157 cruzados. Nós assinamos um acordo com o Sindicato dos Rodoviários de Brasília, pagando ao motorista de Brasília, exatos 5 mil 157 cruzados, nem um cruzado a menos. Só que o Sindicato dos Rodoviários

de Brasília pedia que esse aumento fosse desde 9 de fevereiro e nós dissemos que não. Que só poderíamos dar a partir de 1º de março, quando teria o aumento da passagem, senão não conseguiríamos remunerá-los. Por que o Sindicato dos Rodoviários, na semana passada, voltou a pedir um aumento? Por uma razão, porque, como os rodoviários de São Paulo tiveram um aumento para 5 mil 157 cruzados em janeiro, o gatilho deles já estourou, já está estourando o segundo. E em Brasília, que foi a partir de 1º de março, o gatilho só estoura em 1 de maio. E, dependendo da inflação de maio, com o resíduo de abril, estouraria o segundo gatilho a partir de 1º de junho. O que os rodoviários de Brasília, neste momento, portanto, chegaram a solicitar, e o Governo declarou, publicamente, a total impossibilidade de atender, é que, além de igualar os números, igualássemos as datas. Porque, na verdade, hoje os salários de Brasília são iguais ó que com datas diferentes, porque São Paulo está sempre 45 dias antes de nós. Porque os aumentos lá, tanto de passagem, como de rodoviários, foi anterior ao nosso. Ou seja, o que há neste momento é uma defasagem de gatilho salarial. E um defasagem de gatilho salarial, que o Governo não pode cobrir por uma razão muito simples, porque Dona Maria da Conceição, que andou de ônibus ontem, que pegou o ônibus da Ceilândia para vir para o Plano Piloto, já pagou a sua passagem, não há como eu ir à casa dela pedir um aumento de passagem. Só posso cobrar a passagem daqui para a frente. Obviamente, não é a Tavares. (Risos.)

Então, em resumo, este era o problema dos rodoviários, mas acontece que os empresários, neste período de dois meses, a partir de 1º de março, entraram com uma reclamação ao Governo, dizendo o seguinte: "Este custo/quilômetro que eu estou recebendo, não é real. Mandamos a auditoria às empresas outra vez, e resposta da auditoria: "Efetivamente, o custo/quilômetro que os empresários de transporte estão recebendo hoje não é o custo real". Por que não é? Porque houve aumento do diesel de 37%, dos veículos 72%, de peças de mais de 100%, e é claro que isto defasou o custo das empresas, em relação ao custo real. Isto gera o quê? A partir do momento em que nós temos de remunerar as empresas, adequadamente, pelo custo/quilômetro, nós temos que aumentar a receita. Há duas maneiras de aumentar a receita, ou aumentar o subsídio, ou aumentar a passagem. O subsídio nós já chegamos ao teto dos 245 milhões de cruzados do IPVA; só há a oportunidade de aumentar a passagem ou uma transferência do Governo Federal.

Terminando esta minha explanação, eu gostaria só de colocar o seguinte: os ônibus em Brasília estão superlotados, e este talvez seja o problema mais grave. Aliás, como estão nas outras cidades brasileiras, também. Como resolver este problema? O Governo só tinha duas alternativas. Ou autorizava as empresas que já operam no sistema a comprarem mais ônibus, como foi feito durante o todo o período passado, ou fazíamos uma concorrência pública para que a empresa vencedora da concorrência, seja ela qual for, pudesse comprar os ônibus. Fizemos a primeira concorrência, foi aberta a primeira licitação hoje e já vamos publicar a segunda concorrência. A de hoje para 70 ônibus e a seguinte para mais 70 ônibus, para

através da concorrência pública, sem favorecimento e sem prejuízo de ninguém, outras empresas possam chegar ao sistema e assim melhorar o transporte de Brasília.

Deixo para as perguntas, a última parte que seria da minha explanação, que seria a solução do transporte em Brasília, a longo prazo, com uma das opções aventadas do transporte de massa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Agradecemos a explanação do Dr. Arruda.

Gostaria de fazer uma consulta aos Srs. Senadores, sei que muitos têm suas obrigações com relação às comissões, se algum dos Senadores presentes gostaria de formular, já de início, uma pergunta aqui ao nosso querido José Roberto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sr. Presidente, não é propriamente uma pergunta, é mais uma questão de ordem, para o funcionamento de nossos trabalhos.

Ouvi, atentamente, a exposição do Secretário, o comentário que ele fez sobre o problema do tempo, do intervalo, e outras providências que se constituíam na mais justa reivindicação da categoria dos trabalhadores. Acho que foi o coroamento de uma batalha levada a efeito pelo Sindicato dos Rodoviários, sob a Presidência deste jovem entusiasmado e sempre atento às questões das categorias, que é o Pedro Celso. E, aliás, em cuja luta eu sempre me incorporei, na condição de Presidente da Ordem dos Advogados. De modo que, realmente, foi o extermínio, foi a extinção de um regime de escravatura que existia, no que tange aos sagrados e fundamentais direitos dos motoristas e até trocadores das empresas de ônibus.

Mas a minha preocupação, Sr. Presidente, restringe-se apenas em saber se também não seria possível estender a prerrogativa desta exposição ao Presidente dos Sindicatos, dos Empregados das Empresas dos Transportes Coletivos e Urbanos do Distrito Federal e, do mesmo modo, assegurar ao Presidente do Sindicato da Categoria Patronal o direito de expor, para nós, alguma das suas idéias. Assim nós teremos visão mais ampla, e poderemos, com mais propriedade, estabelecermos os preâmbulos para as nossas decisões e nossos estudos. Não é uma pergunta exatamente ao ilustre expositor, por cuja dissertação, eu cumprimento. É apenas uma solicitação que faço a V. Exª e, já pedindo escusas, como já havia antecipado a V. Exª, em face do compromisso que eu tenho lá na minha Subcomissão de Poder Judiciário, onde estará presente, agora, o Ministro da Justiça, tenho que me deslocar para lá, assim que o relógio bater 20 horas.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Sua gestão será plenamente aceita.

Agora, vamos para o âmbito federal, eu não precisaria pedir ao Tom — eu o chamo de Tom, porque o conheço desde o tempo em que ele era menino, com os meus filhos, aqui na 305 Sul. Nós estamos aqui não é de hoje. Eu pediria ao Tom, que é da área federal, que dissesse alguma coisa a respeito e que também fosse breve, não que não diga tudo, mas que, dentro dessa brevidade, diga o máximo que puder.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO RÚBEL REBELÓ — Sr. Senador Meira Filho, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Secretário Arruda, companheiro Milton Seligam Presidente do PMDB de Brasília, colegas técnicos aqui presentes, usuários dos transportes urbanos, empresários e funcionários das empresas operadoras do sistema.

Dentro desta brevidade que o Presidente me pediu, vou procurar não me alongar muito até porque o colega Arruda já caracterizou bastante o problema de transporte em Brasília e, também, porque a EBTU, por ser uma empresa que se situa no plano nacional, evidentemente, ela tem uma visão do problema em sua dimensão nacional e não só local. No caso específico de Brasília, a EBTU vem, nos últimos anos, na Administração da Nova República, investindo um volume significativo de recursos no transporte urbano de Brasília. Para que V. Ex.<sup>a</sup> tenham uma idéia, os investimentos da EBTU em Brasília, nos dois últimos anos, fizeram com que a cidade fosse a segunda beneficiária do orçamento da EBTU. Esses investimentos, só para se ter uma idéia, que até 1984 chegavam a 3 milhões e 100 mil dólares, dentro do Programa Aglurb que era o principal problema da empresa; em 1985, subiu para 5,2 milhões de dólares; e em 1986, foi a 11 milhões de dólares. Foi um investimento significativo na infra-estrutura de transportes urbanos e na parte institucional, que é uma parte fundamental e com repercussão significativa na questão tarifária. O reforço que a EBTU vem dando à participação de organismos locais e a estrutura de transportes urbanos da cidade, principalmente das cidades-satélites, tem uma repercussão significativa no custo operacional das empresas e, por via de consequência, isto deve ser debatido também no custo da tarifa, razão por que nós entendemos que parte destas colocações que o Arruda fez em relação ao custo de tarifa em São Paulo e em Brasília, se devem também a esses investimentos que foram feitos em transporte. Foram investimentos significativos e fundamentalmente nas vias por onde trafegam os transportes coletivos. Esse programa deve ter continuidade ainda este ano e já estão sendo negociados recursos ainda mais significativos para Brasília, no contexto de transportes urbanos.

Vale dizer que esta questão da tarifa, não que nós fuçamos ao debate, pelo contrário, a EBTU, vem-se preocupando, como já falei, e acompanhando a questão tarifária no âmbito nacional, mas nós reconhecemos como uma questão de caráter local. Dentro dessa perspectiva, a EBTU vem procurando apoiar a formação de equipes técnicas qualificadas, para a gerência desses sistemas e, também a formação de pessoal qualificado para a operação dos mesmos. Nos últimos dois anos, foram treinados, a nível de Brasil, 29 mil técnicos e motoristas envolvidos com operação de sistema. Vale dizer, também, que esta questão da tarifa, como eu comentava, há pouco, com o Senador Meira Filho, no caso do Brasil é uma questão muito grave, porque nós temos uma população que, em 30 anos se transformou de rural em urbana, de uma maneira muito violenta, as cidades foram ocupadas de uma maneira mais violenta, ainda, concentrações de pessoas sem muito controle em termos, da sua ocupação e da sua distribuição no espaço. Ao mesmo tempo, os salários não evoluíram da mesma forma. Então, o que acontece com o caso brasileiro, nesse setor de transporte urbano, que é preciso se co-

nhecer, é que o problema tarifa não é só um problema de melhoria de gerenciamento ou da operação de sistema. É também um problema de salário, é um problema estrutural. Por mais que se melhore o sistema e que se invista na infra-estrutura, a repercussão sobre a tarifa vai ser mínima, porque continua a permanecer o problema da estrutura salarial brasileira. Acho que isso é um dado fundamental para que se possa entender este problema da tarifa de uma maneira mais profunda.

De modo que nós entendemos, hoje, que a questão dos transportes coletivos, e dentro desta questão o problema tarifário, deve ser repensado, é preciso repensar, o próprio modelo de operação desse sistema. É preciso um envolvimento maior da sociedade nas decisões concernentes à operação deste sistema e, concretamente, sobretudo, ao seu gerenciamento e sua fiscalização. É preciso que o usuário participe no processo de decisão e no processo de discussão da tarifa de transportes urbanos. É preciso que ele conheça melhor isto e que ele tenha poder de participação, de fato, nas decisões que concernem ao modelo de operação. Sabemos que o Brasil, em matéria de transporte urbano, pode ser considerado um país bastante evoluído, já domina a tecnologia significativa capaz de implantar os níveis mais sofisticados de transporte. Para que V. Ex.<sup>a</sup> tenham uma idéia, no metrô de São Paulo nós já temos hoje capacidade de implantar 98% do equipamento a nível nacional, mas, ao mesmo tempo, em termos da operação de sistema, estamos ainda bastante atrasados em relação a outros países, da Europa, onde o transporte público é tratado com muito empenho pelas municipalidades, pelas prefeituras, pelos governos locais.

A questão do subsídio é uma questão que tem que ser encarada, de fato, isto acontece nesses países, mas também a questão da propriedade do sistema, é uma questão que tem que ser revista. Acho que diante dessa constatação de que, por mais melhorias que se façam na estrutura de transporte e nas condições institucionais de gerenciamento de sistema, nós não conseguimos um rebatimento significativo na tarifa, nos permite colocar hoje, com toda segurança, porque é preciso ser mais ousado e ter mais coragem no tratamento deste problema. Está-se chegando, realmente, a uma situação dramática, é uma situação explosiva, as populações não podem mais arcar com os custos a que elas estão sujeitas, hoje, em termos do que ganham, não existe solução de curto prazo para isto, pelo menos dentro das condições atuais, e, portanto, a solução tem que se dar dentro do sistema no curto prazo, com a participação maior dos setores envolvidos e com uma atitude mais corajosa, em relação a novas fórmulas de gerenciamento e operação de sistema.

No caso de Brasília, eu gostaria apenas de reforçar a posição inicialmente colocada pelo colega Arruda, em relação à tipicidade da ocupação do espaço de Brasília. Realmente, esse um fato que dificulta muito uma solução mais rápida para o problema do transporte de Brasília.

Agora, entendemos, também, que neste momento se faz necessário e é fundamental uma discussão sobre a questão da ocupação do espaço de Brasília. É preciso também que, da mesma maneira que se repense a questão do modelo

de operação do transporte urbano, se repense também a questão da ocupação do espaço de Brasília, para que possamos ter uma realidade mais racional em termos da ocupação/solo e que isso permita, também, o rebatimento sobre a questão dos transportes coletivos e, portanto, das tarifas.

Para não prolongar o debate, eu sei que todos estão esperando, eu me reservo para as perguntas que vierem depois.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Como brasileiro, tenho vivido muito o problema do nosso transporte. Tanto é que na campanha eleitoral nós falamos, em matéria de plataforma eleitoral, nesse problema do transporte aqui no Distrito Federal e em toda a Nação. Eu dizia, na oportunidade, que o transporte é um direito do cidadão e um dever do Estado. Tudo bonitinho, arrumadinho, na televisão, bacana, e na verdade eu entrei no mérito da questão e ela foi discutida em várias reuniões. Mas eu digo aos senhores que eu, como brasileiro, tenho vivido muito esse problema do transporte, vivido e agoniado, e vou explicar o porquê. Eu, por obra do destino e por uma questão de vocação, sou um homem do rádio, e meu programa aqui nesta cidade se credenciou a tal ponto de o Governador telefonar para a minha casa e pedir a solidariedade do programa. Para quê? A fim de que eu conscientizasse o povo para não quebrar os ônibus, porque iria aumentar o preço da passagem no dia seguinte. Vocês já imaginaram a agonia que eu sofria? Quer dizer, eu sentia que o Governador estava apertado. Apertado porque há um sistema que é errado, no meu entender. Parece que o governante tem medo de chegar perto do povo, de contar para o povo a realidade, e isso precisa acabar. O povo, agora, que o processo democrático foi restaurado no País, elege os seus candidatos, os seus preferidos. E, a partir daí, é preciso acabar com essa história de ter medo do povo, contar para o povo a realidade. E nós estamos na iminência de viver uma realidade terrível do transporte em nossa capital. Eu estou dizendo isso, porque a coisa aqui vai ter uma sequência e vocês vão me dar razão depois.

Eu gostaria de pedir ao presidente do Sindicato dos Rodoviários, o Pedro Celso, que perguntasse alguma coisa ao nosso secretário.

O SR. PEDRO CELSO — Senador, eu gostaria, inclusive, de agradecer ao convite que nos foi feito para estarmos aqui presentes e, também, se fosse permitido pela Mesa, de seguir ali a solicitação feita pelo Senador Maurício Corrêa, porque foi feita toda uma argumentação por parte do Sr. Secretário dos Serviços Públicos, e nós, também, temos uma série de argumentações a serem feitas, porque nós nos sentimos prejudicados na explanação do Sr. Secretário dos Serviços Públicos. Se nos fosse possível, gostaríamos de fazer uma explanação sobre a nossa situação.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Eu só pediria ao companheiro que procurasse ser breve e sucinto, para que nós aproveitamos bem o tempo e que não fiquemos aqui apenas na discussão e no debate, na discordância, com raiva um do outro. E vamos até pedir a Deus que daqui, hoje, saia uma solução para esse problema da passagem.

O SR. PEDRO CELSO — Quero agradecer e dizer que nós estamos aqui na melhor das intenções, estamos dispostos a resolver o problema dos transportes coletivos de Brasília, que, hoje, é muito grave.

O Sr. Secretário falou sobre os aumentos salariais concedidos à nossa categoria. Para esclarecer, em 1º de outubro, nós tivemos uma reposição salarial da ordem de 8,19, que significou apenas a reposição do IPC para o mesmo período. O Secretário, também, disse que os nossos salários estão equiparados com os outros centros, apenas com uma diferença de gatilho. Isso não reflete exatamente a realidade. Para informe aos presentes, queremos dizer que o salário de um motorista, hoje, no Rio de Janeiro, está em torno de Cz\$ 6.600,00, e eles vão ter um novo gatilho salarial a partir de 1º de maio. O salário de um cobrador, na mesma cidade, Rio de Janeiro, está na faixa Cz\$ 3.573,00. Em São Paulo, o salário de um motorista está na ordem de Cz\$ 7.753,00, de um cobrador, Cz\$ 4.128,00. Em Belo Horizonte, o salário de um motorista está na ordem de Cz\$ 7.000,00. O do cobrador, Cz\$ 2.800,00. Em Brasília, aqui na nossa Capital, um motorista está ganhando atualmente Cz\$ 5.161,00, e um cobrador, nas empresas particulares, Cz\$ 2.300,00, e na empresa do Governo, a TCB, Cz\$ 2.600,00. O gatilho vai disparar para nós em 1º de maio, que elevará os nossos salários para Cz\$ 6.183,00, uma brutal diferença com os grandes centros.

Queremos colocar, também, que foi feita uma auditoria nas empresas e chegou-se à conclusão que se tem que aumentar as tarifas. Eu quero fazer uma solicitação, também, que se faça uma auditoria na casa de um rodoviário, pai de 5 filhos, que ganha bruto por mês Cz\$ 5.161,00 e verifique se tem que aumentar o salário dele ou não. Também nos estranha, o GDF negocia com os empresários, neste momento, o aumento das tarifas e se recusa a negociar a nossa reivindicação salarial.

Quando o Sr. Secretário diz que nós tivemos um aumento salarial de 63% em 1º de março, não reflete, também, claramente a realidade. O que nós tivemos foi, pura e simplesmente, uma antecipação dos gatilhos que já tínhamos direito por lei, que deixa os nossos salários em Cz\$ 5.161,00. A nossa estranheza passa, porque a grande maioria da categoria teve, em 1º de março, 63% de reajuste salarial, enquanto os empresários tiveram um aumento médio das tarifas da ordem de 106%. Estão reivindicando novo aumento de tarifas, no que estão sendo atendidos pelo GDF. Então, a nossa situação está bastante ruim, nós estamos com a categoria bastante radicalizada, porque ela sabe dos salários de outros centros, ela sabe dos aumentos das tarifas. Nós tivemos uma assembleia no domingo passado muito difícil para nós, tivemos muito controle para convencer os companheiros rodoviários, para que dessem novo prazo às negociações, mostrando a nossa flexibilidade, a boa vontade em levar adiante as negociações.

Dessa assembleia foram tiradas algumas posições, que eu gostaria de passar aos presentes. Trata-se, no dia 7 de maio, nós vamos realizar uma operação denominada "Segurança". Deixando claro que essa decisão, onde vai ser colocado, se o veículo tem condições de rodar, vai ficar a cargo do empregado, do motorista, que é o responsável pelo veículo. Portanto, ele tem condi-

ções de dizer se o ônibus tem ou não condições de rodar. Porque hoje nós enfrentamos problemas seriíssimos no transporte coletivo, como: a superlotação dos veículos, a precária condição de manutenção da frota, a superjornada de trabalho dos rodoviários, que se falou aqui em 8 horas, mas normalmente passa das 10 horas diárias. Também o problema da frota, que está com a idade vencida.

Os recentes e graves acidentes que ocorreram na nossa cidade comprovam a precária condição de manutenção dessa frota, que está colocando em risco não só a nossa categoria, como também a segurança da própria população.

Então, nesse sentido colocamos, também, que no dia 7 vai ser feita essa operação. E queremos convidar os Constituintes do Distrito Federal, de outros partidos também, convidar a todos os presentes, nesse sentido nós vamos enviar uma correspondência oficial, para que no dia 8 de maio os Constituintes do Distrito Federal, não só os Constituintes, mas o Secretário dos serviços públicos, o Diretor do Departamento de Transportes Urbanos e as demais autoridades, para irem conosco fazer uma verificação *in loco* das condições de transporte, hoje, no Distrito Federal, indo conosco às 7:30 da manhã apanhar um ônibus na cidade-satélite e verificar como estão as nossas condições de trabalho e como está sendo transportada a população hoje.

Então, temos ainda a dizer que teremos uma assembleia, no próximo dia 10 de maio, quando esperamos ver atendidas as nossas reivindicações.

Agora, queria deixar claro que a categoria não hesitará em utilizar o seu legítimo instrumento de luta, que é a greve, para ver conquistadas as suas reivindicações. E, tradicionalmente, nesses momentos de luta da categoria nós temos enfrentado uma fortíssima repressão policial. Estamos ainda hoje com um companheiro cobrador gravemente enfermo, por uma bala que ele levou nas costas, enfrentando a cavalaria, os cães da PM, sendo tratados como marginais, em nosso movimento de luta. Estamos dispostos ao diálogo, mostramos isso na nossa última assembleia e esperamos ver atendida a nossa reivindicação. Essa assembleia do dia 10 será uma assembleia decisiva, já nos foi difícil conter a categoria na última assembleia e esperamos ver atendidas as nossas reivindicações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Muito bem. Sr. Secretário, o Sr. responderia ao problema salarial citado por ele.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Vou responder bem rapidamente as 5 questões básicas que eu acho que o Pedro Celso colocou. Primeiro, o de aumentos de salários. Enquanto ele falava os números, eu fiz uma conta simples. Repito — os salários dos rodoviários de Brasília, no que concerne a motoristas, são exatamente iguais aos de São Paulo que é o maior do País. Enquanto lá era de Cz\$ 5.157,00 que foi o valor que o sindicato pediu, porque se ele tivesse pedido Cz\$ 5.157,00 e a gente tivesse dado Cz\$ 5.156,00 eles iam dizer: agora estão brigando pelo cruzado que faltou. Não, mas foi de Cz\$ 5.157,00. Bom, acontece que lá o gatilho está estourando antes. Então, vamos admitir, Pedro Celso, que haja um gatilho em 1º de maio de 20%, os 5.157,00 vai

para 6.188,00 e, suponhamos que a inflação de maio, acumulada ao resíduo inflacionário, gere o gatilho em 1º de junho como gerou em São Paulo, o salário vai para 7.425,00, que é exatamente o valor que você colocou.

A segunda colocação, que os empresários estão tendo aumentos maiores do que os empregados. Bom, essa questão é muito simples. Não é só o salário de rodoviários que está aumentando, infelizmente. O diesel também aumentou, as peças aumentaram, o preço do veículo mais que dobrou, e obviamente que nós temos que remunerar o empresário adequadamente. Ou seja, além do aumento do rodoviário tivemos que repassar o aumento dessas coisas.

Terceiro, manutenção da frota. Em primeiro lugar, os graves acidentes que ocorreram no Distrito Federal pelo menos os mais graves, não foi na frota urbana, mas foi na frota interurbana. O índice de acidentes no Distrito Federal diminuiu violentamente. E por que diminuiu? Porque nunca em Brasília havia sido feito vistoria mecânica nos ônibus. E, desde o dia 17 de março de 1986, que o Departamento de Transportes Urbanos fiscaliza a parte mecânica dos ônibus, todos os dias. Pelo menos 20 ônibus por dia são recolhidos obrigatoriamente pela cidade. Mas a frota está uma beleza? Não, não está. É preciso renová-la, é preciso melhorar as condições de manutenção. E é só verificar, nesses livros do DTU, o tanto de multas que os empresários têm levado, que vocês vão chegar à conclusão de que estamos tomando as providências que nos cabem.

Quarto, a viagem que você me convida para fazer num ônibus, Pedro Celso, eu aceito o convite. Passo na sua casa se você estiver de acordo, depois de amanhã, às seis e meia da manhã, eu até diria um pouquinho mais cedo. Sugiro todos os dias, inclusive, até porque eu também ando de ônibus — você sabe disso — e eu tenho ido às cidades-satélites o que é da minha obrigação. E é o maior prazer ir com você até que a nossa convivência, apesar das nossas discordâncias, tem sido educada e democrática como deve ser. Então, se você aceita o convite, eu passo na sua casa, depois de amanhã, entre 5 e meia e 6 horas da manhã. A única diferença é que eu acho que devo passar um pouco mais cedo para pegar horário de pique.

E o último item, que você fala, da agressão aos rodoviários em época de greve. Eu diria a você o seguinte: estamos tentando resolver todos os problemas dos rodoviários, as justas reivindicações dos rodoviários, tão bem representados por esse Líder que é o Pedro Celso, através da mesa de negociação. Porque eu sou daqueles que acreditam e este Governo acredita, que é na mesa de negociação que estão as grandes vitórias trabalhistas. Terminamos o intervalo sem greve, demos uma aumento de 1º de março sem greve, e o aumento de 1º de março foi de 63% para os motoristas. Mas houve categorias, como os despachantes, que chegaram a ganhar 132% e na mesa de negociação. Essa é a vitória da liberdade, da democracia, da mesa de negociação, é a vitória do diálogo. Infelizmente, na única greve que houve neste período, realmente foram depredados 132 ônibus. Com pedras, com laranjas mecânicas, que são laranjas cheias de pregos e jogadas nos pneus, foram furados pneus nas garagens e, efetivamente, a depredação de ônibus

gera prejuízo à população. Eu tenho o infeliz encargo de anunciar aos Senhores que o carro do Diretor do Departamento de Transportes Urbanos, Dr. Wilson Maciel Gomes, na última sexta-feira, foi alvejado por um tiro, quando o motorista o havia deixado em sua residência e voltava para a garagem, disparado de um passat amarelo. A parte está dada na Delegacia de Polícia, para verificar as razões.

Agora, Pedro Ceiso, desculpe o momento de descontração. Quando o rodoviário é atingido, imediatamente se diz: foi a Polícia. O pior é quando o Diretor do DTU é atingido, porque a gente nem pode falar de que lado é que veio o tiro.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Muito bem, agora vamos ouvir a parte dos concessionários. Quem falaria em nome dos empresários?

O SR. (Fora do microfone, Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Pois não, Sr. Wagner Canhedo.

O SR. WAGNER CANHEDO — Sr. Presidente da Comissão do Distrito Federal, Senador Meira Filho, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Secretário do Serviço Público, Dr. José Roberto Arruda, companheiros de trabalho, empresários e amigos:

A verdade é que o transporte coletivo do Distrito Federal tem vivido um drama que o empresário está no meio de quatro fogos cerrados. De um lado está o Governo que procura controlar o preço das passagens, com justa razão, é óbvio, necessário. Por outro lado, está a empresa que precisa sobreviver, tem necessidade de sobreviver. Do outro lado, estão os rodoviários e achamos as suas reivindicações muito justas, e com elas concordamos. Porque, apesar do salário estar equiparado com o de outras capitais, é muito baixo. Do outro lado, estão os usuários, que nós achamos que estão muito sacrificados pela qualidade dos serviços e pela quantidade de serviço oferecido.

Quando o Secretário do Serviço Público, Dr. José Roberto Arruda, disse, que se não houvesse o caixa-único teria sido muito pior. Eu também concordo. Realmente, se não houvesse o caixa-único a situação do transporte coletivo no Distrito Federal teria sido muito pior. Porque, se não houvesse o caixa-única, as empresas operadoras não teriam agüentado operar até esta data. A situação é muito grave.

O que o Secretário não disse e que nós achamos muito grave, é que todos os custos aprovados pelo caixa-único, até esta data, nunca foram reais. E, na minha opinião, ninguém faz milagre. Acho que para se colocar um carro rodando tem que botar óleo diesel no tanque, pneus e o motorista para dirigir o carro e, ter alguém que possa controlar esse veículo, e com a sua receita pagar as suas despesas, que é, no caso, a empresa.

Assim, quando o Governador José Aparecido assumiu o Governo do Distrito Federal, fomos ao Governador e colocamos a gravidade do problema do transporte coletivo no Distrito Federal. O Governador nós pediu um prazo de 90 dias para resolver o problema. Nos deu, na época, um aumento de tarifa que ficou longe da realidade e nós pediu 90 dias para resolver o problema. E nós nem poderíamos deixar de aceitar. Só que esses 90 dias se transformaram em 210 dias, quando realmente, houve a implantação do caixa-único.

O caixa-único criou para as empresas uma grande expectativa. Uma expectativa de poder, realmente, receber os seus custos reais, de poder oferecer à população um melhor serviço. Porque nós reconhecemos especialmente eu que já estou nesse serviço há mais de 20 anos, aqui em Brasília, reconheço que o serviço está, neste momento, com a pior qualidade de toda a sua história: ônibus, frota totalmente envelhecida, frota totalmente desgastada.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Aliás, com relação à VIPLAN, as reclamações no rádio são constantes. Terríveis, tão terríveis quanto essas que o Senhor mencionou aí.

O SR. WAGNER CANHEDO — Eu acredito; Senador, que não é só contra a VIPLAN, acredito que seja contra todas as empresas. Porque o transporte está ruim no Distrito Federal. Não é só na VIPLAN. Eu acho que a VIPLAN, a Pioneira, a Alvorada, a TCB, todas as empresas estão totalmente descapitalizadas, sem poder dar uma manutenção à altura nos seus ônibus e sem poder fazer renovação de frota, já há algum tempo, que eu considero de uma gravidade muito alta.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — O que é pior, a empresa do Governo está praticamente, em estado de inadimplência.

O SR. WAGNER CANHEDO — Essa parte eu não posso falar, porque não conheço. Mas posso dizer sobre a nossa empresa, sobre a VIPLAN. A situação da VIPLAN, hoje, é a situação de uma empresa falida, uma empresa que não tem mais créditos nos bancos, porque não cumpre com os seus compromissos, não tem como pagar os seus compromissos, não tem arrecadação suficiente para cumprir os seus compromissos, não tem mais crédito, com o usuário, para quem presta um mau serviço, por falta de manutenção e por falta de renovação da frota.

Este é o estado de calamidade pública em que se encontra o transporte coletivo no Distrito Federal. Na minha opinião, precisamos, urgente, melhorar a qualidade dos serviços e melhorar a quantidade dos serviços.

Hoje, fui a um programa de televisão, Brasília Urgente, e disse que para melhorar a qualidade do serviço e a quantidade do serviço, que na nossa opinião, terá que ser aumentado em 30% todos os horários em todas as linhas. O Secretário bem sabe que as tabelas de horário que estamos cumprindo hoje são tabelas de dois anos atrás e os ônibus estão andando superlotados. Daí a razão das grandes reclamações. Para melhorar 30% na quantidade e 70% na qualidade, precisaríamos hoje, se não houvesse o caixa-único, de uma tarifa de 2,50 para 9,40 de 3,50 para 13,16, e de 4,0 para 15,04.

Não disse que a tarifa deve ser esse valor. Disse que isso seria necessário. Quem deve estabelecer o valor da tarifa é o Governo. Porque hoje o Governo está subsidiando o transporte e ele é que deve saber quanto tem em dinheiro para gastar mensalmente com transporte coletivo. Por isso, o Governo é que deve estabelecer o valor da tarifa que deve pagar.

Achamos que — inclusive mandamos um documento ao Governador, sugerindo uma determinada tarifa — porque achamos que o caixa-único tem que ter uma participação menor do que está

tendo neste momento, no subsídio, porque dessa forma o próprio Governo não terá condições de continuar com esse volume de subsídios. Daí termos sugerido ao Governo um valor tarifário. Comprendemos, achamos, que o Governo, o caixa-único não tem condições de suportar esse volume de subsídios que vem tendo até o momento.

Para podermos, assim que se instalou o caixa-único, conseguir um custo/quilômetro mais aproximado, foi necessário fazer uma auditoria nas empresas para que se levantasse a verdadeira situação de todas as empresas. Reclamamos, e como se isso não bastasse, o Governo fez uma segunda auditoria, constatando novamente os mesmos prejuízos. Ora, se os empresários, nós que somos homens experientes no ramo de transporte coletivo, chegamos ao Governo e mostramos que não há condições de continuidade, acho que nós, empresários, Governo e povo estamos na mesma canoa, portanto, temos que resolver juntos esse problema. Acho que se não sentarmos na mesma mesa e resolvermos os problemas como devem ser resolvidos, alguém fica prejudicado, ou sem concordar com aquilo que está sendo concedido. Daí a razão de acharmos que os custos devem ser discutidos com os empresários de forma democrática, aberta, de forma que se se discorde de um item, a pessoa deve provar porque discordou desse ou daquele item, e não simplesmente discorda, porque é Governo, discordar, e não aceita nossos números de forma nenhuma. Isso é um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Devo dizer que a Comissão do Distrito Federal providenciou esta reunião, não foi para defender o Governo José Aparecido, não. Também não foi para acusar o Governador. A Comissão não está aqui para acusar os empresários e nem para defendê-los. A Comissão está aqui, não para defender ou acusar os usuários. Para fugirmos ao comum, sairmos de um debate que não leva a nada, e caminhararmos para uma solução. Porque o problema dos transportes nesta cidade é dramático.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Vou tentar ser rápido nas respostas às considerações dos representantes das empresas. Em primeiro lugar, o Sr. Wagner Canhedo coloca que a quantidade de serviço é menor que a desejada, ou seja, há superlotação nos ônibus. Isso é verdade. A demanda, no período dos últimos 12 meses, aumentou 31%. É preciso aumentar os ônibus. Agora, a nossa discordância é que achamos que deve ser feito esse aumento de frota através de licitação pública. Para citar um exemplo. A Viplan, empresa que V. S<sup>a</sup> dirige, em 1972 participou de uma concorrência da qual saiu vencedora com 121 ônibus e tem hoje 444, sem ter participado, nesse período, de nenhuma licitação. Acho que as empresas, para entrar no sistema, têm que participar de licitação pública. E é o que estamos fazendo. Abrimos a primeira licitação hoje.

Assumimos o Governo. V. S<sup>a</sup> tinha 444 ônibus, hoje V. S<sup>a</sup> continua tendo 444 ônibus. E para aumentar a frota tem que participar de concorrência pública, que é um método claro, que considero eticamente recomendável, para que as empresas participem do sistema de transportes em Brasília.

Em segundo lugar, V. S<sup>a</sup> coloca que os custos não são reais. Eu colocaria o seguinte: realmente há defasagem de custos. Os aumentos ocorridos nos últimos 60 dias foram efetivamente violentos.

Agora, no que diz respeito às discordâncias que os empresários têm e que o Governo não está discutindo, eu gostaria de lembrar que foi criado o Conselho de Transporte Urbano, com a presença da comunidade e dos empresários. E, por coincidência, está aqui o Dr. Diegues, que representa os empresários, e o meu caro Damásio, que representa a população. Portanto, é colocar o assunto neste Conselho, como tem sido colocado democraticamente, e se chegar a um resultado que atenda a ambas as partes.

Em terceiro lugar, V. S<sup>a</sup> coloca que a implantação do caixa-único demorou 180 dias ao invés de 90. Tem absoluta razão V. S<sup>a</sup>. Infelizmente, o prazo de 90 dias não foi possível, teve que demorar mais, porque dependemos de uma aprovação legislativa, inclusive passando por esta Casa, nesta Comissão, e só foi aprovada no dia 13 de junho, com um grande esforço de todas as partes. Tem razão nesta sua colocação.

Coloca V. S<sup>a</sup> que o transporte, neste momento, tem a pior qualidade de sua história. Discordo. Efetivamente a Viplan, neste momento, tem uma qualidade muito ruim, mas é preciso fazer justiça, por exemplo, à Pioneira, que, no ano passado, com a mesma remuneração da Viplan comprou 132 novos ônibus.

O Senador Meira Filho, num aparte que fez, colocou o problema da TCB. A TCB, neste momento — e faço aqui uma homenagem pública ao Dr. Luciano, Presidente da TCB, que está presente — não deve nada a ninguém. E há algum tempo devia até para lojas de parafuso de Taguatinga. A TCB tem uma frota parada, neste momento, de mais de 120 ônibus, que precisa ser retirada do pátio. E tem uma série de dificuldades. Primeiro, falta de recursos para comprar ônibus novos. Precisamos desses recursos e estamos indo buscá-los no BNDES e precisá-riamos, inclusive, de apoio parlamentar do Distrito Federal, para conseguirmos retirar esses recursos do BNDES, que estão saindo para outros Estados, como é o caso de São Paulo, que conseguiu 600 ônibus novos. Precisamos, loucamente, desse dinheiro. A melhoria do transporte de Brasília passa pelo fortalecimento da TCB.

Por último, concordo com o Sr. Wagner Canhedo, que diz que se não houvesse subsídio, efetivamente a tarifa em Brasília teria que ser em torno de 15 cruzados. Essa é a grande vantagem do caixa-único. Demorou para a população entender o que é o caixa-único, e porque a importância do subsídio. Eu defendo que devemos continuar com esse sistema, e devemos usar esse sistema para que a população possa ter a sua passagem subsidiada. Agora, com um detalhe, as empresas têm que ser permanentemente auditadas para que sejam pagos os custos reais. Aproveito a oportunidade para lembrar uma coisa, a passagem em Brasília é de 4 cruzados, e vai ter que aumentar de preço, em função de todos esses aumentos, mas nós temos, agora, na cidade, o vale-transporte. O empregado que tem o vale-transporte gasta apenas 6% da sua renda com o transporte e o restante o empresário paga e desconta no Imposto de Renda. Eu acho que — primeira união que temos que fazer — empresas, rodoviários, Governos, partidos políticos, sociedade organizada, é no sentido de fazer com que trabalhadores e empregadores se unam e usem o vale-transporte, para que a passagem do traba-

lhador de Brasília possa ficar em apenas 6% do salário mínimo, como é o que reza em lei.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — O empresário Sr. Wagner disse que todos estamos no mesmo barco. Mas eu gostaria de saber do José Roberto Arruda, por que só agora você trouxe o problema aqui para o Legislativo. Só agora o Executivo lembrou do Legislativo? Por que, José Roberto?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Senador, o Sr. sabe do apreço que eu tenho pela sua consideração. Mas, eu, particularmente, quando assumi a Secretária no dia 14 de fevereiro de 1986 recebi, no ato de posse, um documento assinado pelo Governador José Aparecido e pelo Secretário Carlos Murilo, que está aqui presente, remetendo à Comissão do Distrito Federal no Senado, um pedido de aprovação de crédito suplementar para abertura do caixa-único e para que se pudesse subsidiar o sistema. Vim, do dia 14 de fevereiro ao dia 13 de junho, quando foi aprovado o caixa-único, pelo menos 30 vezes, procurar membro por membro desta Comissão, no que fui acompanhado, inclusive, por empresários e por membros da sociedade, no sentido de fazer aprovar. Discutimos esse problema longamente. Fui, inclusive, ao Gabinete Civil da Presidência da República discutir com representantes, naquela oportunidade, a importância de subsidiar o transporte urbano em Brasília. Fui, inclusive, em um fórum de Secretários Estaduais de Transportes, com a presença de vários parlamentares, inclusive membros da Comissão do Distrito Federal, onde mais uma vez defendi o subsídio. E devo lembrar, Senador, que Brasília foi a primeira cidade do Brasil a ter a coragem de implantar o subsídio no transporte urbano. E só por isso os nossos ônibus não estão andando sem vidro e sem chão, como é o caso de São Paulo, como é o caso de Belo Horizonte, como é o caso do Rio de Janeiro. Só por isso, o transporte não chegou ao caos. Porque se este Governo não tivesse tido a coragem da licitação pública, não tivesse tido a coragem da auditoria mecânica nos ônibus, não tivesse a coragem do subsídio ao Sistema de Transporte Urbano, e neste momento o transporte estaria totalmente inviabilizado na Capital da República. Mas, como o Senhor sabe, todas as vezes que me convocarem, não só pelo prazer da nossa convivência como pelo fórum de debates, que essa Comissão representa, eu estarei com o maior prazer, totalmente à sua disposição, não só como Secretário de Serviços Públicos, mas como cidadão de Brasília, interessado na solução dos graves problemas que afligem a nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Com a palavra o Dr. Wagner.

O SR. WAGNER CANHEDO — O Dr. José Roberto Arruda colocou aí o problema da concorrência. Nós nunca fomos contra abrir-se concorrência em Brasília para novas empresas. Nós precisamos de novas empresas para que possamos somar esforços para melhorar o serviço. Quanto mais vozes, melhor serviço nós podemos prestar à comunidade. Nunca fomos contra a concorrência. Por exemplo, foi feita uma concorrência para aplicação de 70 ônibus do Distrito Federal, por sinal, foi aberta hoje, e impediu as empresas já existentes de entrarem na concorrência. Até

certo ponto, nós achamos que é um direito do Distrito Federal fazer isso, e até certo ponto, achar que o tamanho ideal de uma empresa é de 400 ônibus, 300 ônibus ou 500 ônibus. Não sabemos que dimensão o governo tem na cabeça. A verdade é que existe a dimensão. Agora, a forma que esses ônibus serão aplicados é o "X" do problema, e nós vamos aguardar para que isso ocorra, para que não haja concorrência predatória. Porque se hoje é o Governo que controla o sistema, que estabelece o número de veículos, o número de viagens por linha, se o Governo achar que uma linha precisa de 20 viagens, ele deve estabelecer 20 viagens, pode ser para uma ou para duas ou para dez empresas; essas vinte viagens devem ser realizadas. Não vejo razão para que o Secretário diga que nós, algum dia, fomos contra a o Federal.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Rapidamente. Primeiro, a limitação é que nenhuma empresa, no Distrito Federal, de transporte possa ter 30% a mais da cota total do sistema. Por uma razão muito simples. É o oligopólio. Nós queremos evitar o oligopólio. Quanto mais empresas, melhor. Segundo, quem tem menos de 30% pode participar, como foi inclusive o caso de hoje. Segunda coisa, onde vão colocar esses ônibus? Eu acho que está aqui um bom fórum para discutir isso. Não há segredo, eu tenho andado de ônibus, algumas vezes, e a população diz o seguinte: "Por que só ônibus da Viplan nessa linha?" E eu falo: "Bom, meu filho, por enquanto, eu não tenho outra empresa. Mas, quando eu fizer a licitação, quem sabe a gente coloca até junto?" Porque, afinal de contas, uma das vantagens do caixa-único era que, antes, o empresário chegava na minha sala e dizia: "Esta é a minha linha". E hoje não existe mais isso. A linha é do povo. Hoje, as empresas operam essas linhas e quanto mais empresas tiverem essas linhas, melhor para a população que anda de ônibus.

Aliás, se o Senhor me permite, este é o compromisso de justiça social, desde a saudosa campanha do Dr. Tancredo Neves, e um compromisso que os parlamentares, inclusive eleitos por Brasília, inclusive um compromisso do PMDB do Distrito Federal, era o de fazer justiça social também no sistema de transportes.

Ando de ônibus, Sr. Wagner — eu nem sei se tecnicamente, e aí precisava consultar um técnico e eu coloco o problema nesse fórum, eu não estou defendendo que deva ser assim, eu não tenho convicção disso — a população que anda de ônibus e que é sábia, ela defende, ela quer mais de uma empresa na linha.

O SR. WAGNER CANHEDO — Não. Ela quer mais ônibus, Secretário. O Sr. está invertendo a ordem das coisas, ela quer mais serviço, ela quer mais lugar para ser transportada, é isso que nós precisamos fazer.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Então vamos perguntar a ela?

O SR. WAGNER CANHEDO — Se todos os problemas do transporte forem resolvidos, aqui, neste fórum, eu vou ficar muito satisfeito, porque aqui nós vamos poder, realmente, falar o que é preciso falar e ouvir da população o que ela realmente pretende. E o que ela realmente pretende é mais ônibus, mais serviços à disposição dela,

porque ela está pagando, e não é direito. Não adianta ela pagar uma tarifa que não é a realidade, não ter um bom serviço e não ser transportada dignamente, como está acontecendo neste momento. Essa é a minha opinião.

O Sr. disse também que a Pioneira, no ano passado, comprou 132 ônibus, enquanto nós não compramos nenhum. Realmente isso é verdade. Só que o Sr. não disse é que a Pioneira comprou esses ônibus com recursos de outras empresas dela e não com recursos da Viação Pioneira aqui no Distrito Federal.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Ela lhe deu uma boa idéia, Sr. Wagner.

O SR. WAGNER CANHEDO — Tenho até um representante aqui ao meu lado, que pode comprovar isso. Não é boa idéia, Sr. Secretário. Acho que nós estamos falando coisas muito sérias.

Outra coisa, o Sr. disse que novas auditorias serão necessárias. Isso é muito importante, Secretário. Porque nós nunca mentimos e quem não mente não tem medo de novas auditorias. Agora o que mais me impressiona é que o Governo autoriza aumentos de pneus, aumento de peças, aumento de ônibus, aumento de tudo, e depois nós temos que fazer um estudo e provar para o Governo por que aumentou. Isto é que eu acho um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Como é que é?

O SR. WAGNER CANHEDO — O Governo autoriza o aumento de pneus, de peças, de todos os componentes que compõem o nosso custo e depois nós temos que fazer um estudo para provar para o Governo porque aumentou. Eu acho realmente um absurdo.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — O Sr. me permite, para a gente concordar em alguma coisa?

O SR. WAGNER CANHEDO — É bom que concorde.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Afinal de contas, a nossa amizade tem sido construída apenas em discordâncias.

O SR. WAGNER CANHEDO — Sem dúvida.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Mas, para a gente concordar em alguma coisa, eu sugiro o seguinte: quem sabe se, nascendo nesta Comissão do Distrito Federal, nós não teríamos uma fórmula, não sei, de fazer com que pneus, com que preços de insumos do transporte coletivo, de alguma forma, sejam congelados na fabricação, talvez até subsidiados na origem. Isso resolveria. Acho que nisso o Sr. tem absoluta razão. Realmente têm aumentado demais os insumos. Quando o Sr. Wagner fala, o Governo aumenta e o Governo estuda, o Governo que aumenta, é o Governo federal, e o Governo que estuda é o Governo local. Porque o Governo local tem que fazer o seguinte estudo: quanto é que o pneu custa no preço, e no custo total do transporte. É o óbvio que temos de fazer más a sua observação é absolutamente perfeita. Até aproveito para, pegando carona na idéia dele, deixar na Comissão do Distrito Federal a mensagem. Quem sabe nós conseguiríamos, como foi no caso dos táxis, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — É um canal.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — E está aqui o Presidente do Sindicato dos Taxistas de Brasília que conseguiu que o carro do taxista fosse deduzido, praticamente, 55% dos impostos é por que não fazer a mesma coisa para os ônibus urbanos? Quem sabe para os seus? Acho que pode ser uma saída para o transporte urbano de Brasília.

O SR. WAGNER CANHEDO — Pode. Acho que já é alguma coisa, é ótimo.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Está aí a nossa primeira concordância. E que bom que é a primeira concordância.

O SR. WAGNER CANHEDO — Meus parabéns. Pela primeira vez o Sr. concordou com alguma coisa, Sr. Secretário.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Mas o importante, Sr. Wagner, é que a primeira vez que o Secretário de Serviço Públicos concordou com o Sr. Wagner Canhedo foi em público.

O SR. WAGNER CANHEDO — Eu acho que independência, não é Secretário? Porque acho que as nossas causas são mais ou menos iguais. Defender uma melhor oferta de transportes. Como o Senador Meira Filho disse que vai conceder a palavra aos outros empresários, eu gostaria que falassem outros empresários. O Sr. Elder Pinheiro Filho, filho do Sr. José Augusto Pinheiro, Presidente do nosso sindicato.

O SR. ELDER PINHEIRO — Pois não. É importante que se diga que em momento algum, pelo menos enquanto eu estou vivendo na área de transporte no Distrito Federal, que os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelo Departamento de Transporte Urbano nunca foram tão transparentes, tão claros e com uma lisura, acima de qualquer suspeita. Até como um jovem brasileiro, dentro desse clima que nós estamos vivendo no Brasil, é de se tirar o chapéu e cumprimentar a Secretária. É um trabalho muito bem feito. Tem dificuldade de percurso, tem problemas e o sistema está em falência. Todo mundo sabe disso. Mas, é como o Sr. Wagner muito bem colocou. Todo mundo está no mesmo barco e hoje temos que parar com esse jogo de empurra, porque o problema é do sindicato ou do empresário que está ganhando demais, ou do Governo que tem de parar com essas divergências.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Empurrar o problema com a barriga.

O SR. ELDER PINHEIRO — E aqui vai a sugestão, que eu defendendo há muito tempo, porque acho que se passou da hora em Brasília — que é um lugar que tem muito cacique para pouco índio — que é a criação de uma Secretária de Transportes para Brasília. Nós temos a Secretária de Serviços Públicos, que é uma pasta bastante vasta, e que, infelizmente, nós temos aqui em Brasília o Detran, que puxa de um lado, o Departamento de Transporte Urbano para outro. Está muito heterogêneo, está muito diluído. É preciso concentrar todos esses interesses dos transportes urbanos terrestres numa Secretária só, num corpo técnico só. Acho que o caminho, pelo menos na minha opinião, é esse.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Concedo a palavra ao Pedro Celso. Eu gostaria que você fosse rapidinho.

O SR. PEDRO CELSO — Eu gostaria de reafirmar o que foi dito duas vezes pelo Sr. Secretário e pelo Sr. Wagner também, que os nossos salários estão equiparados com os de outros centros. Isso não reflete a realidade. Os salários, no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Salvador estão, pelo menos, hoje, 40% acima dos nossos salários, sendo que os gatilhos vão disparar para eles também. E o Secretário também disse que os setores da categoria tiveram mais do que 66%. Quero dizer que teve mais de 66% de antecipação do gatilho, foi uma minoria insignificante, dentro da nossa categoria. Como ele citou, o caso do despachante que não chega a 2% da nossa categoria. E denunciar também, já foi colocado pelo Secretário, a situação em que se encontra hoje a empresa do Governo, a TCB, praticamente com a metade da frota parada, faltando mão-de-obra, principalmente na manutenção. Porque os profissionais de manutenção estão abandonando as empresas devido aos baixíssimos salários. E dizer, também — o Sr. Secretário também disse —, que os melhores acordos são conquistados na mesa de negociação. E, da última vez em que estivemos conversando, ele praticamente fechou o canal de negociação, para colocar essas questões.

O SR. LUCIANO BEZERRA — Sr. Presidente, peço a palavra, para esclarecer uma dúvida levantada pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Pois não.

O SR. LUCIANO BEZERRA — A TCB, na verdade — é esta dúvida levantada pelo nobre Senador, Presidente da Comissão do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Eu disse que estava inadimplente.

O SR. LUCIANO BEZERRA — Na verdade, a TCB não está inadimplente. Não. A TCB, quando nós assumimos, por força de circunstâncias fortuitas e de especificidades de mercado, devia a 85% dos seus fornecedores. Hoje está absolutamente em dia. O que existe em relação à delegada de sistema, é que ela está com a frota bastante depauperada, cerca de 130 ônibus estão carentes de peças e estão condicionados ao recebimento dessas mesmas peças, que, hoje, salta aos olhos de todos os segmentos comerciais e industriais, há falta dessas peças.

Ademais, quando o Presidente do Sindicato se refere à deficiência da manutenção da TCB, delegada de sistema, eu quero concordar plenamente com ele. E, inclusive, fazer a ressalva, registrando isso aqui na Comissão do Distrito Federal, para os empresários, para os companheiros aqui presentes, e companheiros parlamentares, sobretudo, que a TCB se depara com uma situação totalmente atípica, diferenciada, por conseguinte, das empresas particulares. A TCB enfrenta licitações, a TCB, como empresa do Governo, não está consequentemente autorizada a pagar ágio, e nem faria isso, de forma nenhuma. Teve ainda, durante a legislação eleitoral vigente, a proibição de contratações, coisa que as demais delegadas do sistema, demais empresas operadoras do sistema não tiveram. Viplan, Pioneira, Alvorada, ao longo desses 10 meses, em que vigeu a legislação

eleitoral, puderam contratar, porque eram empresas privadas. E a TCB realmente não pôde, porque é uma empresa do Governo, conseqüentemente tem as suas atipicidades. Era esse o registro. Agradeço aí a oportunidade.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** — Senador, só um minutinho por gentileza. Eu gostaria de passar um documento, publicamente, às mãos do meu caro Pedro Celso com quem tenho mantido a mais cordial relação, e uma coisa também muito importante. Tudo que conversei com o Pedro Celso e com o Sindicato dos Rodoviários, até hoje, em quaisquer circunstâncias, são conversas que podem ser públicas. Nós também temos discordâncias. Muito mais discordâncias quanto ao momento do que discordâncias quanto ao conteúdo. Eu gostaria que todos os rodoviários de Brasília pudessem ganhar mais do que ganham. Acho que apenas 50 dias, depois do dia 1º de março, quando os rodoviários — repito — tiveram aumentos que variaram de 63 a 192%, a população não pode sofrer mais um novo movimento. Quero passar às mãos do Pedro Celso um documento que chegou às minhas mãos agora. Se me permite Senador, é só um instantinho. Acabou de ser entregue aqui pela EBTU — para você ver a importância de ter uma empresa organizada, como a EBTU na área de transportes — em que dá os salários de motoristas e cobradores de todo o País, Pedro Celso. E ele coloca. Se me permitem os senhores um minuto da sua atenção para que eu leia. Apenas três capitais têm salários superiores ao de Brasília, porque já disparou o gatilho de 20%. Os salários são: Aracaju — 4.718,00; Belém — 3.600,00; Belo Horizonte — 6.000,00; (com o gatilho); Boa Vista — 2.800,00; Brasília — 5.157,00; Campo Grande — 5.050,00; Cuiabá 5.000,00; Curitiba — 4.500,00; Florianópolis — 3.200,00; Fortaleza — 3.859,00; Goiânia — 4.304,00; (todos menores que Brasília) João Pessoa — 4.000,00; Macapá — 2.726,00; Maceió — 3.500,00; Manaus — 4.500,00; Natal — 3.300,00; Porto Alegre — 4.500,00; (todos menores que Brasília) Recife — 4.000,00; Rio de Janeiro — 6.600,00 (com o gatilho); Salvador — 5.157,00; (exatamente igual ao de Brasília); São Paulo (já com o gatilho) 6.188,00; São Luís — 3.373,00; Teresina — 2.895,00; Vitória — 4.000,00. Gostaria de ter uma cópia.

**O SR. PEDRO CELSO** — Senador, por gentileza. Essas informações estão mais do que defasadas. Quero registrar aqui. Não refletem a realidade.

**O SR. PRESIDENTE (Meira Filho)** — Não refletam. O representante do Governo diz que é de hoje. Ele diz que é de hoje.

**O SR. PEDRO CELSO** — Pois eu discordo dessa informação, pois ela está mais do que defasada.

**O SR. PRESIDENTE (Meira Filho)** — O representante da Pioneira vai falar.

**O SR. ANTONIO RABELO** — Eu queria colocar, ao Pedro, o seguinte: eu não quero polemizar sobre isto, até por que acho justa a luta de vocês. Apenas é um dado que nós temos que está à disposição tanto das Secretarias de Estado, quanto dos Sindicatos e Associações de Usuários. Você, inclusive, já esteve lá conosco, e naquela ocasião, nós falamos que esses dados estavam a sua disposição, e se você acha que está defasado

realmente, até lhe peço para conversar com os técnicos da EBTU e verificar isto. São dados de computador que são fornecidos dentro de um sistema de informação, que a EBTU tem procurado estes dados das capitais. Difícilmente deve haver algum erro. E a data que eu tenho ali, essa folha foi fichada hoje, quando vinha para cá, é 27 de abril.

O que me chama a atenção nesta tabela, e aí é que digo que não vale a pena polemizar, é que independente de estarmos aqui discutindo se o salário de vocês é igual ao de Salvador ou não, verifico que existem defasagens muito grandes entre os salários daqui de Brasília e de outras capitais. O problema de outras capitais é mais grave ainda.

Do nosso ponto de vista, a questão não é de números, — eu volto a frisar — é de luta justa e tem que continuar. A questão é do modelo de operação que tem de ser previsto, tem que ser discutido em conjunto com empresários, com o setor público, com os sindicatos e com os usuários.

**O SR. PEDRO CELSO** — Para fazer uma observação, peço a palavra. Só para lembrar o custo de vida em Brasília com relação as outras capitais.

**O SR. ANTONIO RABELO** — Nós concordamos.

**O SR. LAURINDO G. DE SOUZA** — Ilustre Senador, como disse o Dr. Wagner, nós estamos no mesmo barco, precisamos achar uma solução para o problema. Porque tanto é sacrificado o usuário, como o rodoviário e o empresário. Todos nós, assim como o Governo que está se debatendo dia e noite para tentar conciliar.

Com referência ao salário de Belo Horizonte, em queria confirmar que o valor é 6 e não 7, como será disparado o gatilho em maio, deve ir para 7 mil e 200.

Quero fazer uma comparação aqui, mas não quero nunca dizer que o rodoviário tem que ganhar menos, acho que ele deve ganhar mais, porque quanto mais o rodoviário ganhar melhores motoristas nós teremos para o transporte urbano. O passageiro do transporte urbano fica aborrecido, porque ele espera numa parada na chuva, no sol, no sereno, ele anda no ônibus superlotado, ele deixa problemas em casa, com isso ele enche muito a paciência do motorista. O motorista de carreta não gosta de ser motorista de ônibus. O motorista de ônibus, sendo sacrificado fica impaciente, ele costuma não parar nas paradas. Acho que o motorista tem que ganhar bem, o cobrador tem que ganhar bem. Mas o nosso problema é um conjunto de ações. Quero fazer uma comparação aqui com referência às tarifas. Quando o Governador José Aparecido entrou, em abril de 85, a nossa tarifa média era 86 centavos, hoje a nossa tarifa média, subsidiada, é de 5,05. Nós tivemos um aumento de 487%. O motorista, em abril de 85, ganhava 527,38, hoje ele ganha 5.157,60, teve um aumento de 878%, o dobro da nossa tarifa. Não quero, com isso, dizer que ele tem que ganhar menos, só estou dizendo o porquê da nossa situação, a situação das empresas. Com o tempo do intervalo da implantação do caixa-único, nós tivemos que aumentar no nosso quadro de pessoal 46%, ou seja, 880 funcionários. Gente para conferir a implantação do caixa-único, aumento de motorista, aumento de

cofrador, aumento de despachante. Com isso, nós chegamos à situação que hoje estamos.

Dentro desse raciocínio, eu queria verificar com o Sr. Secretário, com o Pedro também, que é um amigo nosso, defende bem a classe, mas é um pouco radical, eu gostaria, sem sacrificar a classe, de propor ao sindicato e ao Sr. Secretário que eliminou o intervalo, só a Pioneira tem na torre, uma média de 250 a 300 ônibus que rodam em média, uma viagem e meia, descendo da satélite para o Plano, e volta à tarde na mesma situação. O motorista que trabalha nesses carros, eu tenho hoje mais de 100 duplas, ou 200 funcionários que estão trabalhando apenas 2 horas e ganhando 8 horas, enquanto tenho outros motoristas que trabalham 8 horas e ganham 8. Eu gostaria de um estudo junto à Comissão, que alguém verificasse isso e voltasse, em termos de fiscalização, que esse motorista pudesse ter um intervalo. Não um intervalo, sendo explorado, mas um intervalo onde ele trabalhasse uma hora pela manhã, tivesse um intervalo de 5 horas, poderia ficar às 8 horas e voltasse à tarde para pegar o ônibus. Nós estamos sacrificando o usuário e a empresa, porque estamos pagando um motorista para trazer o carro e outro para levar, estamos pagando dois motoristas para dar duas viagens, isso está sacrificando o sistema.

**O SR. WAGNER CANHEDO** — Posso fazer uma colocação, se me permite?

**O SR. LAURINDO G. DE SOUZA** — Deixe eu só terminar o meu raciocínio.

— Esse é um dos pedidos que faço à Comissão, ao sindicato, ao Governo, para conseguirmos amenizar a situação.

Um outro detalhe. É que o Sr. Secretário, em sua explanação, disse nas outras cidades que existe uma grande renovação. Ele citou um exemplo aqui, que no Gama entram 200 passageiros e saem 200 passageiros. Não entram 200, entram só 80. É a média. Porque não cabe, num ônibus, 200 passageiros. V. S<sup>a</sup> elevou, estou justificando, porque quero baixar. Quero que o público saiba a realidade.

Foram feitas duas auditorias em nossa empresa, mas as auditorias são feitas sob períodos passados, nós estamos com uma inflação galopante, aumento a toda hora, a todo minuto. As auditorias não revelam a realidade da empresa, do nosso custo.

Outro problema sério que temos dentro da empresa: os juros. Hoje, só a Pioneira está pagando 6 milhões por mês, e os juros não entram no custo da tarifa. Os juros que nós estamos pagando hoje é consequência do pedido do Governador quando entrou e pediu a colaboração dos empresários, mas como a tarifa não subiu, estamos rolando a dívida no Plano Cruzado, porque os juros eram baratos. Mas a taxa de juros subiu, nós ficamos endividados e está-se tornando uma bola de neve em nossa empresa. As empresas do Distrito Federal, eu falo por mim e pelo Wagner, estão falidas — não sei se a Alvorada está na mesma situação —, sem condições de sair do problema.

Para terminar, eu queria sugerir que o Governo do Distrito Federal, ou a Comissão, autorizasse às empresas a compra de peças direto dos fabricantes, a compra de pneus, veículos, evitando intermediários. Para o Governo pode, mas para

nós, que estamos na mesma baixa social, no mesmo barco, na mesma canoa, não pode, temos que comprar do revendedor, pagando uma comissão mais alta, de 25%.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Quero pedir desculpas ao Deputado Augusto, está querendo falar há muito tempo.

O SR. WAGNER CANHEDO — Senador, eu só gostaria de acrescentar, com relação ao que o Sr. Laurindo falou sobre os jürs, que nós pegamos dinheiro no mercado para cobrir buraco operacional. O dinheiro chegava no fim do mês, nós faturávamos 20 e gastávamos 25, faturava-se 20 com o caixa único e gastava-se 25, teria que se pegar 5 milhões no mercado para cobrir o déficit daquele mês. Isso foi virando uma bola-de-neve, que é a situação em que estão as empresas hoje. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela forma democrática ao conduzir os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO — Acho que a ausência de grande parte dos Srs. Senadores que integram a Comissão do Distrito Federal, para se constituir um tema de tamanha envergadura para a sociedade de Brasília, justifica o movimento de Brasília, do qual eu faço parte, pela representação política integral, pelo direito de cidadania integral do povo de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — V. Ex.ª há de concordar que eles têm as suas obrigações.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO — Se tivéssemos uma Assembléia Legislativa aqui em Brasília, poderíamos discutir, sem constrangimento de tempo, as diversas atividades. O que justifica a nossa campanha pela por eleições diretas aqui em Brasília, e eu queria sensibilizar os presentes.

Falo, tendo atrás de mim 40 mil votos, defendendo uma plataforma que teve, na questão dos transportes coletivos em Brasília, na modificação, na luta pela melhoria, esse é um dos pontos que mais sensibilizou a esmagadora votação que tivemos de trabalhadores, de operários, de assalariados de Brasília. Digo que, por posição de princípio, eu concordo integralmente com o Secretário Arruda que passa pela melhoria, nas questões de transportes de Brasília, do que é patrimônio do povo brasileiro e, especificamente, o que é patrimônio do povo de Brasília, que é o fortalecimento da TCB como empresa do Governo, como empresa que é patrimônio do povo, uma vez que são recursos que foram se acumulando e virou esse patrimônio importante, insubstituível na questão de transportes em Brasília.

Sou radicalmente contra o uso de recursos do povo, que são muitas vezes do sacrifício da classe média, via impostos diretos e indiretos, como o caso do Imposto de Renda, para subsidiar, muitas vezes, como vemos a energia elétrica, saindo um dinheiro precioso do Tesouro Nacional para subsidiar uma multinacional que está instalada nas jazidas de manganês, de álcalis e tudo mais. No caso de Brasília, estou vendo, aqui na argumentação que foi levantada pelo representante da Vi-

plan, uma certa perplexidade uma contradição. Ao mesmo tempo em que se fala que ele declarou que a sua empresa está inviabilizada, em fase falimentar, não tem condições de pagar seus compromissos no cartório. E ao mesmo tempo ela poderia estar participando da licitação que está sendo feita, no sentido de obter a ampliação da sua frota de transportes, aqui em Brasília. Vi, com espanto, o Secretário dizendo que os 440 ônibus, que desde 72 operam em Brasília, permanecem intocáveis no seu número. Acho que se a empresa está com dificuldades, praticamente da forma como falou, a empresa está falida, e é uma das empresas mais importantes, talvez a maior daqui de Brasília.

No caso, se há interesse da empresa em bancar uma tarifa que está sendo questionada como insuficiente, para poder continuar, os serviços de transporte são precários, como ele disse, estão na pior fase da história de Brasília. Acho que o Governo do Distrito Federal não pode, de maneira nenhuma, continuar subsidiando com recursos que são tirados do povo, para uma atividade que está sendo caracterizada como falida, para preservar uma taxa de lucro necessária para a atividade continuar operando no Distrito Federal. Teve, inclusive, na prática de uma ilegalidade, que foi essa jornada de trabalho, absolutamente fora da lei, da legislação trabalhista, e foi ótimo que ficou consagrado nos Anais desta Comissão essa situação, porque a legislação trabalhista não permite, de forma nenhuma, essa jornada interrompida.

Eu gostaria de colocar, perante esta Comissão, o Sr. Presidente, o Sr. Secretário, essa nossa preocupação. Esse transporte que está-se mostrando inviável, e cada vez, a cada momento cíclico, nem que se retorne à gravidade desse transporte, se leva uma hora, a culpa para os sindicatos, para os trabalhadores, se leva outra hora, e culpa para os empresários, para o Governo. Na nossa posição, defendemos e encampamos a tese dos companheiros usuários, da associação dos usuários, no sentido de que esse transporte tem que ser encampado, tem que ser estatizado, para que nós tenhamos soluções definitivas no nosso País. Pergunto se essa preocupação tem sido colocada, a nível do Governo do Distrito Federal, inclusive levando em consideração um problema sério que reflete os anseios, a angústia do nosso povo trabalhador. O problema da tal integração, que é um inferno na vida de cada assalariado, que é obrigado a vir, muitas vezes, nas condições mais adversas. Eu pergunto ao Sr. Secretário, se essa questão da estatização, que sei que foi colocada por um empresário, não sei qual, numa reunião que houve, a nível de Governo Federal com os empresários, que pediu para o Governo estatizar. Se até parte do empresariado concorda com essa tese, como aconteceu agora em Alagoas, estatizaram-se três empresas de transporte coletivo que operam em Alagoas. Eu pergunto ao Sr. Secretário se essa hipótese tem sido discutida para resolver, de forma definitiva, o transporte coletivo em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Eu acharia oportuno que o empresário respondesse à indagação do Deputado.

O SR. WAGNER CANHEDO — Deputado Augusto, nós, da Viplan, dissemos que não somos

contra a concorrência ruínosa. Porque quem estabelece o número de viagens para cada linha é o poder concedente, é o Governo. Se temos uma garagem instalada num determinado setor, devemos aproveitar toda a sua potencialidade, para que possamos ter um custo menor. Daí a razão do que eu disse com relação à concorrência. Com relação ao impedimento de nós participarmos da concorrência, eu concordei perfeitamente e acho válida a idéia do Governo de manter um determinado percentual de cada empresa participando no sistema.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Com a palavra a Deputada Márcia.

A SRA. CONSTITUINTE MÁRCIA KUBITSCHEK — Sr. Presidente, queria pedir desculpas a V. Ex.ª e agradecer ao Dr. José Roberto Arruda, e a todos os membros que aqui vieram para esse diálogo tão democrático. Aos empresários, aos meus colegas constituintes, ao Presidente do Sindicato dos Rodoviários, aos usuários, porque tenho uma reunião do PMDB Mulher, que está me aguardando, há mais de 40 minutos, na sede do PMDB, e eu já recebi vários recados. E gostaria de pedir permissão para me afastar desta reunião, nós não podemos deixar as mulheres do PMDB esperando tanto assim. Mas, ao mesmo tempo, congratular e parabenizar o Sr. Presidente por esta iniciativa, o Secretário Arruda, os empresários, o Presidente do Sindicato dos Rodoviários por esta conversa tão franca, esse diálogo tão aberto, que eu espero que daqui para a frente continue sempre assim, nesta Comissão do Distrito Federal, que é a nossa casa, a casa de todos nós de Brasília. Muito obrigada a todos. Desculpem-me pela minha saída.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Ainda há pouco, eu cochichei com o Secretário Arruda e alguns podem pensar que tenho algum segredo. Não. Eu estava perguntando ao Secretário Arruda, se foi verdade — porque uma informação que o Governador me deu hoje que fiquei muito preocupado — que os empresários querem colocar as empresas à disposição do Governo, porque eles não estão mais podendo operar. É verdade, Secretário Arruda?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Eu gostaria de responder a duas questões: a primeira levantada pelo sindicato, depois pelos empresários, do problema do pagamento, do salário do rodoviário. Queria colocar aqui, já que discutimos número, já discutimos teses, o problema politicamente. Nós estamos de acordo, em tese, de que o rodoviário, como todo trabalhador brasileiro, deve ganhar mais. Mas a questão política que eu acho que deve ser colocada é que todos os eventuais prejuízos e todas as perdas de salários, tidas pelos rodoviários, ao longo dos últimos anos, não podem ser tiradas de uma só vez. O que nós discutimos é a maneira de repor isso. Nós pagamos aos empresários, considerando os salários que os rodoviários ganham hoje, e a partir de maio com o gatilho. É claro que se, num determinado instante na livre negociação, os empresários julgarem que podem pagar mais os rodoviários sem receber do Governo, nós não temos nada a opor.

A segunda questão, levantada pelo Deputado Augusto Carvalho, com quem eu concordo inte-

gralmente, em todas as teses, com exceção da última colocação, da estatização.

Finalmente, pelo Senador Meira Filho, a questão básica é a seguinte: eu não defendo a estatização pura e simples do transporte. Eu defendo, primeiro, que a TCB seja fortalecida, ocupe um espaço mais importante no sistema de transporte e possa, efetivamente, cumprir a sua missão de estabilizar o sistema. O exemplo que nós temos, no Brasil, de estatização é o do Rio de Janeiro, que foi extremamente negativo. As empresas hoje estão numa situação bem pior do que antes de serem estatizadas. Infelizmente, eu tenho que fazer uma consideração pública: a administração pública brasileira, ao longo da sua história, não tem se demonstrado competente para gerir empresas. Infelizmente esta é uma realidade, salvo alguns setores de economia. Os empresários entraram com uma carta, ontem, no Distrito Federal, que tenho aqui em mãos, e que deve ter conhecimento público pelo teor da sua gravidade, onde ela faz uma série de considerações, uma série de solicitações ao Governo, e termina com um parágrafo que vou ler.

"A falta de atendimento das reivindicações acima tome V. Ex<sup>a</sup> — o documento é dirigido ao Governador — este expediente, como formal manifestação de nossa renúncia às permissões.

Encareceremos a V. Ex<sup>a</sup> imediata definição, pois vimo-nos na contingência de vender as frotas para saldar as nossas dívidas."

Tenho as seguintes considerações a fazer a respeito. Apesar de não defender a estatização, não tenho medo dela.

"O próprio Governo do Distrito Federal, se assim o entender, poderá adquirir os veículos, absorvendo o pessoal necessário à operação das linhas."

Muito bem! Eu gostaria de fazer a seguinte consideração.

Em primeiro lugar, eu que não defendo a estatização, estamos tentando equacionar o problema do transporte em Brasília, através do fortalecimento da TCB e dos subsídios de tudo o que disse aqui, também não tenho medo dela. Acho que o Governo deve procurar nunca fazer esta estatização. Mas no momento que a fizer, obviamente, não será nas condições extremamente vantajosas, propostas nesta carta. Os ônibus que aí estão foram pagos pela população e são dela. A remuneração das passagens levou em consideração o investimento. Este é um problema de ordem legal, e legalmente tem que ser resolvido. Mas é claro que desta maneira cômoda eu gostaria de ver meus bens estatizados.

A segunda questão que eu colocaria é que em nenhum instante, eu sendo do Governo, eu propor a estatização. Mas o Governo tem sempre à mão o recurso legal da intervenção, que, juridicamente, difere da estatização, e daí o porquê da minha discordância, Deputado Augusto Carvalho, é porque a estatização contra os bens, a intervenção apenas assume os bens. Eu sou pela segunda, obviamente, no último caso. Porque acho que o ideal é que consigamos chegar a um acordo com os empresários, dentro dos parâmetros mostrados pela auditoria, que possibilite a eles que têm demonstrado na vida brasileira maior capacidade de administrar as empresas do que a admi-

nistração pública, e que eles possam, dentro dos valores levantados pela auditoria, cumprir os seus compromissos e, inclusive, renovar as suas frotas, conseguir condições melhores de manutenção este é o que desejo. Este é que o Governo do Distrito Federal deseja, e incansavelmente vai lutar para conseguir essa meta. É claro que nesta carta existe uma colocação e nós nos reservamos o direito de guardar esta carta para fazer uso dela no momento em que a situação assim o exigir.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Como Presidente da Comissão do Distrito Federal, aflitivamente, como brasileiro, sem a presença dos prezados colegas Senadores e todos aqui, eu gostaria de colocar esta Comissão do Distrito Federal para intermediar esse impasse o que acha o empresário?

O SR. — Dizem que roupa suja se lava em casa.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Mas é claro, estamos aqui para isso.

O SR. WAGNER CANHEDO — Mas isso eu acho que é uma roupa suja nossa e não deveria nem ter trazido aqui para esta Comissão. Mas já que foi lido o último parágrafo da carta, o sr. vai me dar licença, sou Presidente da Comissão também, eu gostaria de lê-la toda e explicar os detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Pois não.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA

"27 de abril de 1987

Sr. Governador, retornamos à presença de V. Ex<sup>a</sup> para reiterar os termos de nossos expedientes anteriores, datados de 10 e 15 do corrente mês, nos quais fazemos considerações sobre a catastrófica situação das empresas e nos referimos aos valores de custo/quilômetro; que são necessários à continuidade do serviço ora prestado.

Consideramos que a partir de 1º de março próximo passado deveria ter sido fixado para as empresas os custos de 14,40 — 14,15 e de 13,90, respectivamente para a Viação Alvorada, a Viação Pioneira e VIPLAN. Entretanto, os valores atribuídos ficariam muito aquém da nossa solicitação e fora da realidade que vinha cobrir despesas dispendidas pelas empresas. Após 1º de março foram realinhados, com velocidade nunca antes imaginada e ocorrida, diversos preços de componentes, que contribuíram sobremaneira para defazer ainda mais os custos já insuficientes, e que hoje atingem valores de 18,58 — 18,69 e 18,30 na mesma ordem do parágrafo anterior, e já considerado o reflexo do gatilho salarial, um percentual de 20%, a partir de 1º de março próximo, porque somos obrigados a dar esse gatilho a partir de 1º de maio.

Não há como, numa situação como esta, as empresas proverem mais despesas inerentes à oferta do serviço, sem reajuste de preços, de passagens e sem os custos/quilômetros que faz jus, levando-se em conta também que esgotaram todas as possibilidades de alcançar créditos no mercado financeiro, não podendo mais submeter-se a taxas exorbitantes, que não têm como pagar. É por esta razão que sugere e pleiteia a V. Ex<sup>a</sup> as seguintes medidas saneadoras."

Quando falamos em valores a partir de 1º de março, Secretário, é porque achamos que aqueles valores que foram decretados pelo Exm<sup>o</sup> Sr. Governador e que achamos que ele foi assessorado pelo Sr. e diga-se de passagem, muito mal assessorado, porque os valores não correspondem à realidade. E o Sr., sabia que com aqueles valores nos levariam à uma situação financeira insustentável. E nós alertamos o senhor. Tentamos sensibilizá-lo por várias vezes e não conseguimos. Lamentavelmente, essa situação foi chegada a esse documento em virtude da falta de sensibilidade do Secretário José Roberto Arruda, em nos ouvir e acreditar na realidade que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Esta carta já foi ou será publicada, Sr. Secretário? Porque se publicada esta carta vai ter uma grande repercussão nacional.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Recebi a carta. O Governador do Distrito Federal disse do teor desta carta aos Srs. Parlamentares com quem esteve hoje, e eu estava junto, e não vejo porque desta carta deva-se fazer segredo.

Apenas faria três considerações sobre as palavras do Sr. Wagner Canhedo, a quem respeito muito.

Em primeiro lugar, sobre a má assessoria e a falta de sensibilidade é um comentário que vou tirar do meu currículo e colocá-lo na minha declaração de bens, que é pública.

Em segundo lugar, sobre a roupa suja, eu gostaria de dizer ao Senhor que acho que esta é a lavanderia adequada para resolver os problemas do transporte de Brasília. Eles não podem mais ser resolvidos a portas fechadas, em salas de ar condicionado, distorcidas as decisões pelo ventinho deste ar condicionado, por homens de gravata que nunca andaram de ônibus. (Palmas.)

E, em terceiro e último lugar, eu desejava dizer, que esse documento, pela seriedade dos dados que nele contém, está sendo analisado com a maior seriedade pelo Governo do Distrito Federal. E dentro das nossas poucas possibilidades, dessa má assessoria, enquanto ela for exercida, levaremos ao Governador do Distrito Federal, com a nossa pouca sensibilidade, todas as formas possíveis e imagináveis de resolver o problema, porque não queremos conflitos, queremos soluções para o transporte de Brasília. O documento está sendo analisado com a maior seriedade, e como sou um otimista, como todo mineiro, honestamente, acredito, tenho fé, como nós todos, como brasileiros, que queremos melhorar a vida deste País, vamos, numa mesa de negociação, chegar a um acordo e dar soluções para melhorarmos o transporte de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Aquilo que diz respeito à Comissão do Distrito Federal, iremos gestonar, fazer todo o possível, até, se necessário, entrar pelo Senado e Câmara dos Deputados adentro, contanto que encontremos, como intermediação, uma maneira de se chegar a bom termo. V. Ex<sup>a</sup> não acha?

A SRA. DEPUTADA MARIA DE LOURDES ABA-DIA — Eu gostaria de parabenizar esta Comissão. É o segundo debate que V. Ex<sup>a</sup> já proporcionou como Presidente da Comissão do Distrito Federal. E como o colega Augusto Carvalho disse, enquanto não se concretiza a representação política

em Brasília, em todos os níveis, estamos encontrando, nesta Comissão, aquilo que todos gostaríamos de ter há muito tempo, que é justamente, discutir, debruçar sobre os problemas da nossa Brasília para resolvê-los. Sempre tenho colocado nos meus pronunciamentos e mais uma vez eu constato, analisando agora, vendo as colocações do nosso Secretário, dos empresários, dos usuários, dos sindicatos, que todos têm o seu lado. Nós não podemos consolidar a democracia que buscamos senão através da negociação, do diálogo e da conquista. Aliás, nunca participei de uma reunião em que se colocasse as coisas tão claras; o lado, por exemplo, dos trabalhadores do Sindicato dos Motoristas, dos empresários, do próprio Governo e dos usuários. Um dia desses, uma senhora me procurou dizendo que estava com as pernas doendo porque ela perdeu o lugar do pé no ônibus. Eu não havia entendido. Ela disse que o ônibus estava tão cheio, que ela levantou o pé e depois não achou mais o lugar para o pé. Parece brincadeira, mas nessas horas de pique a gente sabe que não é brincadeira.

Quando analisamos e acho que todos nós estamos vendo os problemas que estamos enfrentando com a educação, com a saúde, com o transporte, com a habitação, com a segurança principalmente, o emprego e salário, são os seis maiores problemas do nosso País.

Reafirmo, mais uma vez, que estamos precisando de uma definição política do nosso País, para dizer ao povo brasileiro a quem servir. Vejo a falta de uma política definida e essa angústia de todos os segmentos da sociedade, porque hoje, se fizermos uma reflexão, o empresário não está satisfeito, o trabalhador muito menos e o Governo está perdido. Mais uma vez eu levanto a grande necessidade do Governo definir a sua política social e realmente ter coragem de colocar o dedo na chaga social que enfrentamos.

Deixo aqui os meus parabéns pela iniciativa desta Casa de acolher o Distrito Federal e mais uma vez reafirmo, como instrumento que sou, no sentido de ter sido eleita por Brasília, e como o colega Augusto disse, acho que 46 mil votos não representam pouco coisa e eu tenho esse compromisso de luta, de responsabilidade na solução dos problemas, colocando-me como instrumento para irmos onde tivermos que ir, para buscarmos as soluções, principalmente para as comunidades mais carentes. Sabemos que a grande chaga social é, vergonhosamente, que o Brasil paga hoje o menor salário mínimo da América Latina. É isso tem um preço. Acho que é esse preço vergonhoso que estamos passando, de que o povo brasileiro não está vivendo bem.

Muito obrigado a todos e a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente Meira Filho, os meus cumprimentos pelo brilhante desempenho como Presidente da Comissão do Distrito Federal. Peço desculpas, porque também tenho uma outra reunião da minha Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Com a palavra o nobre Deputado Francisco Carneiro.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO — Lendo-se o orçamento da União, vemos que grandes volumes dos impostos arrecadados, dos impostos que deveriam voltar à sociedade sob a forma de educação, de saúde, de habitação, de assistência ao menor e às populações carentes, o governo desvia para manter suas empresas que isso é uma lepra

nacional. A começar pelo Distrito Federal, que conheço muito bem. A Terracap gasta 65% de custo operacional para vender um terreno. Se ela botasse à concorrência ela ia encontrar um preço de 6% e as empresas que vencessem essa concorrência ainda iriam ganhar muito dinheiro, porque eu pago, para vender os meus imóveis, aqui e no Rio, 6% às grandes empresas lançadoras. E a Terracap, que hoje o Governador já assimilou a minha linguagem chamando de engole terra, consome 65%. Então, meu prezado colega, é uma lepra nacional o estado empresário que nós vivemos.

O SR. AUGUSTO CARVALHO — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. FRANCISCO CARNEIRO — Pois não.

O SR. AUGUSTO CARVALHO — Quando eu me refiro à estatização do transporte coletivo, como a defesa do patrimônio brasileiro, considerando-se não as empresas ou os órgãos que muitas vezes disputam um mesmo espaço, uma mesma fatia da atividade para a qual foi criado, eu me refiro àqueles que são fruto do empreguismo praticado em vésperas de eleições principalmente, pelos governos estaduais; estamos vendo aí demissões de 5 mil, de 10 mil contratados ilegalmente por governadores em fim de festa. Eu não me refiro a isso. Refiro-me, por exemplo, à saúde de uma TCB que tem, sob pena de alguém estar mentindo, mas foi declarado aqui que a empresa não deve um tostão. Então, demonstrou sua eficiência, demonstrou sua eficácia.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO — Mande examinar quanto ela já comeu do bolso do Governo nos últimos 10 anos.

Considero a inteligência vibrante do nosso Secretário, mas quero dizer a ele que é muito fácil a gente dizer intervenção nas empresas rodoviárias, porque essa intervenção vai ser feita com o bolso do povo. Deixamos de pagar, está aí uma greve de 27 dias da educação, deixamos de pagar. Mas veja quanto a CAESB consome, por ano, do Governo. Está lá no orçamento dela. O estado empresário do Brasil é uma falência generalizada. Compreendendo isso eu entrei, na semana passada, com um projeto, encaminhado à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, constituído de dois artigos.

1º Constitui crime de responsabilidade civil e penal para o Presidente da República, quando ele retirar dinheiro dos impostos do povo para manter empresas que nada têm a ver com as finalidades sociais do País;

2º Que as empresas estatais que não tiverem condições de se manterem por si só, quer reduzindo seus gastos, quer aumentando sua receita, passem suas atividades às atividades privadas e nunca sejam suportadas com dinheiro arrecadado do povo.

Repito: que se destine socialmente à educação, à saúde, à moradia, enfim, aos bens sociais. Gente, vamos sentar o pé no chão. O Estado empresário não é só brasileiro, não. É mundial. O Governo não pode, não tem condições de manter empresas com recursos do povo. Era para isso que eu queria chamar a atenção e pedir ao colega, companheiro, meu amigo, Dr. José Roberto Arruda, o mesmo que falei ao governador hoje — ver com muito cuidado o problema das empresas

de transportes de Brasília. Não tenho nada a ver com essas empresas. Não recebi delas para minha campanha um só centavo. Aqui está o presidente do PMDB. Quando me disseram que eu era sustentado por empresas, que a minha campanha era patrocinada por empresas, eu disse para ele: o dinheiro que vier para mim, eu vou lhe remeter. E como uma empresa, não as que estão aqui, me mandou duzentos mil cruzados, eu encaminhei para despesa do partido, porque não aceitei nenhuma delas. Então, posso falar de peito erguido. Estado empresário é um fracasso, pode examinar, veja bem a leitura do orçamento nacional, e veja quando se dizia para se sustentar empresas, que são verdadeiras necroses dentro do Estado ou da Nação.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Rapidamente, para dizer ao nobre Constituinte Carneiro, a quem eu aprendi a admirar na sua longa vida pública, que sempre foi pública em Brasília, apesar de ser o seu primeiro mandato, sempre foi um homem público, empresário bem-sucedido, homem que começou com Brasília e construiu toda a sua atividade empresarial, sempre com uma profunda atividade social, que ele me deu uma grande oportunidade de corrigir qualquer distorção do que eu tenha dito. Sou contra a intervenção. Apenas, quero dizer, se num determinado instante da vida brasileira ela for inevitável, é claro que num serviço público, tão essencial para a população, não vamos obviamente permitir que os ônibus sejam vendidos para saldar dívidas, eles continuarão rodando, em qualquer hipótese, servindo ao povo de Brasília. Mas sou totalmente contra ela, e acho que poderemos, inclusive com a sua orientação, o seu aconselhamento, como tem acontecido, ao longo deste período e com tremendo otimismo, com a colaboração dos empresários que fatalmente são homens que também têm grande responsabilidade social, e saberão sentar-se à mesa, inclusive, com algum período de sacrifício em prol da população, com o grande discernimento político de quem governa esta Capital, nós fatalmente chegaremos a um acordo, eu acredito neste acordo, tenho profunda convicção neste acordo, e continuaremos, se Deus quiser, a operar o sistema de transporte de Brasília. Apenas não posso aceitar, nem em tese, uma manifestação que seja contrária aos interesses da população.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO — Eu só lhe peço um aparte, rápido. Quando o prezado Secretário anuncia a possibilidade da intervenção, quem já está com um calo de dívida de 6 milhões, porque está tudo muito bem dito, nunca se teve tanta coisa clarificada como na atual secretaria, então, também nunca se teve tanta coisa tão clarificada como os que ele estão pagando nos bancos. Então, quando o homem está pagando 6 milhões por mês, e recebe a possibilidade de uma intervenção, aí ele se apavora, porque numa intervenção ele pouco poderia pagar os seus débitos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Mas, Deputado, eu nunca lembrei disto, nem nos meus sonhos, nem nos meus pesadelos mais delirantes isto passou pela minha cabeça, o senhor não sabe o susto quando recebi esta proposta dele, e por carta.

O SR. — Quando o Deputado Francisco coloca que seria a responsabilidade do Governo de gastar os impostos do serviço público, aí há uma contradição, porque é muito pior, e eu gostaria de saber a resposta dele, pior ainda que a contradição que ele diz aí, é tirar impostos, tirar o dinheiro de impostos do Governo para poder manter o subsídio, que é exemplo o transporte coletivo do Distrito Federal, para manter o lucro de empresas privadas. O Governo tira da população, desvia o dinheiro público, e remete ao subsídio. Qual a posição dele em relação a isto?

O SR. FRANCISCO CARNEIRO — Este subsídio não é para a empresa. É para o passageiro. O passageiro teria que pagar normalmente, digamos, 10 cruzados, ou 8 cruzados, vai pagar 4 cruzados, e o Governo vai pagar os outros. O subsídio foi feito assim.

O SR. WAGNER CANHEDO — Exatamente, o subsídio é para o passageiro, e não para a empresa. Quem está ganhando com isto é o passageiro, e não a empresa. Quando o Dr. José Roberto Arruda coloca que a nossa proposta em vender os ônibus, ou vender os ônibus para o próprio GDF, que não concorda que os ônibus são para a população, Dr. José Roberto Arruda, o senhor deveria ter se sensibilizado, quando nós mandamos também o nosso balanço do último semestre, fechando com um prejuízo de 27 milhões de cruzados, e nós notamos que não houve sensibilidade nenhuma por parte do Governo. E por isso, e por esses prejuízos causados por falta de custos, capazes de cobrir a nossa despesa, é que nós temos hoje este volume de juros que não estamos agüentando pagar. Daí a razão desta colocação para o Exmº Sr. Governador.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Estou sensível à colocação das empresas, acho que o Governo está sensível. Vamos discutir isto muito seriamente, como temos discutido os assuntos. Confio que chegaremos a bom entendimento. Agora, em instante nenhum examino sequer a hipótese que não seja a de operar o sistema como vimos operando. Agora, quando colocado, tenho que fazer as correções de ordem legal, como são naturais que sejam feitas. Estou sensível às suas colocações, às provas que o senhor tem, do desempenho das empresas, vamos discutir isto abertamente, e junto com a população, está aqui o relatório da auditoria das empresas, é este pacote aqui, para que todos possam folhear, examinar, discutir, está tudo aberto, está tudo livre, vamos discutir isso, e vamos chegar, se Deus quiser, a um entendimento. Afinal de contas, nosso objetivo é comum, que é dar um bom transporte a Brasília.

O SR. PEDRO CELSO — Eu gostaria de pedir à Mesa um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Pois não.

O SR. PEDRO CELSO — Está se falando aqui em encontrar solução, mas eu gostaria de repetir o que já disse, que no último encontro que tivemos com o Sr. Secretário de Serviço Público, praticamente nós estivemos às portas fechadas, para a negociação, porque, pelo que entendi, está havendo, por parte do Governo, uma recusa em discutir conosco a nossa reivindicação salarial. Para nós isto é grave, e também em relação à

TCB, o deputado colocou que milhões e milhões de cruzados foram colocados lá pelo Governo, convém lembrar, certo, que há alguns anos as melhores linhas da TCB foram, pura e simplesmente, repassadas às empresas particulares, sem conhecimento da população, e isto está do mesmo tamanho, e nunca foi levado a efeito a solução desse problema.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Eu gostaria de responder, e de colocar ao meu caro Pedro Celso, que, em primeiro lugar, as portas da Secretaria de Serviço Público do Governo do Distrito Federal estão permanentemente abertas a ele, ao diálogo, ao entendimento. A posição do Governo, neste momento, é conversar com os rodoviários em acordo, o que prevê a lei, ou seja, com o acordo que foi assinado apenas há 50 dias com as categorias, e que prevê o gatilho em 1º de maio. Em segundo lugar, quanto ao problema de linhas, o Pedro Celso tem razão, acho que o Governo não poderia tolerar mais empresários, quaisquer que fossem, donos de linhas. Daí por que implantamos o caixa-único, mudamos o regulamento e, a partir de agora, o empresário não é dono de linha, ele pega o seu ônibus e executa uma linha que o Governo mandar. Ele é dono da frota, portanto, as explorações hoje não são mais por linhas, situação que resolve, para o futuro, os problemas colocados pelo Pedro Celso.

O SR. MARIANO — Sr. Presidente, um minuto. Eu queria uma generosidade de V. Exª, usar apenas um minuto. Sou usuário de transporte coletivo, há 17 anos, nesta cidade, e estou aqui, porque li no **Correio Braziliense**, este debate, que considero de fundamental importância. Entretanto, o que eu acabei de assistir, embora eu tenha que render minhas homenagens à Comissão e à iniciativa de V. Exª, é que o usuário não teve oportunidade, até agora, durante o transcorrer deste debate...

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Está tendo.

O SR. MARIANO — ... neste País, ser ouvido por último, ou muitas vezes sequer não ser ouvido. Eu queria apenas fazer uma colocação, rápida, que fica para o empresariado do transporte coletivo, tanto quanto para S. Exª o Sr. Secretário de Serviços Públicos, responder. Dizia, aqui, alguém, não sei se empresário ou outro debatedor, que o subsídio era para o passageiro, quando nós sabemos que o Governo nada gera de recurso, ele tira desse próprio passageiro como contribuinte. Então, nós estamos pagando duas vezes. Na verdade, nós não estamos pagando 4 cruzados pela passagem, nós estamos pagando 24 cruzados. Muito obrigado, eu gostaria da resposta.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Esta colocação do passageiro é brilhante sob dois aspectos, pelo primeiro aspecto, porque este debate efetivamente não se completaria se aquele que anda de ônibus não estivesse aqui comparado com a sua mensagem. Em segundo lugar, prezado amigo Mariano, permita-me dizer o seguinte: Você tem toda a razão, o imposto é pago pelo povo, e está vindo pelo povo, a justiça social está no seguinte: de onde vem este dinheiro? Vem do IPVA, a antiga Taxa Rodoviária Urbana, quem paga TRU é quem tem carro, nós estamos tirando

é de quem tem carro, para subsidiar a passagem de quem anda de ônibus.

O SR. — Dividindo salários.

O SR. MARIANO — Senador, eu gostaria de fazer aqui dois pedidos. O primeiro, através da Comissão presidida por V. Exª fosse encaminhado expediente a Sua Exelência o Senhor Presidente da República para que fosse tomado obrigatório o vale transporte em todo o Território Nacional. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — A sua pretensão será executada.

O SR. WAGNER CANHEDO — O trabalhador, hoje, realmente não suporta mais e não suportará para o futuro os valores tarifários. E, a segunda, Sr. Senador Meira Filho, é fazer um convite a todos os Senadores e a todos os Deputados, especialmente para o Deputado Augusto de Carvalho, para que conhecessem as nossas empresas e vissem a forma em que nós operamos para poder sobreviver e conhecessem de perto os nossos problemas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — V. Exª aceitou o convite?

O SR. AUGUSTO DE CARVALHO — Aceito o convite dos trabalhadores rodoviários para o dia 07, como aceito o convite do empresário. Agora, eu gostaria de registrar aqui, Sr. Presidente, nesse espírito de pluralismo nas idéias, que V. Exª tem presidido no encaminhamento das reuniões, foi feito uma declaração de fé do nosso amigo Francisco Carneiro, na sua confiança na iniciativa privada, como eu gostaria de registrar, como comunista confesso, a minha convicção de que ao Estado cabe o zelo pelos interesses da maioria do povo, e nós não admitimos, de maneira alguma, que quando, por exemplo, na época do congelamento, latifundiários escondessem o boi não tivesse decisão de Governo para confiscar essa boiada e botasse na mesa do povo que não tivesse por exemplo aqui em Brasília uma SAB de tal maneira estruturada que pudesse eliminar a tentativa de sabotagem, câmbio negro, da sonegação que veio a transtornar o Plano Cruzado II que foi a maldição do nosso povo. Então, eu acredito num Estado planejado que controle a anarquia da produção na ordem capitalista, mas não é de maneira alguma a criação de empregos de órgãos fantasmas, muitas vezes para abrigar interesses partidários, eleitores, principalmente em fim de festa de governos. Nós defendemos que a saúde, foi bem lembrado pelo companheiro Francisco Carneiro, a saúde, a educação, e nós achamos também que o transporte é um bem social, é uma concessão do Estado. Quando aquilo se volta contra os interesses do povo, o Governo tem que repensar essa situação. Por isso que achamos que é muito importante esse tipo de debate, principalmente quando a própria comunidade é afetada numa plataforma, numa expectativa de situação que é absolutamente insustentável na visão dos empresários, na visão dos trabalhadores e na visão também do próprio Governo. Isso que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Nós temos aqui um rapaz que desde o começo está querendo falar. Por favor.

O SR. CÍCERO — Presidente da recém-criada Associação dos Usuários e que está em constante

luta na defesa dos direitos desses usuários. Então, a gente expõe aqui, que durante todos esses anos, os usuários foram os mais sacrificados, porque a demanda usária cresceu assustadoramente enquanto não houve preocupação por parte do Governo e das empresas no aumento da frota. (Palmas.)

Gostaria de enfatizar que o primeiro problema se refere aos salários, todos nós aqui estamos reivindicando, a atual situação de greve é por reivindicações salariais e o usuário não pode pagar um transporte caro, sendo que ele vive de um salário mínimo de 1.368 cruzados, o que é uma vergonha para este País, pois não dá nem para suprir as necessidades básicas como saúde, transporte, alimentação e habitação, somente um salário de 5.565, que foi a estipulação do DIEESE, seria capaz de suprir essas necessidades.

Nós colocamos uma questão que foi discutida, a questão especial do DF, as periferias, mais uma vez o usuário é sacrificado, ele tem que pagar a passagem cara, tem que gastar de duas a três horas por dia em ônibus superlotados. E essa culpa está no GDF que o discrimina, jogando-o para as periferias. É um ponto que se deve pensar. O usuário tem pago, ultimamente, nos horários de pique, ônibus especiais que rodam, pois vêm deixar o pessoal no Plano Piloto e voltam vazios para pegar mais gente para trazer de volta, porque não há uma frota de ônibus suficiente. É uma questão que a gente coloca.

Fazemos aqui algumas sugestões, sugerimos que esse iminente aumento, que será divulgado no dia 1º, não seja superior ao percentual da taxa determinada pelo salário mínimo, que o percentual do salário mínimo seja no máximo o percentual das tarifas, a fim de que o usuário não receba um novo aumento que chegue a 100%, como foi no dia 28 de fevereiro, um aumento de 6% nas tarifas. Exigimos do GDF a inclusão da Associação do Conselho do Transporte Público. Por quê? Esse conselho é representado por empresários, Governo e mais dois membros que não são da Associação e que dizem ser da comunidade, que não é suficiente para se delimitar nada, dois representantes não superam os outros seis representantes. A Associação solicita, também, inclusive da Mesa, do Sr. Presidente da Comissão, que as empresas e GDF indenizem o usuário quando este for vítima no transporte coletivo, a fim de que as empresas e o Governo se preocupem um pouco mais com a segurança, para que os ônibus tenham mais condição de rodar, porque o usuário está constantemente sendo vítima de acidentes e não há nenhuma indenização por parte do Governo neste sentido.

E, por último, eu gostaria de colocar a sugestão de se estudar que o Governo dê possibilidade de se investir no ônibus a gás natural, como foi colocada a sugestão da usina de lixo, com algumas sugestões de transportes que possam baratear essas tarifas e que possam também servir melhor à população.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** — Sr. Cícero, eu gostaria de cumprimentá-lo pelas suas palavras. Você realmente tem exercido uma boa liderança entre os usuários do sistema de transportes; concordo com todas as suas colocações, não vou comentar todas pelo adiantado da hora, mas já temos oito ônibus a gás rodando experimental-

mente; a idéia é muito boa. Quanto à participação do Conselho, os dois representantes, são legítimos representantes da sociedade, como na próxima renovação do Conselho você poderá vir a ser um deles; concordo que temos que repensar o espaço urbano de Brasília, e este Governo está fazendo isso. Porque da forma como está colocado a densidade demográfica do Distrito Federal prejudica os mais pobres e tem um sentido tremendamente anti-social; daí por que o Plano Lúcio Costa e outras medidas que este Governo está tomando, inclusive com o adensamento dos lixos que ligam as cidades-satélites ao Plano Piloto. Quero cumprimentá-lo e convidá-lo a conversar mais e, quem sabe, juntos, há um ponto de consenso nesta Mesa. O Sr. Wagner, em nome dos empresários, aplaudiu, você colocou, o Governo está de acordo, a Comissão do Distrito Federal aplaudiu, vamos fazer uma grande campanha pelo vale-transporte obrigatório, tal como ele foi proposto pelo Executivo; se todos os trabalhadores de baixa renda tivessem o vale-transporte não estaríamos aqui discutindo o preço das passagens, porque o empresário pagaria a diferença e teria desconto no Imposto de Renda. E aí nós teríamos condições de melhorar o transporte. Eu acho que vamos juntar forças neste ponto que é a nossa união.

**O SR. PRESIDENTE (Meira Filho)** — E Sobradinho, o que diz Sobradinho?

**O SR.** — Sr. Presidente, eu quero parabenizar V. Exª por este debate. Queria dizer que, na semana passada, eu assisti uma reunião com alguns Constituintes, e fiquei decepcionado, infelizmente são parlamentares que não estão presentes aqui hoje.

Vou dizer por quê. Disseram eles, como já foi dito, que este fórum é um fórum muito próprio para substituir uma Assembléia Legislativa. Aqueles Deputados disseram que dentro do plenário, dentro da Câmara dos Deputados, dentro do Congresso Nacional, dentro da Constituinte eles não têm poderes. Eles não têm poderes para discutir e debater os problemas de uma Assembléia Nacional Constituinte, de uma eleição de Governador no Distrito Federal. Isso nós não concordamos. Sobradinho se congratula com V. Exª, com os Constituintes que estão aqui presentes, e protesta no sentido de que enquanto nós não tivermos uma Assembléia Legislativa, enquanto nós não tivermos uma eleição de Prefeito, no Distrito Federal, uma eleição de Vereadores no Distrito Federal, enquanto esses Constituintes continuarem dizendo que não têm força para lutar dentro do Congresso Nacional, nós estaremos perdidos. Porque esta Casa é muito pequena para discutir os problemas do Distrito Federal. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Meira Filho)** — Qual a pergunta que o senhor queria fazer?

**O SR.** Eu sou de uma zona rural do Distrito Federal. Ponte Alta do Gama, hoje eu recebi uma acusação no Gama a qual eu trago para o Secretário de Serviços Públicos: os ônibus que não estão em condições de rodarem saem da rodoviária assim mesmo, rodam algum trecho, um pequeno trecho...

**O SR. PRESIDENTE (Meira Filho)** — Os empregados estão aí!

**O SR.** — Certo. Por isso mesmo!... quebram, aí, então, vem outro ônibus para recolher aqueles passageiros e a empresa recebe do caixa-único o percurso total daquele ônibus que quebrou, gostaríamos de ver isso esclarecido.

Nós temos na zona rural uma linha de ônibus, há em várias zonas rurais do Distrito Federal. Na nossa nós contamos com uma linha de ônibus. Agora vou em defesa até do empresário. A empresa procura colocar os ônibus sempre nos horários certos e tal, aquela coisa toda, porém, a nossa administração regional não dá estradas em condições para que esses ônibus circulem. E por muito que a gente lute, por muito que a gente pejele, não há solução para o problema. Inclusive a empresa do Sr. Wagner, a VIPLAN, que faz nossa linha, já teve o problema de duas batidas, por duas vezes os dois ônibus que fazem a linha bateu um de encontro ao outro, devido a problemas na estrada. Já solicitamos à Secretaria de Serviço Público que intervisse nesse caso. E gostaríamos que a administração regional local tomasse uma providência nesse sentido.

**O SR. WAGNER CANHEDO** — O problema das estradas realmente é grave e nós estamos tentando interferir.

**O SR.** — Eu gostaria também de fazer uma outra colocação, se me permite. Na questão do vale-transporte, sou a favor do vale-transporte. Parabéns ao Governo do Distrito Federal pela a questão do vale-transporte. Agora, temos que nos lembrar que uma boa parte dos nossos trabalhadores do Distrito Federal são autônomos, nem todos eles contam com o vale-transporte.

**O SR. WAGNER CANHEDO** — Bem, no que diz respeito a estradas, estamos tomando providências. No que diz respeito a ônibus estragados eu queria dizer ao Sr. o seguinte: esta é uma boa hora de fazer uma proposta pública ao Sindicato dos Rodoviários e podemos discutir nos próximos dias, democraticamente. O Sindicato dos Rodoviários pretende fazer uma campanha a respeito do ônibus estragado. Primeira resposta: o ônibus que estraga no caminho não ganha a viagem. Isso é definitivo. Segundo, eu proponho o seguinte: o Departamento de Transportes Urbanos tem uma equipe de técnicos que está fazendo a inspeção. Faltam, muitas vezes, mecânicos, faltam pessoas muitas vezes adequadas. Vamos fazer um mutirão junto com o Sindicato dos Rodoviários e junto com as empresas para, aleatoriamente — eu não diria a partir do dia 7, mas desde agora —, vermos quais são esses ônibus e ordenadamente exigir o conserto. Obviamente que o próprio motorista fazer isso sem a fiscalização seria uma indisciplina, obviamente que teria que ser punido de acordo com a legislação vigente.

**O SR.** — De forma alguma. Ele é o responsável pelo veículo. Ele é quem sabe se o carro tem freio, se não tem. É ele o responsável pelo veículo.

**O SR. WAGNER CANHEDO** — Nós temos um poder concedente, um poder fiscalizador que está a disposição para unirmos esforços e termos os mesmos objetivos. Só que proponho que isso seja feito dentro da lei.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Concedo a palavra ao Dr. Chico, do Sindicato dos Motoristas Profissionais.

O Sr. — Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Srs. Constituintes, Srs. Empresários, Líderes Sindicais, companheiro Celso:

Sr. Presidente, não consta da pauta, mas eu gostaria de lembrar que ficasse para discussão posterior a inclusão dos transportes autônomos, a questão dos carreteiros autônomos e, também, dos taxistas que fazem parte do transporte do Distrito Federal e do Brasil. Nós precisamos, e se a Mesa aprovar, levar avante essa discussão, por que sabemos que o problema de transporte no País é muito sério. E deixamos de mexer talvez com áreas também que hoje padecem males piores talvez do que o transporte de coletivos, que é o transporte de carga, o carreteiro autônomo, o caminhoneiro que transporta as riquezas deste País.

Nós gostaríamos, nós que representamos esta parte do transporte, que fosse, através da Comissão do Distrito Federal, discutindo normas e providências no sentido de aprimorar, melhorar ou de levar condições não só para os usuários do transporte coletivo como a melhoria do salário dos trabalhadores desse transporte. Porque a sua eficácia só será possível com os trabalhadores recebendo salários dignos. Que eles possam garantir a cesta básica de suas famílias. E que V. Exª inclua, em discussões posteriores, a questão também dessa área do transporte. Era só isso que eu teria a recomendar.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — O Senhor, pode falar.

O SR. — Sr. Presidente, demais Deputados aqui presentes, líderes comunitários aqui presentes, srs. sindicalistas:

Eu gostaria de formular a seguinte pergunta: srs. empresários, vocês acham que é necessário o aumento das passagens. Tudo bem, concordamos que seja. Vocês já pensaram na possibilidade desses infelizes e cansados trabalhadores que vivem sofrendo porque o salário achatado — essas são as pessoas de baixa renda — já não digo os companheiros rodoviários que ganham esses salários miseráveis de mil, trezentos e sessenta e oito cruzados, pagar mais esse aumento de passagens, com a vida difícil que está, com o custo de vida que estamos levando e, na situação que eles estão, será que vocês terão esses usuários daqui uns dois meses ou três, para continuar nessa coletividade, para ajudar a empresa? Vocês já pensaram nessa possibilidade?

Outra coisa que eu gostaria de perguntar aos srs. empresários. O senhor falou que não quer mais empresas no Distrito Federal. Eu discordo do senhor, porque sou Presidente da Associação dos Moradores de Ceilândia Norte, que representa 240 mil pessoas naquela área. E se o sr. quiser ir lá na nossa região, verá que nós temos lá, de 15 em 15 dias, 2 mil pessoas. Dia 10, agora, Dia das Mães, nós vamos ter lá cerca de 3 mil pessoas na Escola Classe 26, onde vai estar presente o sr. administrador para nós reivindicarmos aquilo que nos é de direito. Então eu gostaria de perguntar ao sr. o seguinte: tendo uma empresa só em determinada linha, o que vai ocorrer? Ela vai trabalhar com péssimo trabalho, vai sacri-

ficar o próprio usuário, porque não tem outra empresa para prestar um serviço melhor. Então, esta comunidade discorda porque tem que haver pelo menos, em cada linha, duas a três empresas, porque cada uma delas vai ter que trabalhar melhor para se manter na linha e não ficar a pouca-vergonha do transporte que nós temos aqui no Distrito Federal, porque o Governo também não dá conta de corrigir por causa do salário, pois o Governo não tem a verba suficiente para colocar fiscais para poder corrigir a pouca-vergonha, o lixo, a imundície em que se pega um ônibus na parte da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Agora você deixa ele responder, não é?

O SR. — Certo. Então eu gostaria que o Sr. me respondesse.

O SR. WAGNER CANHEDO — Pois não.

Com relação a sua primeira pergunta, que foi com relação ao valor da tarifa. Nós sentimos profundamente ter que pedir aumento de tarifa. Nós gostaríamos que o congelamento tivesse vigorado para sempre e que nós nunca precisássemos de um aumento de tarifa, porque sabemos da dificuldade do trabalhador, com esse salário praticamente disforme, que é o salário mínimo. Mas nós pediríamos uma reflexão de todos os usuários porque de um lado estão as empresas sem condições de trabalhar, de outro lado está o Governo sem condições de poder aumentar o subsídio das passagens, e de outro lado está a população. O que nós pedimos é, realmente, um sacrifício para poder ter continuidade no serviço, por que o serviço de transporte coletivo não pode ser paralisado em nenhuma hipótese, e os custos dele precisam ser pagos. Todos estão sacrificados, a população, o Governo e os empresários.

Com relação à segunda pergunta, se há necessidade de colocar mais empresas, nós nunca fomos contra. Quem determina o número de viagens de cada linha é o próprio Governo, que sabe da necessidade e autoriza mais ou menos ônibus em cada linha. Com relação aos ônibus velhos que quebram e não têm condições de trafegar, estou plenamente de acordo com o Sr. é exatamente a grande questão para a qual nós temos tentado sensibilizar o Governo para nos dar uma participação capaz de poder fazer a renovação de frota adequadamente.

O SR. — Com relação às demais linhas, eu queria dizer que V. Exª falou que o pessoal quer mais ônibus na linha e não mais empresa na linha. Foi quando eu falei que discordo, porque o pessoal quer que tenha mais ônibus, mais empresas na linha e não mais ônibus. Porque tendo mais empresas, cada uma delas vai querer trabalhar melhor para poder se manter na linha.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Como é esse negócio de mais ônibus e menos ônibus?

O SR. WAGNER CANHEDO — Eu acho que as duas coisas, neste momento, são necessárias. Primeiro, precisamos de mais ônibus? Precisamos, porque os nossos ônibus estão superlotados, esta é uma realidade. Segundo, nós temos duas alternativas de colocar mais ônibus, ou com as mesmas empresas ou através de uma concorrência pública por novas empresas. O Governo

já fez a sua opção, é através de concorrência pública para dar, pelo menos, a possibilidade de que entrem novas empresas no sistema. Nós acreditamos na livre concorrência, e justamente por isto é que acreditamos na licitação pública.

O SR. — Queria um aparte, porque foi colocada uma coisa muito importante aqui, e eu acho muito oportuno uma colocação bem rápida. Nós exploramos o transporte em várias cidades do Brasil, e aqui vai uma apelo aos líderes dos moradores de bairros, ao representante da associação do usuário. Nós temos assistido em Brasília o maior índice de vandalismo dentro dos ônibus, uma coisa insuportável, o pessoal tem depredado uma coisa que é para ele mesmo. Acho esse um momento muito oportuno para colocar isso, porque a empresa não está tendo condições de manter o nível de higiene, de limpeza adequada. O usuário, infelizmente, ele risca o ônibus inteiro, o estudante principalmente, que paga meia passagem, ele já é privilegiado, ele quebra o ônibus inteiro. Faço um apelo aqui, e gostaria que ficasse registrado, o vandalismo enorme que temos enfrentado aqui em Brasília, o que é uma coisa lastimável.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Acho que isso só pode ser sanado através de posturas municipais, de leis, porque o brasileiro não quer saber de lei. O brasileiro anda tão indisciplinado que não quer nem obedecer a lei. É preciso que se discipline isso através de posturas municipais. Quando eu era menino obedecia porque estava escrito, não pode fazer isso, e quando desobedecia levava uma surra.

O SR. — Sou da Prefeitura e Comunidade da P-Sul. Gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Secretário: por que a integração só existir para a Ceilândia, em boa parte, e para o total de Brasília? Deixo também uma sugestão aqui, sobre o cumprimento dos horários das empresas: que nós, entidades e usuários, possamos ser os fiscais das empresas, para melhorar e amenizar.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — A primeira colocação é tão importante que não pode deixar de ser comentada, apesar do avançado da hora. Peço desculpas ao Deputado Augusto Carvalho, que já havia colocado a questão da integração.

O problema da integração, basicamente, é o seguinte: imagine que nós tenhamos dez pontos em Taguatinga, com dez passageiros cada um. Se nós pegássemos um ônibus, colocássemos esses dez passageiros e viéssemos ao Plano Piloto, eles andariam 30 km com 10 passageiros cada um, uma viagem antieconômica. Esses números são todos cabalísticos, não são números reais. Se pegamos esses 10 ônibus, com 10 passageiros cada um, andamos apenas 3 km com eles, colocamos no terminal de integração e um ônibus só com 100 passageiros anda os outros 27, é uma questão de economia. Tem um detalhe, poderiam me perguntar: mas se tem integração em Paris, em Londres, em Buenos Aires, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belo Horizonte, por que só aqui é ruim e o pessoal reclama? Por uma razão, porque os terminais de integração daqui são horríveis, e o nome que a população deu de curral está muito bem colocado, é um verdadeiro curral. Como é que o Governo pre-

tende resolver isso? Com dinheiro em obras nos terminais. Já começamos a reforma no Taguanorte, que têm assistido, para dar mais conforto ao usuário.

Segunda colocação, reputo como uma das mais importantes neste evento: você coloca a sua associação à disposição para nos ajudar a fiscalizar. Proposta feita, vamos combinar o **modus faciendi**, foi uma idéia maravilhosa, é a população do Distrito Federal querendo trabalhar para o Governo para ajudar no cumprimento dos horários. Proposta aceita.

O SR. JOÃO ARAÚJO — Eu gostaria de um lembrete ao nosso nobre Constituinte Meira Filho.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Eu tenho que estar no trabalho amanhã, às 6 horas e 30 minutos.

O SR. JOÃO ARAÚJO — Todos nós temos que estar no trabalho às 6 horas e 30 minutos. Mas eu acho que quando estamos para resolver um problema tão sério como este, não devemos estar tão preocupados com a hora de deitar. Porque são tantos os problemas que talvez durante a nossa existência não consigamos resolvê-los.

O SR. — O Secretário disse que se coloca a sua disposição depois do debate.

O SR. JOÃO ARAÚJO — Meu nome é João Araújo.

O SR. — Esse depoimento é importante, eu já o recebi até às 23 horas, posso ser insensível, mas sou trabalhador.

O SR. JOÃO ARAÚJO — Sou Presidente da Associação dos Moradores do Setor O, na Ceilândia. Como sempre, a Ceilândia é discriminada de todas as maneiras, quando nós fomos transferidos em 1961 foi exatamente para se construir mansões, para grandes empresários e para a gente, que dizia preferir o cheiro do cavalo a cheiro de gente. O meu problema, Sr. Secretário, é o seguinte: a integração, quando foi criada, foi discutido que seria para baratear o preço da passagem. Colocou-se a integração somente na cidade de Ceilândia, porque na realidade é só Ceilândia, as outras não existem. Eu pergunto: por que a Ceilândia tem que pagar o mesmo preço da passagem de Planaltina, de Sobradinho, do Gama, quando, na realidade, nós andamos em transportes encurralados? Por que isso? Por que essa discriminação?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — A sua pergunta é muito boa, João, e o que acontece é o seguinte: nós costumamos falar sempre mal de governos anteriores, você me dá oportunidade de falar bem. Realmente se não fosse feita a integração na época, eu não sei exatamente o ano, parece-me que em 1982, essa integração efetivamente foi o que propiciou a passagem não subir mais naquela época. Por que só na Ceilândia? Porque é a única que tinha um sistema especial dos ônibus que permitia a integração. O custo do sistema é visto como um todo. Você, como morador da Ceilândia, está absolutamente correto na sua consideração, mas é a única que permitia isso. O que eu acho que vamos ter que fazer é investir nos terminais, para que eles deem conforto aos passageiros, e efetivamente não faça

com que o passageiro se sinta prisioneiro dentro de um curral. Isso que eu acho que é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Eu gostaria de ouvir, para terminar, o que diariam os empresários. Eu estou naquela de uma expectativa com relação ao transporte de Brasília, porque já se falou: eu tiro, Governador. Não tira não, vamos ficar! Como é que fica então? Como é que nós vamos sair daqui hoje?

O SR. WAGNER CANHEDO — Senador Meira Filho, nós estamos nesta Comissão para fazer um depoimento público, com a presença do Sr. Secretário do Serviço Público, Dr. José Roberto Arruda, e ele sabe que nós estamos dispostos a continuar trabalhando, precisamos continuar trabalhando, neste ou em qualquer outro ramo, mas o que precisamos é ter dignidade para poder chegar no final do mês e pagar nossas contas, como se fôssemos uma empresa qualquer. Isso é necessário para que o sistema de transporte dê continuidade aqui e em qualquer cidade do território nacional.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — A Comissão já se prontificou em fazer gestão até junto ao Senado adentro, através da Câmara dos Deputados, no sentido de que nós cheguemos a nossa realidade de Capital do Brasil, quanto à eficiência do transporte. O que dizia então o nosso Secretário ao terminar esse nosso encontro? Gostaria que saíssemos desta Comissão, não com aquele saber de debate, mas que chegássemos a uma conclusão.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Em primeiro lugar, nesta finalização, quero agradecer a presença de todos, da comunidade, dos rodoviários, dos empresários e dos Parlamentares aqui presentes. Acho que todos colocaram, com muita sinceridade, com muita honestidade, o seu ângulo de visão do problema.

Em segundo lugar, eu gostaria de dizer qual é o nosso compromisso, que estamos no Governo, neste momento. Neste momento, qual é o nosso compromisso com o transporte, qual é o compromisso que o PMDB, inclusive, defendeu em praça pública?

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Não tenho dúvida. Está aqui o Presidente que não nos deixa mentir.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Está aqui o Presidente do PMDB. O nosso compromisso é melhorar a qualidade do transporte, diminuindo o preço relativo da passagem, quer dizer, ter passagem social e fazer justiça social através do subsídio. Defendemos o subsídio, a licitação pública, para entrada de novas empresas no sistema e defendemos que os rodoviários devem conquistar melhores patamares salariais, obviamente, sem exigir que a perda de vinte anos seja conquistada em apenas um dia. E mais: devemos juntar esforços, no sentido de achar soluções, como aquela do Vale-Transporte, que propicia à população um preço de passagem razoável, dentro do seu salário.

Agora, devo dizer, finalmente, que colho o depoimento do Sr. Wagner Canhedo, em nome das empresas de transportes de Brasília, nessa sua declaração final, como seria natural esperar do seu espírito público, de que as empresas de trans-

portes públicos, dentro da declaração que todos ouvimos — coloco isso como ganho do Sr. Presidente da Comissão que conseguiu. Foi S. Ex<sup>a</sup> quem conseguiu isso — a declaração do Sr. Empresário de que pretende continuar trabalhando no sistema de transporte de Brasília e pretende conseguir do Governo do Distrito Federal o limite mínimo de remuneração que permita a operação de sua frota. Tenho certeza de que, dentro desse espírito público de que é preciso, fazendo esforços para que o transporte melhore, de que o que deve ser pago às empresas de transportes é aquilo que for justamente levantado como custo real, mais a remuneração prevista em lei, e que devemos, através do subsídio, manter limites razoáveis nos preços das passagens; devemos através de livre negociação e, conseqüentemente, do debate, conseguirmos melhores salários para a categoria dos rodoviários, tenho certeza, absoluta, de que vamos conseguir, se Deus quiser, melhorar esses transportes.

Agora, quero colocar aqui uma questão. Tudo isto que estamos discutindo é em relação ao sistema de transportes que temos. Mas todos nós — e ao finalizar eu gostaria de dizer isto, Senador — devemos ir para nossas casas, hoje, pensando o seguinte: é preciso mudar mais alguma coisa, para que o transporte do futuro seja melhor do que dispomos. O nosso sistema de transportes não é o ideal. Fizemos um estudo de consultoria, de viabilidade técnica, foram colocados vários sistemas alternativos para o futuro do transporte de Brasília, tais como o metrô de superfície, o sistema de ônibus eletrificados; há uma série de sistemas em estudos. Temos que debater isto abertamente com a sociedade; temos que ver qual aquele que tem viabilidade econômica para sua implantação; temos de continuar pensando na defasagem de horários dos sistemas de trabalho das mais variadas atividades econômicas do Distrito Federal; temos de repensar a densidade demográfica deste quadrilátero, tomando mais justa a vida dos que ganham menos. E com todo esse esforço, criar, enquanto tentamos melhorar o sistema existente, devemos juntar esforços para criar um sistema de transportes que, no futuro, seja melhor que o atual e possa diminuir a diferença entre a qualidade de vida das populações que vivem nas cidades-satélites e daquelas que moram no Plano Piloto.

Senador Meira Filho, de coração, muito obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Comprometemo-nos, esta Presidência e os demais membros desta Comissão que aqui não estiverem presentes, a pedir uma audiência ao Presidente José Sarney, no sentido de que toda a Comissão do Distrito Federal compareça ao Palácio do Planalto para solicitar de Sua Excelência a aplicação obrigatória do vale-transporte. (Palmas.)

O SR. WAGNER CANHEDO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. WAGNER CANHEDO — Sr. Presidente, eu gostaria de conseguir junto ao Sr. Secretário José Roberto Arruda que marcássemos uma reunião, com os rodoviários, para que, na segunda-feira, já pudéssemos discutir as reivindicações da categoria.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Acho que não há problema.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Eu colocaria o seguinte: vivemos num país democrático e não temos que permitir; temos que aplaudir a sua iniciativa. Conversem o mais que puder, a fim de chegar a um acordo. E, por gentileza, comunique-nos esse acordo o quanto antes. Só temos que aplaudir. Este é um país democrático e os senhores não precisam de permissão para conversar; conversem mesmo.

O SR. — Gostaríamos que V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Secretário José Roberto Arruda, participasse dessa reunião.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA — Com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Concedo a palavra ao sr. representante da EBTU.

O SR. ANTONIO RABELO — Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Meira Filho, pela iniciativa. Sou um brasileiro de quase 30 anos de idade. A primeira vez que tenho a oportunidade de participar de um debate desta natureza, com esse nível de abertura e franqueza, tenho certeza de que isso só acrescenta ao desenvolvimento da cidade que, aliás, é uma coisa de que a cidade está precisando.

Em segundo lugar, em nome da EBTU e do nosso Presidente Telmo, queria agradecer a oportunidade que a Comissão nos deu de estarmos presentes aqui. A EBTU tem procurado, apesar de atuarmos mais na condição de observadores nesses debates, já que essa questão é local, e a EBTU é uma empresa de atuação nacional, queria agradecer esta oportunidade — é muito importante que a EBTU se apresente neste momento.

Finalmente, queria fazer uma pequena observação, em relação a uma intervenção que foi feita pelo companheiro da Associação dos Usuários. O usuário é o objetivo fundamental e final da EBTU. No Brasil, são 70 milhões de pessoas, aproximadamente, que utilizam os transportes coletivos. São fundamentais as questões que o colega da Associação colocou, porque vão ao encontro exatamente daquilo que tínhamos colocado, no início, e pensamos em relação ao problema dos transportes urbanos neste País. O desenvolvimento urbano, hoje, das cidades brasileiras constitui uma questão que deve ser repensada, discutida com a sociedade, discutida com os usuários. O usuário tem direito a melhores condições de transportes, à acessibilidade mais fácil e, sobretudo, a condições de conforto compatíveis com a sua dignidade.

Gostaria de fazer uma observação que, neste momento, consideramos da maior importância dentro da EBTU. Esta empresa tem-se posicionado, em primeiro lugar, claramente a favor do usuário. Sua meta final é o usuário de transporte urbano. Para isso, faz-se investimentos na infraestrutura das cidades e no planejamento das institui-

ções que gerenciam o sistema de transportes urbanos. Incentiva a iniciativa privada naquilo que lhe compete que é o desenvolvimento de tecnologia, tais como fabricação de novos sistemas. Neste sentido, concordo com o nobre Constituinte; a iniciativa privada deve ser incentivada. Mas quero lembrar também que a iniciativa privada é necessária, é fundamental, por um lado; por outro, ela tem que se modernizar em alguns setores. Transporte urbano constitui um setor essencial na vida dos cidadãos, bem como na vida urbana brasileira. O nosso operador, seja público ou privado, ainda está muito aquém daquilo que compete a um sistema que transporta 70 milhões de passageiros por dia.

Entendo que esta polêmica não vai terminar na discussão de números; ela é muito mais ampla, como bem colocou o colega da Associação dos Usuários, repito, é uma questão que envolve a própria dinâmica das atividades urbanas. Ela não vai se envolver em termos de polêmicas salariais; ela tem que ser vista nestes termos. O subsídio é uma alternativa. Agora, é preciso que subsídio a essência. Este é um aspecto importante, que tem que ser observado, quando se coloca essa questão do subsídio.

Finalizando, temos que evoluir para um modelo de operação, onde o Estado tenha suas responsabilidades, onde o usuário tenha também as suas responsabilidades, na fiscalização do sistema e, onde o empresário, se quiser sobreviver, tenha também as suas responsabilidades, modernizando-se e adaptando-se melhor às condições que a sociedade requer atualmente.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Concedo a palavra ao Sr.

O SR. — Sr. Presidente, nobre Senador Meira Filho, Sr. Representante da EBTU, ilustres Srs. Senadores, como usuário que sou — deixando de lado o aspecto rodoviário — deixando de lado o aspecto rodoviário — devo salientar uma questão muito séria que diz respeito à Viação Anapolina. Hoje, 70% dos usuários da Viação Anapolina, trabalham no Distrito Federal. Temos tentado todos os meios, através do DNER e através da própria Secretaria. Eles dizem que é impossível, porque é uma área do âmbito do DNER. Pediríamos que nos ajudassem nessa luta, porque, lá, o sistema de transporte continua mais falido do que o daqui. Porque, se aqui tem toda essa luta, nós, que residimos na periferia, na Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso, estamos com sérios problemas e queremos que fossem tratados pelo Presidente da Comissão.

O SR. — Ai, já é esfera do Estado de Goiás.

O SR. — Mas, nós temos aqui o representante legal do EBTU. Eu acho que devemos aproveitar isso aí.

Só um minutinho Dr. Uma deixa que, até agora, eu não consegui esclarecer foi a colocação do Constituinte Francisco Carneiro quanto à falência da TCB e o Governo injetando dinheiro. Nós temos presentes, dirigentes ou superintendentes da empresa, que poderiam esclarecer alguma coisa para nós.

O SR. — Eu colocaria o seguinte: no que diz respeito ao transporte da região do entorno, eu real-

mente sei que esse transporte, que é gerenciado pelo DNER, está em condições, neste momento, piores que as nossas. Mas nós estamos desenvolvendo um trabalho conjunto, no sentido de melhorar.

No que diz respeito à TCB, eu tenho a impressão de que as respostas já foram dadas adequadamente.

O SR. ANTONIO RABELO — Eu só queria completar, para que não permaneça uma confusão. Na realidade, o DNER é uma coisa e a EBTU é outra. O DNER é responsável pelo sistema de transporte a nível regional, enquanto que a EBTU é uma empresa de transporte urbano.

Não estou me omitindo de dar uma resposta, mas a EBTU, gostaria de colocar, como já coloquei, é uma empresa que tem procurado não repetir os erros do passado, hoje, no sentido de tomar atitudes impositivas. Essa questão é uma importante e nós discutimos ela no plano institucional, que é a questão das aglomerações urbanas. Mas a nível de Brasil, como um todo. Eu tenho certeza de que, a nível local, o Governo do Distrito Federal está sensível a isso e vamos torcer para que se encontre uma solução.

O SR. ANTONIO RABELO — Eu só queria

Então, fala. Todo mundo falou, porque você não fala?

O SR. — Quando a própria EBTU, implantou esse programa, o programa AGLUB, ela teve a preocupação de melhorar os operadores do sistema. A maioria dos operadores do sistema de transporte, tem esse estudo. Foi feito cursinho, no qual, eu também participei. Na semana passada, eu passando, de parada em parada, vejo um fiscal de dentro do próprio ônibus. Eu já saí daqui da rodoviária, com o ônibus superlotado. É como a Deputada falou que teve uma Senhora que tirou o pé e não teve mais jeito de colocar o pé no mesmo local. Só fizeram isso aí, como um tipo de lavagem cerebral para o rodoviário, certo?

Dê um salário digno ao rodoviário e dê sua ferramenta de trabalho que ele resolve todas as questões. Eu sou um camarada que trabalho, transporto vidas humanas e quero deixar claro aqui ao Senador Meira Filho que eu, como motorista, esse mesmo percentual que os usuários estão pensando que vai ser de mais, eu quero deixar claro aqui que a minha família também paga passagem. Minha esposa, para ir para o trabalho, tem que pagar a passagem; minha filha, para ir ao colégio, tem que pagar a passagem. Agora, para tirar, desse miserável, 5.166,00 cruzados, tirando meu bolso, que vivo, passo o dia aí para ganhar esse dinheiro ao mês. Não se leva em conta quando se aumenta 75% no custo luz, no custo água, no quilo do feijão, no quilo do arroz, no litro de leite, isso não se vê.

Agora, quando é para se recusar alguma coisa para o rodoviário, aí, nessa hora, se fecha a porta, se faz tudo.

Agora, outra coisa; eu pagava um aluguel de 1.500,00 cruzados. O moço queria me cobrar cinco. Eu vou morar onde? Debaixo da ponte? Ele vai me fazer por 3.400,00 cruzados agora.

Aí, fica a pergunta: para eu trabalhar, com vinte anos de Brasília, eu vou ter que morar lá em Alexânia ou Cristalina? Para levantar, sair daqui nove horas da noite e chegar quatro horas da manhã aqui, para pegar uma jornada de serviço, novamente? Que conforto eu vou procurar dar a minha família?

Eu queria deixar isso para o Sr. raciocinar um pouquinho e ver que o rodoviário é marginalizado. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. — Isso aí não tem nem como raciocinar. Isso aí nós só temos é que lamentar.

O SR. Posso fazer uma observação? Todo rodoviário coloca é da maior justiça. Só que não é um privilégio só dos rodoviários. Todos os trabalhadores de Brasília, inclusive, aqueles que ganham menos de 5.157,00 cruzados...

(Falha na gravação.)